

TERRITÓRIO
e reestruturação produtiva na avicultura

Márcia Yukari Mizusaki

TERRITÓRIO
e reestruturação produtiva na avicultura

Editora UFGD
DOURADOS-MS, 2009

Universidade Federal da Grande Dourados

Reitor: Damião Duque de Farias

Vice-Reitor: Wedson Desidério Fernandes

COED

Coordenador Editorial da UFGD: Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Conselho Editorial da UFGD

Adáuto de Oliveira Souza

Edvaldo Cesar Moretti

Lisandra Pereira Lamoso

Reinaldo dos Santos

Rita de Cássia Pacheco Limberti

Wedson Desidério Fernandes

Fábio Edir dos Santos Costa

Capa

Editora da UFGD

Criação e Design: Alex Sandro Junior de Oliveira

Ilustração da Capa: Pinotti, R., 2003 – Org.: Mizusaki, 2003

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

301.35098171 Mizusaki, Márcia Yukari

M685t

Território e reestruturação produtiva na avicultura. / Márcia Yukari Mizusaki. – Dourados, MS : Editora da UFGD, 2009.
356p.

Originalmente apresentada como Tese ao Programa de Doutorado da USP, defendida em 2004, sob o título: “Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul”.

ISBN 978-85-61228-29-3

1. Relações de trabalho e produção. 2. Produção (Economia).
3. Território. 4. Avicultura – Mato Grosso do Sul. 5. Mobilidade social. I. Título.

Direitos reservados à
Editora da Universidade Federal da Grande Dourados
Rua João Rosa Goes, 1761
Vila Progresso – Caixa Postal 322
CEP – 79825-070 Dourados-MS
Fone: (67) 3411-3622
editora@ufgd.edu.br
www.ufgd.edu.br

Dedicatória

*Ao meu filho Caio Henrique e
a outras pessoas queridas
que carrego como exemplo de vida:
meus pais, Stein e Ariovaldo.*

*Sinto-me pobre
por viver em uma sociedade
em que índios e camponeses precisam proclamar
de voz viva que são humanos, que não são animais,
e menos ainda animais selvagens.
Por identificar-me com eles,
fico em dúvida sobre o lugar que ocupo,
na escala que vai do animal ao homem,
numa sociedade que não titubeia em proclamar
a animalidade de seres que não são considerados pessoas
unicamente porque são diferentes
– falam outra língua, tem outra cor, outros costumes.
Uma sociedade que, no final, não tem clareza
sobre a linha-limite que separa
o homem do animal.*

(José de Souza Martins. *A chegada do estranho*)

SUMÁRIO

Prefácio	23
Apresentação	29
Introdução	31
1 - A questão agrária em Mato Grosso do Sul	51
2 - A avicultura em Mato Grosso do Sul e o processo de monopolização do território pelo capital industrial	75
3 - Capital monopolista e reestruturação produtiva na indústria de carne de frango.....	109
4 - O processo de reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul	185
5 - Diferenciação e mobilidade sócio-territorial na avicultura em Mato Grosso do Sul.....	227
6 - A produção e a apropriação da riqueza na avicultura	283
7 - Considerações finais	323
8 - Bibliografia.....	331

LISTA DE FIGURAS

FLUXOGRAMA

FLUXOGRAMA 1 – Inter-relações setoriais na indústria de alimentos	136
---	-----

FOTOS

Foto 01 – Piratini: Chillers de lavagem e resfriamento e shuts para miúdos..	173
Foto 02 – Aviário manual	211
Foto 03 – Aviário semi-climatizado	214
Foto 04 – Parte externa de aviário climatizado.....	215
Foto 05 – Interior de aviário climatizado	216

GRÁFICOS

Gráfico 01 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Número de estabelecimentos (1970-1995/96)	65
Gráfico 02 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Número de proprietários	65
Gráfico 03 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Número de arrendatários (1975-1995/06)	65
Gráfico 04 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Número de parceiros (1975-1995/96)	66
Gráfico 05 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Número de ocupantes (1975-1995/96)	66
Gráfico 06 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Origem do capital industrial avícola (1989 a 1994)	112
Gráfico 07 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Origem do capital industrial avícola (1995 a 1997)	112
Gráfico 08 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Origem do capital industrial avícola (1998 a 2002)	112
Gráfico 09 – SOJA: custos totais por unidade produzida (2001)	119
Gráfico 10 – MILHO: custos totais por unidade produzida (2001)	120
Gráfico 11 – BRASIL Consumo per capita de carne bovina, suína e de frango.....	121
Gráfico 12 – BRASIL Produção de milho por região (1995/96)	126

Gráfico 13 – BRASIL	
Efetivo de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos por região (1995/96).....	127
Gráfico 14 – BRASIL	
Número de fusões e aquisições de empresas entre 1992 e 1998..	143
Gráfico 15 – AVIPAL: número de aviários em Mato Grosso do Sul.....	201
Gráfico 16 – COOAGRI: avicultores com maiores índices de mortalidade sobre o total de frangos produzidos (dez/92 a nov/93)	217
Gráfico 17 – COOAGRI: renda média líquida em US\$	218
Gráfico 18 – ESTADO DE SÃO PAULO	
Custo de produção e preços médios do frango vivo, abatido e no varejo (1995).....	300
Gráfico 19 – Custo de implantação de aviário semi-climatizado	315

MAPAS

Mapa 01 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Localização e área de atuação dos abatedouros de aves.....	81
Mapa 02 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
COOAGRI: articulações territoriais de produção.....	90
Mapa 03 – FRANDELLE: articulações territoriais de produção	98
Mapa 04 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Efetivo de aves (1970-2000)	107
Mapa 05 – BRASIL	
Territorialização dos abatedouros de aves fiscalizados pelo SIF..	115
Mapa 06 – BRASIL	
Efetivo de aves	129
Mapa 07 – BRASIL	
Territorialização da Bunge	158
Mapa 08 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Seara: articulações territoriais de produção.....	160
Mapa 09 – BRASIL	
Territorialização da Doux Frangosul	162
Mapa 10 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Doux Frangosul: articulações territoriais de produção.....	163
Mapa 11 – BRASIL	
Territorialização da Avipal.....	166
Mapa 12 – Avipal: articulações territoriais de produção	169

Mapa 13 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de alimentação	
Territorialização das centrais sindicais.....	183

Mapa 14 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Diferenciação e mobilidade sócio-territorial na avicultura.....	278

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Empresas abatedoras de aves.....	80
Quadro 02 – COOAGRI: empresas fornecedoras de insumos para a	
avicultura.....	89
Quadro 03 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - Aquisições de	
empresas abatedoras de aves.....	110
Quadro 04 – BRASIL - Exemplos de fusões e aquisições no setor de carne	
de frango.....	146
Quadro 05 – Agregação de valor em aves.....	150
Quadro 06 – BRASIL - Empresas esmagadoras de soja.....	151
Quadro 07 – Estrutura da Bunge Internacional Ltda.....	155
Quadro 08 – BRASIL - Estrutura de produção da Avipal S/A – Alimentos.	155
Quadro 09 – Comunicado de Acidentes de Trabalho nas indústrias em	
alimentação de Dourados.....	177
Quadro 10 – Exemplos de controle genético das avós na avicultura (1991)...	188
Quadro 11 – AVIPAL: exemplo de inovações ocorridas em aviário semi-	
automático.....	200
Quadro 12 – DOUX FRANGOSUL: exemplo de inovações ocorridas em	
aviário semi-automático.....	201
Quadro 13 – FRANGO VIT: exemplo de inovações em aviário	
convencional.....	202
Quadro 14 – Frango Ouro: exemplo de inovações em aviários.....	202
Quadro 15 – SEARA ALIMENTOS: exemplo de mudanças no interior dos	
aviários.....	203
Quadro 16 – Frango Ouro: aviário em fase de experiência.....	204
Quadro 17 – DOURADOS-MS: temperatura média no período de dez/92 a	
nov/93.....	217
Quadro 18 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Perfil socioeconômico dos avicultores integrados à Frango Ouro	247

Quadro 19 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Perfil socioeconômico dos integrados à Frango Vit	253
Quadro 20 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Perfil socioeconômico de avicultores integrados à Seara	
Alimentos	260
Quadro 21 – Seara Alimentos: mobilidade sócio-territorial de avicultor	
Integrado (EXEMPLO 1).....	263
Quadro 22 - Seara Alimentos: mobilidade sócio-territorial de avicultor	
Integrado (EXEMPLO 2).....	265
Quadro 23 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Perfil do avicultor integrado à Avipal S/A (2001/02).....	268
Quadro 24 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Perfil socioeconômico de avicultores integrados à Doux	
Frangosul	274
Quadro 25 – Rendimento do avicultor: exemplo 1	304
Quadro 26 – Rendimento do avicultor: exemplo 2	310
Quadro 27 – Rendimento do avicultor: exemplo 3	313

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Área colhida as principais lavouras (1975-2000).....	58
Tabela 02 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Número de tratores, segundo grupos de área total	62
Tabela 03 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Estabelecimentos com indicação de uso e procedência da força	
de trabalho utilizada nos trabalhos agrários, segundo grupos de	
área total (ha)	64
Tabela 04 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Condição do pessoal ocupado.....	69
Tabela 05 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Efetivos de pecuária, pequenos animais e colheita das principais	
atividades agropecuárias em julho de 1996, por grupos de área	
total (ha)	70
Tabela 06 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Ocupações de terra, assentamentos e mortes (1979 a 1999)	71
Tabela 07 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Galinhas, galos, frangos, frangas e pintos por grupos de área total ...	76

Tabela 08 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Efetivo, número de abatidos, comprados e vendidos de Galinhas, galos, frangos, frangas e pintos.....	78
Tabela 09 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Área plantada (ha) e produção em toneladas das principais culturas.....	86
Tabela 10 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Abate de aves, em cabeças (1990-1994)	103
Tabela 11 – BRASIL	
Distribuição dos abatedouros de frango controlados pelo Sistema de Inspeção Federal (SIF), segundo os Estados brasileiros	114
Tabela 12 – BRASIL	
Abate de aves por Estado com SIF	116
Tabela 13 – BRASIL	
Maiores Estados exportadores de frango/2001	116
Tabela 14 – ESTADO DE SÃO PAULO	
Participação percentual do custo do quilo do frango vivo na granja (setembro/2002)	125
Tabela 15 – Evolução do frango de corte e poedeira comercial.....	138
Tabela 16 – BRASIL	
Número de transações de fusões e aquisições efetuadas entre 1992 e 1998, por setor de atividade	144
Tabela 17 – BRASIL	
Mercado de produção de frangos por tamanho de empresa - 1993 a 2000 (%)	147
Tabela 18 – BRASIL	
Evolução da produção e exportação do frango inteiro e em partes na indústria de frangos (1975-2001).....	149
Tabela 19 – BRASIL	
Participações de empresas no mercado de sementes.....	151
Tabela 20 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Abate de aves sob Inspeção Federal	170
Tabela 21 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Abate de aves sob Inspeção Estadual	170
Tabela 22 – BRASIL	
Número de estabelecimentos nos estados das regiões Sul e Centro-Oeste (1995-96)	186
Tabela 23 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Aviários do sistema de integração	205

Tabela 24 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Estrutura de produção de aves (1998).....	207
Tabela 25 – BRASIL: preço de terras de lavouras (US\$/ha)	237
Tabela 26 – Comparativo de custos de aviários (R\$).....	315
Tabela 27 – Receita do aviário.....	315
Tabela 28 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
FCO: cartas-consulta aprovadas (por finalidade – 2001).....	318
Tabela 29 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
FCO rural: valores contratados.....	318
Tabela 30 – BRASIL	
Empréstimos rurais tomados no Banco do Brasil (1999).....	319

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEF – Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango
APA – Associação Paulista de Avicultura
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
AVICAR – Associação dos Avicultores de Caarapó
AVIFAVI – Associação dos Avicultores de Fátima do Sul
AVIGLÓRIA – Associação dos Avicultores de Glória de Dourados
AVITA – Associação dos Avicultores de Itaporã
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAT – Comunicados de Acidentes de Trabalho
CEE – Comunidade Econômica Européia
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CONCEX – Conselho de Comércio Exterior
COOAGRI – Cooperativa Agropecuária e Industrial Limitada
COOPERCENTRAL – Cooperativa Central do Oeste Catarinense
COTRIJUÍ – Cooperativa Triticola Serrana de Ijuí
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTRIN – Comercialização do Trigo Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DFA – Delegacia Federal de Agricultura
DORT – Distúrbio Ortomolecular Relacionado ao Trabalho
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENG – Encontro Nacional de Geografia
EUA – Estados Unidos da América
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FEEP – Fator de Eficiência Europeu
FIEMS – Federação da Indústrias de Mato Grosso do Sul
FIS – Fundo de Investimento Social
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IAGRO – Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
IEE – Índice de Eficiência Europeu
IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano

ISS – Imposto sobre Serviços
JAMIC – Japan Managent Imigration Company
LER – Lesão por Esforço Repetitivo
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MST – Movimento dos Sem Terra
OMC – Organização Mundial do Comércio
PAM – Produção Agrícola Municipal
PEA – População Economicamente Ativa
PESA – Programa Nacional de Saneamento de Ativos
PFL – Partido da Frente Liberal
PLADESCO – Programa de Desenvolvimento Econômico e Social
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PRODEGRAN – Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados
PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
SIF – Sistema de Inspeção Federal
SOMECO – Companhia Melhoramentos e Colonização
TCQ – Total Quality Control
UBA – União Brasileira de Avicultlura
UEPAE – Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual/EMBRAPA
UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista
USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

PREFÁCIO

(“Passo a Passo a teoria do Território vai sendo construída na Geografia”)

O livro de Márcia Yukari Mizusaki “*Território e reestruturação produtiva na avicultura*” desempenha papel fundamental no esforço que se realiza na Geografia Agrária brasileira para dotá-la de instrumental conceitual próprio de análise da agricultura. Ele contém uma das primeiras tentativas de interpretação geográficas das transformações recentes ocorridas nas relações de trabalho e produção impostas pelo desenvolvimento da avicultura no Estado de Mato Grosso do Sul.

Abraçando e dialogando com concepções marxianas e marxistas de interpretação da realidade, articula conceitos genuinamente geográficos com instrumentais analíticos do materialismo histórico utilizando os recursos metódicos da dialética materialista. A partir de uma concepção construída pela geografia agrária contemporânea, onde as relações estabelecidas no interior do capitalismo monopolista industrial e financeiro e do Estado, estuda a relação entre os sujeitos sociais representados pelos trabalhadores assalariados, pequenos capitalistas, camponeses e proprietários de terra, a partir da luta de classes.

Márcia investe no desvelamento profundo das especificidades que a propriedade privada da terra desempenha em sua articulação com o capital, estabelecendo as bases de sua diferenciação, a partir da teoria do valor de Marx. Por isso, fiel ao primado marxiano de que o modo capitalista de produção é composto por três classes sociais distintas representadas pela burguesia, proletariado e proprietários de terra, concebe o desenvolvimento do capitalismo no campo a partir de duas lógicas distintas. De um lado, está a territorialização dos monopólios onde o capital monopolista tem o controle direto simultâneo, da produção industrial, da produção agrícola e da propriedade privada capitalista da terra. De outro lado, está a monopolização do território, onde o capital monopolista não assume o controle direto da produção agrícola e tão pouco da propriedade privada da terra, mas sim, estabelece relações de sujeição para controlar e se apropriar de parte da renda da terra gerada nas unidades capitalistas e camponesas da agricultura.

O segundo caminho teórico foi o escolhido por Márcia para realizar sua pesquisa sobre a avicultura no Mato Grosso do Sul. Partiu, portanto, de que a monopolização do território pelos monopólios capitalistas indus-

triais se fez a partir da apropriação da renda da terra sem a necessidade de sua implantação direta para que, eles mesmos, produzissem de forma direta no campo com o domínio, inclusive, da propriedade da terra. Dessa forma, Márcia desvenda os mecanismos criados pelo capital para sujeitar a renda da terra, através do instrumento jurídico dos contratos de parceria, através dos quais os monopólios industriais subordinam a avicultura desenvolvida pelos camponeses e pelos pequenos capitalistas.

Outro princípio teórico do marxismo contemporâneo incorporado por Márcia, e que tem também função norteadora, foi encontrado no processo de reestruturação produtiva em expansão na avicultura. Esta incursão teórica nova nos estudos da Geografia Agrária foi feita também no interior de uma concepção de que o desenvolvimento do capitalismo decorre de um movimento contraditório, desigual e combinado. Assim, assume o primado teórico de que o capital, sujeitando a renda da terra, abre também a possibilidade para a recriação do campesinato, ou seja, se está diante de um dos processos simultâneos de produção do capital e reprodução social dos camponeses.

Mas, aventura teórica de Márcia não ficou apenas restrita a estes dois movimentos fundantes, pois, foi buscar no interior do marxismo os conceitos de diferenciação e mobilidade social, para metamorfoseá-los em uma concepção geográfica em processo de diferenciação e mobilidade sócio-territorial na avicultura, como ela própria afirma, sua “lógica, denuncia essa contradição. Em outras palavras, esse processo não reflete apenas a lógica do capital.” Assim, a autora vai estabelecer um diálogo com o conceito de “homem simples” de José de Souza Martins, para compreender o lugar social desses novos sujeitos nascidos no interior dessas relações sociais de produção modernas engendradas pelo capital monopolista.

O livro começa por uma introdução sólida repleta de fundamentos e princípios apontados por Márcia como base de sustentação da interpretação que ela articula para analisar seu objeto de estudo. Estabelecidos os primados, a autora dedica o primeiro capítulo à compreensão dos elementos constitutivos da realidade agrária brasileira no estado de Mato Grosso do Sul, e seus fundamentos contraditórios que os tornam, igualmente constitutivos da questão agrária. Esta postura abraçada pela autora possibilitou-lhe escapar da armadilha teórica de se interpretar separadamente a questão agrícola da questão agrária, e lhe permitiu transferir “a análise aparentemente restrita do rural para o âmbito das relações sociais de produção, o que implicou extrapolar a dicotomia rural/urbano.” Dessa forma, a autora analisa o processo de monopolização do território pelo capital industrial na avicultura no estado do Mato Grosso do Sul, através,

do processo histórico iniciado pelo domínio da avicultura pelo capital comercial e sua conseqüente incorporação pelo capital industrial e financeiro. Faz, portanto, uma síntese histórica da origem dos abatedouros de aves, transitando pelas experiências da Cooagri, Frango Vit, A Agroeliane, Piratini, Frandelle e Frango Ouro, através da análise dos fatores de implantação da avicultura em escala industrial no estado do Mato Grosso do Sul.

Para compreender o processo de monopolização do território pelo capital industrial, Márcia analisa no segundo capítulo o desenvolvimento da avicultura sul-mato-grossense e sua ruptura marcada pela passagem do domínio do capital comercial, para o capital industrial e financeiro. Visando alcançar um maior recurso analítico, voltado para a compreensão dos processos contraditórios que formam a monopolização do território, Márcia avança ao distinguir a indústria alimentícia de carne avícola e a etapa da criação dos frangos na denominada avicultura em escala industrial. Este recurso permitiu-lhe compreender os papéis sociais que jogam pequenos capitalistas e camponeses no interior das relações de subordinação estabelecidas com o capital monopolista, reveladores das contradições e lutas de classe travadas por estes sujeitos sociais. Assim, Márcia escapa da armadilha teórica restritiva imposta pelo conceito de cadeia produtiva, onde a hegemonia teórica da indústria elimina qualquer possibilidade teórica de interpretação das rupturas a partir dos atores sociais presentes na agricultura subordinada.

O diálogo com o conceito de reestruturação produtiva na avicultura vai aparecer no terceiro capítulo, através da investigação das transformações econômicas ocorridas em nível mundial no sistema de produção de carne de origem avícola. A avicultura sob o domínio do capital monopolista é estudada tanto no plano nacional quanto internacional, e, sua mobilidade territorial é apresentada a partir das novas realidades agrárias criadas pelo avanço da produção de grãos na região Centro-Oeste e da onda de fusões e aquisições ocorridas no setor. A autora faz uma análise cuidadosa da presença da reestruturação produtiva em primeiro lugar, na indústria de carne avícola quando estuda a presença no setor da Bunge Alimentos, do grupo Doux Frangosul e da Avipal. As transformações na relação capital x trabalho, nas relações técnicas que envolvem o abate das aves e a industrialização de suas carnes, são investigadas também em detalhes, que culminam com uma proposta de compreensão das relações entre as classes sociais sob a ótica de suas territorializações.

A análise da reestruturação produtiva na etapa da criação dos frangos foi objeto central do capítulo quarto, onde Márcia investiga em profundidade a estrutura produtiva presente na avicultura, desvendando

os papéis desempenhados pelas especializações técnicas impostas pelo capital monopolista, desenvolvendo de forma articulada o diálogo conceitual com os conceitos de progresso técnico e relações de trabalho. Dessa forma, os avanços tecnológicos são apresentados de modo a revelar suas diferenças internas na avicultura, onde coexistem a presença dos aviários convencionais, com aqueles semi-climatizados e aqueles inteiramente climatizados. Portanto, a avicultura assume um recorte em escala industrial, que sinaliza, segundo a autora, para “uma mudança no perfil do avicultor, acentuando a diferenciação social.”

Diferenciação e mobilidade sócio-territorial formam a base conceitual apresentada no quinto capítulo do livro. Esses conceitos aparecem a partir do debate sobre os fatores de diferenciação socioeconômica na avicultura, onde Márcia resgata o perfil do avicultor desvendando e procurando compreender quem são estes sujeitos sociais. Segundo a autora, a partir do trabalho de campo, foi possível analisar “as categorias de avicultores presentes no estado e o intenso processo de diferenciação e mobilidade sócio-territorial a que estão submetidos, sendo que a sujeição da renda da terra produzida capital industrial entra aqui como aspecto relevante. Evidencio também que o processo não é linear e nem progressivo, apontando para uma autonomia relativa dos agentes sociais envolvidos, ou seja, as categorias de avicultores.”

Por fim, Márcia chega ao final de seu livro analisando a produção e apropriação da riqueza na avicultura e sua territorialização, quando tece reflexões sobre valor, preço e renda da terra, desvendando o caráter da renda da terra na avicultura sul-mato-grossense. Sua âncora teórica é marxiana, pois trabalha com a concepção de renda da terra articulada com a teoria do valor de Marx. Esta escolha teórica permitiu-lhe afirmar que “cada atividade produtiva possui sua própria especificidade, mas que compreendê-la implica extrapolar a dimensão econômica e imediatamente relacionada à atividade, o que significa analisá-la a partir das relações sociais concretas”. E mais, Márcia sinaliza como conclusão de seu estudo que “o capital industrial avícola, ao monopolizar o território, cria liames de sujeição que extrapolam as relações econômicas diretamente inter-relacionadas, como as chamadas indústrias a montante e a jusante da agricultura. Foi somente extrapolando essa dimensão econômica e buscando identificar a essência das articulações territoriais de produção, circulação e consumo na avicultura em escala industrial, que conseguimos levantar elementos para compreender as contradições que movem a relação agricultura/indústria a partir de uma abordagem geográfica.”

Assim, a Geografia Agrária apresenta aos estudiosos do campo, mais um trabalho construído no campo teórico marxiano fundado na

concepção de que a luta de classe continua sendo instrumental analítico e político fundamental para se compreender a realidade agrária brasileira.

Espero que este exemplo de estudo do campo construído por Márcia, seja exemplo de reafirmação dos primados conceituais e metódicos de uma Geografia Agrária brasileira que não abre mão de se renovar e pensar seu objeto a partir de uma visão social materialista dialética de mundo.

Parabéns, Márcia, porque este passo ultrapassa mais um passo, e mostra que a construção da teoria do território na Geografia avançou também, mais passo.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

(neste final “quente” do inverno de 2008, quando muitos estão acordando de um sonho não sonhado junto)

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é fruto de nossa tese de doutorado, intitulada *Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul*, defendida em 2004 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do professor Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. As idéias nela contidas representam a nossa preocupação em compreender, por meio de uma abordagem geográfica, como se dão as relações do capital industrial com a unidade familiar de produção na sociedade contemporânea, para que assim, possamos contribuir de alguma forma para pensarmos o uso do território, enquanto meio de reprodução da vida.

Incorporamos neste livro as sugestões feitas pela banca e revimos algumas partes do texto, a fim de deixá-lo numa linguagem e numa condição gráfica mais apropriada para o livro. Mesmo assim, o trabalho ficou extenso, pois aborda questões cuja supressão poderia prejudicar a uma compreensão mais ampla do trabalho.

Gostaria de deixar registrado meus agradecimentos a algumas pessoas e entidades que, de alguma forma, participaram do processo de elaboração deste trabalho. Ao Ariovaldo, cujas conversas realizadas em torno da temática, nos proporcionaram uma reflexão mais amadurecida e coerente sobre o objeto da pesquisa. Por tudo o que pudemos vivenciar nessa rica experiência de orientação, não poderia deixar de partilhar com esse profissional a publicação dessa tese a quem, também, carinhosamente dedico. Aos avicultores; ao Iagro; aos gerentes de produção; aos técnicos agrícolas, veterinários e demais funcionários das empresas abatedoras; ao sócio-proprietário da empresa Frango Ouro Ltda.; à CAPES, pelo fornecimento da bolsa de estudos; à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aos colegas do antigo Departamento de Ciências Humanas que me liberaram para a pós-graduação; ao Antonio Thomaz Júnior pelo constante apoio e pelo incentivo à publicação da tese; à Editora da UFGD, que já inicia seu trabalho divulgando a produção acadêmica da Instituição; à Dona Reni, que carinhosa e pacientemente atendia aos telefonemas dos orientandos do Ariovaldo em sua residência e à Úrsula, pelo apoio na tradução do resumo da tese para o inglês; ao Reginaldo Pinotti, pelo profissionalismo na elaboração dos mapas; às professoras Dr^a. Rosa Ester Rossini e Dr^a. Marta Inês Medeiros Marques, pela contribuição em nosso Exame de Qualificação; às professoras Áurea Rita de Ávila Lima

Ferreira e Marilze Tavares pela revisão gramatical; aos amigos e companheiros de trabalho que se fizeram presentes e que marcaram minha trajetória acadêmica: Simone, Renato, Zezé, Jacira, Cida, Zezé Toledo.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o campesinato na atualidade tem sido um desafio para os estudiosos da questão agrária, comprometidos em entender e contribuir do ponto de vista teórico e prático para com esta categoria social. Aos geógrafos, especificamente, esse desafio tem um caráter diferenciado, no sentido de que o espaço e/ou o território, conforme sua opção teórica-conceitual constitui produto e processo a mediar as relações sociais.

Desta forma, as transformações que vêm ocorrendo no campo sul-mato-grossense, principalmente a partir da década de 1990, têm suscitado questões provocativas que nos instigaram também a querer compreender esses sujeitos sociais a partir de uma abordagem geográfica e a apresentar, assim, a nossa contribuição para a compreensão das transformações atuais no campo brasileiro.

São mudanças decorrentes, por exemplo, de alterações na avicultura de corte que, até a década de 1970, era baseada em um sistema de produção familiar, “caipira”, em que as galinhas eram criadas soltas nos quintais das casas. Quando muito, o que se tinha eram algumas granjas construídas por produtores autônomos que abasteciam o mercado local, principalmente o de Campo Grande e Dourados. Um novo sistema de produção, que denominamos avicultura em escala industrial, por estar subordinado ao capital industrial, estabeleceu novas relações de trabalho e produção no campo sul-mato-grossense, as quais necessitavam ser compreendidas.

Num primeiro momento foram implantadas empresas principalmente de capital regional e todas de pequeno e médio porte, que iniciaram o processo de abate industrial de frango, por meio do sistema de integração. A partir de meados dos anos de 1990, houve a chegada do capital monopolista, que se implantou na atividade, por intermédio da aquisição das empresas anteriormente instaladas.

A velocidade com que se processaram essas mudanças no Estado, em um período de menos de dez anos, provocou profundas mudanças na estrutura produtiva regional, bem como trouxe impacto socioeconômico e territorial significativo que despertaram o interesse em compreendê-los.

A partir de problematizações levantadas em vista de observação em torno dessas transformações é que delimitamos os objetivos das reflexões contidas no presente trabalho. Iniciamos, assim, com dúvidas que

nos instigaram em transformá-las em propósitos de estudo e que podem ser expressas nas seguintes questões: que tipos de mudanças ocorreram (ou estavam ocorrendo) nas relações de trabalho e produção, decorrentes do desenvolvimento da avicultura em escala industrial no campo de Mato Grosso do Sul? Em que contexto socioeconômico essa avicultura se desenvolve, seja ela de capital regional ou monopolista? Como tem se manifestado, em Mato Grosso do Sul, a reorientação das estratégias dessas empresas no contexto de mundialização econômica? Quais são as estratégias dos avicultores? Como eles têm se rearticulado diante da velocidade das transformações ocorridas no campo? Existem diferenças entre as estratégias das diversas empresas existentes no Estado? Quais mediações têm perpassado a atuação do poder público (nas suas várias instâncias) na dinâmica dessas relações em Mato Grosso do Sul? Como se dão as formas de sujeição da renda da terra ao capital em relação às diferentes categorias sociais? Como está se desenhando o novo papel do campo sul-mato-grossense na divisão territorial do trabalho? Como abordar teoricamente a territorialização de uma determinada atividade produtiva expressa no que alguns denominam “modernização” da agricultura?

Esta última questão nos parece a mais desafiadora para os pesquisadores da temática em pauta, pois é ela que norteia a construção e a articulação dos elementos explicativos do objeto de estudo, ou seja, ela reflete o método que orientará o estudo sobre a avicultura.

Os referenciais teóricos para a análise de uma atividade produtiva são variados e polarizados basicamente em torno do entendimento que se tem sobre o campo e sobre as relações que nele se dão. Contribui para esclarecer essa questão, a afirmação de José de Souza Martins:

ciências sociais têm estado divididas entre uma orientação que privilegia o econômico e o tecnológico, no estudo de populações indígenas e camponesas, assumindo, como fato natural e inevitável, sua transformação ou desaparecimento; e uma orientação que procura resgatar o ponto de vista da vítima, sua condição de sujeito do processo social e histórico. (MARTINS, 1993, p. 64)

Ao ser consultado a falar sobre o impacto dos grandes projetos econômicos na vida de populações indígenas e camponesas, Martins faz ponderações que revelam preocupações metodológicas importantes. A partir delas orientamos nossas dúvidas e inquietações.

Quando definimos um objeto de pesquisa (e como parte de um processo de elaboração mental para a estruturação do projeto), fazemos, geralmente, os seguintes questionamentos: *o que* estudar, e, principalmente, *por quê, como, para quê e para quem* realizaremos uma pesquisa.

Certamente que essas indagações, bem como o referencial teórico que as norteiam, nada têm de neutras e casuais. Refletem, não só o nível de amadurecimento teórico do pesquisador, mas também aspectos político-ideológicos, sociais, culturais e econômicos, já que esse pesquisador também se encontra inserido em uma determinada sociedade.

Foi nesse sentido e com tal preocupação que surgiram as nossas inquietações sobre a questão agrária, pois, apesar dos variados referenciais teóricos que têm permeado essa temática, temos observado que, na escolha do objeto de pesquisa por parte de pesquisadores, têm prevalecido, de um modo geral, dois tipos de abordagens. Uma, de caráter mais economicista, que privilegia as análises mercadológicas ou o fator econômico como único elemento importante em relação a outras dimensões da realidade social. Essas pesquisas são normalmente importantes para se compreender a dinâmica do mercado capitalista e têm contribuído para a atuação dos agentes inseridos nesse processo, com capacidade de decisões políticas sobre os rumos a tomar acerca da sua atividade ou acerca do mercado, capitalista. Útil a empresários capitalistas e proprietários de terra inseridos na economia de mercado. No Brasil, essa economia é marcada pela atividade agroexportadora, definida historicamente na aliança entre capital e propriedade fundiária.

Outra abordagem, que privilegia as relações sociais de produção; e, embora reconheça o domínio do econômico sobre as outras relações, compreende que são nas relações sociais que se encontram as explicações para a questão agrária. Nessa abordagem, procura-se compreender o papel que desempenham, na sociedade capitalista, as relações não tipicamente capitalistas, uma vez que elas são entendidas como produto das contradições do capital. Ainda sob essa perspectiva de análise, as perguntas *para quem e para quem fazer pesquisa* - o caráter político da escolha - refletem a opção do pesquisador pelos trabalhadores, sejam eles identificados sob relações capitalistas ou não, e pelos excluídos, na medida em que dedica esforço teórico em compreender e, dessa forma, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, menos excludente. Assim, o estudo sobre relações não capitalistas, como o do campesinato, tem sido recorrente nesse modo de abordagem, que busca compreender os mecanismos de resistência/permanência desses sujeitos ou classe social. Essa opção teórica tem predominado entre aqueles estudiosos considerados, no jargão político, de esquerda.

Oliveira, A.U. (1991, p. 107), por exemplo, ao remeter-se a José de Souza Martins, assim comenta:

É por isso que o eixo principal da questão política no campo está na expropriação e não na exploração, como tem demonstrado com grande felicidade José de Souza Martins.

José de Souza Martins tem sido um dos expoentes a demonstrar que o fator econômico não reflete a única dimensão da realidade social, e que, resgatando Marx, as mercadorias, quando se realizam no consumo, possuem conteúdos diferenciados, devido às determinações históricas de cada uma delas, determinações estas que devem ser estudadas. A sua preocupação metodológica pode ser destacada na seguinte citação:

É nos limites, nos extremos, na periferia da realidade social que a indagação sociológica se torna fecunda, quando fica evidente que a explicação do todo concreto é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante. É nesses momentos e situações do protagonismo oculto e mutilado dos simples, das pessoas comuns, dos que foram postos à margem da História, do homem sem qualidade, que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora. São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta. (MARTINS, 2000, p. 14)

Embora também viéssemos buscando nossos referenciais teóricos a partir da análise das relações sociais de produção, temos observado que, talvez em função desse pressuposto básico dos teóricos de esquerda em estudar os homens simples, os expropriados, têm prevalecido pesquisas e temas que primam por compreender o processo de expropriação e/ou resistência, provocado pela expansão do capitalismo no campo. Esses estudos aparecem através e a partir de situações sociais aprioristicamente determinadas como sendo “a dos simples”, como os estudos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dos seringueiros, dos índios, dos posseiros. Consideramos esses estudos extremamente positivos uma vez que tais pesquisas têm apresentado enorme contribuição para os estudos sobre a questão agrária. Os trabalhos do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, por exemplo, já têm sido considerados referência nos estudos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil.

Todavia, há certa lacuna teórica na Geografia, nos estudos sobre as atividades produtivas nas quais se tem o uso intensivo de capital, principalmente industrial, dentro de uma perspectiva de análise que prime por considerar as relações sociais de produção. Em outras palavras, estudos que analisem os momentos da produção (produção imediata, circulação, distribuição e consumo) norteando-se através da teoria do valor, de Marx,

sem esquecer-se do princípio básico da contradição que move a atividade produtiva. Entendemos que estudar uma atividade produtiva, não significa priorizar ou optar teoricamente pelo capital, mas de compreender as contradições sócio-territoriais na medida em que uma determinada atividade produtiva tem estreita relação com a (re)produção das relações sociais de produção.

Apesar de estar fazendo referência à Economia Política, a observação de Lênin (1982, p. 29) mantém-se atual e também pode ser aplicada à Geografia:

O objeto da Economia Política não é simplesmente a “produção”, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção. Uma vez desenvolvidas e explicadas até o fim essas relações sociais, ao mesmo tempo se determina o lugar que cada classe ocupa na produção e, por conseqüência, a parte do consumo nacional que lhe cabe. (grifo nosso)

Podemos observar, presente nos principais trabalhos sobre questão agrária em Geografia, um “divisor de águas” entre esses estudos e os problemas que temos exposto.

Com tal “abandono” pelos teóricos, o que tem prevalecido nas pesquisas sobre essa temática é a primeira forma de abordagem, de caráter mais economicista, que privilegia a análise a partir de uma visão apriorística de que o urbano e o industrial dominam o campo.

Nesse sentido, a carência de conceitos explicativos na Geografia tem provocado dificuldades interpretativas na compreensão de relações que se travam no interior de uma atividade produtiva extremamente marcada pelos avanços técnico-econômicos, como o caso da avicultura, o que tem contribuído, de certa forma, para a primazia daquela primeira forma de abordagem. Não queremos aqui, negar a importância da pluralidade de idéias, e nem professar caminhos teóricos que devam ser seguidos, mas apenas externalizar as questões geradas pelas dificuldades teóricas em se compreender tais fenômenos - que nos “saltam aos olhos” na porção centro-sul do Estado de Mato Grosso do Sul – e que, por isso, nortearam a delimitação de nosso objeto de estudo. Entendemos também, como sendo oportuna, a possibilidade de submeter à avaliação da comunidade acadêmica, o estudo sobre essa temática, levantando questões e recebendo críticas.

A avicultura, apesar de tratar-se de uma atividade que, aparentemente, objetiva apenas a satisfação de uma necessidade humana, a alimentação através do frango engloba, também, uma multiplicidade de determinações no seu processo produtivo, ou seja, o frango produzido

não contém apenas seu valor de uso. A partir dessas premissas, consideramos importante resgatar um grande pensador - que tem sido ultimamente abandonado por muitos estudiosos - para dizer que:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. (...) Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias (...) (MARX, 1985a, p. 71)

Para Marx, o processo de produção de mercadorias tem que ser entendido como processo de trabalho e como processo de formação de valor. Enquanto processo de trabalho, a produção de mercadorias apresenta características distintas, do ponto de vista da sua qualidade, da natureza e do conteúdo do trabalho. Do ponto de vista do processo de formação de valor, Marx lembra que cada processo de trabalho, inserido no tempo e no espaço, está contido no valor da mercadoria. Segundo Singer (1975), a lei do valor é a questão central que diferencia a concepção marxista do pensamento burguês. Através dessa teoria, Marx desmistifica o fetiche existente entre mercadoria e capital, na qual a alienação torna as coisas pessoas e as pessoas se tornam coisas. Analisar essa relação de fetichismo implica compreendermos como se dá o processo de acumulação do capital. Os liberais costumam creditar esse processo à habilidade ou talento dos empresários, mas, para Marx, o capital industrial surge historicamente, quando as forças produtivas e, conseqüentemente, a divisão do trabalho, atingem certo nível de desenvolvimento.

Dessa forma, os elementos do processo de trabalho acabam fazendo parte da formação do valor do produto. A mercadoria é, portanto, mediada pelo trabalho, que se transfere durante o processo de produção da mercadoria. No caso de uma atividade produtiva no campo, Marx destaca também o caráter da renda da terra, já que a terra constitui também um meio de produção, embora não seja capital.

Este constitui-se num problema teórico, pois existe uma carência de estudos que articulem a lei do valor, enquanto expressão do movimento do capital, à sua manifestação no campo, que tem na terra um meio de produção, que por sua vez não possui valor, mas preço. Tal fato tem tornado complicada a abordagem marxista desse processo, gerando divergências teóricas das mais diversas. Há quem alegue que esses problemas originam-se nas próprias obras de Marx. Em relação à sua obra mais conhecida, *O Capital*, alguns consideram e lêem apenas os livros

1 e 2, por acreditarem que apenas esses foram escritos por ele, já que os outros volumes, organizados por Engels, foram publicados após a sua morte. Outros consideram que n' *O Capital*, o livro 3, do volume 6, que trata da renda da terra, encontra-se desarticulado dos volumes anteriores (SILVA, 1981). Ciente dessas polêmicas, compreendemos que essas questões não devem servir de barreira para não se pesquisar uma atividade produtiva no campo a partir desse referencial teórico.

No caso da avicultura, o processo de produção do frango e seus subprodutos envolve uma teia de relações sócio-territoriais, que vão desde o investimento em biotecnologia, produção e utilização de produtos semi-elaborados, tanto no campo como na cidade, até o consumidor final, quando então se realiza a mercadoria. São vários, portanto, os momentos e as relações envolvidas no processo, incluindo não somente o processo de trabalho e a formação de valor, mas também, o que envolve as relações de sujeição do capital no campo, que emerge como contradição no modo de produção capitalista.

No contexto dessas relações, a questão que se coloca é qual referencial teórico seguir, para construir o entendimento desse movimento, que, ressalte-se, não deve ser entendido apenas enquanto um movimento econômico, considerando-se aprioristicamente apenas o capital enquanto sujeito social e sua lógica mercadológica, mas com suas múltiplas determinações. Um outro desafio foi a realização de uma abordagem que contemple o território como uma instância de análise.

Um problema sobre a questão agrária que temos colocado é a necessidade de buscar determinado referencial teórico que contemple um conjunto estruturado de categorias articuladas que nos permitam construir uma análise desse conjunto de relações que envolvem a atividade produtiva na avicultura, mas tendo como viés metodológico a abordagem marxista.

Diante de tais preocupações consideramos, também, que os conceitos da economia (CAI, *agribusiness*, cadeia produtiva etc.) não seriam suficientes para dar conta de explicar as questões por nós levantadas. Tínhamos a clareza de que, se nos orientássemos por conceitos da economia, eles certamente só poderiam nos levar a resultados econômicos, o que de início já se desviava dos nossos propósitos, que era o de fazer uma abordagem geográfica. O fator econômico entra em nossa análise sim, mas apenas como mais uma dimensão, importante é claro, da realidade social. Igualmente, a preocupação se estendia para outras áreas do conhecimento, como a História, a Sociologia e a Antropologia, que também foram consideradas, mas buscando sempre, resgatar a análise geográfica.

Iniciamos a nossa análise a partir da consideração de que a dinâmica da relação sociedade-espço-tempo é mediada por relações de poder, o que nos levou a buscar no conceito de *território* o nosso ponto de partida. Através desse conceito, temos orientado nossas reflexões desde a dissertação de mestrado (MIZUSAKI, 1996). É com base nelas e em outros trabalhos, que norteamos nossa discussão a partir dos quais passaremos a esclarecê-las.

Segundo Corrêa (1996, p. 251) o termo território deriva do latim *terra* e *torium* e significa “... *terra pertencente a alguém*”. Todavia, o território não precisa, necessariamente, estar vinculado à propriedade efetiva da terra, mas à sua apropriação por um agente ou grupo de agentes, e do controle de determinado espaço, seja de fato ou marcado por uma dimensão não aparente. Para Raffestin (1980), os elementos que dão sentido à existência do território são a sociedade, o espaço e o tempo. Assim, a sociedade, à medida que materializa espacialmente sua práxis, produz formas específicas nos lugares e que, devido à sua própria dinâmica, transformam-se e rearticulam-se com o tempo. Como essas relações são marcadas por relações de poder, a sua efetivação – direcionada por um ator ou grupo de atores – produz um campo de poder, seja ele concreto ou abstrato, denominado território. O território é então:

... um espaço onde se projetou trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder: [...] o território se apóia no espaço mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. [...] Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN (1993) 1980, p. 144. grifo nosso)

Nesse sentido, esclarecemos também que, quando falarmos em *territorialização*, esta aqui será entendida como o processo de materialização no espaço, das relações sociais de produção, produtos desse sistema tridimensional sociedade-espço-tempo. Como a sociedade à qual fazemos referência é a sociedade capitalista, o território por nós analisado é o território capitalista: “*O território (na sua totalidade) não é “outro” com relação ao “processo capitalista” mas, ao contrário, ele é usado e se transforma em função daquele processo geral.*” (CALABI & INDOVINA, 1973, p. 3). Igualmente, as relações sociais são aqui entendidas enquanto relações de classe.

A materialização dessas relações sociais de produção no espaço configurando o território capitalista apresenta também como uma de suas dimensões, as formas territoriais. Estas são passíveis de serem delimitadas e representadas cartograficamente, pois, embora as rela-

ções sócio-territoriais sejam dinâmicas, são fixas o suficiente para que possamos representá-las e analisá-las: “...o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios. Esses sistemas de malhas não são únicos; existem diferentes tipos, de acordo com a própria natureza das ações consideradas.” (RAFFESTIN, op.cit., p. 149).

Assim como os territórios e suas formas territoriais são produzidas, pode também acontecer a sua *desterritorialização*, ou seja, a perda do território anteriormente apropriado pelo(s) sujeito(s) social(is), bem como pode ocorrer uma nova territorialização mediada por novos atores sociais.

Sendo então uma manifestação do processo de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, o território não se apresenta como algo isolado. Concordamos dessa forma, com a assertiva de Oliveira, A.U. (1992, p. 02), na qual o território é entendido como:

(...) síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. É pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...). Desta forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. (...) O processo de construção do território é pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/ transformação. (...) Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução.

Nesse contexto, entendemos então que o território, produto concreto da luta de classes, manifesta-se dinamicamente em suas várias configurações territoriais. Dessa forma, entendemos que a avicultura em escala industrial constitui, também, expressão territorial desse processo.

Dentro dessa perspectiva de análise, contudo, é preciso considerar que a avicultura em escala industrial possui uma especificidade própria no capitalismo, pois não é a indústria abatedora quem produz o frango para o abate, mas sim, o avicultor, predominantemente camponês, que vive a subordinação da renda fundiária gerada e que é drenada para esse setor industrial.

Para explicar esse processo, destacamos a iniciativa de Ariovaldo Umbelino de Oliveira em cunhar um conceito explicativo da Geografia que, por isso e, também, por contemplar uma coerência teórica dentro das questões aqui levantadas, utilizamos para nortear nosso trabalho. Trata-

se do conceito de *monopolização do território pelo capital* (OLIVEIRA, 1992), que será abordado no desenvolvimento desta pesquisa.

É justamente por acreditarmos na necessidade e na possibilidade de realizar uma abordagem geográfica, que resgatamos esse conceito para, a partir dele, levantarmos nossa hipótese de trabalho, que está fundamentada no pressuposto de que o desenvolvimento da avicultura em escala industrial em Mato Grosso do Sul provocou a monopolização do território avícola pelo capital industrial e também uma reestruturação produtiva no interior da atividade, com a chegada do capital monopolista a partir de meados da década de 1990.

Entre os estudiosos da reestruturação produtiva, tem sido freqüente a abordagem dessas mudanças ocorridas na indústria, na qual as relações entre capital e trabalho são mediadas pelo trabalho morto (trabalho acumulado no instrumento de produção), através de relações exclusivamente capitalistas. Outra situação diferente é a atividade produtiva no campo, que, por contemplar também a terra como elemento produtivo, permite a (re)criação de relações muito mais complexas que o espaço da indústria, pelo fato, já observado por Martins (1995), de que terra não é capital. Nas leituras por nós realizadas, não encontramos bibliografia específica sobre reestruturação produtiva em atividades como a avicultura em escala industrial¹, na qual ocorre estreita relação entre agricultura/indústria.

Reforçamos que essa temática, inserida no contexto das transformações recentes que vêm ocorrendo no campo brasileiro, não deve ser vista como unidade isolada, independente, mas sim, articulada com o processo mais geral de desenvolvimento do capitalismo. Como diria Oliveira, A.U. (1992, p. 2):

Este processo tem que ser entendido (...) no seio de uma economia capitalista internacionalizada que produz e se reproduz em diferentes territórios do mundo atual. Criando desta forma, processos e relações de interdependência entre estados, nações e sobretudo empresas de diferentes lugares.

Assim, entendemos que os lugares, por possuírem especificidades históricas e geográficas que os identificam e caracterizam, produzem formas territoriais, que, ao mesmo tempo em que são particulares, encontram-se integradas em um movimento mais geral, de expansão do capitalismo no campo, desempenhando seu papel na divisão territorial do trabalho. Nas palavras de Cheptulin (1982, p. 195-6): *“O particular é simplesmente o singular, mas é igualmente o geral. O particular é a unidade do singular e do geral. A correlação do particular e do geral*

1 Entendemos por avicultura em escala industrial o conjunto da atividade que envolve a criação de aves, cujas técnicas de produção encontram-se predominantemente dominadas pelo capital industrial.

representa uma correlação do todo e da parte, em que o particular é o todo e o geral é a parte”.

Identificar essas especificidades, estabelecer relações com as formas territoriais e analisá-las no contexto de uma economia já internacionalizada, constituem, atualmente um desafio para os geógrafos. Como a materialidade da economia capitalista no território é uma coisa dinâmica, a Geografia de determinado lugar também o é. Buscar a compreensão dessa dinamicidade é buscar o devir, é contribuir para o conhecimento geográfico que se constrói.

Estudos sobre a manifestação da atividade avícola já têm sido abordados por outros autores, dos quais citaremos alguns. No campo da economia, destacamos Sorj (1982) e Rizzi (1984 e 1993). SORJ (1982) analisa a avicultura como estando inserida em um complexo agroindustrial. Através de dois estudos de caso, a empresa Sadia em Santa Catarina e os produtores não integrados de Minas Gerais, procura mostrar a articulação do complexo avícola, com a importação de tecnologia, destacando o papel das multinacionais instaladas no país, no relacionamento de produtores rurais com a empresa e setores do CAI. RIZZI (1984), em sua dissertação, enfatiza a relação de subordinação do que denomina de pequenos produtores do sudoeste paranaense ao capital industrial (dos grupos Sadia e Chapecó, de Santa Catarina). Mostra como, através do progresso técnico, essa atividade conseguiu altos índices de produtividade, com níveis de exigência, cuidados e organização que são impostos ao avicultor, subordinando-o. Já em sua tese de doutorado (RIZZI, 1993), faz uma análise sobre o processo de reestruturação da indústria agroalimentar, inserido num contexto maior de mudanças tecnológicas. Toma como caso específico a “indústria de frangos” no Brasil. (MIZUSAKI, 1996)

Na Geografia, outros trabalhos sobre avicultura foram realizados. Azevedo (1993), também fez um estudo sobre a avicultura em Santa Catarina e com o grupo Sadia. Nesse trabalho, iniciou fazendo uma análise sobre o produtor rural de Concórdia, historiando os elementos que condicionaram o seu surgimento, bem como a consolidação do Complexo Agroindustrial Sadia. Posteriormente, discorreu sobre a situação do produtor rural de Concórdia e a relação da empresa com o produtor integrado.

Em sua tese de doutorado, a mesma autora (ARANA, 2001²) analisou as estratégias empresariais da COPERGUAÇU (Cooperativa de Produção Avícola do Vale do Mogi-Guaçu) em Descalvado – SP e seu impacto sobre as relações de trabalho entre os avicultores. Nele, já indicava as mudanças que vinham ocorrendo no perfil daqueles avicultores, considerados por ela como empresários.

2 A autora acrescentou o sobrenome Arana após o casamento.

Ainda na Geografia, temos também o trabalho de Espíndola (2000), que, analisando historicamente os aspectos econômicos que culminaram em estratégias empresariais do que denominou de agroindústrias catarinenses, buscou explicar a dinâmica destas na divisão nacional/internacional do trabalho e suas reestruturações. Em comunicação apresentada no XII ENG (Encontro Nacional de Geógrafos), Florianópolis/SC, Espíndola reforçou a necessidade e a importância de uma abordagem econômica para explicação do processo.

Destacamos também o trabalho de Cleps Júnior e Pelegrini (2000), que estudaram o sistema de integração da indústria Rezende Alimentos com o que denominaram de médios e grandes produtores, em Uberlândia/MG. Ao destacarem a predominância desses produtores na atividade de suínos e aves, fazem referência à inserção destes aos “...*novos padrões de acumulação na presente fase de reestruturação capitalista na qual as indústrias adotam estratégias ligadas à rápida incorporação de inovações tecnológicas nos sistemas produtivos*” (CLEPS JR. & PELEGRINI, 2000, p. 216). Apontaram o paradoxo dessas estratégias com o novo tipo de produtor integrado, que possuía maior capacidade de barganha nas negociações de preço. Oliveira, V.M. (2000) também pesquisou a avicultura em Minas Gerais. Norteando-se pelo conceito de Complexo Agroindustrial, estudou o processo de implantação das empresas Da’Granja e Granja Rezende.

Ainda na Geografia, temos o trabalho de Costa (1998). Com o propósito inicial de nortear-se pelo conceito de Complexo Agroindustrial, descreveu o sistema de integração do que denominou de pequena produção familiar do município de Terenos-MS às agroindústrias abatedoras de frango instaladas no local, quais sejam, a Frango Vit e a antiga Ceval.

De um modo geral, temos observado que em relação aos trabalhos aqui analisados e aos que temos assistido em comunicações dos eventos de Geografia, é expressiva a quantidade de pesquisas que, ao estudarem a atuação do capital no campo, privilegiam a abordagem econômica e nela, as estratégias empresariais como determinantes da reprodução do território. A diversidade de interpretações, com aparente predomínio dessa abordagem econômica é evidente. A partir desse referencial surgem como conceitos explicativos os Complexos Agroindustriais (CAIs), as agroindústrias, a modernização da agricultura, o Complexo Agroindustrial (CAI), as estratégias empresariais, pequenos e médios produtores etc, em sua maioria, priorizando a dimensão econômica, como determinante no processo.

Não negamos a contribuição de tais estudos para a Geografia e, principalmente, para a Economia. Todavia, a necessidade de buscarmos referenciais de análise na Geografia tem-nos levado a definir o objeto de trabalho anteriormente mencionado, com a preocupação de inserir nele, outros elementos

teóricos, já bem trabalhados por alguns autores, mas pouco utilizados para estudos sobre essa temática específica. Contribuições da Sociologia e da Antropologia, por exemplo, têm sido freqüentes em estudos sobre movimentos sociais e outras formas de luta contra o capital, como, por exemplo, os que estudam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tais estudos, enquanto contradições da expansão do capitalismo no campo, são importantes para a compreensão de particularidades do capitalismo.

Em nossa dissertação de mestrado (MIZUSAKI, 1996), realizamos um primeiro exercício no sentido de se compreender essas contradições, através de uma abordagem geográfica, evitando cair no economicismo. Estudamos o processo que levou à territorialização da avicultura desenvolvida pela COOAGRI (Cooperativa Agropecuária e Industrial Ltda.). Procuramos inserir nesta pesquisa - além dos elementos, Estado, capital industrial, camponês, proprietários de terra - o conceito de território, para apreendermos, também, as relações de poder presentes nas contradições de classe que perpassam a dinâmica capitalista.

Outra questão, a ressaltar, em relação ao presente trabalho, diz respeito à metodologia utilizada com referência ao caráter dos dados levantados e utilizados na pesquisa. Alguns pesquisadores costumam defender que a pesquisa só tem validade se for quantitativa, ou seja, se a realidade social, já transformada em números e trabalhada em torno da idéia de população, tiver representatividade em torno do universo trabalhado, necessitando para tanto, utilizar-se de amostras, tabelas, quadros etc. Esse pesquisador tem sido denominado de pesquisador quantitativo (STAKE, 1982). Por outro lado, há aqueles que, ao defenderem a análise qualitativa, acabam por desconsiderar totalmente os números, as variáveis, como se seu uso fosse torná-lo um pesquisador quantitativo. Gostaríamos de discordar de ambas as formas de abordagem da realidade social. Consideramos que quantidade e qualidade, enquanto categorias da dialética, encontram-se organicamente interligadas. Toda coisa, toda formação material é dotada de aspectos quantitativos e qualitativos e que, sob diferentes determinações, pode manifestar propriedades diferentes, que podem ou não, ser essenciais, dependendo do que se quer destacar de cada uma delas. Toda mudança quantitativa implica uma mudança qualitativa. Assim, se a qualidade for vista como aquilo que é essencial, e a quantidade como não essencial, corre-se o risco de achar que algumas coisas não possuem nem quantidade e nem qualidade (CHEPTULIN, 1982). É por isso que:

O fato de que toda mudança afeta as características quantitativas dadas acarreta necessariamente a modificação da essência do fenômeno correspondente, sua transformação em um outro fenômeno, testemunha de seu caráter essencial. (...) Em consequência disso, a definição da qualidade

como propriedade essencial já é inexata pelo fato de que ela elimina o limite entre a qualidade e a quantidade e conduz à confusão entre as características qualitativas e quantitativas. (...) Mas será que propriedades que não constituem nem o aspecto qualitativo nem o aspecto quantitativo de uma coisa podem pertencer a essa coisa? É óbvio que não. (...) Não há, nem pode haver propriedades fora da qualidade e da quantidade de uma coisa. (CHEPTU-LIN, 1982, p. 206-7)

Entendemos, então, que não existe uma dicotomia entre quantidade e qualidade, mas sim, uma unidade dialética. Nesse sentido, essas propriedades que foram por nós utilizadas e analisadas foram consideradas, não através da dicotomia entre análise quantitativa e qualitativa, mas dentro daquilo que acreditamos demonstrar a essência do fenômeno estudado, onde quantidade e qualidade estão unificadas dialeticamente.

Para a realização de nossa pesquisa, utilizamos o recurso bibliográfico, entrevistas, coleta de dados em órgãos públicos, empresas privadas, associações, jornais, revistas.

A bibliografia foi selecionada tendo como objetivo levantar dados regionais, temáticos e teórico-metodológicos. Para o levantamento de bibliografia regional foram pesquisados a biblioteca da Unidade I do Campus de Dourados/UFMS e o Centro de Documentação Regional. Fizemos também uma leitura temática, específica sobre pesquisas de interesse para nosso objeto de estudo. Realizamos levantamento bibliográfico nas bibliotecas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e na Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande. Selecionamos também, bibliografia obtida em outras universidades, como a Unicamp, Universidade Federal de Uberlândia, entre outras, e também, leitura de trabalhos apresentados em eventos de Geografia, como o ENG (Encontro Nacional de Geografia), Encontro Latino-Americano de Geografia, além de artigos e informações obtidas em *sites* na Internet. Já a bibliografia teórico-metodológica foi obtida em decorrência de discussões/sugestões do e com o orientador, pesquisa em bibliotecas e livrarias, sugestões e conversas com outros profissionais da área.

Paralelamente à revisão bibliográfica, a pesquisa de campo foi fundamental, pois, sem ela não teríamos conseguido apreender, ao menos em parte, as reais determinações que configuraram a reestruturação produtiva, o caráter da renda da terra, bem como o impacto da atividade nas relações de trabalho.

Realizamos entrevistas com os gerentes de produção, veterinários, técnicos agrícolas, das seis empresas estudadas que, de alguma forma, puderam colaborar no fornecimento de dados para a obtenção de infor-

mações sobre origem, estratégias, sistema de produção e outros dados técnico-econômicos. Cabe ressaltar, contudo, que o roteiro de questões para a entrevista foi adaptado de acordo com a realidade de cada empresa. Mesmo assim, várias perguntas não foram respondidas por esses entrevistados, deixando algumas lacunas neste trabalho.

Para as entrevistas com os avicultores realizamos primeiramente visitas a algumas propriedades para reconhecimento da área. Posteriormente, entrevistamos avicultores de cada empresa integrada, escolhidos aleatoriamente, mas que significassem variáveis de interesse para nossa pesquisa e identificadas a partir do momento em que as informações sobre as categorias de avicultores começavam a se repetir nas entrevistas. Embora orientadas por um roteiro, as entrevistas foram adaptadas em cada situação, conforme a necessidade assim exigia. Devido à considerável distância entre os avicultores das diferentes empresas integradoras, as entrevistas foram realizadas em várias etapas, ao longo dos anos de 2001 e 2002, sendo que em julho de 2003 fizemos mais algumas entrevistas em algumas propriedades. Os municípios escolhidos foram aqueles que concentravam maior número de avicultores de cada empresa integradora, por acreditarmos serem eles a concentrar maiores possibilidades de situações sociais de interesse. Ao todo, foram entrevistados 47 avicultores, assim distribuídos entre os seguintes municípios e empresas: 1) Avipal: 8 avicultores, de Itaporã e 7, de Dourados; 2) Seara: 10, de Sidrolândia e 1, de Terenos; 3) Doux-Frangosul: 7, de Caarapó e 1, de Dourados; 4) Frango Vit: 7, de Terenos; 5) Frango Ouro: 4, de Aparecida do Taboado; 6) Frandelle: 2, de Itaquiraí.

Nessas entrevistas, buscamos resgatar um pouco da história desses sujeitos sociais e do seu tempo histórico, para que não caíssemos no fatalismo de uma simples informação pontual, como o caso de se encontrar um trabalhador assalariado e já inseri-lo definitivamente no caminho do proletariado. Apreender esse movimento de reprodução da classe social foi para nós de extrema importância.

Para complementação das informações, realizamos também entrevistas informais com um zootecnista do Banco do Brasil, agência de Dourados; veterinários de algumas empresas; representantes de associações de avicultores; sindicatos de trabalhadores nas indústrias de alimentos.

Esclarecemos que as entrevistas citadas no texto foram transcritas seguindo-se as orientações de Whitaker (2002). Visando a preservar a fala do entrevistado, a sua cultura, mas sem desrespeitá-lo, esclarecemos que, problemas no nível fonético (como o chiado do S dos cariocas, por exemplo) não foram reproduzidos, pois, para a autora, não é possível reproduzir a pronún-

cia original, transformando-a em erro ortográfico, pois: “*Quando o sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos*” (op. cit, p. 116). Foram considerados em nossa transcrição, apenas erros de sintaxe, como regência de verbos ou concordância.

Vale ressaltar, contudo, que se devem destacar, também, as limitações da própria entrevista enquanto técnica de pesquisa. A esse respeito, Martins (1993, p. 38-9) salienta que:

Não dá para ter uma idéia do que efetivamente acontece, se ficarmos no limite de uma entrevista, de uma conversa, eventualmente de uma seqüência de entrevistas, de um trabalho etnográfico até perfeito. Saberemos de coisas interessantes, mas não, provavelmente o que é substancial. (...) Eu dizia que a outra questão é a questão do tempo. Os processos são demorados. É no âmbito dessa demora que o teor mais profundo dos movimentos sociais se revela.

O autor aponta nesse texto, situações contraditórias vividas por camponeses que foram objeto de seu estudo, durante os longos anos dedicados a compreendê-los, o que não teria sido possível resgatar se ele tivesse se limitado a algumas entrevistas e, que fossem olhadas unicamente a partir do tempo do pesquisador. Apesar dessas limitações, a entrevista têm sido uma das técnicas possíveis de pesquisa, o que para a realização da tese foi de extrema relevância.

Dentro das condições possíveis, impostas para a realização deste trabalho, buscamos também complementar as informações para a nossa pesquisa através de dados obtidos junto aos órgãos públicos (IBGE, Iagro, Idaterra, Delegacia Federal da Agricultura, Secretaria de Estado e Produção, Secretaria da Fazenda); Associações (Associação Paulista de Avicultores (APA), Associação Brasileira de Avicultura (ABA), Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF), associações de avicultores locais; Associação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentos); órgãos privados (Junta Comercial); Banco do Brasil; pesquisa em jornais de circulação local (O Progresso, Diário MS) tendo sido levantadas informações de 1992 a 2002, ou seja, onze anos; além de informações obtidas em jornais de circulação nacional (Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo); revistas especializadas (Aves & Ovos, Avicultura Industrial, Agroanalysis, entre outros).

Para finalizar esses esclarecimentos sobre a teoria, o método e as técnicas de pesquisa, expomos a compreensão geral que fazemos a respeito do desenvolvimento do capitalismo, na qual resgatamos o conceito de *desenvolvimento desigual e combinado*:

Na concepção mais antiga e mais rica, o desenvolvimento desigual dizia respeito aos descompassos e tempos desiguais que separavam e contrapunham

o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social (a exploração e a alienação do trabalhador explorado, o trabalho social e a apropriação privada dos resultados do trabalho assalariado). Nessa perspectiva, os tempos desiguais envolvidos no processo social não estavam separados em espaços diferentes, o que, feito pela mentalidade economicista, destruiu a problemática da desigualdade do desenvolvimento do mundo capitalista, substituindo-a pela concepção de desenvolvimento igual. (MARTINS, 1993, p. 108-9, grifo do autor)

O desenvolvimento do capitalismo não é visto, nessa perspectiva, como movimento progressivo e linear, mas sim, contraditório, que também pode criar e recriar relações, nem sempre capitalistas, como a unidade familiar de produção.

Esta tese está estruturada em seis capítulos. No primeiro capítulo buscamos inserir a questão agrária em Mato Grosso do Sul no contexto das transformações políticas, econômicas e sociais recentes que vêm ocorrendo no modo capitalista de produção, culminando em uma territorialização particular no campo em Mato Grosso do Sul. É através dessa articulação, que inserimos a origem da avicultura em escala industrial no Estado. Ao distinguirmos questão agrícola de questão agrária, optando por esta última, transferimos a análise aparentemente restrita do rural para o âmbito das relações sociais de trabalho e produção, o que implicou extrapolar a dicotomia rural/urbano.

No capítulo dois, ao analisarmos o desenvolvimento da avicultura no Estado, que se dá através da passagem da avicultura sob o domínio do capital comercial, para o domínio do capital industrial e financeiro, demonstramos como o capital industrial monopolizou a parte do território dominado pela avicultura. Especificamos aqui a origem de cada uma das empresas, baseadas em estudos já existentes e em informações fornecidas pelas próprias empresas.

A reestruturação produtiva nessa atividade foi um aspecto importante a ser tratado nesta tese, na medida em que as empresas aqui instaladas representavam a territorialização, no Estado, das transformações econômicas ocorridas em nível mundial no sistema de produção de frangos. Optamos por estabelecer um recorte analítico, separando a indústria alimentícia de frangos da avicultura em escala industrial.

A reestruturação produtiva ocorrida na indústria alimentícia de frangos foi tratada no capítulo três. Nele, inserimos as transformações ocorridas nas indústrias abatedoras de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações gerais de reprodução do capitalismo em nível mundial, que culminou na reestruturação produtiva das indústrias de um modo geral. A especificidade setorial dessas mudanças é evidenciada ao se estudar o impacto desse processo na indústria alimentícia de frangos. Foi a partir dela que pudemos compreender o deslocamento de empresas

abatedoras de aves do Sul para o Centro-Oeste, bem como a onda de fusões e aquisições que se processa nesse período.

No capítulo quatro tratamos, então, da reestruturação produtiva na avicultura em escala industrial. Expomos as características dessa estrutura produtiva, através do sistema de importação de avós³, produção de matrizes e criação de frangos, para demonstrarmos, então, de que forma ocorreu a reestruturação produtiva e o seu impacto nas relações de trabalho na avicultura em escala industrial no Estado. Evidenciamos aqui a estreita relação existente entre sistema de produção/desenvolvimento tecnológico e relação de trabalho, cujas transformações apontam para uma mudança no perfil do avicultor, acentuando a diferenciação social.

Maior atenção sobre esta última questão é dada no capítulo cinco. Com base nas entrevistas levantadas, analisamos as categorias de avicultores presentes no estado e o intenso processo de diferenciação e mobilidade sócio-territorial a que estão submetidos, sendo que a sujeição da renda da terra produzida pelo avicultor ao capital industrial entra aqui como aspecto relevante. Evidenciamos também que esse processo não é linear e nem progressivo, apontando para uma autonomia relativa dos agentes sociais envolvidos, ou seja, as categorias de avicultores.

No sexto e último capítulo, enfatizamos o caráter da renda da terra na avicultura e a sua articulação com a teoria do valor em Marx. Consideramos que cada atividade produtiva possui sua própria especificidade, mas que, compreendê-la implica extrapolar a dimensão econômica e imediatamente relacionada à atividade, o que significa analisá-la a partir das relações sociais concretas, abandonando a perspectiva do capital industrial monopolista para olhá-la a partir da perspectiva *dos homens simples*, como diria José de Souza Martins. Assim, a sujeição da renda da terra ao capital foi abordada considerando-se a diferença existente entre as categorias sociais encontradas, ou seja, a dos camponeses e pequenos capitalistas.

Evidenciamos que o capital industrial avícola, ao monopolizar o território, cria liames de sujeição que extrapolam as relações econômicas diretamente inter-relacionadas, como as chamadas indústrias a montante e a jusante da agricultura. Foi somente extrapolando essa dimensão econômica e buscando identificar a essência das articulações territoriais de produção, circulação e consumo na avicultura em escala industrial, que conseguimos levantar elementos para compreender as contradições que movem a relação agricultura/indústria a partir de uma abordagem geográfica.

3 Aves geneticamente melhoradas, que gerarão as matrizes e estas, por sua vez, os pintos de um dia, que vão para as propriedades dos avicultores.

Esperamos, dessa forma, ter dado a nossa contribuição para o conhecimento geográfico, ao expormos uma forma de abordagem que prima por categorias de análise da Geografia e, nesse sentido, ter contribuído, também, para os estudos de Geografia Regional.

1

A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma área de 358.158,7 km² e um total de 77 municípios. Localiza-se na porção oeste do Brasil, fazendo fronteira com os estados brasileiros do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e com os países Paraguai e Bolívia. Sua vegetação primitiva era composta predominantemente por áreas de Mata Tropical e Campo Limpo no sul e costa leste do Estado; por Cerrado no centro-norte; e por Pantanal no extremo oeste.

A população recente de 2.078.001 habitantes, segundo dados do IBGE (censo de 2000), é predominantemente urbana (84,1%) para 15,9% da representação rural, o que não eliminou a questão agrária do Estado, ao contrário, aprofundou-a. Neste capítulo apresentamos os principais elementos que configuram a questão agrária em Mato Grosso do Sul, com vistas a contextualizarmos a emergência da avicultura em escala industrial como parte integrante dessa questão.

Para a análise das transformações que vêm ocorrendo no campo em Mato Grosso do Sul, é preciso compreender esse espaço enquanto uma fração do território capitalista, conforme já destacaram Calabi e Indovina (1973). É na dinâmica das relações sociais, que se produz e reproduz o território e, portanto, a sua compreensão passa pela consideração desse movimento contraditório que, produz um desenvolvimento aparentemente desigual, mas combinado na sua essência.

Entendemos que a questão agrária em Mato Grosso do Sul não apresenta apenas a face da modernização da agricultura, conforme apreçoam alguns autores que vêem esse processo de forma desarticulada com os problemas que envolvem, por exemplo, os indígenas, os sem-terra, o ambiente e, justamente por isso, conseguem ver somente a *modernização* e exclusivamente da *agricultura*.

Nesse caso, os problemas do campo estão associados à questão agrícola (e não à agrária⁴), em que se prioriza a dimensão econômica e, historicamente no Brasil, ela tem remetido à visão dual e urbana de modernização, que se remonta, segundo Martins (2000), aos anos cinquenta e sessenta e está fundamentada no positivismo. Dual no sentido de que o moderno também nos remete à noção de atrasado. Assim, a noção de moderno tem sido utilizada por estudiosos para fazer relação com as situações sociais por meio das quais o indivíduo tem acesso aos instrumentos e outros bens materiais produzidos pelo modelo de sociedade industrial e urbana do capitalismo. Nessa abordagem, resgatam-se analiticamente apenas os signos do moderno, as formas, esquecendo-se assim a noção de processo que desencadeia as relações de reprodução do capital. Quanto mais em sintonia se estiver com esse padrão de sociedade, mais moderno se é considerado, e aqueles que, por outro lado, são excluídos desse processo recebem a alcunha de atrasados, arcaicos, caipiras. Recebem a conotação pejorativa⁵, historicamente atribuída a esses termos como se eles não fossem parte integrante do processo. Daí, a necessidade que muitos autores têm de considerar esses “caipiras” como resíduos, em vias de extinção.

Reforçamos a idéia de que a realidade social é uma totalidade em movimento e apresenta várias faces que podem não aparecer todas num mesmo local, mas que estão unificadas pelas relações sociais.

Dessa forma, o processo de modernização da agricultura tem também outras facetas, como o processo de expropriação ou subordinação do trabalhador do campo, ou da organização desses trabalhadores, caracterizado, por exemplo, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ressaltamos tal preocupação porque a utilização frequente e rotineira de determinados conceitos em termos de discurso e produção escrita, pode, muitas vezes, naturalizar e legitimar determinadas relações que nem sempre contribuem para uma leitura mais próxima do real. De acordo com tal orientação, expomos também a nossa concepção de propriedade.

Consideramos que a propriedade da terra deve ser vista como uma relação social, e que, portanto, é um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, movimento, conflitos, transformação (MARTINS, 1981). Nesse sentido, na sociedade capitalista, o capital pode criar e/ou recriar relações que, por vezes, não são capitalistas, assim como – por meio da mediação da propriedade privada – gerar conflitos, riqueza, expropriação, desarticulados em sua aparência.

É a partir desses pressupostos que analisamos a questão agrária no campo sul-mato-grossense. Consideramos a existência de várias pesqui-

4 Conforme distingue Silva, J.G. (1981).

5 Essa discussão é bem analisada por Yatsuda (1987).

sas que, embora com métodos diferenciados, analisaram com profundidade estudos sobre determinados aspectos que condicionam/condicionaram a (re) produção dessa fração do território capitalista. Elas foram utilizadas como fonte de informação, em que buscamos privilegiar aspectos ainda não analisados.

Abordamos, inicialmente, o processo de integração do Estado de Mato Grosso do Sul ao mercado nacional, após a Revolução de 1930. Vale lembrar que o governo de Getúlio Vargas dará início a uma nova fase nas relações sociais de produção no Centro-Oeste do país, devido ao papel que essa região irá desempenhar na divisão territorial do trabalho. Esse processo deve, portanto, ser compreendido no contexto das transformações político-econômicas mais gerais, ocorridas principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

A necessidade de incorporação de novas áreas ao processo produtivo visando a dar sustentação ao desenvolvimento urbano-industrial do Brasil levou o governo a voltar suas atenções para o oeste do país, com medidas que garantissem sua ocupação e inserção produtiva.

A economia regional, que era baseada na exploração da erva-mate e nas suas relações com a Argentina (grande importadora da erva), vai sendo substituída pela criação de um espaço econômico nacional, objetivando a expansão do capitalismo no país. Diante dessa nova forma de realização do capital, comandada por São Paulo, criam-se as condições para a circulação nacional das mercadorias e, conseqüentemente, para a concentração do capital, o que acentuou as disparidades regionais. Sobre esse processo, Oliveira, A.U. (1984, p. 24) comenta:

... enquanto as economias regionais ligaram-se ao Exterior, o capital internacional se realizava “regionalizando-se”; quando uma das “regiões” assume o comando do processo de expansão do capitalismo, voltado agora sobretudo à realização interna do valor, há necessariamente que realizar um processo de “nacionalização” do capital.

Sob esse contexto, iniciou-se no Estado Novo (1937) primeiramente uma política de nacionalização das terras⁶, decorrendo daí medidas que contribuíram para a atual configuração territorial de Mato Grosso do Sul. Podemos destacar a criação do Território Federal de Ponta Porã (Decreto-Lei nº. 5.812, em 13/09/43); a criação da CAND⁷ (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), a partir de 1943, onde foram distribuídos lotes rurais de 6.500 ha a camponeses sem-terra, vindos principalmente do Nordeste; a proibição, no ano seguinte, da Cia. Mate Laranjeira de continuar explorando a área ervateira, que chegou a 5.000.000 de ha no

6 Sobre essa política, implementada no Estado de Mato Grosso do Sul, ver: Gressler & Swenson (1988); Batista (1995); Oliveira, B.C. (1999); Santos, V.D.G. (2000).

7 Também no Centro-Oeste foi criado outro núcleo de colonização em Ceres, Estado de Goiás, denominada de CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), no final da década de 1930.

sul Estado. Posteriormente, a partir da década de 1950, com a chamada “Marcha para o Oeste” verifica-se a atuação de empresas privadas como, por exemplo, a Companhia Viação São Paulo - Mato Grosso, Companhia Moura Andrade e Companhia Melhoramentos e Colonização S.A. (SO-MECO), que vendem lotes de terras a colonos (já com um certo poder aquisitivo), vindos principalmente do Sul e do Sudeste do país, atraídos pelo baixo preço da terra. Essas colônias e os loteamentos realizados pelas empresas citadas foram fatores que contribuíram para a presença na região, ainda nos dias de hoje, de núcleos de propriedades inferiores a 100 ha. Assim, por meio da venda da propriedade familiar, os grandes proprietários de terra (latifundiários) produziam o capital, apropriando-se da renda capitalizada da terra.

Com esse processo de ocupação do território, o atual Estado de Mato Grosso do Sul foi se constituindo em um espaço econômico para expansão da atividade agropecuária, num contexto em que eram direcionados recursos para a agricultura, para que ela pudesse fazer frente à política de crescimento econômico fundamentado na expansão urbano-industrial (HEES et. al., 1987)

Assim, foi com o avanço do movimento de nacionalização e ocupação da fronteira pelos não índios, que tivemos, já no início do século XX, a origem dos problemas com as terras indígenas no sul do Estado. Cabe ressaltar que, na época da exploração da erva-mate, em vista de a Cia. Mate Laranjeira deter o monopólio da produção e não o da terra, ela acaba por servir para proteger, de certa forma, o território Kaiowá (BRAND, 1993). Os índios foram, aos poucos, introduzidos em aldeias⁸, em áreas normalmente insuficientes para a reprodução da sua existência. Além disso, muitas áreas demarcadas tiveram parte de suas terras ocupadas por não índios (é o caso, por exemplo, da Aldeia Panambizinho, no município de Dourados), o que gerou sérios conflitos entre índios e posseiros/colonos, na luta pela demarcação de terras. Passado mais de um século, esses conflitos ainda perduram.

À medida que os proprietários de terra e capitalistas se apropriavam privadamente do território, tornando a terra uma mercadoria, os índios foram sendo “confinados” em parcelas de seus territórios demarcados, denominados de aldeias, para que a sua concepção de terra⁹, enquanto bem sagrado, enquanto meio de reprodução da vida, tivesse um limite territorial definido (pelo não índio) de forma que não prejudicasse o avanço capitalista. Confinados, os índios já não dispõem de rios, nem mata (com sua flora e fauna) que lhes permitam a caça, a pesca, a coleta, o uso de lenha para se aquecerem no inverno, enfim, a realização do seu modo de vida. Dester-

8 Maiores informações sobre o assunto ver: Brand (1993) e Santos et.al. (1998).

9 Para o índio, não é a terra que pertence ao homem, mas o homem à terra (In: www.cimi.org.br).

ritorializados, a única geografia que a sociedade capitalista lhes conferiu foi a geografia (des)humana, ou seja, uma situação ou condição que só lhes dá acesso aos subprodutos dessa sociedade: alimentos recolhidos nos lixos das cidades; restos de comida nas casas, o “pão velho”¹⁰; a peonagem nas destilarias de álcool; o alcoolismo, o suicídio...

Para quem analisa o campo na perspectiva da modernização da agricultura, os índios realmente só poderiam atrapalhar. Assim, para atender aos interesses urbano-industriais no processo de expansão do capitalismo – uma vez que coube também ao Centro-Oeste o atendimento de tal necessidade – os índios foram sendo introduzidos em áreas demarcadas, o que vem rompendo com o equilíbrio que até então garantia a reprodução da sua existência.

Nesse processo de ocupação pelo não índio, a pecuária extensiva foi uma atividade desenvolvida por latifundiários no Estado, principalmente nas áreas de campos limpos¹¹, ao passo que nas áreas de mata eram cultivadas por camponeses das colônias públicas e privadas, culturas de subsistência, como o milho, o arroz, feijão, algodão e mandioca. De 1930 a meados da década de 1970, o café também foi cultivado, desenvolvido principalmente em áreas de latossolo roxo, nas regiões de Campo Grande a Ponta Porã¹², tendo entrado essa cultura em decadência, a partir de meados da década de 60.

A partir da década de 50 e, sobretudo depois de 1970, começa a se desenvolver no sul do Estado, nas áreas de mata, uma pecuária melhorada, tratada com pasto plantado (colonião), o que impulsionou, nos anos de 1950-60, a formação de grandes extensões de terra nesses locais. Para o desmatamento, era comum o serviço de empreita, realizado através do “gato” (empreiteiro de mão-de-obra), que arregimentava trabalhadores nordestinos. Para a formação de pastagem, o proprietário contratava o serviço do meeiro:

Quando a abertura era realizada com mão-de-obra empreitada, utilizava-se o meeiro para etapa seguinte, a formação de pastagem. Aquele recebia a cedência da terra por dois ou três anos para cultivar suas roças de milho, feijão, arroz e, menos freqüentemente, algodão. O resultado da colheita era dividido com o proprietário. Através desse sistema, este último garantia os recursos necessários para a aquisição das sementes de forragem que seriam semeadas pelos meiros após o término do período de cedência da terra.

No final desse processo, o proprietário obtinha uma fazenda com pastagem artificial formada a um custo reduzido. O restante – a aquisição de rebanhos,

10 Em Dourados, os índios passam todos os dias nas casas da cidade revirando lixos e pedindo comida, usando às vezes, a frase: “Tem pão velho?”, assunto abordado até em forma de poesia, bastante conhecida, do poeta douradense Emmanuel Marinho, denominado *Genocídio*.

11 Tratava-se de uma pecuária de cria e recria, sendo a engorda destinada às invernadas paulistas (SILVA, M.C.T., 1992).

12 Satelis et.al. (2001).

currais e demais infra-estruturas – era garantido pelos financiamentos do Banco do Brasil. (SILVA, M.C.T. 1992, p. 54)

Essa estratégia, utilizada na formação de pastos, é muito comum no Brasil. O que consideramos importante destacar nesse relato é que esse sistema constitui um mecanismo empregado pelo proprietário de terra visando a produzir renda da terra, ou seja, produzir capital, sem ter que desembolsar seus próprios recursos, o que é possível graças ao caráter privado da terra. É o proprietário de terra recriando relações não capitalistas por meio da parceria, visando a obter renda da terra e produzindo pasto sem ter que gastar para isso. Segundo Oliveira, A. U. (1994, p. 9):

Esta relação revela, pois, que o próprio capital lança mão de relações de trabalho e produção familiares para produzir o capital. E isto tem sido possível através da transferência de renda da terra em produto, quando da parceria, ou em dinheiro, quando o pagamento é feito em dinheiro, e/ou em trabalho, quando os camponeses, parceiros ou rendeiros deixam o pasto refeito sem ter recebido pagamento algum por este trabalho. Assim o fazendeiro não só cobrou renda pela cessão da terra, como ficou com parte da produção (em mercadoria ou dinheiro) e ainda ficou com o pasto renovado, ou seja, não pagou os dias de trabalho do camponês, apropriando-se deste trabalho gratuitamente.

Por intermédio desses mecanismos, as áreas de mata do sul do Estado também foram sendo ocupadas por grandes fazendas de criação de gado e por camponeses, originários dos projetos de colonização públicos e privados, conforme já mencionado anteriormente, que se dedicavam à produção camponesa, comercializando o excedente.

A acumulação do capital ocorria principalmente por meio dos comerciantes, que subordinavam os camponeses, financiando suas lavouras, fornecendo sementes, inseticidas e instrumentos de trabalho que deveriam ser amortizados na colheita¹³. A produção adquirida pelo comerciante (principalmente algodão e amendoim) era revendida em São Paulo para abastecer as indústrias de óleos da Alta Sorocabana (SILVA, M.C.T., 1992).

A partir do final da década de 1960, o processo de desenvolvimento do capital no campo em Mato Grosso do Sul vai assentar suas bases sob o domínio do capital industrial, que se expandia no país orientado

13 Essa amortização era paga em produto ou com a própria propriedade, no caso de os colonos não terem obtido boa colheita, pois os contratos, apesar de verbais, eram cumpridos rigorosamente pelos camponeses.

pelo modelo de produção propugnado pela chamada Revolução Verde¹⁴. Viabilizaram esse novo *modo industrial de produzir* no campo (COSTA, 1990) as culturas do trigo, da soja e a pecuária melhorada, que se expandiram primeiramente nas áreas ocupadas pela pecuária tradicional, devido ao baixo custo de implantação, por essas áreas de campos abertos, terem preço mais baixo que o das áreas de mata. Entre 1968 e 1971 houve considerável elevação no preço da terra¹⁵, fazendo com que aumentasse a exploração dessas culturas por meio do sistema de arrendamento.

Na década de 1970, a soja torna-se uma das principais atividades econômicas. Dentre os fatores que contribuíram para sua expansão podemos citar a conjuntura econômica e as condições geográficas favoráveis, o esgotamento da fronteira agrícola no Sul do país, e os incentivos do Estado (por meio de políticas creditícias, isenção fiscal, infra-estrutura), atraindo, principalmente, granjeiros gaúchos¹⁶.

Na Tabela 1 temos a evolução das atividades agropecuárias mais significativas. Podemos observar que a soja expandiu-se no final dos anos 70 e início dos anos 80, mantendo certa estabilidade conforme o censo agropecuário de 1985, oscilando para mais ou para menos, de acordo com a conjuntura econômica do período. O arroz, que inicialmente era utilizado na abertura de novas áreas por apresentar custo de produção mais baixo que a soja, foi reduzindo sua importância à medida que a cultura da soja avançava. O trigo, empregado como cultura de inverno em consórcio com a soja, apresentou sensível redução nos anos de 1990, quando o governo inicia o processo de liberalização e desregulamentação econômica. A cana-de-açúcar se fez mais presente no Estado, a partir de meados dos

14 A Revolução Verde foi um programa idealizado e patrocinado inicialmente pelo grupo Rockefeller e gestado no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando surge a preocupação com a questão alimentar. O objetivo aparente do programa era o de aumentar a produção e produtividade agrícola no mundo, atuando através de duas frentes: mudanças no processo produtivo substituindo a agricultura tradicional por uma agricultura mais moderna, e maior controle dos produtores, via assistência técnica e extensão rural. A primeira foi alcançada através do investimento em pesquisa em variedades de sementes mais produtivas e adaptáveis às regiões propícias à agricultura, patrocinadas inicialmente pelo grupo Rockefeller, mas depois incorporadas pelo poder público dos países onde se realizavam tais experimentos. A segunda, através da criação de organismos de assistência técnica e de crédito rural. Por trás desse programa havia interesses de grandes grupos econômicos em ampliar mundialmente a venda de insumos modernos (sementes, máquinas, equipamentos, fertilizantes, implementos, defensivos), tornando os produtores rurais dependentes desse novo sistema de produção. A sua fase de expansão se deu a partir de meados dos anos 60, sendo que os países que aderiram à Revolução Verde eram induzidos a utilizar essas novas técnicas de produção. No Brasil, a criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) em 1971 e da Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) tiveram papel importante na expansão dessa modernização tecnológica no país, na medida em que incorporavam esse novo modelo de produção agrícola, o que contribuiu para desestruturar as iniciativas nacionais de produção, inclusive de universidades (BRUM, 1988).

15 Segundo Silva, M.C.T. (op.cit.), em 1968 o preço da terra estava em Cr\$ 20,00/ha na região de Dourados, ao passo que em 1971 alcançou os Cr\$ 1.000,00/ha.

16 Sobre a expansão da soja no espaço agrário sul-mato-grossense, ver Silva (1992), Oliveira, T.C.M. (1993) e Teixeira (1989).

anos 80, sendo cultivada pelo capital agroindustrial em pontos localizados. O milho, por sua vez, teve sua produção aumentada, crescendo cada vez mais à medida que o trigo deixa de ser opção econômica, o que ocorre quando há o aumento da demanda pelo milho no Estado, em vista da introdução da avicultura e suinocultura. As demais culturas têm apresentado pouca expressão em termos de área colhida, sendo cultivadas principalmente em propriedades menores.

A expansão das culturas do trigo e da soja – agricultura mecanizada - juntamente com todo o aparato público necessário (sistema de energia elétrica, rede de estradas, sistemas de armazenamento, crédito subsidiado, incentivos fiscais), inaugurou a passagem, no campo sul-mato-grossense, do domínio da subordinação pelo capital comercial para o domínio da subordinação do capital industrial e financeiro. Uma nova correlação de forças se estabelece, na medida em que o campo torna-se subordinado ao capital industrial. De uma forma geral, os preços deixam de ser ditados pelas casas comerciais, para dependerem, agora, no caso das *commodities*, de cotação na bolsa de mercado de futuros onde é comercializada: Bolsa de Chicago. O preço acaba sendo imposto pelo capital monopolista, que domina o setor. Os grãos passam a ter o preço, conforme seu custo de produção em nível mundial, as adversidades climáticas, as especulações, a intervenção pública (por meio de subsídios), que podem interferir significativamente na formação do preço. Além do que, os produtos agrícolas, de um modo geral, podem ser considerados inelásticos, ou seja, sua produção não pode aumentar ou reduzir rapidamente de acordo com a demanda, como os produtos industriais e de serviços.

Tabela 1 – Estado de Mato Grosso do Sul
Área colhida das principais lavouras - 1975 a 2000

Área colhida (ha)						
Ano	1975	1980	1985	1990*	1995/96	1999/00*
Algodão	26.028	33.882	59.427	44.570	48.799	48.450
Arroz	595.454	347.561	219.533	116.991	59.947	66.068
Cana-de-açúcar	---	9.547	43.246	67.358	78.347	99.135
Feijão	17.501	37.325	42.841	62.229	17.303	11.302
Mandioca	5.804	5.017	12.724	24.569	14.368	32.519
Milho	104.163	115.175	159.985	255.747	416.684	394.538
Soja	121.829	606.998	958.568	1.256.469	746.168	1.099.359
Trigo	11.118	76.978	153.661	184.427	31.573	34.949
Total do grupo	881.987	1.232.483	1.649.985	2.010.370	1.413.189	1.786.320
Quantidade produzida (toneladas)						
Ano	1975	1980	1985	1990*	1995/96	1999/00*
Algodão	31.790	50.094	90.479	73.559	76.708	127.839
Arroz	585.439	337.369	235.347	182.458	162.392	226.649
Cana-de-açúcar	10.473	242.042	2.454.098	4.193.288	5.160.330	6.219.155
Feijão	9.743	19.719	24.336	33.966	12.617	9.465
Mandioca	73.719	76.720	132.146	436.653	244.545	591.231
Milho	130.128	163.107	254.314	595.718	1.328.032	1.069.571
Soja	167.981	1.042.237	1.811.881	2.038.614	1.796.994	2.486.120
Trigo	5.929	78.033	238.085	204.035	34.619	34.712

Fonte: IBGE, censo agropecuário.

* PAM (Produção Agrícola Municipal), sujeito a alterações.

Como exemplo de fatores que influenciam a dinâmica comercial dos produtos agrícolas, podemos citar a ação do Estado na definição de políticas para o setor como a Lei Kandir¹⁷, que tem incentivado a exportação de matérias-primas para fora do país, interferindo na arrecadação de Mato Grosso do Sul¹⁸. No caso da pecuária, temos as exigências sanitárias nacionais/internacionais que, cada vez mais, vêm pressionando/influenciando o surgimento de novas formas de criação/produção mundiais. No Mato Grosso do Sul, o lançamento do Projeto Vitelo do Pantanal (em 04/08/2001, no município de Miranda), que pretende aumentar em 30% a renda final dos pecuaristas, tem como objetivo a busca por adequação aos novos padrões internacionais de concorrência da carne bovina. No caso da cana-de-açúcar, a situação é diferente, pois nessa atividade - que é mais concentrada ainda, posto que 70,5% da produção encontra-se nos estabelecimentos acima de 10.000 ha, e pertencem a apenas 6 produtores ou 0,9% do total de informantes, segundo o IBGE - é comum os capitalistas da indústria serem também os mesmos que detêm a propriedade da terra. Nesse caso, temos a formação das verdadeiras agroindústrias e, assim, o processo do que Oliveira (1992) denomina de *territorialização do capital*, pois capitalista da indústria, capitalista da agricultura e proprietário de terra estão unificados em uma só pessoa. São as agroindústrias que ditam o preço nessa atividade, ou seja, a produção comanda a circulação.

Nessa “queda-de-braço”, uma das formas de atuação dos proprietários de terra e capitalistas dá-se por meio de formação de lobbies no Congresso Nacional, o que tem levado à securitização da dívida agrícola e feito dos grandes proprietários/capitalistas seus maiores credores¹⁹. Dessa forma, a renda da terra apropriada pelos proprietários de terra e/ou pelo capital industrial, é paga, mais uma vez, por toda a sociedade. Em 1999, 2,1% dos produtores rurais que possuíam empréstimos no Banco do Brasil monopolizavam mais da metade dos créditos agrícolas concedidos pelo Banco, o que equivalia a R\$ 13,755 bilhões. Por outro lado, 97,9% dos produtores (687 mil produtores) contabilizavam R\$ 10,254 bilhões. O mais grave disso tudo é que 73,21% desses agricultores possuíam dívidas abaixo dos R\$ 10 mil.

17 Criado pela Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e Distrito Federal, em relação a operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e internacional e de comunicação, conhecida como Lei Kandir. Dentre as várias disposições, isenta de ICMS produtos primários e industrializados semi-elaborados para exportação.

18 Em 1998, o referido estado deixou de arrecadar R\$ 135 milhões. Foi ressarcido pelo seguro-receita em R\$ 68 milhões, ficando ainda, um déficit de R\$ 67 milhões. (Gazeta Mercantil, 12,13 e 14/02/99).

19 Conforme apurou a *Folha de São Paulo* (22/08/99), uma das maiores devedoras no Banco do Brasil era a Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim, cujo sócio era o vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN) e ex-governador do Rio Grande do Norte, que tinha dívidas no valor de R\$ 130 milhões.

Podemos então dizer que, de 1970 até o final de década de 80, predominavam, economicamente, três atividades principais no campo: a pecuária bovina, as culturas da soja e do trigo. A pecuária era praticada em todo o Estado mas, como atividade econômica principal, ela fazia-se presente no centro-leste, oeste e sudoeste²⁰, e a soja era cultivada inicialmente na porção meridional, expandindo-se posteriormente para o norte, com o avanço da fronteira agrícola. Outras culturas também eram desenvolvidas, como a da mandioca, do feijão, do arroz, da cana-de-açúcar, mas em menor escala.

A apropriação capitalista do território tem sua expressão também na configuração fundiária do Estado, que foi sendo constituída por grandes latifúndios (terras com mais de 1.000 ha) onde se desenvolve a pecuária, localizada principalmente nas áreas citadas (nesses latifúndios, também é possível encontrarmos, em menor escala, a soja e a cana-de-açúcar); por latifúndios e propriedades de médio porte (entre 100 e 1.000 ha), onde se desenvolvem a pecuária e o binômio trigo/soja; por minifúndios (extensões de terra com menos de 100 ha), localizados principalmente em áreas de colonização pública (federal e municipal) e por pequenos loteamentos, onde se verificam atividades variadas, sobretudo as relacionadas às culturas do arroz, feijão, mandioca, soja, e as referentes à produção de pecuária leiteira e aves.

Em termos absolutos, relativamente à área ocupada, a pecuária bovina, a cana-de-açúcar, a soja e o milho²¹ encontram-se predominantemente em áreas de significativa extensão, sendo atividades desenvolvidas pela classe dos proprietários de terra, independente das relações de trabalho por eles utilizadas.

Nesse sentido, a capacidade de esses proprietários auferirem a renda da terra é maior que a daqueles que possui estabelecimentos com menos de 100 ha (que correspondem a 2,2% da área ocupada), já que os proprietários de terra detêm o monopólio de maior extensão territorial.

Considerando que parte dessas atividades passaram a ser processadas industrialmente no próprio Estado, a partir de meados da década de 80, e que outra parte, é exportada “in natura” pelos atravessadores, temos que considerar também, na dinâmica das relações que se processam nessas atividades, a ação do capital industrial e do Estado.

20 Reforçamos a afirmação do predomínio da pecuária enquanto atividade principal nessas áreas e não em termos de densidade.

21 No Censo Agropecuário de 1995/96 encontravam-se respectivamente, nos estabelecimentos entre 100 e menos de 1.000 ha e nos acima de 1.000 ha: 25,9% e 70,2% da pecuária bovina; 15,3% e 83,9% da cana-de-açúcar; 44,3% e 48,6% da soja e 43,2 e 48,9% do milho.

O papel do Estado na expansão desse modo industrial de produzir foi decisivo²², principalmente no âmbito federal. Em nível estadual²³ destacaram-se a Lei nº. 440, de 1984 (primeira lei de incentivo à industrialização), através da qual abriu-se a possibilidade de implantação de plantas industriais²⁴ no Estado; a Lei nº. 701, de 1987, que realmente impulsionou o processo de industrialização (e que posteriormente foi reformulada pela Lei nº. 1.239, de dezembro de 1991 e complementada pelas Leis nº. 1.225/91, nº. 1.292/92 e 1.798/97). De um modo geral, são leis que concedem incentivos fiscais, referentes à isenção do ICMS da cota parte do Estado (descontam-se 25% dos municípios e 8% do Fundo de Desenvolvimento Industrial), e têm beneficiado várias indústrias, incentivadas pelos governantes que se revezavam no poder até 1998²⁵.

Assim, aos poucos, Mato Grosso do Sul foi se inserindo dentro do projeto nacional de “modernização da agricultura”. Tal política, associada à participação do poder público na construção de uma infra-estrutura objetivando aumentar a produção agropecuária e a circulação do capital, promoveu a expansão do modo industrial de produzir no campo sul-matogrossense. Um indicativo pode ser evidenciado pela presença de tratores nos estabelecimentos, conforme a Tabela 2.

22 Maiores informações ver: Oliveira, T.C.M. (1993), Silva, M.C.T. (1992), Gardin (1998) e Abreu (2001).

23 A partir da divisão de Mato Grosso (com a lei complementar nº. 31/77) e com a introdução do bipartidarismo na década de 60, instaurou-se, do ponto de vista da política estadual, um equilíbrio entre as forças envolvidas (pois reduziu a disputa oligárquica entre ARENA e MDB), de maneira que tem levado uma a suceder a outra, ao longo dos anos. Dessa forma, na história de Mato Grosso do Sul, tivemos o revezamento entre os representantes dessas forças políticas, traduzidas entre Marcelo Miranda, Pedro Pedrossian e Wilson B. Martins. Nesse revezamento de representantes das facções oligárquicas, foi-se configurando no Estado uma política de desenvolvimento industrial, baseada na concessão de benefícios fiscais, que isentava do pagamento de ICMS da cota parte que cabe ao Estado (SOUZA, 1997).

24 As primeiras plantas industriais de grande porte a se instalarem no estado foram as unidades esmagadoras de soja (óleo e farelo), dentre as quais destacam-se a Frigobrás (Sadia – 1984), a Copaza (1985), a Júnior (1986), a Ceval (1988), a Fatisul (1989), Matosul (1989) e a Soceppar (1989). (OLIVEIRA, T.C.M., 1993).

25 A respeito das articulações políticas dos representantes das facções oligárquicas para a sua manutenção no poder em Mato Grosso do Sul, ver Souza (1997).

Tabela 2 - Estado de Mato Grosso do Sul
Número de tratores, segundo grupos de área total

1975				
Grupos de área total (ha)	Informantes	Total (tratores)	Total de estab. no Estado	(%)*
Menos de 10	133	139	22.279	0,6
10 a menos de 100	1.234	1.400	20.823	5,9
100 a menos de 200	662	8.100	3.072	21,5
200 a menos de 500	1.327	1.871	4.017	33,0
500 a -1 000	1.143	1.967	2.637	43,3
1000 a -10 000	2.267	4.794	4.480	50,6
10 000 e mais	382	1.310	537	71,1
Sem declaração	---	---	8	0,0
Total	7.148	19.581	57.845	12,4
1985				
Grupos de área total (ha)	Informantes	Total (tratores)	Total de estab. no Estado	(%)*
Menos de 10	371	417	14.916	2,5
10 a menos de 100	3.752	4.516	18.750	20
100 a menos de 200	1.674	2.422	4.450	37,6
200 a menos de 500	3.266	5.339	6.232	52,4
500 a -1 000	2.629	4.766	3.992	65,9
1000 a -10 000	4.500	11.431	5.758	78,2
10 000 e mais	391	2.184	457	85,6
Sem declaração	1	1	76	1,3
Total	16.584	31.076	54.555	30,4
1995/96				
Grupos de área total (ha)	Informantes	Total (tratores)	Total de estab. no Estado	(%)*
Menos de 10	445	476	9.170	4,9
10 a menos de 100	3.568	4.457	17.753	20,1
100 a menos de 200	1.863	2.627	4.214	44,2
200 a menos de 500	4.044	6.358	6.628	61,0
500 a -1 000	3.492	6.106	4.581	76,2
1000 a -10 000	5.610	13.934	6.493	86,4
10 000 e mais	379	2.409	409	92,7
Sem declaração	15	20	175	8,6
Total	19.416	36.387	49.423	39,3

Fonte: IBGE, censo agropecuário.

* Percentual do número de informantes que possuem tratores, em relação ao total de estabelecimentos no estado por extrato de área.

A análise da tabela, no que se refere ao número de tratores, aponta para o fato de que, mesmo com a política nacional de incentivos fiscais, subsídios, facilidades de crédito para aquisição de tratores, a partir da década de 1960, o nível de mecanização dos estabelecimentos ainda é baixo; pois, como se vê no censo de 1995/96, apenas 39,3% dos estabelecimentos possuíam tratores; 60,7%, ainda não possuía. A grande diferença pode ser observada entre os extratos de área, pois eles revelam que os tratores encontram-se em número expressivo nas grandes propriedades, muitas delas, inclusive, possuindo mais de um trator. Foram, então, os maiores estabelecimentos que tiveram, no período considerado, acesso à mecanização que cresceu proporcionalmente ao tamanho da área.

Todavia, esses dados devem ser analisados com cautela, uma vez que apesar de o capital industrial, através de seu sistema de máquinas

agrícolas, buscar impor um módulo mínimo para o cultivo da soja²⁶, esse processo não tem sido homogêneo, pois a capacidade de produção de uma máquina, embora possa contribuir, não deve ser vista como fator determinante na produção, posto que a atividade agropecuária comporta outras formas de uso da força de trabalho, como, por exemplo, o aluguel de máquinas ou a terceirização da produção, conforme indica a Tabela 3.

Como se pode observar nessa tabela, o uso de força mecânica utilizada no trabalho agrícola também é elevado nos estabelecimentos com extensão menor que 100 ha (79,6% dos tratores encontravam-se em estabelecimentos com área inferior a 100 ha). Vale lembrar ainda que é comum o aluguel de maquinários entre aqueles que não dispõem de equipamento próprio.

Dos informantes, 18.840 possuíam área menor de 100 ha e utilizavam força de trabalho mecânica própria ou alugada. Em trabalho de campo, pudemos encontrar pequenos produtores de soja que, não dispondo de maquinário para plantio e colheita, contratavam os serviços do vizinho ou da associação do bairro que dispunha de equipamento para tal finalidade.

A expansão do binômio trigo/soja, a partir dos anos de 1970, provocou um processo de reestruturação produtiva no campo sul-matogrossense, impondo novos sistemas de produção em vista dessas culturas serem baseadas na agricultura mecanizada, e recriar novas relações de trabalho e produção.

26 Segundo Silva (1992, p. 181-182) “....o módulo mínimo é definido pelo sistema de máquinas agrícolas, isto é, pelas combinações das capacidades de trabalho por área em cada safra do conjunto de máquinas. No espaço de Dourados, observa-se, por exemplo, que as colhedeiças de menor porte (que são as mais comuns na região) possuem uma capacidade de colher aproximadamente uma área de 300 ha de lavoura por safra. (...) Tal sistema de máquinas vai definir assim um módulo mínimo para essa agricultura situado em torno de 300 ha. Evidentemente para quem possui menos do que esse módulo mínimo há ociosidade de máquinas e a tecnificação vai se tornando inviável pois não se paga.”

Tabela 3 – Estado de Mato Grosso do Sul
Estabelecimentos com indicação de uso e procedência
da força utilizada nos trabalhos agrários, segundo grupos de área total (ha)

Grupos de área total (ha)	Total de estabelecimentos	TIPO		PROCEDÊNCIA		
		Animal	Mecânica	Própria	Alugada	Outra forma
Menos de 10 ha	9.170	2.639	4.508	2.868	2.564	1.886
10 a – 100	17.753	6.411	9.332	9.208	5.497	1.488
100 a – 200	4.214	816	2.590	2.452	621	239
200 a – 500	6.628	1.244	4.909	4.765	683	302
500 a – 1.000	4.581	900	3.869	3.810	334	186
1.000 a – 10.000	6.493	1.579	5.929	5.950	404	260
10.000 e mais	409	186	386	399	21	13
Sem declaração	175	11	50	49	8	3
TOTAL	49.423	13.786	31.573	29.501	10.132	4.377

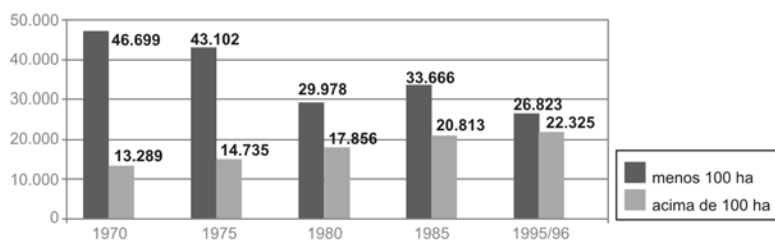
Em percentual (%)

Grupos de área total (ha)	Total de estabelecimentos	TIPO		PROCEDÊNCIA		
		Animal	Mecânica	Própria	Alugada	Outra forma
Menos de 10 ha	18,6	19,1	14,3	9,7	25,3	43,1
10 a – 100	35,9	46,5	29,5	31,2	54,3	34,0
100 a – 200	8,5	5,9	8,2	8,3	6,1	5,5
200 a – 500	13,4	9,0	15,6	16,1	6,7	6,9
500 a – 1.000	9,3	6,5	12,2	12,9	3,3	4,2
1.000 a – 10.000	13,1	11,5	18,8	20,2	4,0	5,9
10.000 e mais	0,8	1,4	1,2	1,4	0,2	0,3
Sem declaração	0,4	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Censo agropecuário.

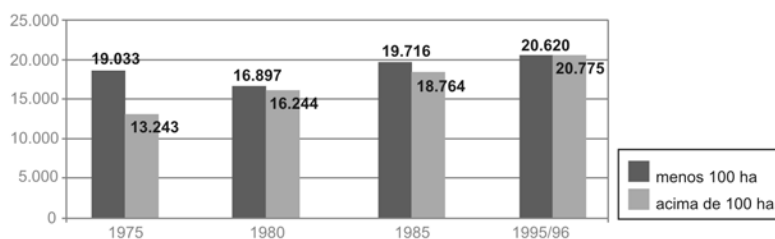
Nos dados referentes ao número de estabelecimentos por grupos de área total (Gráfico 1) e à condição do produtor (Gráficos 2 a 5), podemos ter um indicativo do que tem acontecido no Estado. Apesar de, entre 1970 e 1995/96, novas terras terem sido incorporadas ao processo produtivo (2.464.955 ha), verificamos que os estabelecimentos com menos de 100 ha, no período considerado, passaram de 46.699 para 26.923, ou seja, os estabelecimentos com menos de 100 ha foram reduzidos em mais de 40%. Considerando a área ocupada, notamos que houve a redução de 774.256 ha para 676.844 ha, isto é, 12,2% de redução. Observamos ainda que o impacto da mecanização ocorreu de forma diferenciada no campo.

Gráfico 1 - Estado de Mato Grosso do Sul
Número de estabelecimentos (1970 - 1995/96)



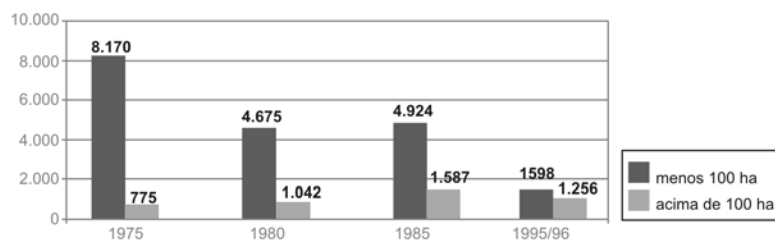
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

Gráfico 2 - Estado de Mato Grosso do Sul
Número de proprietários

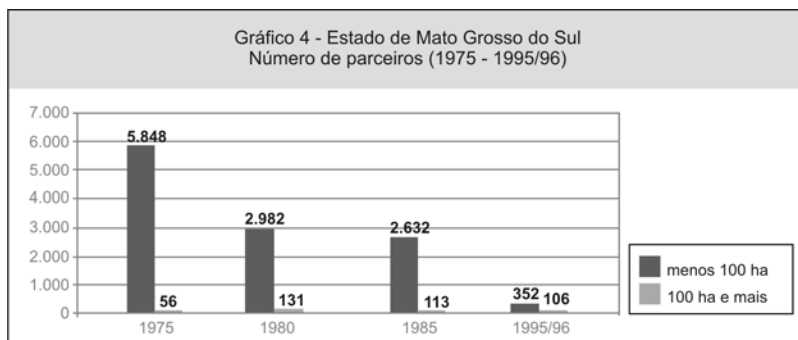


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

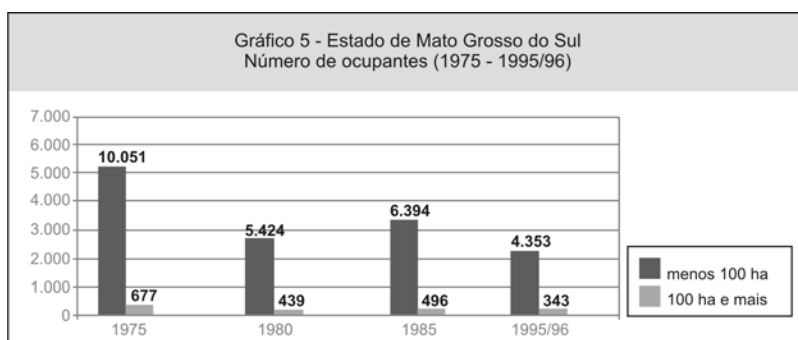
Gráfico 3 - Estado de Mato Grosso do Sul
Número de arrendatários (1975-1995/96)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

Verificamos que o impacto maior ocorreu entre 1975 e 1980²⁷, quando a soja tem um aumento de 398,2% de área colhida (passando de 121.829 ha para 606.998 ha). O número de estabelecimentos com menos de 100 ha caiu 30,4%, numa soma geral dos estabelecimentos. Contudo, ao analisarmos os dados sobre a condição do produtor, notamos que o referido impacto se deu de forma diferenciada entre os camponeses. Os camponeses parceiros, rendeiros e ocupantes (Gráficos 3 a 5) foram os que mais sofreram com a expansão da agricultura mecanizada no Estado no período considerado, a qual provocou uma redução que variou de 42,8% e 49%. Com relação aos camponeses proprietários, verificou-se que o seu número teve uma redução de apenas 11,2%, conforme o Gráfico 2. Isso revela que a presença da mecanização não afetou de modo significativo a estrutura fundiária das pequenas propriedades. Aliás, esse número cres-

27 Entre os Censos Agropecuários de 1970 e 1975, os estabelecimentos com menos de 100 ha reduziram em 7,7% com 3,4% de redução de área. Já os estabelecimentos maiores de 100 aumentaram em 10,9%, com aumento de 3,5% de área.

ceu nos censos seguintes (6,7% entre 1980 e 1985 e 4,6% entre 1985 e 1995/96). Considerando que, nos estabelecimentos com extensão inferior a 100 ha, predomina o trabalho familiar, conforme já demonstrou Oliveira, A.U. (1991b), podemos afirmar que os camponeses proprietários têm aumentado em números absolutos entre 1980 e 1995/96.

Os ocupantes, apesar de terem diminuído em números absolutos, apresentaram uma dinâmica própria, oscilando durante o período. Boa parte dessa redução deve-se à regularização fundiária verificada no período, o que contribui, também, para explicar o aumento do número de camponeses proprietários. De 1978 a outubro de 1994, foram assentadas 5.583 famílias no Estado, distribuídas em 29 assentamentos (FERNANDES, 1998). Para esses camponeses, separados dos seus meios de produção, ocupar a terra significa não aceitar ser proletário, não pagar a renda da terra pelo seu uso, e sim tornar-se um posseiro (OLIVEIRA, A.U. (op.cit.). Nesse processo, verificamos a *diferenciação do campesinato*, não enquanto processo progressivo, conforme afirmado por Lênin (1982), mas como processo contraditório, pois é assim que surgem os tipos de camponeses: parceiros, rendeiros, proprietários, posseiros (OLIVEIRA, 1991b, p. 63).

Os estabelecimentos com área maior que 100 ha aumentaram em 20,4%, considerando-se o total de estabelecimentos entre 1975 e 1980, tendo o fato se verificado entre quase todas as categorias de produtores, ou seja, proprietários de terra²⁸, 22,7%; arrendatários capitalistas, 34,5% e parceiros, 133,9%. Os ocupantes diminuíram em 35,2%. De um modo geral, os arrendatários capitalistas e parceiros têm pouca representatividade no total dos estabelecimentos acima de 100 ha. No censo de 1985, quando tiveram maior expressão, o índice ficou entre 4,6% e 0,3% respectivamente, predominando, nessa modalidade, a figura dos proprietários de terra.

O Censo de 1995/96 indica um novo impacto entre os camponeses rendeiros e parceiros, que quase desaparecem no referido período. A queda no arrendamento de terras verificada tanto entre os camponeses quanto entre os capitalistas, é o reflexo da política de liberalização econômica implementada no governo de Fernando Henrique Cardoso, através da introdução de produtos alimentícios importados a preços mais baixos que os custos de produção nacional, o que desestimulou a produção interna.

Apesar de os camponeses proprietários não terem sido reduzidos em termos absolutos entre 1980 e 1995/96, a estrutura fundiária ainda continua muito concentrada. Comparando o Censo de 1995/96 e seus extratos de área, observamos que, entre os estabelecimentos com área abaixo

28 Os proprietários de terra são considerados aqui como classe social, no sentido proposto por Marx.

de 100 ha, 55% ocupavam 2% da área, 14% dos estabelecimentos acima de 1.000 ha ocupavam 79% da área. Se a esses dados acrescentarmos os estabelecimentos entre 100 e 1.000 ha, observamos que estes somam 45% do total, ocupando 98% da área do Estado, ou seja, menos da metade dos estabelecimentos do Estado ocupa quase toda a área. Apesar de o número de estabelecimentos não corresponder ao número de propriedades, podemos inferir que esses dados aproximam-se muito da estrutura fundiária, se considerarmos a pouca representatividade do número de arrendatários, parceiros e ocupantes nesse censo.

Podemos verificar, por esses dados, que a introdução da agricultura mecanizada no Estado provocou redefinições das relações de produção, à medida que a soja avançava como cultura dominante²⁹. Beneficiados pela conjuntura econômica internacional favorável e pelo aparato do fundo público³⁰, capitalistas da agricultura e, posteriormente da indústria, ocupavam o território sul-mato-grossense, principalmente o sul e o norte, expropriando parte das famílias camponesas (rendeiros e parceiros) que, sem acesso aos incentivos públicos, se deslocavam para a cidade ou iam buscar a sua reprodução na migração, ou, resistiam à proletarianização, organizando-se através de movimentos sociais.

Os dados podem ser comprovados pela Tabela 4, onde verificamos que, entre 1975 e 1995/96, os estabelecimentos com mão-de-obra familiar sofreram redução de 41,5%, passando de 42.161 informantes para 24.668, ao passo que os estabelecimentos com trabalho assalariado permanente aumentaram de 10.628 para 21.748 informantes, ou seja, houve um aumento de 104,6%. Contudo, apesar desse violento processo de expropriação que sofreu, no período considerado, o campesinato, que representava 70,8% dos informantes em 1975, constituía ainda, no censo de 1995/96, 46,5% do pessoal ocupado em Mato Grosso do Sul, incluindo aí os parceiros. Isso significa que o trabalho assalariado, diferentemente do que muitos ainda acreditam, está longe de se tornar única relação de trabalho a existir no campo sul-mato-grossense.

Podemos observar que em 1975, 70,4% dos informantes exploravam as propriedades com mão-de-obra familiar, ao passo que os empregados permanentes somavam 17,8%. Esse percentual vai aumentando progressivamente nos censos seguintes, chegando a mão-de-obra familiar 29% em 1980, 33,4% em 1985 e 40,4% em 1995/96, mas, mesmo assim, não chega a 50% nesse último censo.

29 Sobre o papel do Estado na expansão do trigo e da soja em Mato Grosso do Sul, ver Silva, M.C.T. (1992)

30 Conforme Oliveira, F. (1998).

Tabela 4 – Estado de Mato Grosso do Sul
Condição do pessoal ocupado

Condição do pessoal ocupado	1970 Informantes	1975 Informantes	1980 Informantes	1985 Informantes	1995/96 Informantes
Só responsável e familiares	*	42.161	29.128	31.321	24.668
Empregados trabalho permanente	8.153	10.628	15.263	19.958	21.749
Empregados trabalho temporário	4.545	6.334	7.684	7.275	5.636
Parceiros	348	205	358	367	385
Outra condição	463	545	222	842	1.436
TOTAL		59.873	52.655	59.763	53.874

Fonte: IBGE, Censo agropecuário.

Obs.: O ano de 1970 refere-se às microrregiões de Pantanaís, Alto Taquari, Paranaíba, Bodoquena, Pastoral de Campo Grande, Três Lagoas, Campos de Vacaria e Mata de Dourados, que constituíam o atual estado de Mato Grosso do Sul.

* No ano de 1970 não foi possível identificar o número de informantes por constar apenas o total de informantes do antigo estado de Mato Grosso.

Diante dos dados analisados, concordamos com Oliveira, A.U. (1991) quando observa que o capitalismo, ao se expandir no campo, não tem que necessariamente expandir as relações capitalistas. O capital, muitas vezes, lança mão de relações não-capitalistas, como, por exemplo, a do trabalho familiar, para produzir capital. Por isso, o autor afirma que o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, desigual e combinado.

Uma outra contradição que podemos destacar nesse processo de reestruturação produtiva ocorrido no campo sul-mato-grossense, bem como nas características da mecanização, é que, mesmo assim, podemos afirmar que os maiores estabelecimentos não têm apresentado maior produção, proporcionalmente à área ocupada.

Nesse sentido, na Tabela 5 verificamos que, apesar de ocuparem apenas 2,2% da área, os estabelecimentos com menos de 100 ha foram responsáveis, no censo agropecuário de 1995/96, pelos seguintes resultados na produção: 3,8% da pecuária, 39,6% de suínos, 71,6% das aves, 7,1% da soja, 7,9% do milho, 0,8% da cana-de-açúcar, 11,6% do trigo, 17,7% do algodão, 14% do arroz em casca, 29% do feijão em grão e 46,1% da mandioca. Com exceção da cana-de-açúcar e, em menor escala, da soja, nas demais atividades verifica-se que a produção representa mais que o triplo da área, o que já não acontece com os estabelecimentos acima de 100 ha.

Tabela 5 - Estado de Mato Grosso do Sul
Efetivos de pecuária, pequenos animais e colheita das principais atividades
agropecuárias em julho de 1996, por grupos de área total (ha)

Grupos de área (ha)	-100		100 a -100		1.000 a -10.000		10.000 e mais	
	Inf. (%)	Quant. (%)	Inf. (%)	Quant. (%)	Inf. (%)	Quant. (%)	Inf. (%)	Quant. (%)
Atividade								
Pecuária	47,3	3,8	35,6	25,9	15,9	55,2	1,0	15
Suínos	55,1	39,6	31,0	33,8	12,9	21,1	0,8	5,5
Aves	59,3	71,6	27,7	23,1	11,2	5,1	0,7	0,2
Soja	52,2	7,1	38,2	44,3	9,2	41,2	0,4	7,4
Milho	63,4	7,9	26,4	43,2	9,9	38,9	0,3	10,0
Cana-de-açúcar	65,0	0,8	27,3	15,3	6,8	13,4	0,9	70,5
Trigo	49,4	11,6	42,5	60,3	7,8	28,0	0,3	0,1
Algodão em caroço	93,9	17,7	5,1	25,3	1,0	20,0	0,04	37,0
Arroz em casca	71,9	14,0	19,9	50,0	8,1	31,1	0,1	4,9
Feijão em grão (segunda safra)	73,7	29,0	11,7	47,8	4,6	23,2	---	---
Mandioca	73,4	46,1	20,0	32,7	6,4	21,0	---	---
Total de informantes e área (ha) por grupos de área total								
Total	Estab.	Área total (ha)	Estab.	Área total (ha)	Estab.	Área total (ha)	Estab.	Área total (ha)
Total (%)	54,5	2,2	31,2	19,4	13,1	53,9	0,8	24,5
Total (absoluto)	26.923	676.844	15.423	5.992.676	6.493	16.677.386	409	7.595.866

Fonte: IBGE, censo agropecuário.

Inf. = Informantes

Quant. = Quantidade

Estab. = Estabelecimentos

Obs: Os estabelecimentos sem declaração não foram contabilizados.

Unidades de medida: pecuária e pequenos animais = cabeças

lavoura= toneladas

Os estabelecimentos que possuem entre 1.000 e 10.000 ha, por exemplo, representaram 54% da área total; contudo, eles produzem um efetivo de 55,2% de gado bovino, 21,1% de suíno, 5,1% de aves, 41,2% da soja, 38,9% do milho, 13,4% da cana-de-açúcar, 28% do trigo, 20% do algodão, 31,1% do arroz em casca, 23,2% do feijão e 21% da mandioca. Vale ressaltar que esses estabelecimentos apresentam um dos mais elevados índices de mecanização e abocanham a maior parte dos créditos destinados ao campo. Podemos verificar que, embora em termos absolutos, os estabelecimentos acima de 100 ha possuam elevados índices de produção, eles devem ser relativizados, se comparados com a área que ocupam. Esses dados colocam em cheque o discurso sobre a inviabilidade econômica da pequena propriedade, pois quem produz proporcionalmente à área ocupada, são os estabelecimentos abaixo de 100 ha. Isso faz-nos repensar a política de financiamento e apoio ao campo, que tem priorizado a grande propriedade.

Outro aspecto interessante a ser destacado também diz respeito à significativa participação do número de informantes dos estabelecimentos menores de 100 ha, em todas as atividades. No caso específico da soja, observamos que, do total de informantes que cultivaram essa cultura no último censo, 52,2% possuem estabelecimentos com menos de 100 ha.

Dessa forma, apesar de, tecnicamente, essa cultura ser economicamente inviável para pequenas propriedades³¹, devido ao sistema de máquinas agrícolas, essa atividade tem sido praticada pelos informantes em questão, seja através de maquinários próprios ou alugados. Esses dados também nos chamam a atenção para a falsa idéia de se associar grandes máquinas a grandes propriedades e para o fato de que 52,2% dos produtores de soja possuem área inferior a 100 ha sugere que outras variáveis necessitam ser acrescentadas para se estudar a relação agricultura/indústria.

Uma outra face decorrente desse processo de desenvolvimento do modo industrial de produzir no Estado é a evidência histórica da constituição do campesinato enquanto classe social, pois os dados têm revelado que, apesar do processo de expropriação que tem sofrido essa categoria de produtores, eles têm retornado à terra, através da luta e da resistência. É um campesinato que quer entrar na terra, a partir do questionamento da lógica econômica vigente. A formação de movimentos sociais aqui organizados é uma evidência desse processo, embora eles aparentemente apareçam como fenômenos isolados.

O Movimento dos Sem Terra (MST), por exemplo, surgiu em 1984, em decorrência das lutas de arrendatários das regiões leste e sudoeste, que resultaram na ocupação da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema. A partir de então, esse movimento começa a organizar os trabalhadores rurais, principalmente com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), articulando-os na luta pela terra. O retorno de brasiguaios vindos do Paraguai, na busca pela implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária no governo de José Sarney, veio engrossar esse movimento, resultando em algumas conquistas, o que tem permitido, já no Censo de 1985, o aumento do número de estabelecimentos de famílias camponesas. Podemos analisar, na Tabela 6, as ocupações de terra, assentamentos e mortes no Estado:

Tabela 6 – Estado de Mato Grosso do Sul
Ocupações de terra, assentamentos e mortes (1979 a 2001)

Ano	1979 -1989	1990 -1994	1995-1998	1999-2001	Total
Ocupações	*	37	135	176	348
Nº famílias nas ocupações	*	5.880	21.911	9.303	28.721
Assentamentos	24	05	47	27**	103
Nº famílias assentadas	4.505	657	6.654	3.281**	15.097
Mortes	15	04	*	*	19

Fonte: elaborado a partir dos dados de Fernandes (2000), CPT e INCRA.

* dados não disponíveis.

** até julho/2001

31 Conforme Silva (1992).

Apesar de não dispormos dos dados sobre as ocupações de terra entre 1979-89, sabemos que o número de mortes relacionado a problemas agrários ocorridos nesse período representa mais que o dobro do número de mortes da década seguinte, ou seja, enquanto quinze trabalhadores morreram no primeiro período, 4 morreram entre 1990-99, o que nos indica o nível de violência com que tem sido tratada a questão agrária no período considerado. O número de ocupações cresceu significativamente a partir da segunda metade da década de 90, num demonstrativo de resistência por parte dos trabalhadores, que recusaram a situação de não possuidores da terra e organizaram-se em movimentos sociais. Observa-se que o aumento do número de assentamentos também cresceu na mesma proporção, o que se explica, não devido à boa e livre iniciativa do Estado em fazer a reforma agrária, mas devido às pressões realizadas pelos trabalhadores no mesmo período: *“E assim, os sem-terra constroem a “geografia das beiras de estradas”, que é o “espaço perdido, ainda público” que resta entre os latifúndios e as estradas”* (FERNANDES, 2002, p. 3)

Diante dessas transformações ocorridas nas principais atividades agropecuárias do Estado de Mato Grosso do Sul compreendemos que a análise não deve ser reduzida apenas à dimensão mais aparente e imediata, por muitos denominada de modernização da agricultura, já que não se constitui na única face gerada pela expansão do modo industrial de produzir. Buscamos demonstrar, neste capítulo, que o rearranjo ocorrido na estrutura produtiva envolveu também outras dimensões que aparentemente não aparecem interligadas. Por se tratarem de atividades onde a mecanização é comumente empregada, o seu desenvolvimento, por exemplo, da soja e do trigo no Estado provocou - além da intensificação no uso de maquinários - o desencadeamento de outros processos, como o intenso desmatamento (prejudicando a reprodução da existência indígena), a expansão de relações capitalistas de produção, a expropriação de trabalhadores rurais do campo, bem como as contradições decorrentes dessas determinações, como a luta pela terra dos camponeses sem terra e a luta pelo território indígena. Assim, embora o processo de modernização técnica seja uma face real e concreta a ser considerada, bem como apresente a sua relevância no espaço agrário, não deve ser considerado como único, progressivo e linear nos estudos sobre a questão agrária.

Entendemos então que o campo no Estado de Mato Grosso do Sul, enquanto fração do território capitalista contém várias faces, inter-relacionadas, mas que têm se apresentado apenas sob a face da modernização técnico-econômica, imagem esta reforçada por empresários capitalistas e intelectuais afinados a esse modo de pensar.

Mesmo com a eleição de José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, em 1998, sinalizando para a emergência de novas lideranças sociais no Estado, produto do processo de democratização por que começou a passar o país nos anos de 1990, o tempo foi demonstrando que o fato de o revezamento entre as antigas lideranças políticas ter sido rompido não significou uma ruptura nas relações de poder. Apesar da euforia das esquerdas ter, inicialmente, “paralisado” os movimentos sociais, com o tempo, a política do novo governo dava sinais de mudança, mas no sentido de um “alinhamento” com a política já em andamento, implementada por Fernando Henrique Cardoso.

O governo Zeca atuou principalmente no fortalecimento das “potencialidades econômicas locais” (setor agroindustrial e turismo³²), geradas pelas demandas do mercado e, na construção de uma política que denominou de inclusão social, buscando assistir os setores considerados excluídos da sociedade capitalista. Na primeira frente de atuação, o governo - além de manter os incentivos fiscais concedidos às indústrias³³ - buscou centrar esforços em infra-estrutura (construção/recuperação de estradas), o que foi possível com a criação do Fundersul³⁴ e do gerenciamento no estado de programas do “Brasil em Ação” (1996/99) e “Avança Brasil” (2000/03) do governo federal. No programa de inclusão social, tivemos a criação do FIS (Fundo de Investimento Social). Através desse Fundo, destinado exclusivamente para a área social³⁵, o contribuinte pode fazer a dedução na hora de recolher os impostos. Em conta específica, esse recurso não entra na base de cálculo da receita vinculada ao pagamento das dívidas do Estado. Contudo, o alcance social desses programas necessitaria ser melhor analisado, pois Mato Grosso do Sul ainda tem figurado (até o início de 2003) entre os estados com maior número de

32 Com o objetivo de definir diretrizes para criação de condições para o desenvolvimento do turismo, o governo criou o PDTUR (Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável).

33 A Lei 1.239/91 combinada com a Lei 1.798 de 10 de dezembro de 1997, concede incentivos de 67% do ICMS para empresas industriais em ampliação, modernização, reativação, realocização e implantação no estado, com prazos que chegam de sete a dez anos. Essa Lei foi prorrogada até 31 de dezembro de 2000. Em 05 de novembro de 2001 foi criada a Lei Complementar nº. 093 (MS Empreendedor), dando continuidade à redução de 67% do ICMS, por um prazo de até cinco anos, prorrogável por igual período.

34 Lei estadual nº. 1963, de 11 de junho de 1999, que dispõe sobre diferimento de ICMS de produtos agropecuários, crédito presumido em operações de abate e outras providências. Os recursos são provenientes da tributação dos produtos agropecuários do estado, como o gado (bovino, bufalino, asinino e equino), milho, arroz, soja, algodão e combustível.

35 Destacam-se os seguintes programas: **Prove Pantanal**: visa a conceder capacitação, assistência técnica e apoio à comercialização de pequenos produtores na instalação de agroindústrias; **Banco do Povo**: foi criado visando a liberar financiamento para pequenos e microempresários no Estado; Programa de **Reforma Agrária**: visa a assentar trabalhadores rurais através da aquisição de terras com recursos oriundos do FIS e da União; Programa **Assentamento Vivo**: visa a dar apoio em infra-estrutura nos assentamentos rurais do estado; **Bolsa-escola**: no valor de R\$ 136,00/mês por família, entre outros. Maiores informações, no site do governo do Estado: www.ms.gov.br.

famílias acampadas no Brasil no início de 2003 (perdendo apenas para Pernambuco e Goiás³⁶), o que coloca em evidência a necessidade da luta pela terra, para ficarmos apenas no exemplo da reforma agrária “solidária” ou de mercado, como ficou conhecida no governo FHC.

Vale destacar o caráter desses fundos (Fundersul e FIS). Quando da época da sua implantação, eles foram considerados um inteligente mecanismo fiscal para se criar recursos para o Estado. O Fundersul, em tese, seria um tributo que se estaria cobrando da classe dos proprietários de terra e dos proprietários de postos de gasolina, para recuperação das rodovias estaduais, que, no início do mandato desse novo governo, encontravam-se em estado lastimável. No entanto, ao manter o ICMS do boi, por exemplo, em torno de 3% (gado em pé, diferido³⁷), considerado um dos menores do país³⁸ (índice que já vinha de governos anteriores por motivos óbvios) essa renúncia fiscal, por um lado, aponta não somente para um alinhamento entre governo e a classe dos proprietários de terra, mas envolve, também, todos os representantes do capital, seja comercial, industrial ou financeiro na medida em que o transporte vem facilitar a circulação de pessoas e mercadorias. Por outro lado, se as alíquotas decorrentes do Fundersul fossem acrescentadas ao ICMS desses mesmos produtos, o recurso arrecadado não iria para o fim específico de recuperação de rodovias, mas sim para o total arrecadado pelo Estado, ou seja, é um recurso que poderia ser destinado para outros fins, como saúde e educação. Também é necessário destacar que, indiretamente, toda a população acaba pagando esse imposto, visto que essa taxa acaba sendo repassada para o consumidor na formação dos preços desses produtos. O FIS é um fundo destinado para a inclusão social, estando na vanguarda da política de focalização proposta pelo FMI, provém de uma dedução de parte dos recursos que seriam destinados ao pagamento da dívida do Estado para com a União, ou seja, é uma taxa que, embora destinada aos setores considerados excluídos da sociedade, também é paga por ela.

36 Folha de São Paulo, 23/02/03.

37 Operação entre produtores (3%, diferido); para abate, dentro do Estado, 3%, diferido; operação interestadual, 12%. Fonte: Secretaria de Estado, Receita de Controle/MS.

38 No estado de São Paulo esse imposto é de 12%, conforme art. 54 do Regulamento do ICMS. In: www.pfe.fazenda.sp.gov.br.

2

A AVICULTURA EM MATO GROSSO DO SUL E O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL INDUSTRIAL

No presente capítulo abordaremos as principais transformações ocorridas na avicultura sul-mato-grossense, principalmente a partir do final da década de 1980, quando se tem a expansão do capital industrial avícola no Estado. Nesse contexto, a apropriação capitalista do território tem expressado essa lógica contraditória, que permeia o processo de produção, circulação e consumo das mercadorias, culminando na *monopolização do território pelo capital*.

A avicultura sob o domínio do capital comercial

A avicultura, enquanto atividade produtiva que envolve criação de aves, não é um processo recente no Estado de Mato Grosso do Sul, pois no censo de 1970 já se tinham registros sobre a atividade, ou seja, há, pelo menos, trinta anos.

Analisando a Tabela 7, podemos obter informações importantes a respeito da avicultura em Mato Grosso do Sul. Verifica-se primeiramente que, embora presente em todos os extratos de área, existe uma nítida diferença entre o comportamento da atividade nos estabelecimentos com extratos de área inferiores a 100 ha e o ocorrido naqueles que se encontram nos extratos acima de 1.000 ha. Já os estabelecimentos entre 100 e 500 ha encontram-se em uma situação intermediária.

Nos extratos acima de 1.000 ha podemos entender que predomina a produção para consumo próprio, mesmo com a introdução da avicultura em escala industrial no final dos anos de 1980. O indicativo dessa afirmação está no fato de que o número de informantes e o efetivo de aves

têm permanecido relativamente estáveis durante todo o período analisado havendo, inclusive, uma redução, tanto no número de informantes como no de efetivos, no censo de 1995/96, quando já se tem a introdução da avicultura em escala industrial no Estado. Acreditamos que essa dinâmica evidencia autonomia em relação à lógica do mercado pelo fato de, evidentemente, não se tratar de atividade comercial nesses estabelecimentos, o que se reforça quando observamos que sua participação no total efetivo do Estado, tem girado em torno dos 10%.

Tabela 7 – Estado de Mato Grosso do Sul
Galinhas, galos, frangos, frangas e pintos por grupos de área total (total de cabeças)

Grupos de área (ha)	1975		1980		1985		1995/96 (mil cabeças)	
	Inform.	Total	Inform.	Total	Inform.	Total	Inform.	Total
- 10 ha	16.550	734.478	8.448	546.660	9.081	494.383	5.424	2.222
10 a - 100	17.282	1.266.314	11.756	1.102.968	12.569	1.261.792	11.474	5.629
100 a – 500	5.425	396.841	5.341	438.584	6.543	486.075	5.825	2.214
500 a – 1.000	1.954	158.579	1.999	210.528	2.457	198.782	2.343	322
1.000 a – 10.000	3.145	289.297	2.967	284.114	3.235	339.287	3.180	563
+ 10.000	336	38.804	274	31.167	214	20.130	188	18
Sem declaração	2	105	10	1.409	10	379	32	3
Total	44.694	2.884.418	30.795	2.615.430	34.109	2.800.828	28.466	10.971
EM PERCENTUAIS (%)								
Grupos de área (ha)	1975		1980		1985		1995/96 (mil cabeças)	
	Inform.	Total	Inform.	Total	Inform.	Total	Inform.	Total
- 100 ha	75,7	69,4	65,6	63,1	63,5	62,7	59,4	71,6
100 a – 500	12,1	13,8	17,4	16,8	19,2	17,4	20,5	20,2
500 a – 1.000	4,4	5,5	6,5	8,1	7,2	7,1	8,2	2,9
1.000 a – 10.000	7,0	10,0	9,6	10,9	9,5	12,1	11,2	5,1
+ 10 000	0,8	1,3	0,9	1,1	0,6	0,7	0,7	0,2
Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

* Como o efetivo de aves por grupos de área total não apresentava seu resultado por microrregiões, não foi possível identificarmos os dados relativos ao Censo Agropecuário de 1970 em relação ao atual Estado de Mato Grosso do Sul, que na época, fazia parte do Estado de Mato Grosso.

Por outro lado, nos extratos inferiores a 100 ha, concentra-se a maior parte do efetivo de aves, indicando tratar-se de atividade importante e com fins comerciais nesses estabelecimentos e, em decorrência disso, sofre os impactos político-econômicos das mudanças ocorridas não somente na avicultura, mas também no campo como um todo. Os dados indicam, ainda, que na avicultura predominam formas não capitalistas de produção, que se concentram nesses extratos de área, conforme já apontado por Oliveira, A.U. (1991b). Entre os censos de 1975 e 1980, os estabelecimentos com efetivos de aves inferiores a 100 ha foram reduzidos em 38,6%, sendo que o impacto maior foi nos abaixo de 10 ha, cujo índice chegou a 49%. O desaparecimento de quase metade desses estabelecimentos reflete a tendência geral, ocorrida no campo em Mato Grosso do Sul, de redução de estabelecimentos nesse extrato de área, decorrente do impacto da introdução da agricultura mecanizada (binômio

trigo/soja), conforme analisado no capítulo 1. O fato é também reflexo da grande crise do petróleo em 1973, que afetou toda a economia mundial até os anos de 1980. No censo referente ao número de estabelecimentos por grupos de área total³⁹, o período compreendido entre 1975 e 1980 foi o de maior impacto durante todo o período analisado, o que provocou o desaparecimento de mais de 9 mil estabelecimentos. Em nenhum outro censo (entre 1970 e 1995/96), verificou-se tal fenômeno nos extratos de área inferiores a 100 ha.

Nos extratos de área intermediários (entre 100 e 500 ha), observamos que a produção de aves e o número de estabelecimentos permanecem estáveis até o censo de 1985, havendo um aumento significativo no efetivo de aves no censo de 1995/96, como acontece nos extratos inferiores a 100 ha, indicando participação desse extrato de área na avicultura em escala industrial.

No censo de 1995/96 observamos que embora tenha havido considerável redução do número de informantes nos extratos com menos de 100 ha, houve aumento de produtividade, pois, no censo de 1985 eram 21.650 informantes para um efetivo de 1.756.175 aves. Já em 1995/96 totalizavam apenas 16.898 informantes para 7.851.000 aves, ou seja, mesmo com redução de 22% dos informantes, houve aumento de 347,1% do efetivo. Esse aumento de produtividade é compreensível, pois em 1995 o modo industrial de produzir na avicultura já havia sido implantado nesse setor, o que explica o elevado número de efetivos nos extratos de área inferiores a 500 ha (e com destaque para os com menos de 100 ha), cujo capital “integrou” principalmente produtores desse extrato de área.

Na Tabela 8, sobre o efetivo de aves comercializadas e abatidas entre 1970 e 1996, podemos obter outras informações a respeito da avicultura em Mato Grosso do Sul.

Em 1970, a incidência de maior número de aves abatidas em detrimento das vendidas indica que a maior parte das aves era abatida e consumida no próprio estabelecimento, sendo que a venda, pouco significativa, representava menos de 10% do efetivo. Essa situação se repete nos censos seguintes, até 1985.

Mesmo quando se tratava de uma atividade comercial, a avicultura em Mato Grosso do Sul era desenvolvida até o final dos anos 80, por granjeiros autônomos que vendiam sua produção para o abastecimento do mercado local ou a usavam para autoconsumo. Nesse sentido, também o processo de compra, venda e abate de aves encontrava-se presente no Estado, mas realizado, através do abate manual, pelos próprios granjeiros

39 Ver Gráficos 1 a 5 no Capítulo 1.

que vendiam sua produção para os comerciantes das cidades ou diretamente para o consumidor.

Tabela 8 – Estado de Mato Grosso do Sul
Efetivo, número de abatidos, comprados e vendidos de galinhas, galos,
frangas, frangos e pintos⁴⁰

Ano	1970		1975		1980		1985		1995/96 (mil cabeças)	
	Inform.	Total	Inform.	Total	Inform.	Total	Inform.	Total	Inform.	Total
Comprados	---	---	1.452	341.223	1.707	79.279	1.586	62.271	1.239	127
Vendidos	6.061	267.905	6.441	573.538	3.975	899.794	3.802	574.497	3.373	42.620
Abatidos	31.794	1.268.611	38.687	1.275.005	25.146	998.764	25.808	1.087.515	21.780	1.107
Efetivo	49.948	2.733.879	44.694	2.884.418	30.795	2.615.430	34.109	2.800.828	28.466	10.971

Fonte: IBGE, Censo agropecuário

Como a produção de frango não era suficiente para abastecer o mercado regional e também, em função do preço elevado para a época⁴⁰, o consumo *per capita* ao ano de carne de frango no Estado era bem abaixo da média nacional no final da década de 1980. Enquanto que aqui girava em torno de 4 kg, a média do país era de 12 kg⁴¹.

A avicultura encontrava-se, dessa forma, sob a influência do capital comercial, cuja atividade era incipiente, artesanal e localizada, nessa primeira fase da avicultura no Estado. A presença de equipamentos foi verificada apenas na ponta do processo produtivo através dos galpões manuais (bebedouros, ventiladores, comedouros etc.). Contudo, o preço da produção era ditado pelo mercado, ou seja, na circulação, pelo capital comercial.

Sobre essa forma de apropriação da renda da terra, Oliveira, A. U. (1981, p. 9) avalia que:

... o processo de produção de relações não-capitalistas de produção como recurso para garantir a sua própria expansão, tem-se dado, no caso brasileiro, inicialmente pela intensificação das relações comerciais, que têm, através da circulação da mercadoria de origem agrícola, drenado toda a renda diferencial para esse setor, onde graçam toda sorte de representantes do capital comercial, também conhecidos como intermediários, atravessadores, atacadistas etc.

Dessa forma, sob o domínio do capital comercial, a renda da terra produzida na avicultura era apropriada pelos comerciantes das cidades próximas, onde era comercializada.

40 Em maio de 1986, o frango era vendido em Campo Grande a aproximadamente Cz\$16,00 (Revista Executivo Plus, Ano II, n.º. 24, maio/86). Transformando esses valores em dólar (comercial para venda em maio/86 = US\$13,84) teríamos um preço equivalente a US\$ 1,16.

41 Jornal Cootrinotícias (Ano I, n.º. 3, maio/1989).

A produção de ovos também se constituía numa das finalidades da criação de aves no estado, com destaque para a colônia JAMIC (Japan Management Immigration Company), do município de Terenos, que em 1962 formou uma cooperativa de produtores de ovos⁴².

Um caso ilustrativo de um desses avicultores autônomos é o da Granja Frango Azul, de Shizuo Mori, localizada no município de Campo Grande. O avicultor foi considerado, em meados dos anos de 1980, o maior produtor de carne de frango do Estado. Possuía cinco galpões com equipamentos manuais (bebedouros, comedouros, ventiladores) e equipamento para o preparo de ração à base de milho. Cada granja foi avaliada, na época, pelo proprietário, em Cz\$700 mil⁴³.

A década de 1980 foi um período de grandes dificuldades para as atividades agropecuárias de um modo geral, devido ao aumento dos preços dos insumos, consequência da crise do petróleo, conforme mencionado anteriormente. Embora no censo de 1985 verifique-se uma sensível recuperação da avicultura em relação ao censo anterior, a produção foi afetada pelo Plano Cruzado, em 1986, com o tabelamento de preços, o que defasou ainda mais o preço do frango em relação aos insumos. Em Campo Grande, 15 granjas fecharam entre 1981 e o início de 1986, sendo que em maio desse ano restavam apenas três, dentre elas, a de Shizuo Mori⁴⁴.

Com as crises que esses avicultores começaram a vivenciar a partir de então, começou a haver redução na oferta de frangos, acarretando a dificuldade em abastecer o mercado local. Diante dessa situação, os comerciantes de Campo Grande passaram a adquirir frango de empresas de outros estados. Procuravam atender ao mercado interno que se formava, pois, se em 1970 Mato Grosso do Sul possuía uma população urbana residente de 452.117 habitantes (e 546.087 rural), em 1980 já havia 919.123 habitantes (e 450.444 rural). Assim, nos anos de 1980, o abastecimento do mercado local vai sendo suprido pelo frango industrializado vindo de outros estados, como o caso da Copacol e Frango Vit⁴⁵, ambas do Paraná. Aos poucos, as granjas autônomas do Estado vão ficando numa situação insustentável: “*Só falta aí o golpe de misericórdia*”, comentou Shizuo em entrevista dada à *Revista Executivo Plus* (Ano II, nº. 24, maio/1986).

42 Segundo Costa (1998), trata-se de uma colônia de japoneses que em 1959 instalou-se em Terenos, trazidos pela JAMIC. A colônia possuía lotes de 25 ha e, em 1962 chegaram a formar uma cooperativa para a produção de ovos de galinha: Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre.

43 Revista Executivo Plus, Ano I, nº. 3, maio/1986.

44 Revista Executivo Plus (op.cit.)

45 A Frango Vit possuía uma filial de distribuição de frangos em Campo Grande antes de instalar sua indústria no Estado.

No final da década de 80, as primeiras indústrias avícolas começaram a se instalar no Estado, iniciando uma nova fase na avicultura regional.

A expansão do capital industrial e financeiro

As primeiras empresas abatedoras de aves a se instalarem no Estado de Mato Grosso do Sul estão relacionadas no Quadro 1, podendo também, ser localizadas no Mapa 1:

Quadro 1 – Mato Grosso do Sul
Empresas abatedoras de aves (1990 - 1994)

Nome	Início do abate	Nº de empregados	Capacidade abate*	Origem do capital	Localização do abatedouro
COOAGRI	1990	196	93.000 cb/dia	Mato Grosso do Sul	Dourados
Piratini	1992	300	80.000 cb/dia	Mato Grosso do Sul	Caarapó
Agroeliane	1993		52.000 cb/dia	Santa Catarina	Sidrolândia
Frango Vit	1993		30.000 cb/dia	Paraná	Campo Grande
Frango Ouro	1994	183	20.000 cb/dia	Mato Grosso do Sul São Paulo	Aparecida do Taboado
Frاندelle Ltda**	1994		4.000 cb/dia	Mato Grosso do Sul	Itaquiraí

Fonte: Sistema de Inspeção Federal (SIF), IAGRO, jornais locais (várias datas), entrevistas.

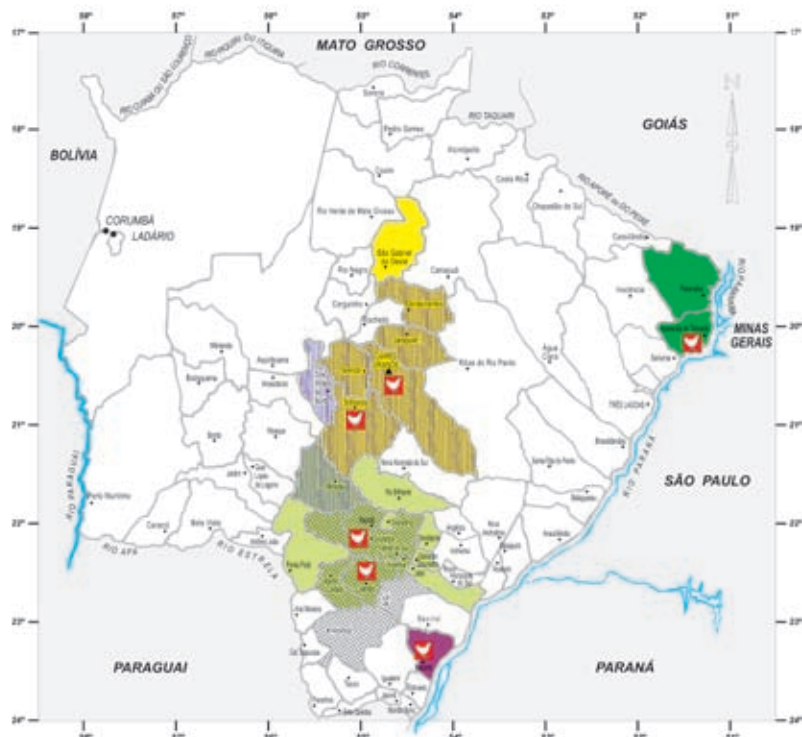
Obs.: os cinco primeiros abatedouros, sob Inspeção Federal (SIF) e o último, sob Inspeção Estadual (Iagro)

* valor aproximado

** abatedouro mecanizado, mas não-industrial.

Podemos observar, no Quadro 1, que as empresas instaladas nessa fase eram de pequeno e médio portes, cuja capacidade de abate não alcançava 100 mil cabeças/dia, destacando-se, entre elas a Piratini e a Cooagri. Do total das seis empresas abatedoras de aves no Estado, 66,7% tinham também capitais provenientes do próprio Estado, 16,65% de Santa Catarina e 16,65% do Paraná.

**MAPA 01 - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ÁREA DE ATUAÇÃO DE ABATEDOUROS DE AVES
2003**



LEGENDA:

- Frango Vit
- Seara Alimentos
- Avipal
- Doux - Frangosul
- Frandelle
- Frango Ouro
- Abatedouros de Aves
- Capital do Estado
- Municípios

Fonte: Pesquisa de Campo.
Desenho: Pinotti R., 2003.
Org.: Mizusaki, 2003.
Escala aproximada: 1 : 5.500.000

A primeira empresa abatedora de aves a entrar em funcionamento no Estado foi a COOAGRI (Cooperativa Agropecuária e Industrial Ltda.), antiga COTRIJUÍ (Cooperativa Triticola Serrana de Ijuí), segundo informações fornecidas pela Cooperativa e também pelos jornais de notícias locais veiculadas na época.

O abatedouro de aves da Cooagri (ex-Cotrijuí) construído no Distrito Industrial de Dourados é o primeiro do Estado e no local está instalada também a segunda fábrica do país de subprodutos. (Jornal O Progresso, 13/04/90)⁴⁶

Ou ainda, segundo o então vice-presidente da ex-Cootrijuí, Nedi Borges, ao relatar sobre seu otimismo em relação à natureza desse tipo de empreendimento:

Em primeiro lugar, (...) não existe produção de frangos no Estado e [existe] um grande mercado consumidor a ser atendido, aliado a isto temos uma estrutura pronta, ou seja, produtores dispostos a entrar no ramo de avicultura, uma equipe de técnicos para prestar assistência e uma fábrica de ração que vai permitir o fornecimento do produto a um custo mais baixo para reduzir as despesas do associado. (Jornal Cootrinotícias. Ano I, nº. 3, maio/89)

Contudo, a discussão sobre a origem dessa atividade no Estado tem gerado discordâncias. Costa (1998, p. 34) ressalta, em seu trabalho, que os dados apresentados em nossa dissertação de mestrado (MIZUSAKI, 1996) sobre a instalação das empresas abatedoras de aves em Mato Grosso do Sul conflitam com dados da FIEMS, questionando, nesse sentido, o pioneirismo da COOAGRI no abate de aves do Estado:

Referindo-se à instalação da COOAGRI no Mato Grosso do Sul, a partir de 1990, afirma que “Neste período, outras empresas abatedoras de aves também se instalaram, como a Piratini (1992), a Frango Vit (1993), a Agroeliane (1993), a Frango Ouro (1994) e, já em processo de instalação, a Frangosul⁴⁷”.

Já o relatório da FIEMS – Federação das Indústria (sic) do Estado de Mato Grosso do Sul, que mostra a relação de empresas do ramo agroindustrial ligado ao abate de aves cadastradas, informa que a Frango Ouro iniciou suas atividades em 1992, o Frigorífico Piratini em 1988, a Frango Vit em 1989 e a Agroeliane em 1990. Assim, a COOAGRI, tendo iniciado suas atividades em 1990, não teria sido pioneira nesta atividade no Estado.

Contudo, comparando-se os dados de Mizusaki⁴⁸ referente à produção individual por empresas abatedoras de frango aos apresentados neste trabalho no

46 Sobre o pioneirismo da Cooagri no abate de aves, ver também *Jornal Cootrinotícias*. Ano I, nº. 10; Ano II, nº. 19, set/90; ano II, nº. 21, nov/90 e dez/89; *Jornal da Cooagri*, out/93 e *Jornal O Progresso*, 13/11/90; 22/08/90 e 18/10/90.

47 Mizusaki, 1996, p. 13.

48 Mizusaki (1996, p. 87). Dados apresentados na Tabela 14.

gráfico 1, os mesmos são praticamente coincidentes nos dois primeiros anos (1990 e 1991). Ou seja, os valores individuais de produção da COOAGRI são praticamente os mesmos do total produzido no Estado. Até porque referenciam a mesma fonte: o Ministério da Agricultura, que só utiliza dados sob aval do SIF (Sistema de Inspeção Federal).

Possivelmente, a FIEMS tenha adotado um critério divergente para expressar o não pioneirismo da COOAGRI ou então, os primeiros abates das empresas Piratini e Frango Vit; em função, provavelmente, de algum incentivo fiscal, não tiveram sua produção registrada no SIF. Implicaria, ainda assim, o não pioneirismo da COOAGRI.

Em relação a esse comentário, gostaríamos de manifestar, primeiramente, nossa estranheza na atitude desse autor de - ao questionar nossa afirmação a respeito do pioneirismo da Cooagri - não citar a parte em que fazemos isso, situação que, em tese, poderia provar nosso engano. Não cita também o que consta na FIEMS sobre a Cooagri. No entanto, se observarmos nossa afirmação é possível compreendermos o contexto em que é feito: *“A avicultura industrial é uma atividade recente no Estado de Mato Grosso do Sul, pois manifestará expressão econômica a partir de 1990, sendo desenvolvida pioneiramente pela COOAGRI ...”* (MIZUSAKI, 1996, p. 13). Demonstrando tal afirmação, é possível ao leitor observar que os critérios adotados por Mizusaki (1996) são divergentes dos da FIEMS, pois ao falarmos em pioneirismo, estamos fazendo referência à avicultura em escala industrial e não à abertura de firma. Da mesma forma, em relação às outras empresas, consideramos como empresa devidamente instalada, aquela que, após a criação de toda a infra-estrutura, já tivesse iniciado o processo de abate de aves, pois somente após entrar em funcionamento todo o sistema, ou seja, produção, abate e comercialização de aves, acreditamos, completam-se as relações sociais, políticas e econômicas que caracterizam a avicultura em escala industrial, configurando o processo de monopolização do território pelo capital⁴⁹. Pelo fato de as outras empresas abatedoras não se constituírem em nosso objeto de estudo na dissertação de mestrado, talvez tenhamos falhado no sentido de não prestarmos maiores esclarecimentos desse critério por nós utilizado para avaliação das origens dessas empresas, pois, compreendemos na época que se escrevêssemos: *“... outras empresas abatedoras também se instalaram ...”* não estaríamos gerando confusões, pois, se o termo *instalar* significa, *dispor para funcionar, estabelecer*⁵⁰, uma indústria abatedora só estaria devidamente instalada se já estivesse em condições reais de abater. Já a FIEMS, em seu cadastro, registra a data de abertura da firma, o que não corresponde à sua data de instala-

49 O conceito será abordado mais adiante.

50 Conforme dicionário Aurélio.

ção e funcionamento. Para as preocupações teóricas de Costa, talvez os critérios da FIEMS fossem suficientes, mas cabe a nós, aqui, fazer essa distinção e lembrar que os critérios são divergentes e não podem, portanto, ser comparados.

Outra questão que precisa ser esclarecida diz respeito ao último parágrafo da citação, quando o autor diz que, talvez em função de algum incentivo fiscal, a Piratini e a Frango Vít não tivessem registrado seu abate no SIF e que, mesmo assim, isso implicaria o não-pioneirismo da Cooagri! Ora, por que o fato de obter algum incentivo fiscal desobrigaria a empresa de passar por um sistema de inspeção ligado a questões de ordem sanitária?

Conforme analisaremos a seguir, e baseados em entrevistas e pesquisas já realizadas, os dados apontados não contradizem o que afirmamos em nossa dissertação, relativizando, pois, as informações levantadas por Costa (1998).

A origem dos abatedouros de aves

A Cooagri

Conforme já abordado em nossa dissertação, a COOAGRI (Cooperativa Agropecuária e Industrial Ltda.) foi criada em novembro de 1990, através do desmembramento de outra cooperativa, a COTRIJUÍ, originária de Ijuí, Estado de Rio Grande do Sul, sendo esta última, fundada em 20 de julho de 1957. No Estado de Mato Grosso do Sul, a primeira unidade dessa cooperativa surgiu em 1977 em Maracaju, sendo que a partir de então, adquire e constrói vários armazéns no Estado. Em maio de 1990 contava com 18 unidades, além de lojas e supermercados. Ao todo eram 3.000 associados, que, por motivos econômicos (em 1989 o Estado representava 54% do total de grãos recebidos pela Cotrijuí) dela conseguem desmembrar-se.

A idéia de introdução da avicultura em escala industrial no Estado pela COOAGRI surgiu num contexto em que se buscavam alternativas econômicas viáveis para os seus cooperados, em substituição ao trigo, que era muito utilizado como cultura de inverno em consórcio com a soja (cultura de verão), mas que começava a passar por um período de crise a partir do final dos anos 80, com a desregulamentação do setor.

Em entrevista com um ex-funcionário da Cooperativa⁵¹, e também através de divulgação em matérias publicadas em revistas e jornais da época, verificamos que as primeiras tentativas de diversificação econô-

51 Entrevista realizada para a nossa dissertação de mestrado (op.cit.) em 10/12/95 com o gerente do departamento técnico e de planejamento da Cooperativa, Márcio Porto Carrero, que trabalhou na COOAGRI durante 15 anos.

mica da COOAGRI remontam do início da década de 80, quando ainda pertencia à COTRIJUÍ (Cooperativa Tritícola Serrana de Ijuí). Foram experiências sem sucesso, com culturas de inverno (alho, canola, girassol), para substituir o cultivo do trigo, pois a cooperativa já buscava alternativa econômica para os cooperados, para evitar que eles ficassem na dependência da monocultura (soja no verão e trigo no inverno).

Foi nesse contexto, que, depois de fracassadas experiências, a COOAGRI resolveu investir numa fundação (Fundação MS) para que se realizassem pesquisas para melhorar a produtividade do milho, com o objetivo de expansão vertical, já que a cooperativa não tinha mais como expandir horizontalmente.

Na entrevista realizada com o gerente da COOAGRI no início de seu processo de verticalização, observa-se que a escolha do milho como cultura a impulsionar a industrialização se deu em torno da expectativa de expansão dessa cultura⁵² no Estado:

... estamos trabalhando hoje na agroindústria, basicamente em cima do milho, porque a gente pensa que o milho é uma cultura que vai crescer na região. (entrevista realizada por Mario Cezar Tompes da Silva, com o gerente da COOAGRI [s.d.])

Essa expectativa em relação à cultura do milho, associada à preocupação com a monocultura da soja, é decorrente, dentre outros fatores, da seca prolongada de três anos que assolou a região Sul do país, na segunda metade da década de 80, aumentando o custo da produção de grãos naquela região⁵³. Essa expectativa de mercado gerada para o milho no Centro-Oeste fez aumentar a sua produção no Estado de Mato Grosso do Sul, na segunda metade da década de 80.

Na Tabela 9, referente às principais culturas do Estado, observa-se que se entre 1983 e 1984 o milho teve 7,6% de aumento na área plantada, entre 1985 e 1986 esse índice subiu para 54%, apresentando aumento expressivo a partir de então, com leve redução entre 1991 e 1992, retomando novamente o crescimento em 1994. A cultura da soja, que se expandiu rapidamente no Estado durante a década de 70, manteve a área plantada entre 1 milhão e 1 milhão e 300 mil ha, apresentando poucas oscilações. O trigo, que se expandiu até 1987, foi aos poucos tendo a área plantada

52 Sabe-se que o capital industrial ligado ao setor de suínos e aves tem buscado se desenvolver normalmente em áreas onde existe matéria-prima disponível (milho e soja) e mão-de-obra familiar. Nem sempre esses fatores são imprescindíveis ou determinantes - como no caso da Coperguaçu, de Descalvado/SP, que às vezes enfrenta problemas na compra de milho para fabricação de ração, ou do Frango Ouro, em Aparecida do Taboado/MS, que quase não trabalha com mão-de-obra familiar - mas são fatores que não têm sido desprezados por empresas de grande porte.

53 Tal argumento é levantado por Arana (2001), ao explicar o deslocamento de empresas abatedoras da região Sul para o Centro-Oeste.

reduzida, sendo progressivamente substituído pelo milho. O arroz apresenta poucas oscilações até 1987, tendo posteriormente, a área plantada também reduzida. Já o feijão tem mantido a média da área plantada no período, apresentando certo aumento de área entre 1990 e 1991. Pelo fato de ser desenvolvido principalmente por famílias camponesas e para consumo próprio, o cultivo do feijão no Estado reflete menos as oscilações econômicas do mercado, que o milho, o trigo e a soja.

Tabela 9 - Estado de Mato Grosso do Sul
Área plantada (ha) e produção em toneladas das principais culturas

(Área plantada - ha)						
Ano	trigo	soja	milho	arroz	feijão	total
1983	114.800	988.778	123.123	318.169	43.382	1.588.252
1984	149.039	1.188.522	132.524	374.290	5.429	1.889.804
1985	208.067	1.309.328	140.600	255.235	42.841	1.956.071
1986	409.233	1.265.271	216.730	304.442	43.993	2.239.669
1987	441.406	1.151.390	250.391	356.329	50.267	2.249.783
1988	373.774	1.178.163	238.946	271.248	61.752	2.124.080
1989	344.774	1.300.618	257.788	167.323	56.187	2.126.417
1990	221.699	1.276.189	268.479	130.360	77.516	1.974.243
1991	113.313	1.046.016	363.359	110.559	72.214	1.705.461
1992	156.947	937.362	362.815	145.799	50.174	1.653.097
1993	83.293	1.054.261	369.277	116.940	48.416	1.672.187
1994	69.052	1.095.130	499.528	101.449	47.578	1812.710
(Produção em toneladas)						
Ano	trigo	soja	milho	arroz	feijão	total
1983	158.216	1.801.000	398.443	450.796	20.409	2.668.864
1984	108.775	2.006.835	261.720	381.660	20.883	2.775.673
1985	317.664	2.558.720	317.574	323.993	24.336	3.542.287
1986	451.820	1.965.013	320.743	276.013	18.017	3.031.606
1987	498.656	2.283.898	649.515	465.987	31.904	3.829.960
1988	412.433	2.480.527	635.079	329.013	23.552	3.880.604
1989	374.683	2.859.266	725.711	266.695	29.930	4.247.285
1990	159.307	2.038.614	595.718	166.552	33.966	2.983.679
1991	155.931	2.017.925	933.281	198.846	53.606	3.337.215
1992	114.334	1.871.188	855.291	225.601	26.648	3.081.238
1993	70.136	2.289.171	920.610	219.661	28.614	3.514.125

Fonte: Estimativa IBGE.

É diante desse contexto, que observamos, então, que a COOAGRI investe na verticalização de suas atividades a partir da cultura do milho, buscando uma alternativa de mercado aos seus cooperados, tanto para produtores familiares, como para os proprietários capitalistas.

Com esse propósito foram construídos uma indústria de processamento de milho (para fabricação de canjica, fubá mimoso, canjiquinha etc.) no município de Maracaju para atender aos proprietários capitalistas de Maracaju, Sidrolândia e Nioaque e o abatedouro de aves e fábrica de ração, em Dourados, para atender aos produtores familiares. O processo de construção do abatedouro da COOAGRI teve início em 1989, quando essa cooperativa ainda pertencia à antiga COTRIJUÍ e entrou em operação em 09 de outubro de 1990. O seu abatedouro de aves, localizado no município de Dourados, realizou nesse ano um abate de 536.707 cabeças.

A localização dessas empresas obedeceu, dessa forma, às especificidades histórico-geográficas do lugar. No município de Maracaju, a estrutura fundiária é mais concentrada que em Dourados, que por sua vez, foi alvo da política de colonização pública no governo de Getúlio Vargas em 1943, quando foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). A instalação dessa Colônia permitiu a constituição de uma estrutura fundiária menos concentrada, com predomínio de mão-de-obra familiar.

Os incentivos fiscais e creditícios também tiveram papel importante na efetivação dessas atividades. A indústria de Maracaju, criada em 30/11/90, foi financiada pelo FCO e o abatedouro, financiado pelo BNDES, no valor de US\$ 10 milhões. Além do financiamento, o abatedouro, beneficiado pela Lei nº. 701 de 06/03/87, contou com isenção de 95% do ICMS do Estado.

Vale reforçar que, conforme demonstrado em nossa dissertação de mestrado, a COOAGRI tinha uma característica diferenciada das outras empresas por tratar-se de uma cooperativa. Sua estrutura organizacional permitia que as decisões mais importantes ficassem concentradas nas unidades da Cooperativa e não na sede, onde fica o presidente da empresa. Essa condição dava poder de decisão aos cooperados (através de seus representantes) sobre o destino do lucro da empresa, bem como, maior poder de negociação⁵⁴ sobre o preço do frango, ou seja, o relacionamento do avicultor com a Cooperativa tinha que, necessariamente, ocorrer na base do diálogo, uma vez que se tratava de um cooperado. Um avicultor não poderia simplesmente sofrer retaliações (como ameaça de não alojar frangos, como acontece atualmente) em caso de problemas, sejam eles de ordem técnica ou econômica. Essa característica da Cooagri conferia aos seus cooperados maior autonomia na reprodução da sua condição social, uma vez que eles eram, também, os proprietários da empresa. Um outro exemplo que evidencia a distinção da Cooperativa, era o fato de que, como a finalidade do sistema de integração era atender ao cooperado familiar, inicialmente não era permitido ao integrado colocar mais de um aviário na propriedade, para que pudesse ser atendido um número maior de cooperados⁵⁵, o que sinalizava para uma preocupação com uma certa distribuição de renda. Atualmente, nas empresas privadas, os critérios para o número de aviários na propriedade são de caráter sanitário, econômico (ou seja, de acordo com a capacidade do avicultor em colocar aviários) ou de interesse estratégico da empresa.

Na expansão da avicultura no Estado, o poder público local e a EMPAER (transformada posteriormente no IDATERRA) exerceram

54 Mesmo que a Cooperativa estivesse, conjunturalmente, subordinada às leis do mercado.

55 Jornal Cootrinoticias. Ano I, nº. 3, maio/89.

importante papel. No caso das prefeituras, foi comum o serviço de terraplanagem para a construção dos aviários, e no caso da antiga EMPAER, o serviço de apoio e de assistência técnica⁵⁶. Em relação às indústrias, quando localizadas no município, as prefeituras concederam terrenos para instalação dos abatedouros e fábricas de ração e isenção do ICMS da cota parte que cabe ao município. No município de Glória de Dourados, a Empaer, a prefeitura e o Banco do Brasil tiveram papel decisivo na expansão da avicultura integrada à Cooagri, (Jornal O Progresso, 12/11/91).

A Cooperativa vendia frango inteiro (congelado e resfriado) e cortes especiais. Como havia demanda pelo frango no próprio Estado, a Cooagri, que iniciou com 50% de sua capacidade, começou abastecendo o mercado interno, sendo que 30% era destinado à sua própria rede de supermercados, atendendo principalmente à região de Campo Grande e Dourados⁵⁷. Mesmo assim, a produção inicial, que era de 7 mil toneladas por ano, não supria o mercado estadual, cuja demanda era de 10 mil toneladas. Aos poucos, a Cooagri começou a exportar para outros Estados, como Mato Grosso, Rondônia, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. Além do frango inteiro e em cortes, a Cooperativa possuía também uma fábrica de sub-produtos, com instalações independentes, que, aproveitando as vísceras, penas, sangue e pulmão, produzia farinha que era utilizada na fábrica de ração da Cooagri. Produzia também 270 quilos diários de óleo de frango, destinado a indústrias químicas, de cosméticos e sabão⁵⁸. A água utilizada⁵⁹ em todo esse processo era escoada no córrego Água Boa, que, segundo a Cooperativa, dispunha de um sistema de tratamento para evitar que o córrego seja poluído⁶⁰.

Uma empresa de equipamentos avícolas que atendia à avicultura no Estado era a Avemarau, fundada há 15 anos em Marau, no Rio Grande do Sul, pela família Segatt, que importa seus equipamentos da Holanda. (Jornal O Progresso, 07,08/05/94). Também forneciam equipamentos a Avimec, do Rio Grande do Sul, a Casp, de Santa Catarina, e a Usimeca, do Rio de Janeiro.

Resumidamente, as empresas das quais a Cooagri dependia tecnologicamente para produção de frangos podem ser encontradas no Quadro 2:

56 Mizusaki (1996), Jornal O Progresso (25/11/93), (20/05/94).

57 Jornal O Progresso, 13/11/90.

58 Jornal Cootrinotícias. Ano I, nº. 3, maio/89.

59 Conforme notícias no Jornal da Cooagri, para cada frango abatido no seu frigorífico são necessários entre 25 e 27 litros de água. (Jornal da COOAGRI, jan/93)

60 Jornal O Progresso, 13/11/90.

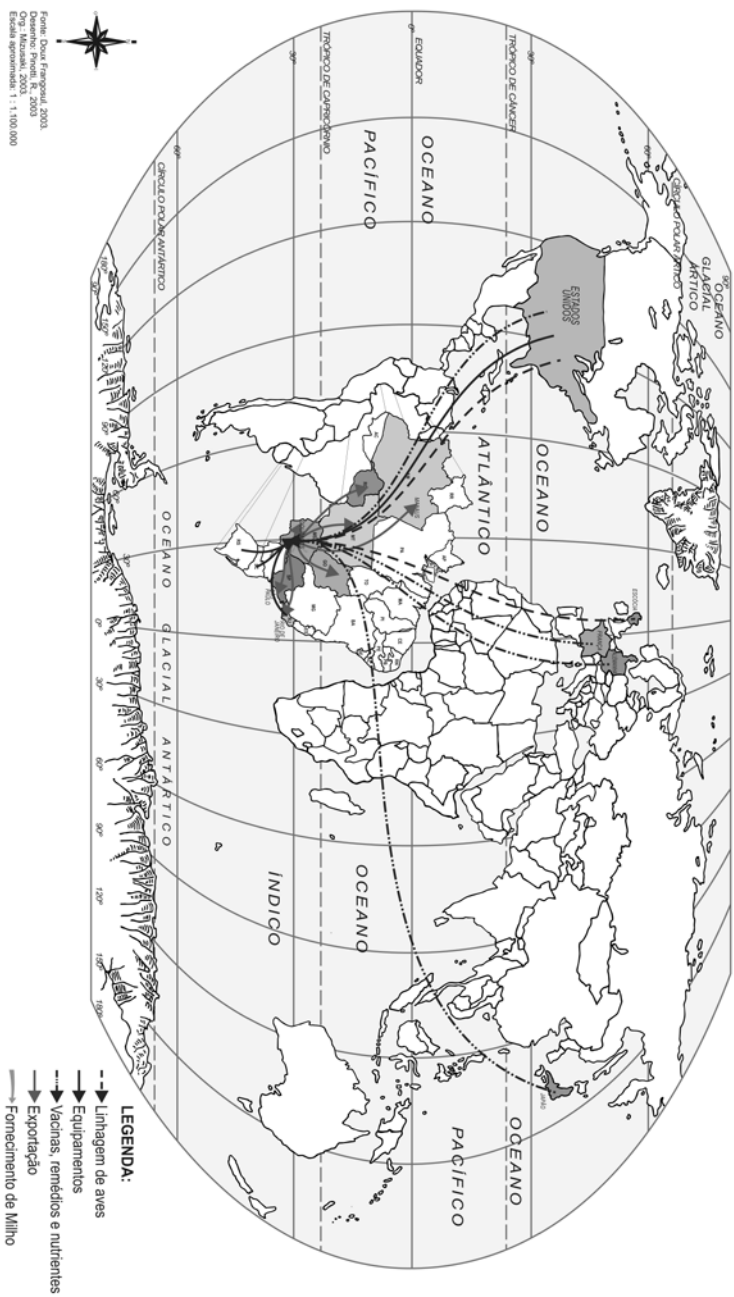
Quadro 2– COOAGRI
Empresas fornecedoras de insumos para a avicultura

Insumo	Empresa	Sede da empresa no Brasil	Capital de origem
Componentes químicos da ração	Sumitomo Corporation do Brasil	SP	Japão
	Rhodia Nutrição Animal	SP	França
	Basf brasileira	SP	Alemanha
	Nuvital Nutrientes		Brasil
	Elanco Química Ltda	SP	EUA
Equipamentos	Dama Produtos de Origem Animal	MS	Brasil
	Avimec	RS	Brasil
	Avemarau	RS	Brasil
	Casp	SC	Brasil
	Usimeca	RJ	Brasil
Linhagem Hubbard (pintos de 1 dia)	Granja Planalto	MG	EUA (origem da linhagem)
	Alimenta Avícola	BH	
	Granja Econômica	PR	
	Gallus Avícola Ltda	SP	
Linhagem Ross (pintos de 1 dia)	Gallus Avícola Ltda	SP	
	Granja Econômica	PR	
	Agroeliane	MS	
Linhagem Arbor Acres (pintos de 1 dia)	Agrale Azul	PR	

Fonte: Mizusaki, 1996.

No Mapa 2 podemos verificar como se manifestavam essas articulações territoriais de produção. Nele, evidencia-se que, a Cooperativa dependia tecnologicamente do capital multinacional para o desenvolvimento da avicultura. Observamos também, que o consumo, era destinado ao mercado interno. Nesse sentido, temos que a Cooagri sofria a interferência do capital monopolista no processo produtivo.

MAPA 02 - COOAGRI: ARTICULAÇÕES TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO



A Frango Vit

A Acauã – Indústria Agro Avícola Ltda. – Frango Vit localiza-se no distrito industrial do município de Campo Grande e integra um grupo de empresas com sede em Londrina, Estado do Paraná, que atua no setor de alimentos (Comaves Indústria e Comércio de Alimentos) e de serviços (Hotel Sumatra). Todas as empresas utilizam a marca Vit. A Acauã, além do abatedouro de aves possui também uma fábrica de ração e um incubatório em Campo Grande, além de mais um incubatório no Paraná e três unidades produtoras de ovos férteis (Granja Araguacema, Granja Santa Fé e Granja Campina da Lagoa).

Em Mato Grosso do Sul, a Frango Vit inicia suas instalações em 1989⁶¹:

Em 1989 a Frango Vit começa suas instalações no Mato Grosso do Sul. A partir daí, como mencionado anteriormente, começaria uma etapa extremamente árdua que seria a divulgação e aceitação entre os produtores de uma atividade a qual tinham completa ignorância ... (sic)

A empresa interessada, através de seus proprietários, procuraram (sic) a EMPAER na cidade de Terenos e expuseram suas intenções. Esta por sua vez contatou alguns proprietários mais “curiosos”, ocorrendo uma primeira reunião naquela cidade. (...)

A proposta entusiasmou alguns proprietários de origem sulina, conhecedores desse sistema no Oeste de Santa Catarina (...). Mesmo assim muitos outros proprietários relutaram. A incorporação de novas tecnologias não é tão simples de ser aceita por um grupo de pequenos proprietários. Ainda mais quando está em questão a necessidade de empréstimos bancários para a construção de toda estrutura do aviário.

A Frango Vit sabedora dessa realidade tratou de eliminar essas dificuldades passando ela mesma financiar os primeiros aviários da região. (...) Na medida em que vão aumentando o número de interessados na integração avícola, os poucos (sic) a empresa vai se afastando dos encargos junto ao Banco, deixando-os exclusivamente aos produtores.

Esses são os principais atrativos e mecanismos utilizados pela empresa para atrair os pequenos proprietários para essa modalidade produtiva. Entretanto, do lado desses últimos também existiam fatores bastante razoáveis para que esses optassem pela integração. (COSTA, 1998, p. 186-188, grifo nosso)

61 Segundo notícias da época, o primeiro encontro da Frango Vit e do Grupo Eliane com produtores visando incentivar a produção avícola ocorreu em novembro de 1989. (Jornal O Progresso, 22/11/89). Embora Costa tivesse inicialmente demonstrado excesso de preocupação na explicação da origem das empresas abatedoras em Mato Grosso do Sul, não deixa suficientemente esclarecido em seu trabalho a origem da própria Frango Vit, objeto de seu estudo, pois soa como muito amadora para uma empresa capitalista, deixar de dar lucro por mais de um ano e meio (se o abatedouro já estava instalado desde 1989), simplesmente por não conseguir integrados, sendo que, normalmente, esse trabalho é feito antes ou durante a instalação de uma empresa num determinado local e não depois.

Ainda que com outra preocupação teórica, nessa citação podemos verificar como ocorreu o processo de monopolização do território pelo capital. Embora, para Costa, esse processo seja visto como tarefa “extremamente árdua” para a empresa, pelo fato de ter que convencer os produtores a entrarem no sistema de integração devido à sua “completa ignorância” da atividade, é possível observarmos como o capital industrial consegue criar estratégias (e não atrativos) de apropriar-se da renda da terra sem ter que territorializar-se⁶². Ressaltamos também que, o que para o autor é visto como ignorância, para nós é compreendido como estranhamento, o que nos remete à necessidade de se compreender a categoria social à qual o capital industrial está subordinando, ou seja, o camponês e seu universo, para podermos avaliar as razões desse seu medo e/ou resistência em assimilar sistemas de produção estranhos a ele, e cujo processo produtivo desconhece. Por outro lado, para compeli-los a entrar na “integração”, a empresa financiou os primeiros aviários até aumentar a demanda pela atividade e então, retirar-se desses encargos.

Depois de instalada, conforme relata Costa (1998, p. 146), o processo de abate iniciou-se apenas em maio de 1991⁶³, pois,

A Frango Vit foi a primeira empresa avícola a estabelecer integração em Terenos. Instalou-se no núcleo industrial de Campo Grande em 1989, iniciando suas atividades em 1990. Essas atividades consistia (sic) em divulgar a avicultura na região. A grande dificuldade encontrada, segundo Sandra Cristina Carrara, superintendente local da empresa, foi convencer o produtor que a atividade avícola era um bom negócio. Que se conseguiria uma renda a cada dois meses e que se pagaria facilmente o empréstimo contraído. Apesar de se constituir na mesma época que a COOAGRI, a Frango Vit começou a abater aves um ano mais tarde. Assim, somente em maio de 1991 é que se tem o abatimento do primeiro lote de frango. Isso de deveu em parte pela empresa não utilizar verbas do FCO para construção de sua estrutura e, por outro lado, pelo fato de suas primeiras unidades contar (sic) com financiamento próprio.

Em 1998 eram 123 aviários localizados nos municípios de Terenos, Campo Grande, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, São Gabriel d'Oeste, Bandeirantes, Camapuã e Rochedo. Segundo Costa (idem, ibidem), as instalações da Frango Vit foram realizadas com recurso próprio, sendo que a ampliação e a modernização, com verbas do FCO. Buscando uma maior redução de custos de produção, a empresa vem procurando integrar avicultores a uma distância máxima de até 60 km, o que tem implicado não integrar mais produtores de Camapuã (130 km) e São Gabriel d'Oeste (150 km).

62 Esse conceito será analisado mais detalhadamente no final desse capítulo.

63 Conforme mencionado anteriormente, a Cooagri entrou em operação em 09/10/90, anteriormente à Frango Vit, portanto.

A empresa vende frango congelado, resfriado e cortes especiais (mais recente). Seu principal mercado consumidor tem sido o próprio Estado, principalmente Campo Grande. Em menor escala, vende também para os Estados do Paraná e Goiás. Em dezembro de 1998, a empresa começou a exportar para a Argentina (50 toneladas por semana, com previsão de aumentar para 100 toneladas). A iniciativa de direcionar sua produção para o mercado externo visava a aumentar suas divisas, pois na Argentina, o produto saía com preço 20% maior. (Jornal Diário do Povo, 11/12/98).

Segundo Costa (1998) embora a empresa possua sua própria granja de matrizes, não consegue produzir o suficiente para as próprias necessidades, comprando também ovos de outras empresas. A falta deles no mercado tem afetado diretamente os integrados, na medida em que não permite regularidade na produção. Entre um lote e outro, acontece de os avicultores sofrerem intervalos de um a mais de quarenta dias, o que acarreta outras consequências, como propagação de doenças e maior incidência de morte de frangos.

O sistema de remuneração é baseado no IEE ou FEED, que é um índice “europeu de eficiência”, como na Cooagri. Para o sistema de integração é feito um contrato de parceria.

A Agroeliane

O abatedouro de aves Agroeliane localiza-se no km 413 da rodovia BR – 060, que liga Sidrolândia a Campo Grande. Segundo Reis (1996), esse abatedouro entrou em funcionamento em 1993, o que se confirma em matéria publicada em jornal local, quando anuncia a visita do então governador, Pedro Pedrossian, às obras da empresa⁶⁴.

De propriedade de Maximiliano Gaidzinski, dono da indústria de Azulejos Eliane S.A., o abatedouro constituiu-se em mais um setor de atuação do empresário que, desde 1971, buscou diversificar suas atividades ingressando no setor de carnes de suínos e posteriormente de aves, já visando ao mercado japonês.

A presença de pequenas propriedades na região e o apoio do poder público constituíram-se fatores importantes para a instalação da empresa. Do poder público local, recebeu um terreno de 18 ha para instalação do abatedouro e mais 9 ha para a fábrica de ração. Do poder público estadual também recebeu incentivos fiscais das leis nº. 701/87 e depois, da lei 1.239/91. Em nível federal, o FCO também foi mencionado como fator importante na construção do abatedouro, mas não obtivemos informação do valor financiado (REIS, 1996).

64 Jornal O Progresso, 30/07/93.

Além disso, foram investidos também pelo governo do estado na época, em torno de Cr\$ 300 bilhões na construção de uma subestação de energia e de uma linha de transmissão (12 km) e na perfuração de um poço artesiano com capacidade de 35 mil litros de água por dia⁶⁵.

A estrutura da empresa envolvia o abatedouro de aves com capacidade de abate de 60 mil aves por dia, além de aviários para matrizeiros, incubatório, fábrica de rações, com capacidade de 65 mil toneladas de ração por ano.

Com essa estrutura, a empresa buscava integrar 190 aviários através do sistema de parceria com avicultores de mão-de-obra familiar.

A Piratini

A Piratini Produtos Alimentícios Ltda., cujo sócio majoritário era Aureliano Severo Lins, localiza-se no distrito de Nova América, município de Caarapó. Originário do Rio Grande do Sul, Aureliano nomeou-a Piratini em função de um rio, o rio Piratini, que corta sua fazenda situada no referido estado. Segundo o diretor da empresa, a instalação da Piratini em Caarapó ocorreu em 1986, já com a finalidade de ingressar na atividade avícola, mas trabalhando inicialmente com a armazenagem e comercialização de grãos, como soja e trigo, cujo graneleiro seria posteriormente utilizado para armazenagem de milho:

Nós começamos com armazenagem e comércio de grãos, principalmente soja e trigo, quando nós montamos a empresa o objetivo era de entrar na avicultura, trabalhando com o trigo em 86 e comercialização de soja em 87 (...) na verdade este graneleiro foi montado aqui já para servir como armazém do milho que a gente iria usar para fazer a ração, como estamos fazendo hoje. Então já montado tudo em 86 pensando na avicultura. (Entrevista realizada com o engenheiro Sérgio Benedito Severo Lins, In: Lomba, Valente e Silva (1994), anexo VI, [s.d.]

Ainda segundo Sérgio Lins, um dos sócios da empresa, a construção do abatedouro de aves sofreu uma interrupção em 1990, devido a problemas financeiros que a empresa teve com o Plano Collor. Posteriormente foi impulsionada com incentivo do Banco do Brasil, através do FCO, que financiou tanto a empresa quanto os avicultores, o que, na sua avaliação, contribuiu para alavancar a atividade no Estado:

Então houve incentivo do Banco do Brasil, na verdade a gente estava já fazendo isso aí, construindo, mas tínhamos parado a construção em 90, porque foi uma parada de ano, plano Collor, aquele problema todo.

65 *Jornal O Progresso*, 30/07/93.

O Banco do Brasil nos procurou e ofereceu dinheiro, ofereceu um pouco de dinheiro pra gente construir, mas o principal incentivo do Banco do Brasil realmente foi o empréstimo pra produção dos aviários. Foi com a verba do santo Collor que na época já estava, mas não tinha dinheiro pra conseguir manter o aviário, foi quando o Banco do Brasil entrou dando recursos aí, proveniente da Constituinte de 88, que fez este acerto aí e financiou os aviários, isso aí foi muito importante pra gente, pra suinocultura dos Estados, importante pra Cooagri, também Frango Vit, pra todo mundo que está entrando na agroindústria no estado ... (Sergio Benedito Severo Lins, op. cit.)

Foi então, após o financiamento que a construção do abatedouro foi retomada, sendo concluída em 1991 (LOMBA, VALENTE & SILVA, 1994). Verificamos, dessa forma, que o abatedouro de aves da Piratini não surgiu - conforme afirma Costa (1998) e baseando-se em dados da FIEMS – no ano de 1988.

Sobre o motivo da entrada na atividade, naquela mesma entrevista, Sérgio Lins alegou o aumento da demanda mundial pela proteína de pequenos animais, a rápida conversão alimentar, e a existência de matéria-prima no Mato Grosso do Sul. Além disso, havia a existência de um mercado regional e com possibilidades de expansão, o que levou os sócios-proprietários a acreditarem na viabilidade da avicultura e a montarem um abatedouro dentro das normas internacionais para poderem se credenciar para exportação de aves (embora na época não exportassem). Para a construção do abatedouro e para a compra de equipamentos da fábrica de rações foram realizados empréstimos no Banco do Brasil, através do FCO, no valor aproximado de US\$ 8 milhões⁶⁶. A Acauã obteve isenção de 50% do ICMS do Estado de Mato Grosso do Sul durante cinco anos, sendo que o modelo de integração adotado foi semelhante ao do Sul. O sistema de integração iniciou com 48 avicultores, com estrutura financiada pelo Banco do Brasil e avalizados pela empresa. Possuía na época 120 aviários, distribuídos num raio de 100 km. Com 300 empregados, a capacidade de abate era de 80 mil aves por dia, mas que foi sendo ampliada, à medida que concluía as instalações e integrava novos avicultores. A produção de frango era vendida para Manaus, Uberlândia, São Paulo, Paraguai e Argentina. Para a fabricação de ração, adquiria o milho e a soja na própria região, sendo, em sua maioria, comprados pela Cerealista Piratini junto aos produtores. A fábrica de rações, onde trabalhavam 29 empregados, tinha capacidade para industrializar 3,2 mil toneladas por mês. A empresa iniciou vendendo frango inteiro, mas em 1995 já lançava a linha de cortes nobres congelados e empacotados individualmente⁶⁷.

66 Jornal O Progresso, 10/10/95.

67 Idem nota 29.

A Frandelle

A data de abertura da firma Abatedouro de Aves Frandelle Ltda. é de 04 de dezembro de 1991, e está em nome de José Aparecido Faria e Terezinha de Noronha Cortez⁶⁸. Localiza-se no município de Itaquiraí, ao sul do Estado, na área considerada urbana. Através de iniciativa desses proprietários foi construído um pequeno abatedouro de aves, com alguns equipamentos de processamento manual, e abatiam frangos produzidos por eles próprios, em três barracões. Tratava-se, assim, de uma pequena agroindústria, onde o próprio dono do abatedouro era também o proprietário dos aviários. Apesar de apresentar o registro em 1991, segundo o gerente administrativo da empresa, Ramon Rocha Ferreira⁶⁹, o pequeno abatedouro foi construído em 1994. Em 14 de janeiro de 1994, a Agropecuária São José de Itaquiraí Ltda. entra como sócia da empresa, vindo a comprá-la em 1996, quando então, muda-se a razão social para o nome da compradora, permanecendo, contudo, o nome fantasia (Frandelle).

Essa Agropecuária, que pertence a Luiz Martins e Maria José Vicente, da mesma família, é uma propriedade rural de 2.600 alqueires, onde são criadas mil cabeças de gado em sistema de confinamento, e daí o interesse pela avicultura, ou seja, a cama produzida nos aviários poderia ser utilizada para a criação de gado. Esses proprietários adquiriram a fazenda em 1989, mas são originários de São Paulo, onde ainda residem. O gerente não soube especificar o ramo, mas eles possuíam também outras empresas em São Paulo.

Foi depois da aquisição da Frandelle pela Agropecuária São José, que a empresa começou a implantar o sistema de integração. Em 1995 o novo proprietário, buscando ampliar a produção de frangos, chegou a ir a Campo Grande, juntamente com outras lideranças de Itaquiraí, como o gerente regional da Empaer, o ex-prefeito Ronaldo Botelho e vereadores (Rui Felipe Kopper e Adão Ferreira), o técnico local da Empaer, Daniel Mamédio, para se reunirem com o então secretário estadual da agricultura, o superintendente do Banco do Brasil e a diretoria da Comissão estadual do Procer, visando a reivindicar recursos para financiamento de aviários no município (Jornal Diário do Povo, 14/04/95). A partir desses recursos, foi implantado o sistema de integração, já com o objetivo de integrar trabalhadores do assentamento Indaiá, no município de Itaquiraí.

68 Como os proprietários não quiseram conceder entrevista, dificultando maiores esclarecimentos sobre a origem da empresa no Estado, recorremos à FIEMS, ressaltando tratar-se de data de abertura da firma e não de funcionamento do abatedouro.

69 Entrevista realizada em 18/07/01.

Caracterizando-se como empresa de pequeno a médio porte, as articulações territoriais de produção (Mapa 3) limitavam-se às relações da empresa com a porção meridional do Estado e ao Sul do país. Os pintos eram adquiridos da Avícola Carminatti, do Estado do Paraná. O milho para a fabricação de ração comprado na região, principalmente em Dourados, Naviraí, Amambai, Itaquiraí e Eldorado. Produzem frango inteiro e em cortes, produção destinada ao mercado regional, nos municípios de Dourados, Naviraí, Mundo Novo, Eldorado, Fátima do Sul, Vicentina, Iguatemi.

Podemos dizer então, que foi após a entrada da Agropecuária São José que as relações começaram a se alterar na atividade, pois, se antes era o proprietário quem produzia e abatia o frango com a ajuda de funcionários, após a entrada dessa agropecuária vamos ter o início do processo de monopolização do território pelo capital.

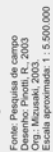
Em 1996, os sócios da Agropecuária São José começaram a construir a fábrica de ração na fazenda, com capacidade de 250 toneladas/mês.

Em julho de 2001, havia 20 integrados trabalhando sob esse sistema, todos através de mão-de-obra familiar, funcionando nos mesmos moldes das grandes integradoras. Os barracões de aves, de 10 X 50 metros, eram manuais e com capacidade para alojar 5 mil frangos. A estrutura foi financiada com recursos do Proterra e do FCO, sendo avaliados pela empresa abatedora. Na época da entrevista⁷⁰, essa empresa encontrava-se sob inspeção estadual, abatendo 3.000 aves/dia e ampliando para 4.000 aves/dia.

Visando a aumentar também a capacidade de abate (que era de 3 mil aves/dia), em 1998, através de recursos próprios, a agropecuária São José iniciou a construção de um abatedouro industrial na própria fazenda do proprietário, com capacidade para abater 15 mil aves por dia. A empresa recebe isenção de 50% do ICMS. Segundo o gerente de produção da empresa, o abatedouro entrou em funcionamento em setembro de 2002, com 54 empregados, 25 avicultores e 28 aviários, trabalhando através do sistema de integração semelhante ao das grandes empresas.

70 Realizada em 18/07/01, com o gerente de produção da empresa, Ramão Rocha Ferreira.

MAPA 03 - FRANDELLE:



Embora o abatedouro tenha capacidade de abater 1.200 aves/hora, vem operando com ociosidade, devido às dificuldades que a empresa vem enfrentando para aumentar o número de integrados. Segundo o gerente de produção da empresa, Ramão Rocha Ferreira⁷¹, com a extinção do Procer, os assentados ficaram sem acesso a financiamentos, sendo que a empresa não tem mais interesse em entrar como avalista pelo fato de o valor do financiamento de um barracão convencional (em torno de R\$ 50 mil) superar o preço do imóvel a ser dado como garantia.

O Frango Ouro Ltda.

O Frigorífico Avícola Frango Ouro Ltda., localizado no município de Aparecida do Taboado, começou a ser construído, segundo o sócio-proprietário da empresa, Albenar Garcia Filho, em 1992, sendo que o processo de abate iniciou-se em 1994⁷².

A empresa possui dois sócios, Albenar Garcia Filho, residente no próprio município e José Flores Zocal, de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Congrega 183 empregados diretos e 1.000 indiretos. Segundo Albenar, a idéia de montar um abatedouro de aves surgiu devido à existência de uma demanda regional, pois, segundo ele:

Aqui em Aparecida do Taboado não tinha frango. Nem caipira não tinha bastante. Eu sou daqui, tinha veterinária, tinha propriedade de bovino de corte e meu outro sócio já mexia com avicultura em São Paulo. Ele é meu concunhado e o Zé [José Flores Zocal] era integrado da Sertaneja e criava um pouco por conta sem ser integrado. Tomando uma cerveja, nós, eu era bastante ligado na época ao Banco do Brasil, eu fazia parte da Federação da Agricultura, eu disse: Ah! A gente arruma recursos e vamos montar um frigorífico pequeno! E foi aí que surgiu a idéia. Estamos satisfeitos com a atividade e espero que continue sempre crescendo, já passamos por muita dificuldade, principalmente no ano passado fomos quase erradicados, mas vencemos, fizemos financiamento. (Entrevista realizada em 24/02/01)

Assim, com as facilidades de acesso ao financiamento no Banco do Brasil, através do FCO, financiaram 90% do total, girando aproximadamente em torno de US\$ 600 mil para pagar em 10 anos (na época Cr\$ 4,6 bilhões⁷³). O abatedouro de aves deu início ao processo de abate com 4 mil frangos por dia e atualmente abatem 20 mil, mas estão com projeto de ampliação para 30 ou 40 mil frangos por dia. Possuem 22 integrados

71 Após entrevista realizada com o gerente de produção em 18/07/01, atualizamos algumas informações através de entrevista dada por telefone, em 05/02/03.

72 Observamos aqui, novamente, que Costa (1998) considerou a data de 1992 e Mizusaki (1996) o ano de 1994.

73 Jornal *O Progresso*, 11/12/92.

e 32 aviários, localizados no município de Aparecida do Taboado e Paranaíba, constituindo uma empresa de médio porte. Em 1999 mudou-se a razão social da empresa para Xodó Produtos Frigoríficos Ltda., mas os donos continuam os mesmos. O primeiro sócio, Albenar, é veterinário e proprietário de fazenda de 500 ha, onde também desenvolvia a avicultura, com 4 barracões, sendo que mais nove estavam em processo de implantação. Trata-se, portanto, de uma atividade em que o proprietário do abatedouro (capitalista da indústria) é também proprietário de terra e capitalista da avicultura.

Para a construção do abatedouro, além de contar com apoio do FCO, a empresa também foi beneficiada, em nível estadual, pela lei de incentivos fiscais e em nível municipal, pelos incentivos como ISS, alvará, IPTU. Os pintinhos são adquiridos da Globoaves, que vem de Birigui, Estado de São Paulo, de Uberlândia, Estado de Minas Gerais e de Cascavel, Estado do Paraná.

O abatedouro Frango Ouro Ltda. é uma empresa de médio porte, que atende apenas o mercado regional, mas já produzindo frango inteiro, de corte e temperado. Todavia, vem sendo favorecido pela sua localização geográfica, que tem sido alvo das políticas do governo federal de investimento no setor de transportes, o que pode atuar como fator na redução de custos com frete para escoamento de sua produção.

Como resultado desse investimento no setor de transporte, podemos citar a ponte rodoferroviária, que interliga os trilhos da Ferronorte e da Fepasa, inaugurada em 28 de maio de 1998. Com essa ponte, os mercados do leste do Estado ficaram “próximos” dos mercados de São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Triângulo Mineiro, o que tem impulsionado a instalação de indústrias na região. Desde então, já foram inauguradas 29 indústrias em Aparecida do Taboado, no período de um ano. Além dessas, existiam 28 empresas (Gazeta Mercantil, 07,08/08/99).

Os fatores de implantação da avicultura em escala industrial

Ao analisarmos os fatores que levaram à origem do capital industrial avícola no Mato Grosso do Sul, já abordada de certa forma no item anterior, e a sua localização, principalmente na porção meridional, é possível verificarmos que eles estão relacionados a condicionantes históricos, políticos, econômicos e geográficos, cujas particularidades estão interligadas ao movimento geral de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

A presença de mão-de-obra familiar, de matéria-prima disponível (soja e milho para a fabricação de ração), a localização geográfica em

relação aos grandes centros consumidores, a participação do Estado em suas várias instâncias, a conjuntura econômica, têm se constituído nos principais condicionantes, que como veremos, foram se manifestando no processo de integração deste Estado ao mercado nacional⁷⁴.

A expressiva *presença da mão-de-obra familiar* teve suas origens no momento em que se iniciou a política de colonização do Estado, através de iniciativas públicas e privadas, como a CAND (regulamentada em 1946, envolvendo uma área de 50.000 ha, tendo sido vendidos lotes de 50 ha) e a colonização municipal onde hoje se constitui o município de Itaporã. Das iniciativas privadas (a partir da década de 1950), definiu-se uma nova característica no processo de colonização, pois os migrantes que adquiriam as terras, dispunham de um certo poder aquisitivo. Foram várias empresas de colonização (Companhia Vera Cruz, Cooperativa de Cotia, Sociedade Melhoramentos e Colonização - SOMECO, entre outras) que lotearam terras no sul do Estado, atraindo paulistas, mineiros, gaúchos.

A *matéria-prima disponível* diz respeito à soja e ao milho, componentes básicos da ração. A soja, presente no Estado a partir da década de 1970, expandiu-se no cone sul do Estado, juntamente com o trigo. Os incentivos públicos para se introduzirem as bases para o desenvolvimento do capital industrial ligado ao setor de grãos/carnes foram evidentes. As políticas desenvolvimentistas da década de 1970, a partir do I e II PNDs (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e outros programas regionais, são exemplos desse processo: o PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), criado em 1971, para a construção de estradas de rodagem, silos e armazéns; o PRODEGRAN (Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados), criado em 1976; o PLADESCO (Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste) de 1973, entre outros. A produção de milho, por sua vez, expandiu-se no Estado em decorrência da própria expansão da indústria de carnes, na medida em que essa indústria criava um mercado regional para o produto e também, em decorrência da crise por que passava a produção de trigo, levando os produtores a buscarem outra alternativa econômica em substituição a essa cultura de inverno. Se em 1975 a nova opção representou 11,8% da área colhida no Estado, passou para 29,5% no censo de 1995/96. Sua expansão foi posterior à da soja, por motivos que exporemos mais adiante.

A *posição geográfica favorável* diz respeito, principalmente, à sua localização privilegiada em relação aos Estados do Sudeste, aos países do Mercosul, e à proximidade com os portos de Santos e Paranaguá, facilitan-

74 Embora esses fatores não possam ser considerados imprescindíveis – o Frango Ouro, por exemplo, não levou em consideração a questão da mão-de-obra familiar – não têm sido desprezados pelas empresas de maior porte.

do o escoamento da produção. Um outro aspecto refere-se à presença de terra plana, que tem beneficiado a expansão da agricultura mecanizada.

Em todos os fatores mencionados, podemos observar, nas declarações dos próprios entrevistados das empresas, que o Estado teve importância decisiva, principalmente no que diz respeito ao crédito, através do FCO. Criado em 1989, pela lei nº. 7.827 da Constituição Federal, o financiamento dessas atividades se deu para a construção dos barracões e aquisição de equipamentos necessários para as atividades além de financiar a construção dos abatedouros. Do total de recursos liberados do FCO para o Mato Grosso do Sul em 1992, a avicultura recebeu 5,54% e a suinocultura 44,07% (Relatório do FCO, 1993, apud MIZUSAKI, 1996). O limite do financiamento depende da categoria do produtor, segundo critérios utilizados pelo próprio banco, podendo chegar a até 100% do valor. Os prazos para pagamento e o período de carência também seguem as mesmas regras (categoria do produtor) podendo o beneficiário quitar suas dívidas num período de 5 a 12 anos. O poder público estadual também exerceu importante papel, principalmente na recuperação de estradas e incentivos fiscais, através da isenção de ICMS da cota parte que cabe ao Estado. O poder público local tem contribuído na terraplanagem, para construção de barracões e na melhoria de estradas vicinais.

Sobre a conjuntura econômica que levou a uma redefinição da política governamental que incentivasse o desenvolvimento da agroindústria (sic) voltada para os derivados da soja, Oliveira, T.C.M. (1994) atribui-a às consequências da crise do petróleo, que afetou a economia mundial. Em relação à agricultura, a alta dos preços do petróleo elevou os preços dos combustíveis em relação aos produtos agrícolas. Nesse contexto, o governo brasileiro passa a investir em unidades esmagadoras de soja, na produção de óleo e farelo. Segundo esse autor, vários foram os incentivos, como o financiamento com juros subsidiados para compra de máquinas esmagadoras, cotas para exportação de soja, etc. Assim,

O eixo da acumulação do setor oleaginoso (...) fixado na comercialização até o início dos anos setenta, foi se deslocando voluntariamente para a agroindústria. (OLIVEIRA, T.C.M. 1993, p.56)

Foi diante desse contexto que a expansão vertical começou a ocorrer no Estado, através do investimento em indústrias processadoras e beneficiadoras de matéria-prima, que objetivavam agregar mais valor às suas atividades, combinando estratégias de diversificação produtiva do tipo grãos-farelo-óleo e, posteriormente, grãos-ração-carne. Este último foi impulsionado também pelas consequências de algumas medidas de

liberalização econômica ocorridas no país a partir dos anos de 1990. Uma delas, e decorrente das medidas de desregulamentação econômica, foi a extinção, no início do governo Collor, do CTRIN (Comercialização do Trigo Nacional), que era uma agência destinada ao fomento do trigo. No Mato Grosso do Sul, que tinha como principais culturas o binômio trigo/soja, muitos produtores começam a pensar em alternativas econômicas para a substituição do trigo, o que, no caso da Cooagri, culminou no desenvolvimento da avicultura em escala industrial e da implantação de uma indústria de processamento de milho como forma de agregar valor a partir do milho e da soja. Outro fator que contribuiu para impulsionar o desenvolvimento da atividade na região foram as perspectivas de mercado, geradas com a carne de frango, decorrentes da queda no seu preço, iniciada com o programa de estabilização econômica a partir da implantação do Plano Real.

É a partir desses novos mecanismos de acumulação que as empresas têm buscado caminho para obter maior “competitividade”, partindo do pressuposto de que a diferenciação é menos sensível à mudança de preços. (RIZZI, 1993).

Na Tabela 10, podemos observar, nessa fase, o processo de abate de aves, que teve início de forma incipiente em 1990, ultrapassando 36 milhões de cabeças em 1994. A importância econômica das empresas pode ser avaliada observando-se uma participação no total de aves abatidas no Estado, sob inspeção do SIF (Sistema de Inspeção Federal). Em 1994, 42,5% do total das aves abatidas pertenciam à Cooagri; seguida da Piratini, com 23,3%; da Agroeliane, com 21,5%; Frango Vit, com 12,6%; da Frango Ouro, com 0,4%.

Tabela 10 – Estado de Mato Grosso do Sul
Abate de aves (cabeças) – 1990-1994

Abatedouro	1990	1991	1992	1993	1994
COOAGRI	536.707	3.982.218	7.128.732	10.013.150	15.585.649
Piratini Alimentos	---	---	308.970	4.373.735	8.557.426
Frango Vit	---	---	---	2.011.647	4.634.437
Agroeliane	---	---	---	1.412.799	7.887.049
Frango Ouro	---	---	---	---	138.661
Total	536.707	3.982.218	7.437.702	17.811.331	36.664.661

Fonte: Delegacia Federal de Agricultura/MS, 1996.

O processo de monopolização do território pelo capital industrial

O processo de diversificação e verticalização produtiva ocorrido no campo sul-mato-grossense a partir do final da década de 1980 desencadeado com a crise do petróleo marcou uma nova fase na avicultura

sul-mato-grossense, imprimindo relações específicas, ditadas agora pela lógica do capital industrial. Foi esse fato que trouxe elementos novos na avicultura em Mato Grosso do Sul desencadeando o processo que Oliveira, A.U. (1992) denomina de monopolização do território pelo capital.

O que significa falar em *monopolização do território pelo capital industrial* na avicultura?

Significa que a avicultura, até então desenvolvida exclusivamente em função da livre iniciativa do produtor e de forma independente do ponto de vista do processo de produção e abate, tem a sua atividade (e com ela, o avicultor e a propriedade), capturados pelo capital industrial e pelo capital financeiro, que passam a ditar a lógica de todo o processo produtivo (desde a produção de matrizes até o abate).

No caso da avicultura, essa lógica se efetiva através da subordinação dos avicultores e de sua propriedade ao chamado sistema de integração, o que é possível devido ao caráter privado da terra. No desenvolvimento dessas atividades, a empresa não compra a propriedade da terra para a produção de aves. Apropria-se dela por meio do processo que Martins (1995) denomina de *sujeição da renda da terra ao capital*.⁷⁵ Essa sujeição ocorre de várias maneiras: através do sistema de “integração”, em que o produtor deve entregar toda a sua produção à empresa; através da sua dependência em relação ao banco, quando realiza o financiamento para a construção dos barracões; através da dependência em relação aos equipamentos e medicamentos necessários.

Com esse mecanismo, o capital industrial, que já controlava na época o sistema de linhagem das aves e o processo de comercialização e abate, utiliza o avicultor camponês⁷⁶ apenas para o processo de criação do frango, fase que não tem interessado ao capital industrial por concentrar os maiores riscos e custos produtivos. Com o contrato de parceria (que pode ser escrito ou verbal) a indústria estabelece as regras da integração, como equipamentos a serem utilizados, quantidade de pintos alojados, tempo de alojamento, quantidade de lotes por ano (embora, tecnicamente, seja possível alojar seis lotes e meio por ano, o número de lotes é controlado pela empresa de acordo com a demanda do frango no mercado), número de aviários em cada propriedade, tempo e ritmo de trabalho etc. O principal elemento de controle é o do preço do frango, que é dado pela empresa integradora, como mecanismo de controle e apropriação da renda da terra e que segue uma lógica, que independe dos custos de produção⁷⁷.

75 Sobre este conceito, aprofundaremos a discussão no Capítulo 6.

76 É possível encontrarmos na avicultura, outras categorias de avicultores, mas o campesinato tem se constituído em relação de trabalho predominante.

77 Esse assunto será abordado com maior profundidade no capítulo 6.

A responsabilidade da empresa, geralmente, está em fornecer pintos de um dia, ração, assistência técnica, vacinas, medicamentos, desinfetantes, vitaminas e transporte dos frangos, ficando os custos destes últimos (grifados), por conta do produtor. O avicultor entra com todas as despesas de custos de manutenção: material para cama do aviário, energia, água, gás, reposição/conserto de peças no barracão, mão-de-obra. No caso do frango, o avicultor entra apenas como depositário e não como proprietário das aves.

Dessa forma, verifica-se que os riscos são transferidos para o avicultor camponês, incluindo questões trabalhistas. Nesse tipo de relação, o capital se apropria da renda da terra sem se tornar proprietário da terra. No entanto, sujeita essa renda ao capital, através de relações não-capitalistas. O avicultor, através do seu trabalho e da família, produz renda que é transformada em mercadoria e depois em dinheiro, sendo assim, apropriada pelo capital.

Esses exemplos constituem um dos mecanismos que o capital encontra para se expandir no campo. Atua, também, no sentido de buscar romper as “barreiras” que a natureza impõe à sua reprodução ampliada. Com técnicas de melhoramento genético e ração balanceada, por exemplo, consegue-se aumentar a capacidade de produção de suínos e frangos, reduzindo o seu tempo de reprodução. Um frango, por exemplo, está pronto para o abate num período de 45 dias, o que não acontecia em 1930, quando esse período era de 105 dias (RIZZI (1993) apud MIZUSAKI (1996)).

Dessa forma, o capital industrial monopoliza o território, apropriando-se da renda da terra por seu mecanismo de sujeição, sem precisar imobilizar capital na propriedade privada da terra.

Nessa questão reside um dos pontos centrais que tornam divergentes as abordagens teóricas sobre a relação agricultura/indústria. Ao inserirmos na análise a renda da terra e o seu caráter de propriedade privada, estamos considerando, primeiramente, que a terra não deve ser confundida com capital, pois, enquanto bem natural, não contém valor, mas renda (MARTINS, 1995).

É a partir desse pressuposto que elegemos os sujeitos e as categorias sociais envolvidos na relação agricultura/indústria, uma vez que eles têm interesses antagônicos, pois,

... as próprias contradições entre a terra e o capital devem levar à separação de um e de outro, expressos em classes sociais distintas, como a dos proprietários de terra e a dos capitalistas. (...) O fato de que a terra, através do proprietário, se ergue diante do capital para cobrar um preço pela sua utilização, apesar de não ter sido produzida pelo trabalho humano e, muito menos, pelo trabalho já apropriado pelo capital, nos mostra que estamos diante de duas coisas dife-

rentes. Uma é o fato de que a terra não é capital. A outra é a contradição que antepõe a terra ao capital. (MARTINS, 1995, p. 161)

A partir dessa contradição básica que antepõe terra e capital, entendemos, por exemplo, que um abatedouro de aves não é, dessa forma, uma agroindústria, pois, nesse caso, a renda não é gerada na/pela indústria, mas sim, apropriada por ela através do mecanismo de sujeição da renda da terra. Isso só é possível porque o capital consegue criar mecanismos para se apropriar da renda, seja através da dependência do produtor em relação a insumos agrícolas; seja através da dependência para industrializar a matéria-prima; seja através dos financiamentos dos bancos.

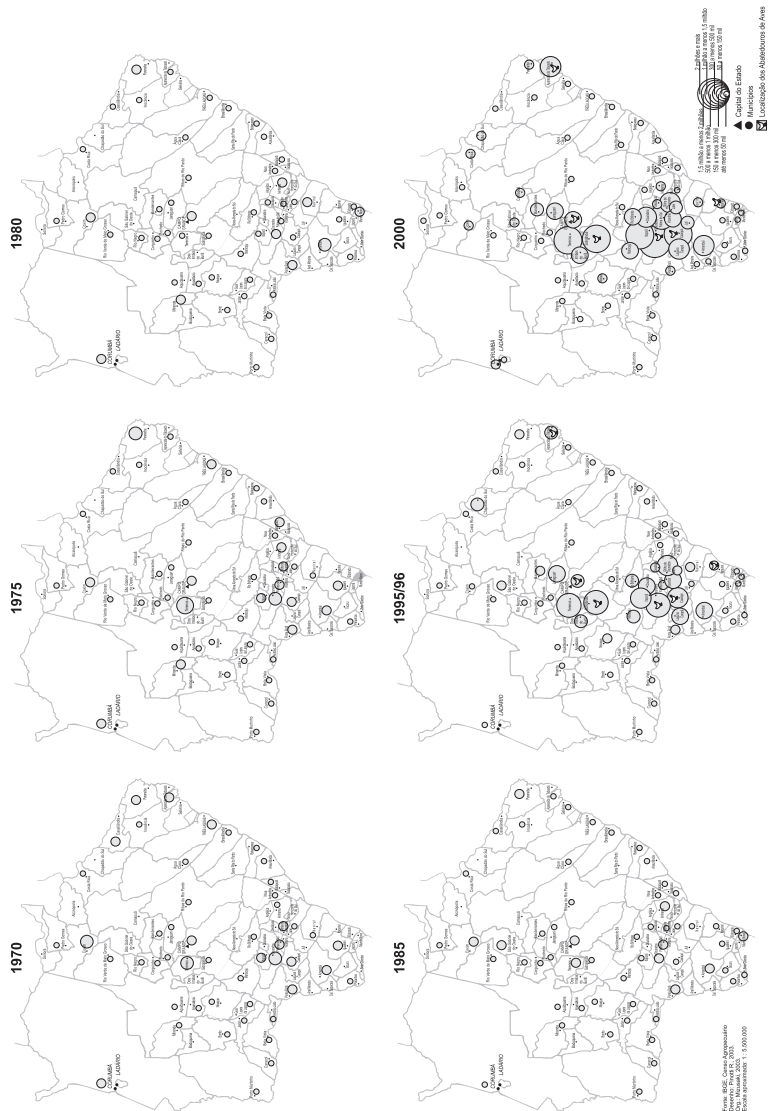
Nesse processo de *monopolização do território pelo capital*, a captura da atividade pelo capital industrial apresenta, também, a sua dimensão territorial, cuja configuração exprime essa nova lógica. Conforme podemos observar no Mapa 7, a atividade que era desenvolvida de forma pulverizada por todos os municípios do Estado, oscilando conforme a demanda do mercado regional, passa a adquirir uma nova configuração territorial a partir do final de 1989, ditada predominantemente pela lógica do capital industrial.

Através do Mapa 4 podemos observar que quando a produção de frango visava a atender o mercado regional e ao autoconsumo, a avicultura se territorializava de modo a observar essa lógica, ou seja, era produzida em todos os municípios, atendendo o mercado local e à própria subsistência, ocorrendo uma maior concentração da produção próxima às cidades mais populosas, como Campo Grande e Dourados, onde havia maior demanda.

Com a *monopolização do território pelo capital*, a configuração territorial da avicultura começa a seguir uma outra lógica, ou seja, não mais a do capital comercial, mas a do capital industrial, através de produção em grande escala.

Sob essa nova dinâmica, a avicultura começa a se concentrar nos arredores das indústrias abatedoras, num raio aproximado de 100 km, devido a questões de ordem sanitária e aos custos de produção (frete) que poderiam encarecer o preço do frango. Um outro aspecto dessa monopolização do território foi decorrente de uma informação prestada por alguns avicultores. Segundo estes, uma empresa não aceita um avicultor que já foi integrado de outra empresa.

MAPA 04 - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
EFETIVO DE GALINHAS, GALOS, FRANGOS, FRANGAS E PINTOS



Esse seria mais um mecanismo de sujeição da renda, pois dessa forma, um avicultor não poderia escolher aquela empresa que oferecesse melhor preço no frango, tendo que permanecer numa mesma empresa ou então sair dela, em caso de insatisfação com a atividade.

Dessa forma, se entre os censos agropecuários de 1970 e 1985 o total efetivo de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos apresentou certa estabilidade, oscilando em torno de dois milhões e seiscentos e dois milhões e oitocentos, no censo de 1995/96 esse total ultrapassou os 10 milhões de cabeças.

Se compararmos Mapa 7 com o Mapa 4, observamos que a localização das maiores indústrias abatedoras está nos municípios de Campo Grande, Sidrolândia, Dourados e Caarapó, áreas onde passa a se concentrar o maior efetivo de aves a partir dos anos de 1990. Já o abatedouro Frandelle, de Itaquiraí e o Frango Ouro, são empresas de menor porte, sendo a primeira sob abate semi-industrial no Censo de 1995/96. Num primeiro momento, obedecendo à lógica do capital industrial regional (evidenciada no Censo Agropecuário de 1995/96) e posteriormente, a do capital monopolista, conforme veremos no capítulo seguinte.

Em nossa dissertação de mestrado (MIZUSAKI, 1996), observamos que esse processo de monopolização do território pelo capital industrial começou a se desenvolver, em Mato Grosso do Sul, a partir do final da década de 80. Da sua origem, até meados de 1990, podemos caracterizar como sendo a segunda fase da avicultura no Estado, fase que foi marcada pela instalação de empresas de capital regional, de pequeno e médio porte. A diferença entre essa fase e a que se iniciou posteriormente, está na origem, no tamanho das empresas e nas relações, específicas de cada período, imprimindo-lhes dinâmica territorial própria, conforme abordaremos no capítulo seguinte.

3

CAPITAL MONOPOLISTA E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA ABATEDORA DE AVES

A avicultura em escala industrial no Estado de Mato Grosso do Sul, após sua consolidação na primeira metade dos anos de 1990, passou por novas transformações produtivas a partir da segunda metade dessa década, culminando na transformação das relações de produção, tanto na indústria, como no campo. Neste capítulo, abordaremos os principais fatores que culminaram na reestruturação produtiva na indústria avícola, em especial em Mato Grosso do Sul.

A avicultura sob o domínio do capital monopolista

Apesar dos mecanismos mencionados no capítulo anterior, utilizados pelas empresas abatedoras para se expandirem e acumularem também no campo, a partir de meados da década de 1990 a maioria dessas empresas começa a ser vendida para outras, de maior porte.

No capítulo anterior, dividimos o desenvolvimento da avicultura no Estado em três fases.

A primeira, até 1988, quando a atividade se encontrava sob o domínio do capital comercial, desenvolvida de forma isolada por produtores, para o autoconsumo, com a venda de excedentes, caracterizando uma comercialização incipiente. A presença de matadouros nessa fase era quase inexistente, bem como a comercialização de frangos, que se dava nas cidades próximas, quando vendidas a comerciantes. Aos poucos, o frango industrializado começou a ser introduzido no Estado por empresas do sul do país, que instalavam filiais de distribuição nas cidades maiores, como o caso da Frango Vit, mas mesmo assim, já nos anos de 1980.

Na segunda fase (entre 1989 e 1995), também analisada no capítulo anterior, tem-se o início da produção avícola em moldes industriais no

próprio Estado, evidenciando-se o processo de *monopolização do território pelo capital*, através de empresas de capital regional, sujeitando a renda da terra, agora sob o domínio do capital industrial.

Na terceira e atual fase, a partir de 1995, inicia-se a atuação do capital monopolista, num primeiro momento, de origem nacional e, num segundo momento, com a participação de multinacionais, provocando novas transformações na avicultura em Mato Grosso do Sul.

Num período de quatro anos houve seis processos de aquisições⁷⁸ de empresas ligadas ao setor de abate de aves no Estado, conforme podemos observar no Quadro 3:

Quadro 3 – Estado de Mato Grosso do Sul
Aquisições de empresas abatedoras de aves/1995-1998

Empresa compradora	Situação da empresa	Local de origem	Empresa adquirida	Ano de aquisição
CEVAL Alimentos	Grupo Hering	Gaspar/SC	Agroeliane	1995
Seara alimentos	Grupo controlador Bunge Internacional	Holanda	CEVAL Alimentos	1997
Avipal S/A	Controlado por 3 irmãos chineses, naturalizados brasileiros	Porto Alegre/RS	COOAGRI	1995
Frangosul S/A	Principais acionistas: empresários nacionais	Rio Grande do Sul	Piratini	1996
Doux	Acionistas: Grupo Doux	França	Frangosul	1998
Frاندelle Ltda	Agropecuária São José de Itaquiraí Ltda	São Paulo	Frاندelle S/A	1996

Fonte: Pesquisa de campo.

Nota: As cinco primeiras cadastradas no Sistema de Inspeção Federal (SIF) e a última, no Sistema de Inspeção Estadual.

A Agroeliane foi vendida para a Ceval Alimentos em abril de 1995, após a morte do proprietário, Maximiliano Gaidzinski. A família resolveu se desfazer do negócio de grãos e carnes, para focar seus negócios no ramo de azulejos. A Ceval, de capital originário do Sul do país, já possuía um frigorífico de suínos em Dourados. Em novembro de 1997, por sua vez, a Ceval foi vendida para o grupo Bunge Internacional Ltda.

Em dezembro de 1995, a Cooagri vendeu, para a Avipal S/A, toda a estrutura ligada ao setor de aves, que inclui abatedouro de frangos, fábrica de ração e estrutura de armazenagem de grãos, totalizando um valor de R\$ 22 milhões. Segundo o presidente da Cooperativa na época, Nedy Borges, a venda foi uma consequência das dificuldades financeiras vivenciadas pelos cooperados, que não conseguiam saldar suas dívidas com a Cooperativa (de adubos, sementes, defensivos e outros insumos). Essa crise se acentuou com os débitos em financiamento que a Cooagri possuía junto ao BNDES (Banco Nacional de

⁷⁸ Em janeiro de 2003 a Frango Vit, que já vinha passando por dificuldades financeiras, entrou com pedido de concordata, sendo vendida no final do semestre. O nome da empresa compradora ainda não havia sido divulgado até o encerramento desse trabalho.

Desenvolvimento Econômico e Social), decorrentes da construção da unidade de abate⁷⁹. A Avipal também é originária do Sul do país.

A Piratini Alimentos foi extinta em 15 de julho de 1996, sendo vendida para a Frangosul toda a sua estrutura ligada ao setor de aves. A Frangosul, também do Sul do país, acabou optando por adquirir a estrutura da Piratini, após um longo processo de negociações na região com os poderes públicos locais, quando foi amplamente divulgada a intenção inicial de instalação de uma unidade industrial.

A Frangosul foi fundada em 1970 no Rio Grande do Sul e integra o Grupo Doux desde outubro de 1998. A empresa possuía mais de 20 granjas de matrizes localizadas em Caxias do Sul, Nova Bassano e Salvador do Sul. Esses matrizeiros geravam ovos férteis que iam para os incubatórios nesses mesmos municípios, e de lá, para as granjas dos criadores, que totalizavam mais de dois mil integrados. Possuía três frigoríficos de aves, situados em Caxias do Sul, Montenegro e Passo Fundo, abatendo 120 milhões de aves por ano; um frigorífico de suínos e ovinos em Ana Rech, que abatia mais de 400 mil suínos por ano; três fábricas de rações em Montenegro, Nova Bassano e Caxias do Sul, produzindo 600 mil toneladas de ração por ano.

Nos anos de 1990, a Frangosul também passou a investir na produção de produtos de maior valor agregado, indicando uma maior flexibilização do setor, através da fabricação de embutidos, como salsichas, mortadela, presunto, defumados e patês, com a marca Lebon.

A empresa iniciou suas exportações em 1979, quando enviou 100 toneladas de frango para a Argentina e depois para o Kwuait. A partir de então, ampliou as exportações (em torno de 30% da produção) para o Extremo Oriente, Oriente Médio, Europa, África e América do Sul. A empresa chegou a possuir em torno de 2 mil avicultores, 400 suinocultores, envolvendo 300 veterinários e técnicos agrícolas e 5 mil empregados.

No final de 1998, o grupo Doux adquiriu a Frangosul. Em outubro de 1999, o primeiro já era dono de 72,4% do capital social. A partir da aquisição, a Doux iniciou um processo de modernização das unidades de Montenegro, Passo Fundo, Caxias do Sul e Caarapó, visando a aumentar a capacidade de abate.

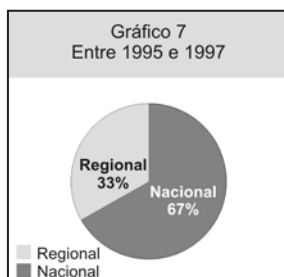
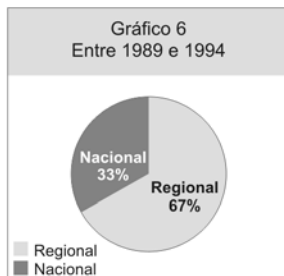
O abatedouro de aves Frandelle, conforme já abordado no capítulo anterior, foi vendido para a Agropecuária São José em 1996.

Agora, é o capital monopolista que está se implantando nesse setor, em nome da inserção competitiva no mercado nacional/internacional, diante do novo contexto político-econômico que se desenhou nos anos de 1990. Nos Gráficos 6, 7 e 8, podemos averiguar as três fases da avicultura em escala industrial no Estado.

79 Jornal Correio do Estado, 12/12/95.

Observando esses Gráficos, verifica-se o deslocamento do capital monopolista nessa atividade produtiva em Mato Grosso do Sul. A partir de 1989, empresas regionais e algumas nacionais, de porte médio, começam a surgir, iniciando o desenvolvimento da avicultura em escala industrial, através do chamado sistema de integração. A partir de então, empresas de maior porte avançam para o Estado, através da aquisição de unidades industriais existentes, sendo que, num primeiro momento, por empresas de capital nacional, e, posteriormente, por parte de multinacionais.

Gráficos 6, 7 e 8 - Estado de Mato Grosso do Sul
Origem do capital industrial avícola



Em 2002 as multinacionais representavam 34% do total de empresas no Estado e, somadas com as de origem nacional, que são empresas de médio para grande porte (Avipal e Frango Vit), representavam 67% do total, ou seja, o capital monopolista passou a predominar a partir de 1998, imprimindo novas relações no espaço agrário, conforme analisaremos no decorrer do trabalho.

O deslocamento do capital industrial monopolista para o Centro-Oeste

O processo de concentração de capitais na indústria de carne de frangos não tem sido um fenômeno restrito ao Mato Grosso do Sul. No Brasil, ele ocorre como um mecanismo utilizado pelo capital industrial ligado ao setor, para acompanhar a expansão territorial dos grãos (milho e soja, componentes básicos da ração) e para incorporar mercados regionais, fazendo com que, em anos recentes, empresas do setor venham reorientando seus investimentos para o Centro-Oeste e o Nordeste do país.

A dinâmica da territorialização do capital industrial avícola no Brasil pode ser observada na Tabela 11 e no Mapa 4. Verificamos que os primeiros abatedouros de aves originaram-se nos estados de Santa Catarina e São Paulo, anteriormente à década de 1970 (Tabela 11). Todavia, a sua consolidação se efetivou a partir dessa década, e, embora com destaque para as regiões Sul e Sudeste, é possível verificarmos a presença de abatedouros de menor porte em outras regiões, voltados para o abastecimento do mercado regional.

Rizzi (1993) destaca que os abatedouros do Sudeste tiveram inicialmente uma característica diferenciada daqueles do Sul, pois o fornecimento de frangos, no primeiro caso, era feito em sua maioria por produtores independentes, diferentemente do que ocorria no Sul, onde esse fornecimento se dava através do sistema de integração. Outra característica a distinguir as atividades dessas regiões foi o fato de que o aumento das firmas no Sudeste, nos anos de 1980, esteve ligado à entrada de novas empresas, ao passo que, no Sul, esse aumento se deve, principalmente, à expansão de empresas líderes da região, especialmente de Santa Catarina.

Verifica-se que, nos anos de 2000, houve um expressivo aumento do número de plantas industriais nas principais regiões produtoras (Sul e Sudeste), bem como o surgimento de abatedouros nas outras regiões do país.

Tabela 11 – Brasil
Distribuição dos abatedouros de frango controlados pelo Sistema de Inspeção Federal (SIF). Estados brasileiros.

ESTADO	Antes de 1970	Anos 70	Anos 80	Anos 2000*
São Paulo	3	32	13	51
Minas Gerais	---	4	8	26
Espírito Santo	---	3	---	3
Rio de Janeiro	---	2	---	---
Total Sudeste	3	41	21	80
Paraná	---	8	6	24
Santa Catarina	1	9	3	13
Rio Grande do Sul	---	13	2	18
Total Sul	1	30	11	55
Pernambuco	---	3	---	07
Bahia	---	1	---	02
Piauí	---	---	---	01
Ceará	---	1	---	---
Maranhão	---	1	---	---
Total Nordeste	---	6	---	10
Mato Grosso	---	---	---	04
Mato Grosso do Sul	---	---	---	05
Goiás	---	---	---	07
Distrito Federal	---	1	---	01
Total Centro-Oeste	0	1	0	17
Amazonas	---	1	---	---
Pará	---	1	---	03
Rondônia	---	---	---	01
Total Norte	---	2	0	04
TOTAL GERAL	4	80	32	166

Fonte: Até anos 80: Rizzi (1993), modificado.

* Conforme SIF (Sistema de Inspeção Federal). In: www.agricultura.gov.br. Acesso em 08/04/2003.

Nota 1: Os dados referem-se aos anos de registro no SIF;

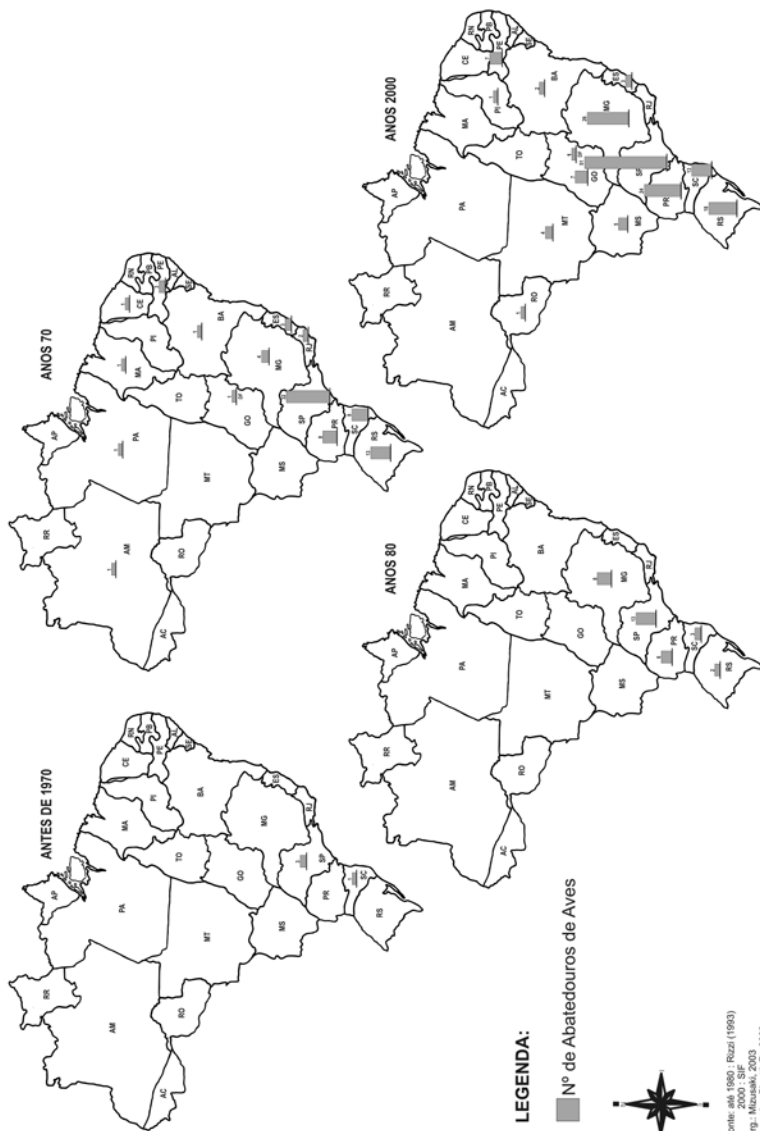
Nota 2: O número de abatedouros diz respeito às unidades produtivas, mas não às empresas;

Nota 3: Os dados de Rizzi foram ajustados com informações obtidas das Associações.

Algumas observações, entretanto, devem ser feitas em relação a esses dados.

Apesar de os estados de São Paulo e Minas Gerais concentrarem o maior número de abatedouros de aves, estes são, em sua maioria, de menor porte comparativamente aos do Sul, no que diz respeito ao tamanho da planta. Tanto que as empresas no Sul (antes da entrada de multinacionais) têm figurado sempre entre as maiores do país, sendo que algumas delas possuem unidades também em São Paulo, como a Sadia e a Perdigão. Se compararmos a Tabela 11 com as Tabelas 12 e 13 teremos mais alguns indicativos da produção de frangos no Brasil.

MAPA 05 - BRASIL: TERRITORIALIZAÇÃO DOS ABATEDOUROS DE AVES FISCALIZADOS PELO SIF (ATÉ ANOS 2000)



Podemos observar nesses dados que os estados do Sul do país responderam, em 2001, por 54,02% da produção nacional e 94,8% das exportações. A região Sudeste, por sua vez, respondeu por 18,9% da produção, dos quais 12,36% estavam concentrados no Estado de São Paulo. Se considerarmos que esse Estado foi responsável por apenas 2,3% das exportações, podemos concluir que seus abatedouros de aves são destinados principalmente ao abastecimento do mercado interno, especialmente o regional, o que já não acontece com as empresas do Sul do país. Estas, além de abastecerem o mercado interno, dedicam parte da produção às exportações, o que é um indicativo da capacidade produtiva dessas empresas, uma vez que, após a desvalorização do real, o mercado externo encontrava-se mais atrativo.

Tabela 12 – Brasil
Abate de aves por estado com SIF

ESTADO	Cabeças - 2001	Participação %
Paraná	671.998.690	19,48
Santa Catarina	642.931.458	18,64
Rio Grande do Sul	548.395.560	15,90
São Paulo	426.318.711	12,36
Minas Gerais	205.631.274	5,96
Mato Grosso do Sul	110.906.331	3,22
Goiás	74.593.107	2,16
Mato Grosso	49.215.414	1,43
Pernambuco	41.774.739	1,21
Distrito Federal	24.031.808	0,70
Pará	10.297.966	0,30
Espírito Santo	9.946.180	0,29
Bahia	5.540.950	0,16
Sub-total	2.821.582.188	81,81
Abate sem SIF	627.270.007	18,19
Total Brasil	3.448.852.195	100

Fonte: UBA - Relatório Anual, 2001.

Tabela 13 – Brasil
Maiores estados exportadores de frango/2001

Estado	Mil toneladas	%
Santa Catarina	479,4	38,4
Paraná	367,7	29,4
Rio Grande do Sul	336,6	27,0
São Paulo	29,0	2,3
Minas Gerais	3,9	0,3
Outros estados	32,7	2,6
Total	1.249,3	100

Fonte: UBA – Relatório Anual, 2001.

O surgimento de abatedouros de aves em outras regiões do país, principalmente no Centro-Oeste e no Nordeste, acompanhou o deslocamento territorial da produção de grãos, mas com duas características diferentes. As empresas de pequeno e médio porte instalaram-se em função da existência de uma demanda regional pela carne de frango e como alternativa econômica para acumulação, como forma de diversificação das atividades, considerando a existência de matéria-prima disponível.

Por outro lado, houve também o movimento de empresas de maior porte, inicialmente do Sul do país e, posteriormente, do capital estrangeiro, que se deslocaram para essas regiões, não somente com o propósito de se apropriarem das chamadas “economias de escala”, características da região, mas também em função de interesses externos à área, como o mercado nacional/internacional. E no Estado de Mato Grosso do Sul, quatro das cinco empresas cadastradas no SIF figuram entre as 50 maiores do país, sendo que, três delas, entre as cinco maiores.

No presente trabalho, buscaremos abordar as principais razões que têm levado ao deslocamento dessas empresas para o Centro-Oeste, com destaque para o Mato Grosso do Sul.

As explicações que têm sido dadas para o deslocamento das referidas indústrias para o Centro-Oeste divergem. Alguns estudiosos atribuem esse deslocamento, segundo Helfand e Rezende (1998), ao custo da matéria-prima, como no caso do milho⁸⁰ (que é o principal componente da ração), que seria mais baixo que no Sul do país.

Já Arana (2001, p. 27) atribui o deslocamento das empresas à estagnação da produção de milho e de soja no Sul, “...levando a fronteira agrícola para as regiões do Brasil-Central...”, o que teria provocado o deslocamento de capitais para a região. Destaca, também, a seca prolongada de três anos, que houve no Sul do país na segunda metade da década de 80, o que teria provocado o aumento do custo de produção.

Helfand e Rezende (1998), por outro lado, ao fazerem um estudo comparativo entre as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, concluem que, em termos de custos de produção do milho, o Centro-Oeste apresenta vantagens econômicas sobre o Sudeste e o Nordeste, mas não em relação ao Sul. Afirmam esses autores que os preços do milho no Paraná, por exemplo, são menores que em Goiás e que a diferença em relação ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina não tem sido muito grande. Entendem, dessa forma, que é necessário considerar outras razões para esse deslocamento industrial, refutando, assim, a idéia de que os preços dos grãos têm atraído as indústrias de suínos e aves para o Centro-Oeste. Explicam que, no Estado de São Paulo, apesar do alto custo da produção, existe a vantagem referente aos custos com transporte, por estarem próximos aos mercados consumidores.

Uma das vantagens que apontam diz respeito à possibilidade de redução do custo de produção da carne, devido à adoção de novas formas de organização da produção, aliadas às novas tecnologias. Assim,

80 Citam o caso de Faveret Filho e Paula. In: FAVERET FILHO, P. PAULA, S.R.L. de. *Um estudo da integração a partir do projeto Buriti, da Perdigão*. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 1998. nº 7, p. 123-134.

Primeiro, a construção de megaabatedouros que integrarão grandes criadores de animais poderia apropriar economias de escala na produção e no abate. Segundo, a integração com um número menor de produtores poderia contribuir para a redução dos custos de logística associados com o suprimento de insumos, a provisão de ração e serviços veterinários, e a coleta dos animais quando eles estiverem prontos para abate. Apesar de o modelo de pequenos agricultores integrados no Sul ter contribuído para um período de excelente crescimento na produção e na produtividade, agora está sendo visto como um obstáculo para a continuação do crescimento e da redução de custos. (HELFAND E REZENDE, 1998, p. 31; grifo nosso).

Para exemplificar essa tendência, citam o caso de Rio Verde (GO), onde os integrados da Perdigão alojam 24.000 frangos e não 6 a 15 mil, como os integrados da mesma empresa, em Santa Catarina. Essa tendência seria então um novo mecanismo adotado pelas empresas que vêm se deslocando do Sul para o Centro-Oeste, evitando, com essa medida, problemas políticos de um possível ajuste, nos aviários do Sul⁸¹. Outros fatores que destacam como relevantes, seriam, os financiamentos decorrentes dos fundos constitucionais (como o caso do Fundo para o Desenvolvimento do Centro-Oeste - FCO) e os incentivos fiscais dos Estados e as restrições ambientais no Sul (odor, manejo de dejetos, poluição da água) pelo fato de ser este mais povoado. Um outro fator que destacam como importante para o deslocamento de indústrias para o Centro-Oeste refere-se às expectativas futuras sobre os preços em relação ao presente, pois a região apresenta maior potencial de crescimento e de redução de preços que o Sul. Outra expectativa é a de redução nos custos do transporte, obtida através de melhorias de infra-estrutura, da desregulamentação das ferrovias etc. Concluem, dessa forma, que:

... apesar de os baixos custos com ração poderem ter sido um componente da motivação, a oportunidade de captar economias de escala na produção e reduzir os custos de transação pode estar sendo fator-chave de atração da produção para o Centro-Oeste. (HELFAND E REZENDE, 1998, p. 32).

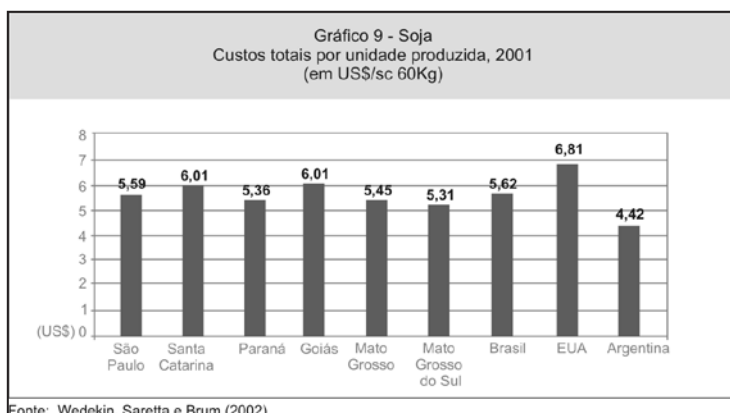
Espíndola (1996), ao estudar a expansão de agroindústrias do oeste catarinense para o Centro-Oeste, também levanta a economia de escala e a proximidade com as matérias-primas e insumos como fatores de expansão. Complementa e ressalta, todavia, que, em relação ao Grupo Sadia, existem duas estratégias diferenciadas de deslocamento: a primeira é a de estabelecer unidades industriais com características de abate e processamento nos locais de produção de matéria-prima; a segunda é a

81 Lamentavelmente, os autores não esclarecem o que seria esse “possível ajuste” e nem as questões políticas que poderiam gerar tais problemas no Sul.

de estabelecer unidades industriais próximas aos grandes centros consumidores, produzindo alimentos com alto valor agregado.

Um estudo feito por Wedekin, Saretta & Brum (2002) sobre competitividade e custos de produção da soja e do milho no Brasil, que podem ser observados nos Gráficos 9 e 10, vem corroborar com a análise de Helfand e Rezende (1998).

Conforme podemos observar, o custo de produção⁸² da soja de Goiás não é inferior ao do Paraná e de Santa Catarina. No Estado de Mato Grosso esse índice é inferior ao de Santa Catarina, mas não em relação ao Estado do Paraná. Apenas Mato Grosso do Sul apresenta um custo inferior aos dois estados do Sul, o que não justificaria o deslocamento do complexo grãos/carnes para todo o Centro-Oeste. Os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem custos de produção competitivos em relação aos de São Paulo, mas este apresenta a vantagem de localização em relação aos do Centro-Oeste. Quanto ao milho, observa-se que os Estados do Centro-Oeste apresentam custos de produção inferiores aos do Estado do Paraná, mas superiores aos de Santa Catarina.



82 Inclui os seguintes itens: preparo de solo, plantio, mão-de-obra, insumos, tratos culturais, colheita, transporte, seguro, assistência técnica e despesas financeiras.



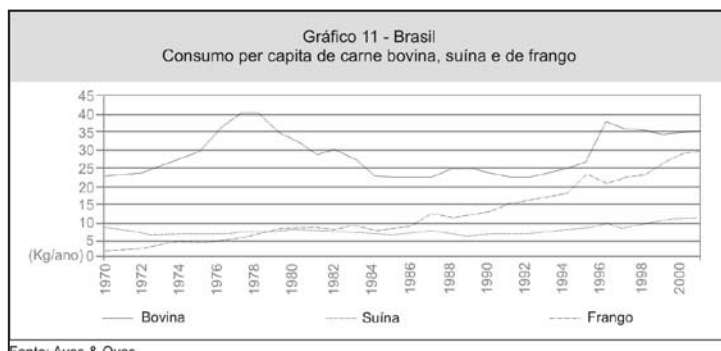
Os estudos desses autores aproximam-se, dessa forma, da análise de Helfand e Rezende (1998) que afirmam não ser o custo de produção fator determinante no deslocamento de grãos para o Centro-Oeste. Chama-nos a atenção, também, no quesito custos de produção, a avaliação do engenheiro agrônomo Victor Abou Nehmi Filho⁸³: *“O cerrado apresenta uma equação econômica e técnica totalmente oposta a das terras férteis do Sul e do Sudeste, também conhecidas como solos de floresta”*. Esse profissional, pesquisador, argumenta que o cerrado, por possuir solos pobres e arenosos, o que exige correção da acidez, tende a apresentar, nos primeiros anos, uma baixa produtividade, mas que, com o passar dos anos, se bem administrada, essa produtividade tende a aumentar, devido ao acúmulo de matéria orgânica e resíduos das safras anteriores, que vão enriquecendo os solos do ponto de vista químico, físico e biológico. Por outro lado, nos solos de floresta acontece o contrário, pois sua alta fertilidade natural vai sendo depauperada com o tempo, exigindo correção do solo, não no início, mas com o passar dos anos. Nesse sentido, segundo essas informações, a análise comparativa entre essas regiões levando-se em conta os custos de produção, não deve ser pontual, uma vez que os efeitos da qualidade do solo a longo prazo também deveriam ser considerados.

Além desses indicadores, é preciso destacar também, outros elementos de ordem político-econômica e social que têm impulsionado o deslocamento da atividade para a região.

Levando-se em conta o fato de a produção de carne de frango possuir elasticidade, respondendo com certa rapidez ao aumento da demanda e devido a uma série de fatores, as possibilidades de expansão para o Centro-Oeste foram viabilizadas. Consideramos que os elementos apontados pelos autores anteriormente citados, bem como os de Arana (2001), não são excludentes.

⁸³ Agrianual (2002, p. 417).

Entendemos que o deslocamento do capital industrial monopolista, ligado ao setor de carne de frango, relaciona-se ao aumento da demanda pelo produto, que, por sua vez, deve ser compreendida num contexto maior do acelerado processo de urbanização e industrialização que tem ocorrido mundialmente, e em especial, no Brasil. Uma questão a ser ressaltada diz respeito às mudanças no padrão alimentar da população, de um modo geral, decorrente do processo mencionado. Por um lado, o desenvolvimento tecnológico, ou seja, o investimento do capital em trabalho morto em detrimento do trabalho vivo no processo de produção e abate de frangos, associado a mecanismos de apropriação da renda da terra na avicultura tem impulsionado, na concorrência e busca por novos mercados, a queda dos preços da carne de frango, tornando-a mais acessível à população de baixa renda, ampliando ao capital industrial ligado ao setor, um mercado em potencial. Avaliando-se os dados sobre o consumo per capita de carnes no Brasil (Gráfico 11), evidencia-se o progressivo aumento do consumo de carne de frango entre 1970 e 2000 indicando a sua popularização entre consumidores, próxima da conquistada pela carne vermelha. O mesmo já não tem acontecido com a carne suína, que tem se mantido estável durante o período.



Por outro lado, o processo de urbanização, enquanto parte do processo de industrialização, conforme lembra Sposito, M.E.B. (1988), tem transformado o padrão de vida da população urbana, que se torna cada vez mais exigente em termos de qualidade dos alimentos, ao mesmo tempo em que, inserida no mercado de trabalho (principalmente decorrente do trabalho feminino) provoca uma demanda por alimentos de fácil preparação, como os produtos semi-prontos e também por restaurantes comerciais e *fast foods*. Decorrentes dessa nova realidade, são comuns as promoções de carne de frango nos supermercados, o que tem atuado como estratégia de consumo, aumentando a compra não somente por consumidores diretos,

mas também por restaurantes, o que contribui para a propagação do produto. Segundo a Revista Guia Aves & Ovos (1996, p. 20):

O vice-presidente da Associação Paulista de Supermercados (APAS), Omar Assaf, a respeito dessas promoções do varejo destaca que o ano se mostrou favorável para os supermercados, o frango contribuindo para esse desempenho. Diz que, devido às promoções o frango não gerou grande rentabilidade, mas ajudou no esforço de aumentar a frequência dos fregueses nos estabelecimentos, atraídos pelo preço baixo das aves. Mas Assaf assinala também que os índices crescentes de venda de frango e suas partes nos supermercados se devem, além do preço, à distribuição, ao acondicionamento e às facilidades de exposição no ponto de venda.

Em relação à questão da maior exigência por qualidade nos alimentos, a carne branca tem sido divulgada como mais saudável que a carne vermelha, por apresentar menor teor de colesterol e gordura. Recentemente, o frango caipira também vem ganhando espaço no mercado pela crescente preocupação com a questão da qualidade dos alimentos. Aceito pela maioria como sendo ainda mais saudável que o frango industrial, o frango caipira tem atraído o capital industrial que também vem se apropriando desse setor, como a Sadia.

Na conjuntura nacional, deve-se acrescentar, ainda, a política econômica implementada a partir de 1994 com o Plano Real⁸⁴, na qual o frango atuou como uma de suas âncoras ao figurar como principal variável da cesta básica, aumentando ainda mais o seu consumo.

Nesse contexto, o consumo de carne de frango no país tem aumentado consideravelmente na década de 1990.

De um modo geral, o consumo *per capita* de carne de frango tem aumentado ano a ano. Todavia, entre 1994 e 1995 houve um crescimento mais expressivo (17,3%), período em que tivemos a estabilização da moeda, implementada com o Plano Real. Isso nos permite considerar esse Plano, fator também relevante para o aumento do consumo de carne de frango no Brasil, mas não o único, uma vez que essa demanda vinha de anos anteriores e, inclusive, apresentando-se como tendência mundial⁸⁵. Entre 1998/99 esse consumo tem novo impulso, com 17% de aumento, continuando a crescer nos anos seguintes, chegando a 29,9 kg/per capita em 2001. Num período de dez anos, o consumo de carne de frango no

84 Espíndola (2001, p. 34) faz uma crítica a autoridades governamentais e estudiosos que defendem que o frango constituiu-se em “âncora” do Real. Argumenta que o preço do frango já vinha decaindo desde 1987, quando custava US\$1,60, passando a US\$ 0,66 em 1994. Contudo, embora concordemos com o fato de que o preço já vinha decaindo antes do Plano Real devido ao desenvolvimento tecnológico no sistema de produção desse setor, o autor não esclarece nesse trabalho se o preço analisado é do frango vivo ou abatido (e nesse seguimento, se é no atacado ou no varejo), nem a região a que se refere o preço.

85 Para maiores informações sobre o consumo mundial de carne de frango, ver *Guia Aves & Ovos*.

Brasil teve um crescimento de 102%. A carne suína, embora em termos absolutos ainda seja pouco consumido no país, também obteve expressivo crescimento, com 56,2%, ao passo que a carne bovina, mesmo sendo, ainda, a carne mais consumida, cresceu apenas 28,1% no período.

Em nível internacional, e também decorrente dessa modernização (sic) desenfreada, problemas como o da “vaca louca” na Europa e o dos transgênicos, abriram um mercado para outros países fora do circuito protecionista europeu e americano. Ademais, constata-se nos Gráficos 9 e 10, que o milho, no Brasil, apresenta custos de produção inferiores aos da Argentina e dos Estados Unidos. No caso da soja (Gráfico 9), o Brasil apresenta vantagens em relação aos Estados Unidos, o que tornaria o país competitivo no mercado internacional, sem o protecionismo daqueles que o praticam.

Um fator que pode atuar como limitador em alguns países em relação ao desenvolvimento da avicultura diz respeito ao elevado consumo de água em todo o processo de produção e abate. Nesse sentido, a implantação da avicultura em escala industrial é viável onde há abundância de recursos hídricos, o que já tem sido visto como problema em alguns países.

Uma outra questão importante a ser destacada em relação à localização industrial dessas empresas diz respeito às restrições ambientais na avicultura. Pouco discutida entre pesquisadores e empresas, algumas delas já vêm ocorrendo em outros países. A Alemanha, por exemplo, devido à pressões de organizações ambientais, tem levado o país a optar pela compra do frango no mercado mundial, tendência que pode se estender para outros países da União Européia. O mesmo caminho vem seguindo o Japão. Enquanto a produção tem reduzido em alguns países desenvolvidos, ela tem expandido em países como o Brasil, a China, a Índia e vários países da África. Sobre essa questão, assim comentava uma matéria na Revista Aves & Ovos (nº 4, ano XII, 1996 [s.p.]):

Na frente externa, países como o Brasil podem vir a ter renovadas possibilidades de aumento de sua participação no abastecimento de mercados de países altamente desenvolvidos. Isso porque se prevê, em âmbito mundial, restrições crescentes à avicultura em países do primeiro mundo, em atenção a questões ambientais e às relacionadas com os sistemas criatórios (...). A par disso, nos países da Europa, como no Japão, o plantio de grãos deve reduzir-se, limitado pelo pequeno território, pelos recursos hídricos escassos, pela rentabilidade reduzida da atividade e pela preservação da ecologia. Há tendência de esses países preferirem a compra do produto, deixando para os países produtores os problemas ambientais.

Certamente que a existência de um mercado em ampla expansão, associado a uma conjuntura favorável e ao baixo custo de produção em países da América Latina, como o caso do Brasil, possibilitando a deman-

da pelo produto, impulsionou a reprodução ampliada do capital industrial ligado ao setor de grãos/carnes. Isso pode contribuir para explicar, também, a presença de multinacionais de origem europeia no Brasil. Não foi, assim, por acaso, que nos anos de 1990 tivemos medidas de liberalização econômica por parte do governo federal, impulsionando a entrada do capital estrangeiro no país.

Será, então, diante desse contexto de aumento da demanda pela carne de frango (não somente nacional, mas mundial), abrindo perspectivas econômicas de expansão do capital industrial ligado ao setor, é que podemos compreender as estratégias de expansão e investimento dessas empresas, ou seja, havia um mercado potencial, tanto nacional quanto internacional, a ser explorado. Todavia, compreender os motivos que têm levado essas empresas de maior porte a se deslocarem do Sul para o Centro-Oeste, em detrimento de sua reprodução no próprio local de origem, é outra questão que merece atenção.

Iniciamos resgatando as hipóteses levantadas por Helfand e Rezen-de (1998). Analisando o relatório do ano de 2000, da Bunge Alimentos, sobre as perspectivas da empresa, verificamos que os argumentos levantados por esses autores estão contemplados entre as justificativas dessa empresa para o deslocamento rumo ao Centro-Oeste:

Os principais investimentos programados pela empresa para os próximos anos seguem esta lógica: continuar avançando nas chamadas áreas de fronteira da soja, (...). Com silos e unidades industriais estrategicamente localizados, a Bunge consegue otimizar o transporte de soja, evitando o gargalo e as pressões de custo logístico da época da safra. (...). Para completar essa equação, a empresa tem feito grandes investimentos em logística. Opera terminais próprios nos portos de Rio Grande (RS), Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC) (...). Em 1999, concluiu o terminal de transbordo rodo-ferroviário de Araquari (MG), para farelo e soja em grãos. (...). Outro elemento importante nesse processo logístico é a sinergia com a Bunge Fertilizantes S.A. (empresa líder nacional de fertilizantes). A operação consiste em distribuir fertilizantes Serrana, Iap, Manah e Ouro Verde aos agricultores, (...). O mesmo sistema de transporte que traz a soja para a indústria da soja, o silo e o porto, pode levar o fertilizante, do porto, das fábricas e das misturadoras de fertilizantes para as lavouras reduzindo assim, ou maximizando o custo do frete, (...). (BUNGE ALIMENTOS, Relatório anual 2000).

Essa observação não contradiz a afirmação de Arana (2001) sobre o fato de a estagnação da produção desses grãos no Sul ter deslocado a fronteira agrícola para o Centro-Oeste. De fato, a necessidade de incorporação de novas áreas ao processo produtivo de soja e de milho provocou a sua expansão para o Centro-Oeste e para o Norte do país, em momentos de conjuntura e condições geográficas favoráveis, facilitadas também

pelo acompanhamento do desenvolvimento tecnológico, mediado pelo Estado, possibilitando a sua adequação nas áreas de cerrado. Se analisarmos a estrutura de custos do quilo do frango vivo na granja, veremos que a ração constitui-se no item de maior participação, representando no período considerado, 80,22% do custo total, conforme Tabela 14:

Tabela 14 – Estado de São Paulo
Participação percentual do custo do quilo do frango vivo na granja
setembro/2002

Itens considerados	%
a) Pintos de um dia	10,31
b) 4,973 quilos de ração	80,22
c) Desinfecção, vacinas e medicamentos	1,20
d) Forração de piso (1 carga/25.000 aves)	1,65
e) Energia elétrica (0,25 kwh/ave)	0,99
f) Gás aquecimento – 2 botijões	1,33
g) Mão-de-obra e encargos (ordenado mensal 1 homem)	1,70
h) Encargos sociais sobre a produção	2,30
i) Manutenção e reparos	0,50
j) Depreciações	1,00
k) gastos gerais	0,50
l) (-) recuperação de custo (venda de adubo orgânico)	1,68
TOTAL %	100
Custo da ave viva para venda à vista (R\$)	1,157

Fonte: APA.

A propriedade privada da terra e a renda que ela pode gerar manifestaram-se, também, como fatores relevantes para a expansão industrial na medida em que, na região Sul, atuaram como limitadores, pois a capacidade de produção de grãos daquela região não comportava as possibilidades de expansão e reprodução do capital industrial. O Estado de Santa Catarina, por exemplo, onde estão instaladas as maiores empresas de abate de aves e suínos do país - como a Sadia, a Ceval, a Perdigão e a Cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora) - ocupa apenas 1,13% do território nacional e já têm sido apontados problemas nessa região, indicando sinais de estagnação da atividade:

A maior fragilidade da agricultura catarinense é a produção de milho, principal insumo de rações para a avicultura e a suinocultura, muito desenvolvidas no estado. Mesmo com uma safra de 2,8 milhões de toneladas, o déficit previsto para este ano é de 1,3 milhão de toneladas. (...) Apesar de mostrar alguns sinais de esgotamento, o modelo de integração ainda mantém importância vital na economia catarinense⁸⁶.

No Rio Grande do Sul, apesar desse estado figurar entre os maiores produtores de frango do país, tendo duplicado sua produção entre 1992 e 1997 (de 431 pra 800,2 toneladas), as empresas também passaram por crises no setor. Um indicativo foi a criação do Programa de Recuperação

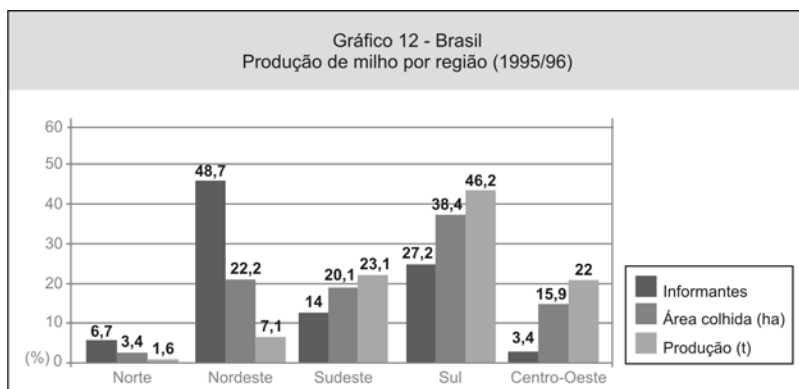
86 Sousa, Paulo Henrique. Solo bem repartido. In: *Gazeta Mercantil*. Balanço Anual, 1998. Santa Catarina. Ano 5, nº 5, p. 40-41. Publicação anual.

da Competitividade da Indústria abatedora de aves (Reaver) em 1997, visando a estimular investimentos no setor⁸⁷.

Outro indicativo pode ser verificado também nas denúncias de importação de milho transgênico da Argentina⁸⁸ e na crise com a criação de frangos, reflexos da escassez de milho⁸⁹.

Analisando os Gráficos 12 e 13, podemos compreender melhor a situação da produção de milho e de aves no país, respectivamente registradas no Censo Agropecuário de 1995/96.

É possível observarmos no Gráfico 12, que no Norte e no Nordeste do país essa era bastante incipiente, indicando tratar-se principalmente de produção para consumo próprio. Já nas demais regiões, verifica-se alto índice de produção, proporcionalmente ao número de produtores. Conforme já apontado anteriormente, a região Sul, apesar de ocupar pequena porção territorial do país destaca-se no cenário nacional, apresentando 46,2% da produção nacional e 38,4% da área plantada. A região Sudeste e a Centro-Oeste apresentam semelhanças em termos de área colhida e quantidade produzida. Todavia, o menor índice de produtores no Centro-Oeste revela que aí predominam os grandes e médios proprietários de terra como cultivadores de milho, comparativamente às regiões Sul e Sudeste. Esses dados revelam também, o potencial de expansão dessa cultura na região, face ao esgotamento da fronteira agrícola no Sul do país.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96.

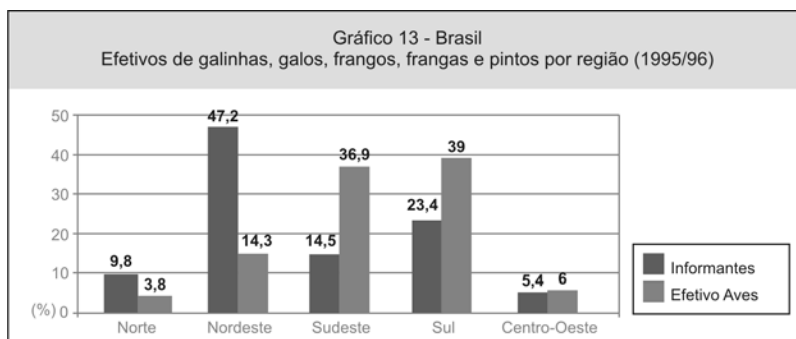
87 GUIMARÃES, Luis. Frango de briga. In: *Gazeta Mercantil*. Balanço Anual, 1998. Rio Grande do Sul. Ano V, nº 5, p. 50. Publicação anual.

88 Denúncias de importação de milho transgênico da Argentina tem sido veiculados por meios de comunicação, como a matéria com o título: *Procon-RS multa Avipal em R\$500 mil*, veiculada em 05/12/00 no jornal *Gazeta Mercantil*. In: <http://free.freepress.org/transgenicos/transgenicos/crono/2000b/001205.htm>. Acesso em 22/12/02.

89 In: *Granjas terão apoio para adquirir milho*. *Avicultura Industrial*. 22/10/02. <http://www.aviculturaindustrial.com.br>. Acesso em 23/10/02.

Na avicultura (Gráfico 13), verifica-se comportamento semelhante em termos de produção de milho, o que se deve ao fato de ela fazer parte das estratégias de diversificação produtiva do capital industrial, do tipo grãos-ração-carne. No Norte e no Nordeste⁹⁰, a produção ainda não alcançou a escala industrial, sendo que o número de avicultores é bem maior que a produção, o que indica que ela é direcionada, predominantemente, para consumo próprio com possível venda do excedente. Já nas regiões Sudeste e Sul evidencia-se o predomínio da avicultura em escala industrial, sendo que no Sul, apesar de o estado apresentar o maior índice de produção (39%), apresenta-se como atividade menos concentrada que o Sudeste do país. O Centro-Oeste, que no último Censo ainda apresentava produção incipiente, já a desenvolvia sob domínio do capital industrial, expandindo-a nos anos seguintes.

No Mapa 6, podemos visualizar como tem se territorializado a avicultura no Brasil, com o predomínio das regiões Sudeste e Sul, principalmente os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Contudo, é possível observar também que, neste último Censo, o Centro-Oeste já começa a despontar no cenário nacional. O Nordeste, conforme abordado anteriormente, apesar de apresentar elevado efetivo de aves, apresenta produção baixa, comparativamente ao total de produtores, evidenciando não se tratar na sua maioria, de avicultura em escala industrial.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

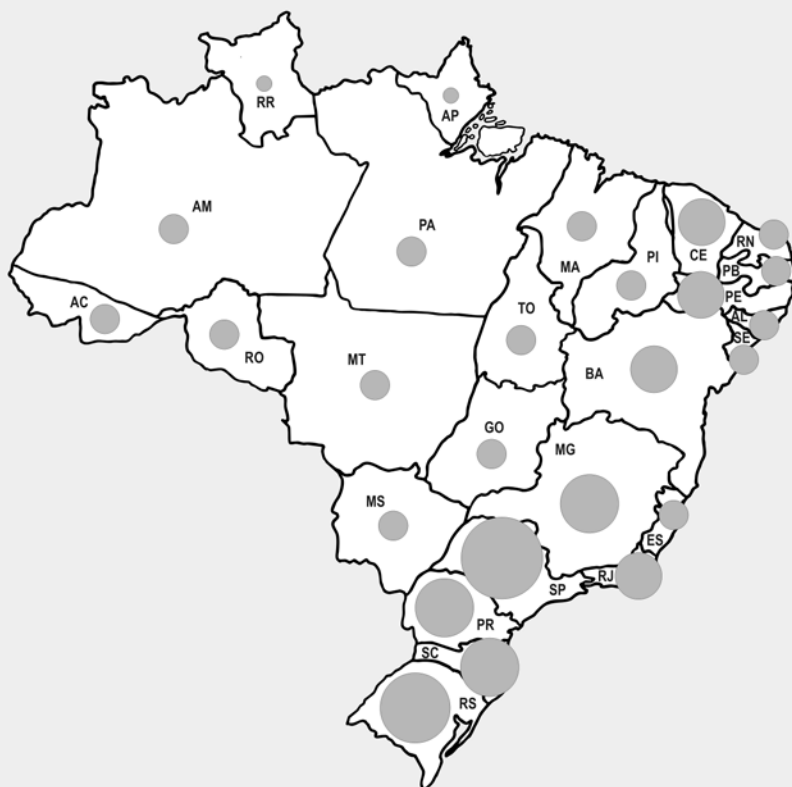
Entendemos que a questão do milho deve ser um fator importante a ser considerado, por parecer figurar entre aqueles que garantem lucro para as empresas. Um indicativo do que temos exposto é o fato de que essas empresas não têm se interessado em buscar culturas alternativas para a produção da ração destinada às granjas, mesmo havendo descobertas

90 Observamos que o efetivo de aves no Nordeste, cujo valor encontra-se um pouco legível, é de 14,3%.

nesse sentido. Um exemplo foi a pesquisa desenvolvida por Nestor Herédia Zarate, pesquisador do curso de agronomia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, de um “frango diet”, que utiliza ração baseada em concentrados como inhame, cará e mandioquinha salsa, que, além de produzir uma carne semelhante ao do frango caipira, produzindo menor teor de gordura, apresentava um custo de produção 10% mais baixo que o da ração tradicional. Com essa nova ração também se conseguia aumentar a produtividade de 13 frangos por m², enquanto a média era de 10 frangos/m². No entanto, sua pesquisa não teve muita aceitação, conforme relata a matéria: *Hoje, o trabalho pioneiro é reconhecido em todo o País, mas as indústrias mostram pouco interesse pelo trabalho, possivelmente temendo um abalo no mercado de milho* (Jornal O Progresso, 20/01/98).

Um outro aspecto levantado por Helfand e Rezende (op.cit.) sobre o deslocamento dessas indústrias para o Centro-Oeste, que gostaríamos de abordar e que não foi aprofundado pelos autores, diz respeito às expectativas futuras em relação à redução dos custos de transporte, devido às melhorias em infra-estrutura.

MAPA 06 - BRASIL **EFETIVO DE AVES (número de cabeças)**



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, (1995/96)
 Org.: Mizusaki, 2003
 Desenho: Pinotti, R., 2003
 Escala aproximada: 1 : 29.200.000

LEGENDA:

100 a menos 150 milhões
 20 a menos 50 milhões
 menos 1 milhão



150 a menos 200 milhões
 50 a menos 100 milhões
 1 milhão a menos 20 milhões

De fato, no governo de Fernando Henrique Cardoso, merece ser citado o programa “Brasil em Ação” (1996-1999) que, através do discurso do desenvolvimento sustentável, propunha-se a realizar, no país, empreendimentos em infra-estrutura e desenvolvimento social visando a atrair investimentos produtivos e reduzir desigualdades regionais e sociais. Dentre os vários projetos⁹¹, estavam previstos para o Centro-Oeste, em relação à infra-estrutura, investimentos nos meios de transporte, de maneira a consolidar corredores intermodais para redução do custo do frete. Nas palavras do então Ministro do Planejamento:

Os investimentos projetados para o Centro-Oeste concentram-se, sobretudo, no fortalecimento dos meios de transporte necessários para o melhor escoamento da produção das áreas de desenvolvimento agropecuário e agroindustrial integrantes do chamado cerrado setentrional brasileiro, bem como das áreas de expansão recente da fronteira agrícola do País, articulando os Estados do Acre e Rondônia com os Estados da Região Centro-Sul e Sul, passando pelo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Tais investimentos previstos permitirão a redução dos custos dos fretes até o Porto de Ponta da Madeira/São Luiz, favorecendo alternativas econômicas de intermodalidade no transporte de cargas. Deve-se propiciar, ainda, mediante obras de restauração, boas condições de tráfego nos principais eixos de ligação entre as Regiões Norte e Centro-Oeste/Sudoeste/Sul⁹².

Podemos observar, que os investimentos em infra-estrutura por parte do governo de FHC, a partir de 1996, podem ser compreendidos num contexto de abertura econômica, como mais uma participação do fundo público. Essa participação atua de forma que o capital monopolista, principalmente o multinacional, possa se apropriar da renda diferencial de localização e de investimentos em tecnologia, decorrentes da redução de custos com transporte em função desses investimentos. Assim, a “competitividade” produzida pela redução dos custos produtivos é paga por toda a sociedade em virtude da aplicação desse recurso vindo do fundo público e, convertida em renda, é apropriada privadamente pelo capital monopolista.

Para ilustrarmos um pouco mais o cuidado com que deve ser tratada a análise sobre o deslocamento dessas empresas para o Centro-Oeste, citamos um outro aspecto que não tem sido discutido por estudiosos da questão e que diz respeito às “restrições ambientais”, já pontuadas inclusive por Helfand e Rezende (1998).

Um problema que a avicultura pode acarretar devido a limitações do espaço diz respeito à cama do aviário. Um barracão de 12 x 120 metros,

91 Para um aprofundamento das discussões sobre as ações desenvolvidas pelo governo federal no Centro-Oeste, ver Silva, M.C.T. (1992), Gardin ((2002) e Abreu (2002).

92 Ministério do Planejamento e Orçamento. *Ações e projetos do Plano Plurianual 1996/99*. 31/08/95. In: www.planejamento.gov.br. Acesso em 30/01/03.

alojando 12 mil frangos, pode produzir aproximadamente 90 toneladas de cama de frango por ano (com três retiradas ao ano⁹³). No Estado de Mato Grosso do Sul, essa produção tem sido absorvida na lavoura, como adubo e, na pecuária, como alimento para o gado⁹⁴, pois em todo o Estado, com uma área total de 358.158,70 km², ou, 30.942.772 ha (IBGE) havia apenas 1.036 aviários em 1998, o que equivaleria a uma média de 93.240 toneladas de cama de frango por ano. Todavia, no caso do Sul do país, onde se tem um número considerável de avicultores e aviários, essa questão deveria ser mais bem analisada. Somente no município de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, por exemplo, onde a Sadia iniciou o sistema de integração havia, em 1991, 758 avicultores, produzindo frangos em barracões com capacidade para abrigar um total que variava de 6, 12 ou 18 mil aves⁹⁵. Sendo a área total do município de 100.500 ha, e supondo que haja, no mínimo, essa mesma quantia de aviários, podemos estimar que se produzam, no ano, mais de 68 mil toneladas de cama de frango, que não sabemos se é absorvida no município. Na região de Chapecó, temos também a Cooperativa Central do Oeste Catarinense (Coopercentral), que integra 752 avicultores⁹⁶. Considerando o oeste de Santa Catarina, temos que havia, em 1990, um estoque de 60 milhões de aves/dia⁹⁷, o que representa uma considerável produção de adubo. Um destino que também pode ser dado à cama do aviário refere-se à geração de energia, através do uso da cama do frango. Encontra-se em fase de estudo, por um consórcio de empresas britânicas, a instalação em Dourados de uma usina energética a partir de biomassa. As vantagens alegadas por um dos representantes da empresa, John Colin Evans, são de que o custo de produção é mais baixo, além de o esquema oportunizar um destino ambiental mais adequado aos dejetos⁹⁸.

Um outro aspecto que deveria ser mais aprofundado refere-se ao destino dado ao frango que morre na granja por motivo de doença. O índice de mortalidade considerado “normal” pelos avicultores tem girado, em nossas entrevistas, entre 2 e 4% do lote. Levando em conta o índice de 2%, teremos uma mortalidade de 120 frangos para um lote de 6 mil; 240 para um lote de 12 mil; 360 para um lote de 18 mil e 480 para um lote de 24 mil. Se considerarmos o ano de 1991 para Concórdia, teremos, numa média de 12 mil frangos por barracão, aproximadamente 181.920

93 Essa quantidade tem variado muito de acordo com a empresa. Alguns retiram a cada lote, e outras ficam às vezes até quatro lotes sem trocar a cama do aviário.

94 Proibido recentemente no estado, em decorrência da Instrução Normativa nº 15 de 17-07-2001, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

95 Azevedo (1993).

96 GAZETA MERCANTIL. Balanço Anual 1999. Santa Catarina, p. 24-25.

97 Revista Veja, 05/12/90.

98 Jornal Diário do Povo, 01/08/02.

frangos mortos a cada lote. No Estado de Mato Grosso do Sul, o destino desses frangos tem variado. Encontramos casos de avicultores que possuem um sistema de compostagem, onde o frango, misturado ao esterco, transforma-se em adubo. Esse sistema é considerado o ideal pelo fato de os microrganismos patógenos serem destruídos no processo de decomposição do frango. Em conversa informal com funcionário de uma das empresas, foi alegado que existe a dificuldade de introduzir esse sistema entre os avicultores devido à falta de recursos dos mesmos em assumir tal despesa. O que se verifica nessa alegação é que a responsabilidade por esses danos ambientais acaba sendo transferida ao avicultor. Por outro lado, encontramos também, situações em que o frango doente era jogado no rio. A prática mais comum encontrada foi a de enterrar o frango, e esperar que ele se decomponha sozinho. Segundo informações obtidas com veterinário de uma empresa, o frango morto, geralmente por motivo de doença, contém uma carga microbiana elevada, que, através das chuvas, podem ser carregadas para os rios, contaminando o meio ambiente. Devido às exigências sanitárias do mercado externo, a Seara, unidade de Sidrolândia-MS, já vinha adotando, em 2003, o sistema de compostagem em 85% dos aviários. Em que medida esses problemas ambientais vêm acontecendo no Sul do país e, atualmente no Mato Grosso do Sul, constitui fator que mereceria estudo mais aprofundado e maior atenção por parte das empresas e do sistema de vigilância sanitária.

Com base nas hipóteses levantadas, entendemos que o custo de produção do milho não deve ser visto como único fator a ser considerado para a análise do deslocamento das indústrias de frangos para o Centro-Oeste. A justificativa de “busca por economias de escala na produção e redução de custos na transação”, embora tenham sido estes os fatores levantados por estudiosos da questão, deve ser vista com cautela, pois, outros fatores também podem estar atuando nesse sentido. Consideramos necessário inserir esse processo particular de deslocamento industrial no contexto maior das transformações gerais que vêm ocorrendo no modo capitalista de produção, que teve como uma das evidências o processo de reestruturação produtiva, transformando não somente as formas de produção, mas várias dimensões da realidade econômica, social e espacial a ela inter-relacionada. É o que abordaremos no próximo item.

O processo de reestruturação produtiva na indústria de carne de frangos

Quando falamos sobre reestruturação produtiva, estamos fazendo referência às mudanças ocorridas nos elementos que compõem a realização do processo produtivo devido à rearticulação das formas de

acumulação do capital industrial. Como esse “novo” modo industrial de produzir territorializa-se no espaço, traz, também, profundas transformações no seu ordenamento territorial. (MIZUSAKI, 2001).

Alves (2000, p. 11) também define o conceito de reestruturação produtiva, aqui entendido como “... *um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista*”. Observa-se que o conceito faz referência às mudanças na realização do processo produtivo como mecanismo de acumulação do capital. Enquanto Alves faz referência às mudanças do ponto de vista tecnológico e organizacional, optamos por não restringir as variáveis que se constituem em fatores de mudança quando dizemos “os elementos que compõem”. Optamos também, por inserir um elemento não abordado por Alves, que é a questão do território, ou seja, a reestruturação produtiva também tem a sua dimensão territorial, que se produz e reproduz de acordo com a dinâmica contraditória que move essas relações. Por se tratarem de relações de poder, o que se tem, então, é a sua territorialização.

Falar sobre o processo recente de reestruturação produtiva na indústria de alimentos envolve muitos cuidados devido à carência bibliográfica sobre o tema, o que se acentua se levarmos essa discussão para o âmbito específico da indústria de carne de frangos, conforme já apontou Rizzi (1993), um dos poucos estudiosos do tema. Tal problema se verifica, pelo fato de que os estudos mais difundidos para evidenciar essas mudanças têm sido encontrados principalmente nos setores diretamente impactados, como o caso da microeletrônica e da indústria automobilística. Um outro problema é o fato de que esses estudos analisam apenas a estrutura produtiva no espaço da indústria, desconsiderando o campo como atividade produtiva que também se encontra inserida no contexto das transformações que vêm ocorrendo nas formas de produção capitalista.

Nesse item do trabalho, abordaremos as principais transformações ocorridas recentemente na indústria de carne de frangos, as quais têm culminado na reestruturação produtiva do setor, alterando as relações de produção até então vigentes. Enfoque especial será dado às empresas instaladas no Estado de Mato Grosso do Sul. Apesar das dificuldades em obtermos informações diretamente junto às empresas, foi possível traçarmos seus principais aspectos.

As transformações técnico-produtivas e organizacionais que vimos acontecer nas últimas décadas têm sua origem, num contexto de crise do capitalismo mundial, a partir dos anos de 1960, manifestas no aumento da inflação; na queda na taxa de lucro das empresas; no esgotamento do padrão de acumulação fordista; na crise do *Welfare State*; na hipertrofia

da esfera financeira. Para Antunes (2000) essa não era apenas uma crise do fordismo e do keynesianismo, mas uma crise estrutural do capital⁹⁹ manifesta através da sua tendência decrescente da taxa de lucro. Foi com essa crise que seu mecanismo de regulação começou a apresentar sinais de esgotamento. Avalia o autor, dessa forma, que a reestruturação do padrão produtivo foi a resposta capitalista dada à crise, mas que se prendeu apenas à sua dimensão superficial:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2000, p. 31).

Em relação especificamente às mudanças nas formas de produção, teve papel significativo o desenvolvimento ocorrido nos meios de comunicação, principalmente através da informática, dos avanços no ramo da biotecnologia, das inovações tecnológicas, da introdução da microeletrônica, na medida em que propiciaram condições para a criação de novas formas organizacionais no âmbito da produção, do trabalho, da distribuição e da comercialização das mercadorias. Conforme Rizzi (1993, p. 9-10):

A alteração do padrão técnico-produtivo tornou-se possível graças à introdução de novas tecnologias com base na microeletrônica. É a partir da inovação e difusão dessa tecnologia – manifestada na robotização, na utilização de máquinas-ferramentas de controle numérico, na produção programável por computador, etc. – que se altera substancialmente o padrão de produção, até então baseado em estruturas produtivas rígidas, caracterizadas pela tradicional divisão do trabalho e produzindo poucos produtos, para formas de produzir mais flexíveis, com máquinas de menor porte e com possibilidade de produzir variedade de produtos, a partir de uma mesma base técnico-produtiva.

99 Fundamentando-se nas teorias de István Meszáros, Antunes (op.cit.) distingue capital de capitalismo. O capital seria todo um sistema de metabolismo social (composto pelo tripé capital, trabalho e Estado) que envolve as funções reprodutivas sociais subordinadas ao imperativo do capital. Nessa perspectiva, o capitalismo seria apenas uma das suas formas de realização. Pelo fato de o sistema de metabolismo social do capital ser expansionista, mundializado, destrutivo e incontrolável, a sua estruturação aponta para uma crise estrutural pela rapidez com que vem processando a tendência de reduzir o valor de uso das mercadorias, pois as crises, não são mais alternadas por ciclos longos, já que, agora, são mais frequentes e contínuas.

Esse conjunto de mudanças tem alterado o padrão de concorrência entre as empresas, acirrando a competitividade entre elas, o que aumenta o grau de concentração e centralização de capitais e, conseqüentemente, a formação de grandes corporações internacionais, a partir dos anos de 1980. Nesse processo, regiões inteiras foram eliminadas do cenário industrial e produtivo, como é o caso da maior parte do continente africano, e outras, colocadas numa condição subalterna e dependente, como é o caso do Brasil.

Já tem sido bastante difundida a idéia de que essas mudanças técnicas, produtivas e organizacionais nas atividades produtivas do mundo capitalista têm culminado na emergência de novas formas de produção, sendo o toyotismo¹⁰⁰ o modelo mais conhecido.

Em linhas gerais, as principais mudanças nos aspectos organizacionais do toyotismo são: o princípio da autonomia/auto-ativação, da polivalência operária e o *just-in-time/kanban*. O primeiro consiste num modo de operação das máquinas que faz com que haja parada automática em caso de defeitos; o objetivo é estimular a despecialização e a polivalência do trabalhador em relação às máquinas, engajando-os no processo de produção. Assim, os trabalhadores passam a compreender e participar do conjunto do processo produtivo, rompendo a dicotomia entre concepção e execução. No que diz respeito à *organização da produção*, o principal elemento é o *just-in-time*, ou seja, com a introdução da microeletrônica, foi possível reduzir estoques de matérias-primas e produtos finais e com um maior controle de qualidade, reduzindo o capital circulante das empresas. Baseia-se assim, no princípio do “estoque mínimo”, em que as técnicas de gestão se dão pelos estoques, invertendo-se o fluxo de informações. A necessidade de peças é dada pelas encomendas das concessionárias à fábrica e pelos produtos já vendidos. Dessa forma, busca-se a redução de custos.

Essas inovações permitiram mudar também a relação das empresas com os fornecedores e consumidores, provocando uma redefinição técnica do trabalho no interior da empresa, na medida em que, reduzindo-se os estoques, diminuem-se os gastos em infra-estrutura para sua manutenção e controle. A informatização permitiu também introduzir mudanças administrativas, mais “racionalizadas” do ponto de vista do mercado, agilizando o sistema de comunicação dos fornecedores, a terceirização etc.

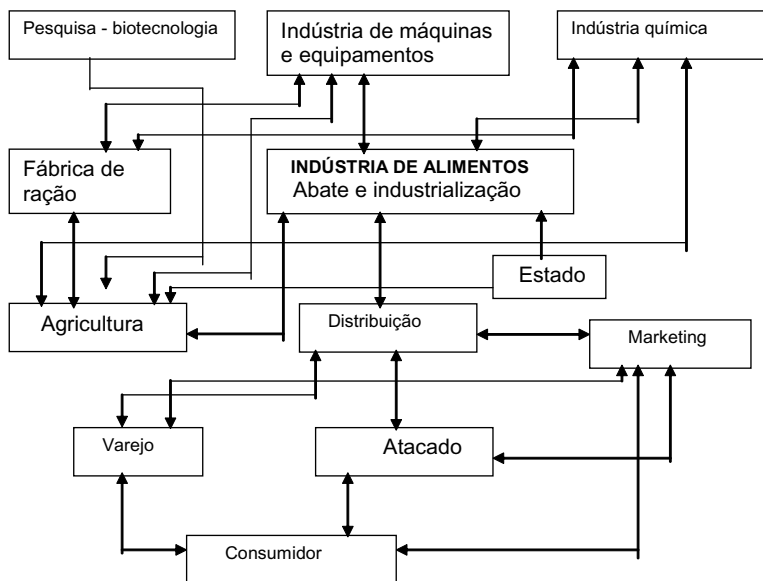
Essas novas formas de produção e de processo de trabalho passaram a ditar o novo padrão de concorrência entre as empresas. Nestas, a diferenciação de produtos adquire relevância econômica, contribuindo para acentuar a concentração de capitais. Essas mudanças, cujas caracte-

100 Para um estudo mais aprofundado sobre o toyotismo, ver Antunes (1995 e 2000) e Alves (2000).

rísticas gerais foram expostas, devem ser analisadas, todavia, conforme as especificidades de cada setor industrial, em particular, e as características sociais, políticas e econômicas de cada país.

Estudar o setor alimentício requer, assim, alguns cuidados, pois não se pode simplesmente fazer inserção automática nesse novo padrão de acumulação, como bem já lembrou Rizzi (1993). Esse autor avalia que, no intenso inter-relacionamento que mantém com outros segmentos, sejam eles de produção ou não, a indústria alimentar interfere e ao mesmo tempo sofre interferência das transformações tecnológicas ocorridas no conjunto das atividades envolvidas. Dessa forma, estão relacionadas a produção de tecnologia de ponta, como a biotecnologia, a microeletrônica e a informática, mas também o campo, através dos avicultores¹⁰¹, produtores da matéria-prima; o capital financeiro; o Estado; a distribuição e consumo, conforme ilustra o Fluxograma 1.

FLUXOGRAMA 1 – Inter-relações setoriais na indústria de alimentos



Vejamos, então, como tem se desenvolvido o setor.

A avicultura em escala industrial surgiu nos Estados Unidos em 1929, em Maryland, através de galpões que chegavam a alojar até 6 mil aves. No

¹⁰¹ Sobre o processo de reestruturação produtiva ocorrida na avicultura, que tem um caráter diferenciado do da indústria, ver capítulo 4.

entanto, embora já existisse em algumas regiões do país, sua produção era muito restrita, pois as condições técnicas levavam à incidência elevada de doenças como raquitismo, coccidiose e pulorose, chegando a atingir até 50% dos lotes. A avicultura começou a ganhar impulso durante a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos começaram a enfrentar problemas no abastecimento interno de proteína animal, pelo fato de boa parte da carne bovina, de consumo tradicional no país, ser destinada às forças armadas durante a guerra. Foi a partir de então, que o governo daquele país começou a investir em pesquisas para desenvolvimento de proteína animal para consumo humano, resultando numa série de descobertas que foram impulsionando o desenvolvimento da avicultura. O princípio da ração balanceada surgiu em meados de 1950, na Universidade de Maryland, balizando, a partir de então, a produção de rações através da relação caloria/proteína. (Revista Aves & Ovos, 1995. Ano XI, nº 5).

Diante de tais investimentos, como não poderia deixar de ser, as primeiras mudanças tecnológicas ocorridas no setor de abate de aves tiveram início no final dos anos de 1960, também nos Estados Unidos, através do processo de automatização dos abatedouros de aves – com a introdução do processo de evisceração automática, escaldagem, depenagem, corte automático etc.

Podemos observar na Tabela 15, que o melhoramento genético tem afetado profundamente as condições de produção das atividades agropecuárias. Através da biotecnologia, os investimentos em pesquisa têm conseguido, cada vez mais, reduzir o tempo de reprodução do frango, melhorando, também, a sua conversão alimentar, ou seja, a relação entre quantidade consumida de ração e carne produzida. No que diz respeito ao frango de corte, é possível verificar que as principais mudanças começaram a ocorrer a partir de 1940. Observa-se que a pesquisa em melhoramento genético tem conseguido aumentar gradativamente o peso do frango, paralelamente à redução do consumo de ração e ao seu tempo de reprodução. Da mesma forma, em relação à galinha poedeira, que tem aumentado sua produção de ovos em 280%, num período de 80 anos, e reduzindo-se substancialmente o consumo de ração.

Tabela 15 – Evolução do frango de corte e poedeira comercial

FRANGO DE CORTE			
Ano	Peso frango (kg)	Conversão Alimentar	Idade (dias)
1930	1,5	3,50	105
1940	1,55	3,00	98
1950	1,8	2,50	70
1960	1,6	2,25	56
1970	1,8	2,00	49
1980	1,7	2,00	49
1984	1,86	1,98	45
1989	1,94	1,96	45
POEDEIRA COMERCIAL			
Ano	Ovos/ano	Peso médio ovo (g)	Conversão alimentar (kg ração/dz ovos)
1910	80	56	4,10
1920	90	56	4,00
1930	120	54	3,25
1940	182	53	2,50
1950	219	54	2,06
1960	237	56	1,92
1970	255	57	1,77
1980	292	58	1,58
1990	304	57	1,50

Fonte: Guia Aves & Ovos, 1996, Ano XII, nº 4.

Essas inovações tecnológicas têm permitido a padronização e a produção, em grande escala, de frangos para processamento industrial, no estilo de produção fordista. Essa característica pode ser atribuída às mudanças introduzidas, não somente no processo industrial de abate, mas também na avicultura, entre os produtores de aves, com a introdução de barracões de alta densidade.

Esse modelo americano de produção de frango de corte tem sido difundido em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, o que provocou o aumento da oferta mundial de carnes.

O impacto das novas tecnologias, introduzindo um sistema de produção mais flexível, ocorreu com o desenvolvimento da microeletrônica, mas, conforme já mencionado, obedecendo a especificidades próprias. Segundo Rizzi (1993), seu maior impacto se deu por meio da introdução de máquinas e equipamentos, no setor de industrialização da carne de aves, capazes de gerar produtos diferenciados e de acordo com a demanda do mercado, reprogramáveis por computador. O autor cita, como exemplo, o lançamento da máquina THV-400 da Stork, que pode processar carnes vermelhas e brancas, produtos que, podem se moldar às máquinas para fabricação de hambúrgueres, nuggets, almôndegas, entre outros, manipulando até 1.500 kg por hora, dependendo das combinações que se quiserem produzir. A indústria de carne de frangos passou, dessa forma, a combinar as duas formas de produção. Nas plantas industriais abatedoras – que são aquelas plantas que realizam o processo de abate propriamente dito – o abate ocorre em grande escala e de forma padro-

nizada com pequenas variações no tipo de equipamento utilizado. Nas plantas de industrialização – que são as que realizam o processo de diferenciação de produtos através da agregação e transferência de mais valor – é que houve a introdução de um sistema de produção mais flexível, pois as indústrias têm investido no uso de equipamentos capazes de produzir produtos diferenciados e adaptáveis às necessidades de mudança:

Nos anos mais recentes, grande parte das empresas, especialmente as maiores, tem estendido o processo produtivo do abate para o processo de corte de partes do frango e industrialização das aves. (...) Ou seja, a produção em grande escala ao estilo “fordista” cede gradativamente lugar à flexibilização das plantas para produção de produtos diferenciados. Cada vez mais, a grande produção se restringe ao fornecimento de matéria-prima (frango resfriado) para processamento posterior de corte ou de industrialização. Embora a produção em massa permaneça importante nesse segmento, o que passa a ditar sua estrutura de tamanho e concentração é a interação entre as economias de escala e a flexibilização por intermédio de plantas de menor tamanho voltadas a um mercado com possibilidade de rápidas transformações. Assim, a flexibilidade opera numa perspectiva de combinar economias de escala e engenharia de produto, alterando a anterior oferta de bens homogeneizados. (RIZZI, p. 52-53)

Nos países desenvolvidos, gradativamente os frangos inteiros vêm sendo substituídos pelos frangos diferenciados. Todavia, nos países de economia subordinada, como o caso do Brasil, onde a renda salarial é bem menor, a venda de produtos diferenciados vem ocorrendo com menor intensidade. As mudanças ocorridas no estilo de vida do consumidor, como o aumento de refeições fora de casa, maior participação da mulher no mercado de trabalho, preocupação com qualidade dos alimentos, também vieram contribuir, não somente para aumentar o consumo desses produtos diferenciados, mas também para interferir no processo de diferenciação.

Com esse novo padrão de concorrência entre as empresas, passou a ganhar importância também, além da diferenciação, o setor de distribuição e comercialização. No setor de distribuição, tornou-se importante um maior controle do fluxo de mercadorias (estoques, regularidade, qualidade); o aumento da durabilidade do produto, bem como redução do tempo de distribuição.

Essa necessidade de maior controle de estoques teve seu impacto também no campo, entre os avicultores fornecedores de aves para a indústria, que passam a fazer o recolhimento das aves de acordo com as metas de produção e comercialização. Rizzi (1993) associa o sistema de integração como sendo uma espécie de subcontratação, cujo esquema de fornecimento seria muito parecido com o *just-in-time*.

Já em relação à comercialização, ganhou maior destaque a adoção de estratégias de *marketing*, produzindo-se embalagens específicas por tipo de consumidor e outros mecanismos para persuadir o consumidor ao mesmo tempo em que se passa a envolver maior esforço de vendas na negociação com atacadistas e varejistas, setores que também vem sendo monopolizado.

Nesse processo de reestruturação produtiva na indústria de carne de frangos, as empresas com menor capacidade de investimento vêm sendo alijadas do processo, através do avanço das empresas de maior porte, principalmente por meio do processo de fusões e aquisições. Esse não tem sido um fenômeno localizado, restrito a apenas um país, mas sim, um fenômeno mundial. Nos Estados Unidos, por exemplo, com o processo de concentração/centralização das empresas, as indústrias de frangos passaram de 153, em 1981, para apenas 50, em 1990 (RIZZI, op. cit.). Para se ter uma idéia desse nível de concentração, em 1991 os Estados Unidos produziram 11.204.000 de toneladas de frango, ao passo que o Brasil produziu 2.691.000 toneladas (Guia Aves & Ovos, 1996).

Mais recentemente, o que tem sido destacado por alguns autores¹⁰² diz respeito à ação do grande capital no sentido de conquistar novos mercados, tendo em vista a saturação dos mercados dos países-sede das empresas, geralmente países desenvolvidos. O que estava em questão, era, então, a necessidade de reprodução ampliada do capital, que dava sinais de estagnação no país de origem. Nesse sentido, o processo de abertura econômica iniciada em vários países considerados “emergentes”, contribuiu para dar uma maior mobilidade às empresas capitalistas e ao fluxo de mercadorias. Nesse processo de internacionalização do capital, o principal mecanismo para expansão tem se realizado através de fusões e/ou aquisições, como maneira de “queimar etapas”, ou seja, aproveitando-se do mercado, já consolidado, das empresas adquiridas. A despeito desse processo, Rodrigues (1999, p. 20) assim avalia:

As políticas de aquisições internacionais de alguns grupos estrangeiros, líderes em determinados segmentos do mercado local, revelam estratégias de crescimento em mercados emergentes como forma de arrefecer a tendência à estagnação das taxas de crescimento das vendas em suas respectivas economias-sede. Em alguns casos, as aquisições internacionais foram os principais responsáveis pelo crescimento do grupo, em meados dos anos 90, e ocorreram principalmente em economias asiáticas, da África e da América Latina.

O avanço das grandes empresas tem provocado um processo de formação de grandes oligopólios, acirrando cada vez mais o nível de competitividade entre elas. Nesse sentido, destacamos a observação de

102 Siffert Filho & Silva (1999); Rodrigues (1999); Carmo (1994).

Martinelli Júnior (1997, p. 103), quando afirma que a concorrência oligopólica adquire uma outra característica nesse novo contexto de produção flexível:

A concorrência oligopólica torna-se nesse sentido global – ou “mundial”, como defende Chesnais (1994) -, e deve ser entendida agora neste contexto, de internacionalização acelerada – característica, aliás, comum a outras fases anteriores de desenvolvimento capitalista – com certas particularidades e uma intensidade inédita. Entre as características mais diferenciadas está o fato de que o caminho da internacionalização deixa de ser uma opção que se oferece às grandes empresas e pela qual elas podem ou não enveredar para ser uma imposição das circunstâncias, decorrentes de um quadro novo, em que os principais agentes dos setores de atividade econômica mais importantes têm agora posições internacionais cada vez mais destacadas e das quais podem ensaiar movimentos concorrenciais que os rivais deverão estar aptos a responder, seja anulando, replicando ou superando suas ações. (grifo nosso)

No âmbito comercial, as formações dos blocos econômicos vieram demonstrar essa reorganização do espaço mundial diante do novo padrão de concorrência que se estabelece, na qual cada bloco busca a sua “... *complementaridade produtiva setorial e/ou empresarial nos respectivos espaços nacionais como forma de participação na concorrência globalizada.*” (idem, ibidem, p. 107). A tentativa de “administração” dessa nova dinâmica do comércio mundial tem sido evidenciada através da OMC (Organização Mundial do Comércio), mas que em essência, tem revelado as contradições do tão propalado neoliberalismo.

Diante desse novo contexto político-econômico do capitalismo, Antunes (2000) avalia que a tendência é de essa crise estrutural do capital se acentuar, podendo levar à sua própria destruição, na medida em que a resposta capitalista a essa crise ocorreu apenas num nível mais imediato, que foi o das mudanças nas formas de produção. Com essa preocupação, ele chama a atenção para as consequências desse novo modelo de desenvolvimento:

Pela própria lógica que conduz essas tendências (que, em verdade, são respostas do capital à sua crise estrutural), acentuam-se os elementos destrutivos. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitalistas, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital. (ANTUNES, 2000, p. 34).

No próximo item, verificaremos como a emergência desse novo padrão de acumulação em relação à indústria abatedora de aves tem ocorrido no Brasil.

A inserção do capital industrial avícola no processo de reestruturação produtiva no Brasil

O processo de reestruturação produtiva, conforme abordado no item anterior, detonou um fluxo de investimentos estrangeiros em vários países, sendo que na América Latina, boa parte esteve ligada a programas de privatização, iniciados nos anos de 1990, como no caso da Argentina e do Brasil.

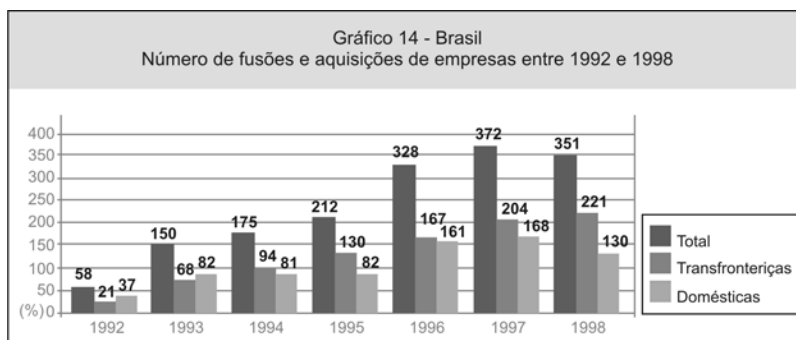
Num curto espaço de tempo, houve abertura e expansão do capital em novos mercados, com mudanças no padrão tecnológico, permitindo ao grande capital ampliar escalas de produção, com redução de custos, consolidando, assim, o mercado em nível global. Esse processo obedeceu a especificidades internas de cada país/região, bem como aos respectivos setores produtivos.

No Brasil, as principais transformações ocorreram na década de 90, com mudanças no âmbito político, institucional e econômico que afetaram profundamente a vida econômica, política e social do país:

Entre os principais fatores que causaram impactos relevantes na economia e, por consequência, exerceram influência decisiva sobre os grupos brasileiros nesse período, destacaram-se, no cenário externo, a formação do Mercosul e o aumento da liquidez no sistema financeiro internacional e, no cenário interno, a abertura econômica, a privatização de empresas estatais e a política econômica de estabilização monetária, além dos impactos econômicos decorrentes da Constituição de 1988. (SIQUEIRA, 2000, p. 4)

Nesse período, os investimentos de capital estrangeiro no país alcançaram níveis significativos, o que podemos observar nos dados apresentados a seguir.

Um fator relevante observado entre 1992 e 1998 foi a progressiva participação do capital estrangeiro, em detrimento dos nacionais (Gráfico 14). Aquele teve um crescimento de mais de 800% no período, avançando progressivamente no país, ao passo que o capital nacional tem apresentado maiores dificuldades em acompanhar essa estratégia de concorrência em razão de fusões e aquisições. Ocorreram momentos de avanço, como entre 1992 e 1993 e, 1993 e 1996; estagnação (entre 1993 e 1995) e recuo (1998), evidenciando maior fragilidade das empresas nacionais em relação às estrangeiras.



Fonte: KPMG apud Siffert Filho & Silva (1999).

Na Tabela 16, verifica-se que, entre 1992 e 1993, o número de fusões e aquisições cresceu 158,6%, passando de 58 para 150. Dessa forma, verificamos já no início dos anos de 1990, o reflexo, no país, do processo de abertura do mercado nacional, com a implantação do Mercosul, em 1991. A partir de então, segue progressivamente, sendo que ganha novo impulso a partir de 1996, com leve recuo em 1998. No período de 1992 a 1997, o número total de fusões e aquisições cresceu 541%, ou seja, passou de um total de 58 para 372 em 1997. Mesmo se considerarmos o leve recuo no ano de 1998, de 5,6%, em relação ao ano anterior, o processo também foi expressivo.

A Tabela 16 evidencia, ainda, que, do total de fusões e aquisições ocorridas no período, o setor mais dinâmico foi o de *Alimentos, bebidas e fumo*, totalizando 208 transações entre 1992 e 1998. Todavia, em termos de valor das transações, o destaque se deu nos setores de energia elétrica, telecomunicação, financeiro e siderúrgico, devido às privatizações de empresas estatais de capital mais intensivo.

O considerável número de pequenos, médios e grandes estabelecimentos existentes no Brasil no setor de alimentos, que em 1999 totalizavam ainda 43 mil¹⁰³, tem tornado o Brasil um espaço atrativo para as multinacionais, que viram no país um mercado em potencial, em contrapartida à saturação do mercado de alimentos, nos países política e economicamente dominantes.

103 As indústrias do setor de alimentos, distribuídas pelo território nacional, possuem o maior número de fábricas do setor ligado às indústrias de transformação. (BORCHIVER, ANTUNES & SÁ. In: Gazeta Mercantil, 27/12/99).

Tabela 16 – Brasil
Número de transações de fusões e aquisições
efetuadas entre 1992 e 1998, por setor de atividade

Principais setores	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Total
Alimentos, bebidas e fumo	12	28	21	24	38	49	36	208
Financeiro	4	8	15	20	31	36	28	142
Químico e petroquímico	4	18	14	13	18	22	25	114
Metalurgia e siderurgia	11	13	11	9	17	18	23	102
Elétrico e eletrônico	2	7	5	14	15	19	9	71
Telecomunicações	1	7	5	8	5	14	31	71
Outros	24	69	104	124	204	209	193	938
Total das fusões	58	150	175	212	328	372	351	1.646

Fonte: KPMG apud Siffert Filho & Souza e Silva [s.n.t.]

Nesse aspecto, ressaltamos o papel desempenhado pelo plano de estabilização econômica alcançado após a implantação do Real, que, juntamente com o processo de abertura econômica (iniciada já no final dos anos de 1980), provocou uma queda no preço dos alimentos, resultado da concorrência com produtos importados. Por outro lado, o aumento do poder aquisitivo por parte da classe trabalhadora teve impactos sobre o consumo de mercadorias e, mais diretamente ainda, sobre o setor alimentício, favorecendo o capital ligado ao setor.

Esse conjunto de mudanças acirrou a concorrência entre as empresas capitalistas, trazendo desvantagens para as empresas nacionais mais descapitalizadas.

O processo de fusões e aquisições de empresas, como mecanismo para conquistar/consolidar novos mercados, abriu espaço para a formação de megacorporações e, conseqüentemente, para a concentração produtiva. O acirramento da concorrência intercapitalistas tem afetado profundamente as empresas, impulsionando as reestruturações da parte do capital individual para continuarem atuando nessa concorrência entre gigantes.

No Brasil, essas mudanças, embora tenham se manifestado em várias dimensões, seguem algumas características gerais. Neste capítulo, destacaremos as mudanças de caráter técnico-econômico.

Uma delas diz respeito à divisão no controle societário, entre sócios nacionais estrangeiros e outra refere-se a alianças entre grupos nacionais e estrangeiros. A participação do capital estrangeiro nas privatizações, bem como nas fusões e aquisições tem sido bastante expressiva. A atuação das empresas nacionais, contudo, sobretudo as de maior porte, tem ocorrido principalmente na formação de alianças e parcerias, seja entre si ou com empresas estrangeiras, como mecanismo para implementar recursos, tecnologia e *know-how*.

Os mecanismos de reprodução ampliada do capital industrial ligado ao setor de carnes de frangos, diante desse novo contexto político-econômico, também têm caminhado em direção à sua reestruturação produtiva.

É certo que o processo de fusões e aquisições não é um fenômeno restrito ao Brasil.¹⁰⁴ Todavia, por apresentar um dos custos de produção de frango mais baixos do mundo, o país tem sido alvo de interesses por parte do capital estrangeiro, acirrando a concorrência no país. Segundo a USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), para produzir uma tonelada de frango, os Estados Unidos gastam US\$ 567, o Brasil US\$ 507 e a China US\$ 754 (Martinez & Souza. In: *Gazeta Mercantil. Agribusiness*. 08/12/1999, p. B-20). Esses dados vêm confirmar as declarações dadas pelo então, diretor executivo da ABEF (Associação Brasileira dos Exportadores de Frango), Cláudio Martins, que, baseando-se em um estudo realizado pelo IFC (International Finance Corporation), ligado ao Banco Mundial, dizia que o Brasil apresentava, dentre 14 países selecionados, maior competitividade em termos de custos (In: *Aves & Ovos*, 1996. Ano XII, nº 14).

Em função disso, o processo de fusões e aquisições tem sido muito recorrente nos anos de 1990, seja por parte do capital estrangeiro, seja entre as próprias empresas nacionais.

No Brasil, particularmente, a conjuntura econômica vivenciada no país, em meados de 1990, também contribuiu para agravar a situação das indústrias nacionais de frangos. Com a estabilização da moeda iniciada a partir de 1994, a carne de frango, considerada uma das âncoras do Real, passou a ser intensamente consumida no país, apontando para uma tendência de crescimento acelerado da produção do final de 1994 e início de 1995. Para evitar o aquecimento excessivo da economia (que, segundo essa perspectiva, poderia trazer a volta da inflação) o governo adotou medidas para freá-la um pouco, como a política de controle cambial e de juros altos, refletindo na questão do emprego, do salário e, conseqüentemente, no consumo de alimentos. Essas medidas acabaram por provocar uma crise, em especial no setor de proteínas animais, uma vez que a produção continuava em expansão paralelamente à retração do consumo:

O descompasso entre os volumes de produção e os preços se refletiu pesadamente nestes últimos, fazendo-os baixar até patamares de difícil sustentação pelos produtores. O quadro foi agravado pela presença no mercado interno de parcelas excedentes da exportação, que também ficou aquém do esperado por conta dos empecilhos da política cambial, outro ponto de controle governamental sobre a economia, que manteve a valorização do real frente ao dólar. (*Revista Aves & Ovos*, 1996, ano XII, nº 4).

104 Nos Estados Unidos, por exemplo, a ConAgra Inc., segunda maior empresa do setor nos EUA, adquiriu recentemente a divisão de avicultura da Seaboard Corp., cuja unidade é denominada de Seaboard Farms e opera com seis fábricas de processamento nos estados da Geórgia, Kentucky e Tennessee (Martinez e Souza. In: *Gazeta Mercantil. Agribusiness*. 08/12/99, p. B-20).

Esse descompasso gerado no mercado entre “oferta e demanda” acabou desestruturando o setor produtivo, penalizando os produtores¹⁰⁵ e reduzindo o lucro das empresas. Essa conjuntura levou as empresas com maiores condições de “competitividade”, a buscarem sua reestruturação para ampliarem suas margens de lucro, investindo no mercado de produtos industrializados, na capacidade produtiva, em fusões e aquisições, entre outras medidas.

No Quadro 4, citamos alguns dos principais exemplos de fusões e aquisições ocorridas no país.

Nesse contexto concorrencial, o mercado brasileiro de carne de frango tem se mostrado relativamente concentrado. Apesar de ainda existirem no país várias indústrias de pequeno e médio porte, as maiores empresas vêm dominando cada vez mais o mercado.

Quadro 4 – Brasil:
exemplos de fusões e aquisições no setor de carne de frango

Empresa adquirida	Ano	Empresa compradora	Origem do capital
Agro Eliane	1995	Ceval Alimentos	Nacional
Piratini Alimentos	1995	Frangosul	Nacional
COOAGRI	1995	Avipal S.A.	Nacional
Ceval Alimentos	1997	Bunge Internacional	Holanda
Frangosul	1998	Grupo Doux	França
Chapécó	1999	Grupo Macrí	Argentina
Granja Rezende	1999	Sadia S.A.	Nacional
Chapécó*	2003	Grupo Louis Dreyfus (arrendamento c/ opção de compra)	França
Comaves (Frango Vit)	2003	Pediu concordata em janeiro/2003. Em julho do mesmo ano, a unidade de Campo Grande/MS é colocada à venda	Nacional
Osato Alimentos	2002	Pediu concordata em dezembro/2002	
Minuano Alimentos	2002	Pediu concordata em novembro/2002	A Doux Frangosul assume os 60 integrados. A Minuano passa a abater aves e a fornecer pintos de um dia para a Avipal

Fontes: Gazeta Mercantil, Avicultura em escala industrial, Jornal O Progresso (várias datas).

*Em dezembro de 2002 o presidente do grupo Macrí, Francisco Macrí, deixa o controle acionário da empresa, transformando seus 15 credores em acionistas. Um dos principais credores era o BNDES, que passa a deter de 30% a 35% das ações. (Avicultura em escala industrial, 18-12-2002; 08-07-2003).

Na Tabela 17, verifica-se que as dez maiores empresas do país dominam mais de 40% do mercado brasileiro, tendo sofrido uma leve retração em 1995. Trata-se de um período em que houve um aumento do consumo de frangos no mercado interno, elevando a participação das empresas de pequeno e médio porte, que atendiam a mercados regionais/nacionais. Em 1995, a Cooagri e a Piratini, por exemplo, que eram empresas de médio porte, figuraram entre as 50 maiores abatedoras de aves.

105 Os preços do quilô do frango vivo caíram para R\$ 0,40, ao passo que o custo de produção chegava a R\$ 0,60. In: Revista Aves & Ovos, 1996, Ano XII, nº 4.

Tabela 17 – Brasil
Mercado de produção de frangos por tamanho de empresa
1993 - 2000(%)

Extratificação	1993	1995	1997	2000
5 maiores	34,98	31,89	34,92	36,5
10 maiores	46,41	43,19	47,2	49,23
20 maiores	54,83	51,92	56,45	58,97
Demais	45,17	48,08	43,55	41,03
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: ABEF.

A concentração do mercado de carne de frango é maior no mercado de industrializados na qual têm atuado as empresas de maior porte, como nova estratégia de acumulação. Embora não disponhamos de dados de todas as empresas, a situação da Bunge em alguns segmentos já nos dá um indicativo do grau de concentração do setor. Somente essa empresa detém 39,2% do mercado de margarinas; 41% do mercado de mistura para bolos; 39% do mercado de óleo de soja¹⁰⁶.

Além de fusões e aquisições no próprio setor de carnes de frango, a estratégia do capital nesse setor tem sido a de mudar o padrão de acumulação, focando os negócios onde podem ser mais competitivos, buscando, dessa forma, investir na expansão vertical, principalmente no segmento de industrializados. A Sadia, por exemplo, que adquiriu em 1999 a Granja Rezende¹⁰⁷ – uma holding formada pela Rezende Alimentos, Rezende Óleo e Rezende Marketing – adquiriu também, no mesmo ano de 1999, a Miss Daisy, para entrar no setor de sobremesas congeladas, como quindins e mousses¹⁰⁸. Vem investindo também na produção de perus, buscando a sua popularização através do desenvolvimento de novos produtos (peito de peru temperado, bife de peru etc.), bem como no marketing para sua divulgação.

A Sadia tem sido, assim, um dos exemplos de empresa de capital nacional a se reestruturar com vistas a manter-se inserida diante desse novo quadro econômico. A proximidade com mercados consumidores, a localização geográfica favorável (grãos), a mão-de-obra qualificada e o avanço do parque industrial da empresa foram os motivos alegados na época para aquisição da Granja Rezende. Acrescente-se a esses fatos, o aumento da capacidade de reprodução, pois com a aquisição, cresceu em 8% a capacidade de abate, 20% no abate de suínos e 7% de industrialização, mantendo-a, todavia, como empresa autônoma¹⁰⁹. Além de aumentar a capacidade de processamento industrial no país, uma outra estratégia

106 In: www.seara.com.br. Acesso em 13/08/2001.

107 A Granja Rezende foi adquirida em dezembro de 1999 quando a Sadia comprou 90% das ações da empresa, sendo que os 10% restantes continuaram em poder da Fundação Alfredo Júlio Rezende.

108 Rocco, N. Gazeta Mercantil. Capital Aberto. 17/11/99, p. C-4.

109 A Granja Rezende detinha, na época, 3% do mercado brasileiro de carnes. (Paiva, P.B.. Gazeta Mercantil, Finanças e Mercados, 28/12/99).

da Sadia tem sido a de ampliar sua base territorial de processamento industrial e de consumo além das fronteiras geográficas do país, buscando novos mercados após a desvalorização cambial iniciada em 1999. Em outros países, a estratégia tem sido a formação de parcerias. Na Argentina estabeleceu parceria com o Grupo Finex Corp para a produção de hambúrguer. Na Arábia Saudita fez aliança com uma empresa local, para iniciar o processamento de frango no país. Em relação ao consumo, uma das estratégias de venda tem sido a de aliar produtos congelados à moda. Implantada em 1999, uma promoção estabelecia que na compra de qualquer produto Sadia, mais R\$ 12,00, o consumidor poderia adquirir uma bolsa térmica, feita para ser usada, como acessório, para rua, praia, piscina e ginástica. A Empresa buscava, assim, associar o elemento “fashion” à sua linha de produtos alimentícios, visando a dar um “ar de modernidade” e de “boa aparência” para quem consumisse os produtos Sadia¹¹⁰.

A Perdigão, que tem passado por um período de crise¹¹¹, começou a investir no aumento de 50% da capacidade produtiva, através de um financiamento em torno de US\$ 50 milhões junto ao International Finance Corporation (ligado ao Banco Mundial). Uma das suas metas tem sido a de diversificar sua linha de produtos, criando/produzindo novas necessidades de consumo. Periodicamente tem lançado no mercado novos itens. Em 1999, investiu R\$ 153 milhões e lançou 40 novos produtos. Já em 2000, investiu R\$140 milhões e lançou de 15 a 20 novos itens¹¹².

Na Tabela 18, referente à evolução da produção e à exportação de frango brasileiro, podemos observar como tem sido significativo o aumento da produção de frangos no país, principalmente a partir dos anos de 1990.

Podemos observar, também, que a exportação de frangos em partes, indicativo de uma produção mais flexível, começa a aparecer em meados da década de 1980, e vai adquirindo importância ano a ano, chegando a ultrapassar a venda do frango inteiro, no ano de 2001. Embora não disponhamos de dados relativos aos anos anteriores, é possível verificar que a exportação de frango industrializado, embora ainda incipiente, também indica estar adquirindo importância no mercado externo, se considerarmos o seu ritmo de crescimento, de mais de 160%, entre 1999 e 2001. Não dispomos, também, de dados sobre a produção comercializada no mercado interno de frango em partes e industrializado, mas segundo

110 A idéia da bolsa térmica foi criada pela DPZ, com custo de R\$ 9 milhões. É importada da China e conserva a temperatura dos alimentos. A Sadia esperava com tal promoção aumentar as vendas de seus produtos congelados e resfriados e, conseqüentemente, o seu faturamento global. (Bergamasso, C. *Gazeta Mercantil*, 17/04/99).

111 Em 1993 possuía uma dívida de US\$ 350 milhões. In: *Revista Aves & Ovos*, 1996, ano XII, nº 4.

112 LIMA, M., SCARAMUZZO, M. In: *Gazeta Mercantil*. Capital aberto. 11/11/99, p. C-5.

a *Revista Aves & Ovos* (2000/2001), seu consumo cresceu 50% no país nos últimos sete anos, ao passo que os alimentos do tipo *food service* – destinados a restaurantes, *fast food* e *deliveries* – aumentaram em 150%, representando 25% do movimento total da indústria alimentícia nacional em 1999. Um dos fatores desse crescimento foi o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, que em 1999 já representava 41,4% da PEA (População Economicamente Ativa).

Tabela 18 – Brasil
Evolução da produção e exportação do frango inteiro
e em partes na indústria de carne de frangos (1975 – 2001)
(mil toneladas)

Ano	Produção	Exportação			
		Inteiros	Partes	Industrializados	Total
1975	484	4	---		4
1976	552	20	---		20
1977	632	33	---		33
1978	840	52	---		52
1979	1.019	81	---		81
1980	1.306	169	---		169
1981	1.490	294	---		294
1982	1.604	302	---		302
1983	1.584	289	---		289
1984	1.443	256	32		288
1985	1.483	237	36		273
1986	1.617	180	44		224
1987	1.970	165	50		215
1988	1.997	165	72		237
1989	2.079	161	83		244
1990	2.356	209	89		298
1991	2.627	203	119		322
1992	2.926	237,4	131,3		368,6
1993	3.143	353,5	156		509,4
1994	3.411	291,2	189,8		480,9
1995	4.050	222,4	201,8		424,2
1996	4.052	294,7	274,1		568,8
1997	4.461	373,8	275,6		649,3
1998	4.854	365,1	247,3		612,5
1999	5.526	422,3	348,2	6	776
2000	5.976	470,5	436,3	9	915
2001	6.735	580,2	669	16	1.265

Fonte: Rizzi (1993); ABEF e Anualpec, 2001.

A venda de produtos diferenciados vem permitindo às empresas agregarem mais valor ao produto. Se ficarmos apenas nos exemplos de cortes de frango, podemos observar, no Quadro 5, a quantidade agregada por corte, segundo Pinazza, Alimandro e Wedekin (2001/2002).

Nesse novo ambiente competitivo, com a tendência de formação de megacorporações, as empresas instaladas no país vêm buscando conquistar tanto o mercado interno quanto o externo, este último acentuado com a desvalorização do Real, a partir de 1999. Externamente, essas empresas vêm encontrando barreiras (sanitárias, políticas e econômicas) em alguns países desenvolvidos como os Estados Unidos e a França. No entanto,

problemas ocorridos na produção animal em alguns países europeus¹¹³ acabaram, de certa forma, favorecendo a exportação brasileira de frango no final dos anos de 1990.

Quadro 5 – Agregação de valor em aves

PARTE	VALOR
Filé – peito desossado	3,00 x P
Filé com pele	2,70 x P
Coração	2,20 x P
Peito	1,90 x P
Coxa	1,60 x P
Asa	1,25 x P
Moela	1,25 x P
Fígado	1,10 x P
Dorso	0,35 x P
Pescoço	0,20 x P
Pé	0,10 x P

Fonte: Pinazza, Alimandro & Wedekin, 2001/2002.

P = preço do frango inteiro

Um outro fator que tem propiciado uma maior abertura do mercado externo avícola ao Brasil é o aumento das restrições ambientais de países desenvolvidos em relação à atividade. Em função disso, a Alemanha e o Japão têm se tornado grandes importadores de frango no mercado mundial, preferindo deixar para os países produtores os problemas ambientais decorrentes da atividade. Na Alemanha foi implementada uma lei, proibindo, por um período de cinco anos a criação de aves em gaiolas (para produção de ovos); no Japão, a procura do produto acontece em função do espaço reduzido para produção de grãos, escassez de recursos hídricos, baixa rentabilidade da atividade e problemas ambientais. (REVISTA AVES & OVOS, 1996. Ano XII, nº 4).

Um outro setor diretamente ligado à indústria abatedora de aves e que tem passado por reestruturações diz respeito ao milho e à soja. Em relação à produção desses cereais, principais componentes da ração utilizada para o alimento do frango, o processo de concentração acentuou-se a partir da segunda metade da década de 1990.

As sementes, pelas possibilidades de transformação biotecnológica, têm-se tornado um insumo a exercer papel importante na monopolização dos mercados pelas multinacionais. Nesse sentido, a Lei de Proteção de Cultivares, nº 9.456/97 veio fortalecer as multinacionais, ao garantir o direito de propriedade intelectual sobre cultivares e permitir a cobrança

113 Como a contaminação na produção europeia de frango ocorrida em 1999 (dezenas de frangos e suínos em granjas europeias (junho/99); nos países da Bélgica e Holanda, devido à adição na ração animal de dioxina, uma substância altamente cancerígena, levando-os à interdição) e a propagação da encefalopatia espongiforme bovina (mal da vaca louca) há cerca de três anos, o que provocou a queda na produção europeia e alta nos preços com retração da oferta.

de *royalties* pelo uso das sementes e taxas tecnológicas dos sementeiros nacionais. (GAZETA MERCANTIL, 16/06/99).

No que se refere a sementes de milho (Tabela 19), somente a Monsanto passou a dominar mais da metade desse mercado, a partir de 1997, sendo que, juntamente com outras duas multinacionais, dominam 85% do mercado brasileiro.

Tabela 19 – Brasil
Participações de empresas no mercado de sementes

MILHO			
Antes de 1997		Depois de 1997	
Empresa	%	Empresa	%
Agrocere	26	Monsanto	60
Cargill	26	Pionner/DuPont	14
Pioneer	14	Novartis	11
Novartis	11	Unimilho	4
Braskalb	8	Dow/Mycogen	5
Dinamilho/Carol	3	Zeneca	3
Outros	11	AgrEvo	2
Agroeste (SC)	1	Outros	1
Total	100		100

Fonte: Gazeta Mercantil, 16/06/99.

Da mesma forma, em relação à produção de soja, a maior parte do volume esmagado no país é controlada por apenas quatro empresas multinacionais. Somente a Ceval, da Bunge, esmaga um volume de 7 milhões de toneladas, o que equivale a 35% do total esmagado no Brasil. Somando-se à Cargill, Coinbra e ADM, ultrapassam os 70% da soja esmagada no país (Quadro 6).

Quadro 6 – Brasil
Empresas esmagadoras de soja (em toneladas)

Empresa	Volume esmagado	País de origem
Ceval	7 milhões	
Cargill	3,5 milhões	EUA
Coinbra	2 milhões	França
ADM	1,8 milhão	EUA
Caramuru	850 mil	Brasil
Total Brasil	20 milhões	

Um outro setor que tem sido afetado com as fusões e aquisições, principalmente após o Plano Real, foi o de comercialização de produtos alimentícios, principalmente hipermercados. Já em 1995, a comercialização de frangos e ovos no Estado de São Paulo indicava a concentração das vendas nos super e hipermercados que comercializavam em torno de 40% da produção (GUIA AVES & OVOS, 1996).

Essa concentração das vendas nos supermercados se agrava, se considerarmos a onda de aquisições que também tem ocorrido no setor, principalmente após 1995. Em 1996 houve duas aquisições, e treze em 1998. As principais líderes no ramo, como o Carrefour e o Pão-de-Açúcar,

juntamente com outras seis, têm monopolizado 60% das vendas no país (BORCHIVER, ANTUNES & SÁ. In: *Gazeta Mercantil*, 27/12/99). Essa situação vem impulsionando o setor para uma situação de oligopsônio¹¹⁴, pressionando-o e reduzindo os espaços das empresas de menor porte. Com a formação de grandes redes de supermercado, elas vêm ditando os preços das mercadorias, disputando com as indústrias de alimentos as margens de lucro.

Essa concorrência gerada entre grandes empresas tem proporcionado ao capital a criação de novos mecanismos de acumulação. Um deles é a associação de conglomerados industriais visando a reduzir pressões dos hipermercados. Esse é o caso da Transora, empresa criada em dezembro de 2001, com sede em Chicago, que reúne 55 conglomerados industriais. Essa empresa faz as intermediações com o varejo, conseguindo, dessa maneira, gerenciar os preços dos fornecedores, contando com maior poder de negociação com o setor varejista, através do uso da internet e de leilões de produtos. Através desse mecanismo agiliza, também, a venda de produtos. A Transora já atua nos Estados Unidos¹¹⁵ e na Europa. Por outro lado, o setor varejista também vem reunindo grandes grupos para enfrentar a indústria através de portais de vendas eletrônicas, como o WWRE (World Wide Retailers Echange), constituído por algumas das 61 grandes varejistas do mundo. (VARGA, 2002).

O capital monopolista em Mato Grosso do Sul e a reestruturação produtiva na indústria avícola

No Estado de Mato Grosso do Sul, o capital industrial ligado ao setor de carne de frangos também tem se inserido no processo de reestruturação produtiva. Mudanças têm ocorrido, tanto no interior da empresa/planta industrial, quanto na avicultura propriamente dita, imprimindo novas relações de produção no setor, conforme analisaremos a seguir¹¹⁶.

114 Situação de mercado em que há um grande número de vendedores e um pequeno número de compradores.

115 Nos Estados Unidos, a Transora conta com 18 redes do varejo ligadas ao seu sistema.

116 Cabe esclarecer que em todas as empresas abatedoras foram realizadas entrevistas com questões pertinentes a elas. Todavia, não foi possível obter muitas informações, seja por desinformação do entrevistado, seja por proibição da própria empresa. Em nenhuma delas foi possível tirar fotos no interior do abatedouro de aves, sendo que, na maioria, nem a visita nos foi possível. Buscamos, assim, auxílio através de pesquisa em jornais e sites das empresas.

A Bunge Alimentos

A história da empresa Bunge¹¹⁷ se inicia em 1818, quando Johannpeter G. Bunge, de origem alemã, funda a Bunge & Co., em Amsterdã, na Holanda. A empresa comercializava produtos importados das colônias holandesas e grãos. Seu crescimento vai se iniciar a partir de 1830, quando da criação do Reino da Bélgica. Por convite do rei Leopoldo, muda-se a sede da empresa para Antuérpia, em 1859, tornando-se o braço comercial na expansão do novo reino, em negociações na Ásia e na África. Nessa época, o comando da empresa já era feito pelo neto do fundador, Edouard Bunge.

Em 1884, surge na Argentina, a Bunge & Born, uma empresa coligada, criada pelo irmão de Edouard e outros sócios, para participar do mercado de exportação de grãos daquele país.

No Brasil, a Bunge começa a atuar no início do século XX, quando em 1908, participa minoritariamente do capital da Sociedade Anonyma Moinho Santista, do município de Santos, Estado de São Paulo. A empresa começa a se dedicar também às atividades de mineração de rocha fosfática, industrialização e comercialização de fertilizantes, a partir de 1938, através da aquisição de empresas do setor, como a Cimento Róseo S.A. (1938); Serrana S.A. de Mineração, com a marca Serrana. Atualmente essas empresas são comandadas pela Bunge Fertilizantes S.A., que começa a realizar a partir de então, uma série de investimentos e aquisições no Brasil. Em 1923, compra a empresa Cavalcanti e Cia, formando a Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A.), localizada em Recife, e a Samrig (S. A. Moinhos Rio Grandenses). Em 1994 essas empresas são unificadas na Santista Alimentos S. A.

Uma das aquisições mais significativas da empresa no país ocorreu em novembro de 1997, quando ela adquire o controle acionário da Ceval Alimentos S.A. no valor de US\$ 201 milhões, tornando-se uma das maiores empresas do mercado mundial no setor de industrialização e comercialização de soja. O grupo Hering, que controlava a Ceval¹¹⁸, resolveu se desfazer do negócio de grãos/carnes para fortalecer o setor têxtil¹¹⁹, devido ao novo padrão de concorrência que se configura no país nos anos de 1990.

A união da Ceval com a Santista colocou a empresa em condições de tornar-se líder no mercado de margarina, monopolizando boa parte do

117 Informações obtidas nos sites: www.ceval.com.br; www.seara.com.br; www.bunge.com.br e encarte Seara [s.d.].

118 A Seara Brascame S.A., que atuava no setor de abate de aves e suínos, já havia sido adquirida pela Ceval em 1980.

119 Gazeta Mercantil, 04/11/99.

comércio desse produto. Em 1999, a Santista possuía 25,8% desse mercado (com as marcas Delícia, Primor, Cremosy e Mila) e a Ceval 11,1% (com os produtos All Day, Bonna, Soya, Milleteo e Ville Light), ultrapassando a Gessy Lever que, com os produtos Doriana, Claybon e Delicata, detinha 35,8% do mercado, e a Sadia, que detinha 21,6% com as marcas Qualy, Deline e Mazola. No mercado de óleos vegetais de soja, a Ceval possuía 25,7% e em óleos vegetais refinados 27%; já a Santista 4,4% e 13,4%, respectivamente.

Para aumentar sua competitividade, a Bunge reestruturou as empresas do grupo, atuando em várias frentes.

Do ponto de vista organizacional, em 1998 a Bunge especializa mais a empresa, separando o negócio da soja, que passa para o comando da Bunge Limited, denominada de Ceval Alimentos S.A., incorporando todas as operações de soja, incluindo a Divisão de Ingredientes Funcionais (gorduras, proteínas texturizadas, concentradas e isoladas da soja, lecitinas, fibras dietéticas) da Santista Alimentos S.A. e originárias da Samrig e Sanbra. Em 2000, a Ceval desativa as unidades esmagadoras de soja em Maringá (PR), Chapecó (SC), Rio Grande (RS) e Bauru (SP), que foram redirecionadas para plantas mais modernas. Tudo isso, mantendo-se a sua capacidade de esmagamento. (Relatório Anual, 2000). Para o negócio de carnes, foi criada a Seara Alimentos SA.

A Santista passou a comercializar margarinas, cremes vegetais, halvarinas, maionese, óleos especiais e industrializados de milho. A antiga Guipeba Ceval, da Argentina, passa a denominar-se Bunge Ceval, e seu controle acionário, para a Bunge Y Born. Em setembro de 2000, a Santista Alimentos é incorporada pela Ceval Alimentos S.A., sendo a razão social alterada para Bunge Alimentos S.A., mantendo-se, todavia, as divisões de negócios: a Divisão Ceval, voltada para soja e derivados e a Divisão Santista, para o trigo e produtos de consumo final¹²⁰. A Seara Alimentos S.A. continuou com o setor de carnes (aves e suínos), atuando como empresa independente a partir de janeiro de 1999 e a Bunge Fertilizantes S.A. no setor de fertilizantes.

O Grupo Bunge, depois de direcionar suas atenções para os negócios de grãos e fertilizantes, mudou sua base administrativa e operacional (que já foi na Holanda, Bélgica, Argentina e Brasil) para o condado de White Plains, próximo de Nova Iorque, nos Estados Unidos, para ficar próxima de suas maiores concorrentes, a ADM e a Cargill e da Bolsa de Chicago.

No ano de 2000, a Bunge encontrava-se estruturada conforme Quadro 7. Com toda essa estrutura de silos e unidades industriais, consegue manipular melhor o preço pago ao produtor, mesmo em épocas de safra

120 In: www.ceval.com.br

e entresafra, através do controle de estoques. Além disso, oferece seu próprio fertilizante, que pode ser pago após a colheita da soja. Detalhe: o fertilizante representa 40% do custo de uma lavoura de soja.

A Bunge Internacional Ltda. é, assim, um conglomerado que atua não somente no setor de carnes, mas também de *commodities*, fertilizantes e outros produtos industrializados, derivados do setor grãos/carnes, como farinhas, pães etc.

A Divisão Ceval produz farelo, óleo degomado, lecitina, óleo refinado para indústrias e para o consumidor final, para indústrias de alimentação, proteína concentrada, texturizada ou isolada, fibra dietética e lecitina de soja. Presente em 14 estados brasileiros através de fábricas, silos e terminais portuários, compra soja de mais de 23 mil produtores.

Quadro 7 – Estrutura da Bunge Internacional Ltda.

EMPRESA	SETOR	ATIVIDADE	PAÍS
Bunge Alimentos S.A.	Divisão Ceval	Originação e esmagamento (grãos)	BRASIL (sede em Gaspar/SC)
		Óleos e gorduras	
		Ingredientes funcionais	
	Divisão Santista	Farinhas	BRASIL (sede em São Paulo/SP)
		Consumo	
		Food service	
		Pães industrializados	
Seara Alimentos S.A.	Setor de carnes	Aves e suínos	BRASIL (sede em Itajaí/SC)
Bunge Fertilizantes S.A.	Fertilizantes		BRASIL
Alpargatas Santista Têxtil (joint venture com a São Paulo Alpargatas)			BRASIL
Bunge Ceval S.A.	Commodities		ARGENTINA
Bunge Corporation	Commodities		EUA
Bunge Global markers	Commodities		AMÉRICA DO NORTE, AMÉRICA DO SUL, EUROPA, ÁSIA, ÍNDIA

Fonte: www.bungealimentos.com.br. Relatório anual 2000 e www.bunge.com/news. Gazeta Mercantil, 17/05/99

Em relação, especificamente, ao setor de abate de aves, a empresa possui unidades industriais em: Seara/SC, onde processa industrialmente miúdos, cortados e desossados e trabalha também com processamento de suínos e industrializados; Itapiranga/SC, onde industrializa também empanados, fritos, cozidos, miúdos, cortados e desossados; Jaraguá do Sul/SC e Forquilha/SC, onde trabalha com frango cortado, desossado e miúdos; Jacarezinho/PR, Nuporanga/SP e Sidrolândia/MS, cujas unidades também trabalham com frango cortado, desossado e miúdos. Em Dourados/MS há também uma unidade de abate de suínos e industrializados. Produzem-se nessa unidade lingüiça fresca, salsicha, mortadela, salames, quibes, defumados, hambúrgueres, almôndegas, lingüiças curadas, inteiros, miúdos, cortados e desossados. Aproximadamente 7% dessa produção é destinada aos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, sendo o restante exportado para o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Cuiabá.

Conforme se pode verificar, a Bunge é um conglomerado que atua estrategicamente na diversificação produtiva a partir da articulação fertilizantes-grãos-carne, monopolizando o território em várias partes do globo terrestre, inclusive com grande atuação no Brasil. No Mapa 5, visualizamos como se territorializa no país uma face desse capital monopolista¹²¹.

Após a incorporação das Divisões Ceval e Santista, a Bunge Alimentos apresentou um lucro líquido de 24,6% a mais, no primeiro trimestre de 2001, em relação ao mesmo trimestre de 2000. As declarações de Milton Notrispe¹²², - Diretor de Relações com Investidores da empresa - sobre as medidas que a empresa vêm tomando para aumentar seus lucros, refletem, de algum modo, as características desse novo padrão concorrencial intercapitalistas: redução de custos, investimento em produtividade, integração de ações operacionais, fechamento de quatro unidades industriais de soja, sem, contudo, diminuir a capacidade de produção; redução de R\$ 1,7 milhões em despesas administrativas; redução do endividamento bancário em R\$ 100 milhões; redução de R\$ 49,9 milhões das despesas financeiras líquidas, antes da variação cambial; venda de ativos no valor de R\$ 149 milhões. Com a queda tendencial da taxa de lucro das empresas, decorrente da crise do capitalismo mundial, já abordado anteriormente, as empresas têm se reestruturado, adotando medidas internas como forma de continuar se reproduzindo de forma ampliada.

Assim, focar o negócio das empresas naquilo em que elas podem ser mais competitivas (como o que aconteceu com os grupos Hering, Eliane e Bunge), investir em produtividade e redução de custos pelo viés tecnológico foram algumas das medidas adotadas pelo capital industrial diante desse novo padrão de acumulação.

Podemos observar no Mapa 7 que a territorialização da Bunge no Brasil segue uma lógica definida. Os silos encontram-se distribuídos por vários estados produtores de grãos, sendo visível o predomínio nos estados das regiões Sul (76 silos) e Centro-Oeste (75 silos), seguidas do Sudeste (17) e do Nordeste (13).

As atividades de mineração e unidades misturadoras para fabricação de fertilizantes e calcário encontram-se principalmente em Goiás e Minas Gerais. Os moinhos de trigo estão concentrados no Sul e no Sudeste, próximos a grandes áreas produtoras e consumidoras. As unidades de abate de aves, por sua vez, seguem as áreas produtoras de grãos, concentrando-se dessa forma no Sul do país, atuando também no Estado de Mato Grosso do Sul e em São Paulo.

121 Não foi possível, para esse trabalho, localizarmos todas as atividades da empresa no Brasil.

122 In: Notícias da Ceval Alimentos, de 07/05/01, no site: <http://www.ceval.com.br>.

A exportação de seus produtos é feita através de terminais portuários, onde a empresa possui infra-estrutura própria de armazenamento ou de embarque, distribuídos em pontos estratégicos da costa brasileira. No caso da unidade de Sidrolândia, o frango é exportado através do terminal de Itajaí (SC), com o seguinte destino: o peito é vendido para a Europa, principalmente Inglaterra; a coxa e asa para o Japão e os pés, para a China.

Além das medidas de especialização das atividades, a Bunge começou, também, a ampliar a capacidade produtiva das empresas. Em 1999, a fábrica de proteínas isoladas, localizada em Esteio, Rio Grande do Sul, teve um investimento de 40 milhões de dólares, aumentando sua capacidade para 60 mil toneladas/ano. Esses investimentos incluem a compra de linhas automatizadas para abate, corte e evisceração, a serem colocadas nas unidades industriais de Mato Grosso do Sul e do oeste catarinense.

Na unidade industrial de Dourados¹²³, onde existe abatedouro de suínos, os investimentos da Seara Alimentos também se deram no sentido de aumentar a capacidade produtiva. Essa unidade exportava, em média, 150 toneladas de alimentos por dia, através do Porto de Itajaí, no estado de Santa Catarina, para abastecer mercados da Rússia e da China.

123 A antiga unidade da Ceval em Dourados funcionava como abatedouro de bovinos, mas foi desativada no primeiro semestre de 1993 por não estar atendendo mais aos níveis de competitividade e rentabilidade requeridos pela empresa. No seu lugar, foram realizadas adaptações nas instalações e equipamentos (com investimentos de aproximadamente US\$ 1,5 milhão) para produção de hambúrgueres (de suínos, bovinos e de frango), lingüiça e embutidos. Em 1994 entrou em funcionamento o abatedouro de suínos, abatendo, inicialmente, 1.100 suínos por dia, juntamente com uma estrutura logística, como a instalação de um Núcleo de Melhoramento Genético, produzindo cerca de 250 reprodutores por mês para a integração com produtores (Jornal O Progresso, 10/02/94). Em 1993 foram investidos US\$1,5 milhão na adaptação das instalações e equipamentos para produção de hambúrgueres de suínos, de bovinos e de frango. A empresa produz também salsichas, em torno de 800 toneladas/mês. In: Jornal O Progresso, 10/02/94.

MAPA 07 - BRASIL TERRITORIALIZAÇÃO DA BUNGE



LEGENDA:

- Fábrica de fertilizantes
- Unidades misturadoras
- Moinhos de trigo
- Abate de aves
- Abate de suínos
- Silos
- Centros de distribuição
- Terminal portuário
- Unidades de farelo de soja



Fonte: Bunge, 2003
Org.: Mizusaki, 2003
Desenho: Pinotti, R., 2003
Escala aproximada: 1 : 29.200.000

A capacidade produtiva da fábrica de ração em Sidrolândia é de 16 mil toneladas por mês e a capacidade de abate, em fevereiro de 2002 era de 125 mil aves/dia¹²⁴.

Em maio de 2001 a Seara inaugurou um novo abatedouro de aves no extremo oeste de Santa Catarina, em Itapiranga, voltado para cortes especiais de frango destinados à exportação, principalmente à Europa e ao Japão. Estão sendo construídos 240 aviários, com um total de R\$ 20 milhões. Segundo a empresa, o fator a determinar a localização da empresa foi a *“qualidade de seus integrados, de sua mão-de-obra e pelo conhecimento internacional que possui, pois foi o primeiro abatedouro a exportar para a Europa, em 1982.”* (Jornal o Progresso, 15/06/02)

Em 1999 a Bunge, que quase vendeu a Seara Alimentos, resolveu investir no mercado externo, disputando espaço com a Sadia e a Perdigão, a ponto de não mais desembolsar recursos em marketing no mercado interno, apesar de continuar investindo na aquisição de equipamentos mais modernos e na redução de custos.

Em Mato Grosso do Sul, no município de Sidrolândia, podemos verificar no Mapa 8, as articulações territoriais de produção da avicultura em escala industrial monopolizada pela Seara Alimentos. A Seara trabalha com a linhagem Cobb (EUA). As vacinas e remédios são da Fort Dodge e os equipamentos da Big Dutchman, também americanas. O frango é exportado através de terminal portuário próprio, a Braskarne, em Itajaí-SC. Nesse mapa, verificamos que o sistema de produção e abate de aves, da unidade de Sidrolândia encontra-se totalmente sob a lógica do capital monopolista. Sofre, também, as influências da demanda, em relação ao produto final, pois, o frango passa a ser produzido de forma a atender as exigências do mercado externo.

Em 1999, a unidade da Seara em Sidrolândia abatia 75 mil frangos por dia e aproximadamente 50% da produção era exportada para o Japão, Hong Kong, Singapura e outros países da Ásia, sendo o restante destinado no mercado regional e nacional.

124 Segundo gerente de produção agropecuária da Seara Alimentos S/A, unidade de Sidrolândia/MS. Entrevista realizada em 06/02/02.

O Grupo DOUX Frangosul

O Grupo Doux¹²⁵ foi fundado na Bretanha, no oeste da França, no ano de 1933. Possuía, no ano 2000, 21 abatedouros de aves, 7 fábricas de ração, e toda a estrutura para o desenvolvimento do sistema de integração, envolvendo 2.800 produtores. É um dos maiores exportadores de aves do mundo.

A territorialização do grupo Doux no Brasil encontra-se demonstrada no Mapa 9. Podemos verificar, nesse mapa, que, embora seja uma das maiores empresas exportadoras de aves do mundo, a Doux tem focado suas atividades para o setor de abate de aves e suínos, diferentemente do grupo Bunge.

As principais unidades abatedoras localizam-se no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, Monte Negro e Caxias do Sul. Além dessas, a empresa investiu apenas em Mato Grosso do Sul, no município de Caarapó.

No Mato Grosso do Sul, 50% da produção é destinada ao mercado externo, principalmente ao Oriente Médio, sendo o restante, para o mercado interno, como São Paulo e Manaus¹²⁶. As articulações territoriais de produção evidenciam-se no Mapa 10.

A produção que é destinada ao Oriente Médio é abatida em 35 dias, ao contrário da produção que é vendida no mercado interno, pois nesse caso, abate-se, em média, com 45 dias.

As vacinas são aplicadas principalmente contra a doença gumbo-ro, e trocadas a cada 60 dias. Na época da entrevista, a vacina utilizada era da empresa Cid Lines S/A, da Bélgica. Os remédios eram da Pfizer, Elanco (EUA) e Coopers (Inglaterra). Os comedouros e bebedouros eram da Casp (Santa Catarina) e os silos, da Big Dutchman (EUA). Os equipamentos dessas empresas são comuns em todos os aviários do Estado.

125 Ver: www.frangosul.com.br/doux.htm.

126 Segundo o gerente do setor de fomento André Luiz Barros. Entrevista realizada em 21/02/01.

MAPA 09 - BRASIL TERRITORIALIZAÇÃO DA DOUX FRANGOSUL

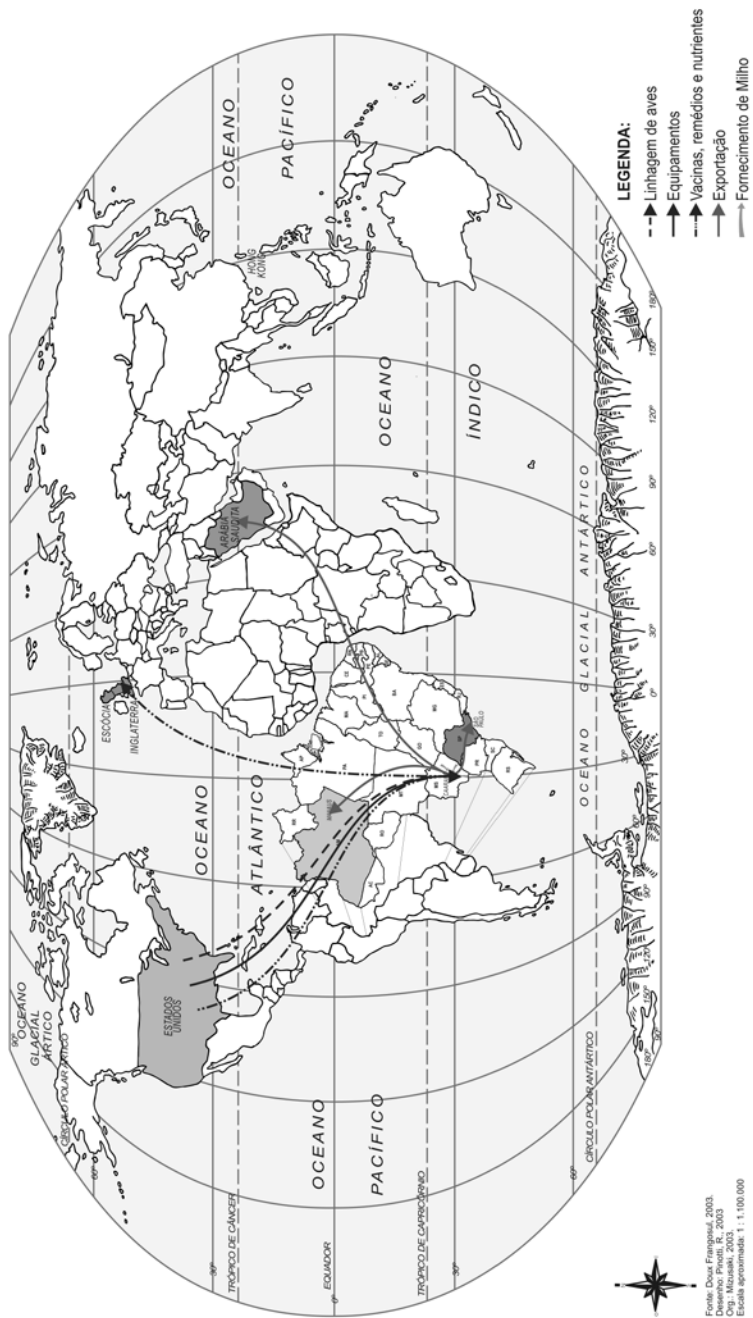


LEGENDA:

-  Abatedouros de aves
-  Filiais de venda
-  Abate de suínos

Fonte: Doux Frangosul
Org.: Mizusaki, 2003
Desenho: Pinotti, R., 2003
Escala aproximada: 1 : 29.200.000

MAPA 10 - DOUX FRANGOSUL: ARTICULAÇÕES TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO



A Avipal S/A – Avicultura e agropecuária

Em 1995, a Avipal S/A adquiriu, em Dourados-MS, o sistema integrado de aves da Cooagri¹²⁷, que continuou a atuar nas áreas de grãos e insumos. Esse sistema foi vendido em função da crise vivida pela Cooperativa, que possuía muitos créditos nas mãos dos associados, no valor de R\$ 2 milhões, além do débito com o BNDES de, aproximadamente, R\$ 4 milhões, levando o Conselho de Administração da Cooperativa a decidir pela venda da unidade industrial (Jornal Diário do Povo, 12/12/95).

A Avipal iniciou suas atividades em 1959, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, por iniciativa de dois irmãos chineses naturalizados brasileiros: Shan Ban Chun e Shen Ban Yuen, quando fundaram o Aviário Porto Alegrense, que contava com apenas uma granja de criação de aves em uma área de 7 ha. Em 1969 a Avipal já abatía industrialmente os frangos, sendo considerada nessa época uma das maiores empresas avícolas do Brasil. Desde 1985, suas ações são negociadas em Bolsas de Valores do país, sendo que em 1995 seu capital ainda era totalmente nacional, formado por oito empresas de diferentes setores, todas com sede no Rio Grande do Sul¹²⁸. A companhia atua no setor de abate de aves, produção de rações, industrialização e comercialização de leite e derivados, compra, venda e esmagamento de grãos, industrialização e comercialização de embalagens, construção, compra e venda de imóveis, além de participar em outras sociedades. Fazem parte da companhia, a Elegê Alimentos S.A.¹²⁹, a Aigran Comércio Exterior e Participações Ltda., a Avipal S.A. – Construtora e Incorporadora, a Avipal Alimentos S.A., a Avipal Nordeste S.A., a Granóleo S.A., a Plastrela S.A., Gran Export Ltda.¹³⁰. Sua estratégia de expansão tem sido a de aquisição de unidades industriais existentes. Assim, em 1984 adquiriu o parque industrial da Coopave, em Lajeado, onde funciona uma unidade de produção de aves e suínos.

A estrutura de produção da Avipal Alimentos pode ser extraída do Quadro 8.

127 Inclui um abatedouro de aves, fábrica de rações, estrutura de armazenagem de grãos e integração avícola.

128 Jornal *Diário do Povo*, 13/12/95.

129 Originou-se através da compra da Laticínios CCGL, que em 1997 passou a chamar-se Elegê Alimentos S/A. Foi adquirida pela Avipal em abril de 1996. In: Jornal *O Estado de São Paulo*, 30/03/99. In: www.estado.com.br/edicao/pano/99/03/29/eco856.htm

130 Relatório da administração. Gazeta Mercantil, 29/03/99.

Quadro 8 - Estrutura de produção da Avipal S/A - Alimentos

Atividade	Município	Estado	Produto
Abatedouro de aves	Porto Alegre	RS	Frangos inteiros e congelados
Abatedouro de aves	Lajeado	RS	Frangos inteiros, congelados e resfriados; cortes e miúdos congelados de frango
Abatedouro de aves	Dourados	MS	Frangos inteiros, congelados e resfriados
Abatedouro de aves	São Gonçalo	BA	Frangos inteiros congelados
Abatedouro de suínos	Lajeado	RS	Cortes e miúdos resfriados de suíno
Central de ovos	Porto Alegre	RS	

Fonte: <http://www.vanet.com.br/avipal/empresa> e encarte Avipal (pasta do colaborador).

Já no Mapa 11, temos a territorialização da Avipal S/A no Brasil.

A Avipal S/A, após a compra da COOAGRI¹³¹ por 22 milhões de reais, realizou investimentos em torno de R\$ 2 milhões na capacidade produtiva, visando a modernizar e ampliar o antigo abatedouro de aves. A intenção foi de aumentar o abate, de dois, para quatro milhões de cabeças por mês. Na fábrica de ração, os investimentos foram de R\$ 800 mil, dobrando sua capacidade, para 24 toneladas por mês. O faturamento anual da antiga COOAGRI, que era de R\$ 36 milhões, passou para R\$ 100,3 milhões em 1997.

Para ampliar o processo de monopolização do território, integrando novos avicultores, foram realizadas reuniões nos mesmos municípios onde a Cooagri já integrava os avicultores, geralmente com apoio do poder público local, Empaer e até mesmo da Associação de Avicultores.

131 A COOAGRI, que vendeu o sistema integrado de aves em razão de dívidas contraídas junto ao Banco do Brasil na época do desmembramento da COTRIJUÍ, consegue renegociar uma parcela de sua dívida em dezembro de 2001, beneficiada pela Medida Provisória 2.196 que transferiu para o Tesouro Nacional a administração de dívidas com o sistema financeiro, quando conseguiu renegociar a dívida para pagamento em 20 anos com juros de 3% ao ano, no Programa de Saneamento de Ativos (Pesa). A dívida seria paga em parcelas anuais de R\$ 600 mil. Até essa data já haviam pago R\$ 8 milhões em dívidas, sendo que a dívida total girava em torno de R\$ 37 milhões. A Cooperativa continuava com 1.600 associados, tendo movimentado em torno de 11,5 milhões de sacas de grãos em 2001. (Jornal O Progresso, 17/12/01). Sobre a venda da COOAGRI, ver Mizusaki (1996), Jornal Diário do Povo (04/12/95), (12/12/95) (13/12/95).

MAPA 11 - BRASIL TERRITORIALIZAÇÃO DA AVIPAL



Fonte: Avipal, 2003
Org.: Mizusaki, 2003
Desenho: Pinotti, R., 2003
Escala aproximada: 1 : 29.200.000

LEGENDA:

- Abatedouros de aves
- Elegê Alimentos
- Centro de distribuição
- Armazéns de soja
- Indústrias de óleo de soja - Granóleo
- Abate de suínos

O objetivo desses investimentos, que vêm crescendo ano a ano (US\$ 15 milhões entre 1990 e 1995 e US\$ 79 milhões em 1996 e 1997) é abastecer as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste com seus produtos tradicionais e ingressar na linha de industrializados para abastecer o Sul e o Sudeste, porque, segundo o diretor de Relações com o Mercado, nestas últimas não há mais espaço para expansão de produtos tradicionais, como ainda ocorre nas demais regiões¹³². Os grãos, que são utilizados para a fabricação de ração em Dourados, são armazenados e beneficiados pela COOAGRI, que os recebe de seus armazéns de Dourados, Douradina, Laguna Carapã, distrito de Montese, no município de Itaporã¹³³. Em matéria veiculada em 23 de junho de 1999, foi anunciado que a unidade de Dourados abatia diariamente 125 mil aves, sendo que apenas 5% da produção ficava em Dourados, o restante era exportado para outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Recife, Salvador e Manaus. Emprega 800 pessoas em Dourados (Diário do Povo, 23/06/99).

A Avipal Alimentos produz os seguintes produtos: a) frangos: frangos inteiros, cortes especiais, miúdos, frango temperado, cortes de suínos congelados, produtos defumados, produtos salgados, embutidos, lingüiça calabresa; b) suínos: Cortes de suínos congelados (pernil, paleta, lombo etc.), produtos defumados, embutidos (salsicha *hot dog*, lingüiça suína e mista, lingüiça toscana, mortadela etc.); c) ovos: ovos comuns, ovo jumbo (bem maior que o ovo convencional). (www.vanet.com.br/avipal/empresa).

O crescimento da Avipal pode ser observado através de seu faturamento, que, em 1996 foi de R\$ 250 milhões e em 2001 R\$1,1 bilhão. A expansão da Avipal, que apostou no crescimento do frango inteiro – ao contrário de suas concorrentes, como a Sadia, a Perdigão e a Seara, que apostaram nos produtos industrializados (como os pratos prontos e frangos em corte) – coincidiu com o período em que se teve um aumento do consumo brasileiro de carne de frango inteiro, decorrente da estabilização econômica do Plano Real. Essa estratégia levou a Avipal a pular do sexto para o quarto lugar na produção nacional. Da mesma forma, a Elegê também tem se expandido, ficando apenas atrás da Parmalat¹³⁴.

Em agosto de 2001, a Avipal de Dourados fechou contrato de exportação para a Rússia, sendo que 1/3 de sua produção seria destinada àquele país. (Jornal Diário do Povo, 06/08/01). Essas medidas indicavam uma reorientação de sua política de vendas - que até então estava focada

132 *O Estado de São Paulo*, 10/04/98.

133 *Jornal Diário do Povo*, 14/07/98.

134 *Revista Dinheiro On Line*: negócios. *O Sul ficou pequeno para os chineses*. In: www.terra.com.br/dinheironaweb. Acesso em 22/10/02.

no mercado interno – o que é compreensível, considerando-se o processo de desvalorização do Real a partir dos anos de 1990.

A unidade de abate da Avipal em Dourados envolve atualmente um abatedouro (com abate de 140 mil aves/dia); uma fábrica de rações com capacidade para produzir 15 mil toneladas por mês; incubatório que recebe 1 milhão de ovos por semana para a geração de 800 mil pintos por semana; fomento; laboratório; grãos e administração central. Toda essa estrutura funciona com 918 empregados. Integram 307 produtores rurais, num total de 457 aviários. (Jornal O Progresso, 05/04/02).

Em 1999, a produção era de sete toneladas/mês de frango nessa unidade, destinada a abastecer o estado de Mato Grosso do Sul e o mercado nacional¹³⁵.

No Mapa 12 podemos verificar como se manifestam as articulações territoriais de produção na Avipal, unidade de Dourados-MS.

Apesar de exportar para a Rússia, Hong Kong e Arábia Saudita, a Avipal ainda tem sua maior produção destinada ao mercado interno (em torno de 90%). Para Hong Kong, por exemplo, ela exporta apenas pés de galinha.

A empresa trabalha com as linhagens Ross (escocesa) e Isa (francesa). Já os equipamentos são da Fort Dodge e Big Dutchman (EUA) e Cumberland.

Atualmente, 85% da sua produção é de frango inteiro. Com o seu redirecionamento para o mercado externo, essas relações, provavelmente, sofrerão alterações, de acordo com o mercado a ser atendido.

Com a expansão do capital monopolista na avicultura em Mato Grosso do Sul, a produção e abate de aves segue cada vez mais, o ritmo da reprodução ampliada do capital. Na Tabela 21 encontramos a evolução do abate de aves no estado sob inspeção federal.

135 Gazeta Mercantil, 27/09/99.

* Em 1999 sua sede foi transferida para Itajaí/SC.

MAPA 12 - AVIPAL: ARTICULAÇÕES TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO

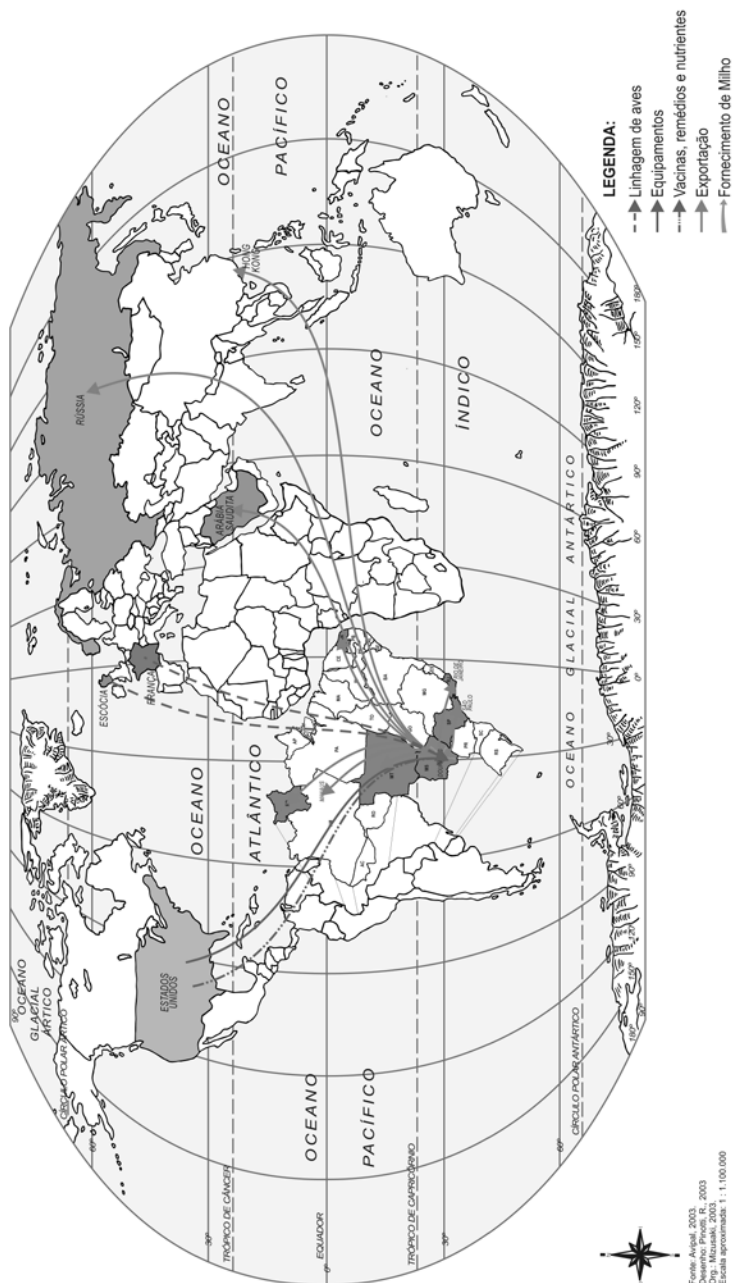


Tabela 20 - Estado de Mato Grosso do Sul
Abate de aves sob inspeção federal

ANO	FRANGO OURO	FRANGO VIT	AVIPAL	DOUX- FRANGOSUL	SEARA	TOTAL
1990			536.707			536.707
1991			3.982.218			3.982.218
1992			7.128.732	3.090.010		7.437.742
1993		2.011.647	10.013.150	4.373.635	1.412.799	17.811.231
1994	138.376	4.634.437	15.585.649	8.557.426	7.887.049	36.802.937
1995	1.546.007	5.987.792	21.099.480	9.833.362	12.047.813	50.514.454
1996	1.880.528	6.243.753	25.309.707	11.363.157	15.477.646	60.274.791
1997	2.207.983	7.586.227	31.717.065	16.156.719	17.276.400	74.944.394
1998	2.715.388	8.469.070	36.487.159	18.853.489	17.789.599	84.314.705
1999	2.995.868	9.985.717	37.666.216	18.415.407	20.318.352	89.381.560
2000	3.898.645	11.687.517	42.561.853	19.613.531	20.601.736	98.363.282
2001*	2.186.876	5.843.977	22.146.385	11.429.056	12.551.085	54.157.379

Fonte: Ministério da Agricultura e do Abastecimento/DFA-MS.

* Até junho/2001

Podemos observar na Tabela 20, que o abate de aves iniciou de forma incipiente no estado, através da antiga Cooagri (atualmente Avipal), com 536.707 cabeças, seguida posteriormente por outras empresas, sendo que em 2000 ultrapassou os noventa e oito milhões de cabeças. A menor capacidade de abate do estado possui a Frandelle, que, por não exportar para outros estados, apresentava seu registro no Iagro, órgão de inspeção estadual, (Tabela 21).

Tabela 21 – Estado de Mato Grosso do Sul
Abatedouro de aves sob inspeção estadual

ANO	1998	1999	2000	2001*
FRANDELLE	35.212	311.530	357.727	250.276

Fonte: Seprodes.

* Até junho de 2001.

A relação capital x trabalho no sistema de abate de aves

As plantas industriais ligadas ao setor de aves distinguem-se em unidades de abate propriamente ditas (frigoríficos) e unidades de industrialização, que é onde ocorre o processo de diferenciação dos produtos, conforme já destacou Rizzi (1993). É através desse processo de abate e industrialização feito conjuntamente por trabalhadores e máquinas, que se tem o processo de agregação e transferência de valor ao frango, transformando-o, assim, em produto de maior valor agregado e passível de ser vendido a um melhor preço no mercado, como expressão monetária da carne de frango industrializada. No processo de abate, verifica-se que ainda predominam as formas de produção no estilo fordista, sendo que foram as unidades de industrialização, as que sofreram maior impacto das novas tecnologias, permitindo uma produção mais flexível.

Esse sistema de produção não se caracteriza apenas por um conjunto harmônico entre técnica, trabalho e introdução contínua de novas tecnologias. Pelo contrário, a face da modernidade é, também, mediada por conflitos, que imprimem movimento à atividade produtiva. Neste trabalho não foi possível identificarmos com precisão as mudanças ocorridas em cada empresa devido às dificuldades de acesso ao interior da indústria e de coleta de informações com a própria empresa, cujo controle, se acentuou com a entrada das empresas de maior porte. Dessa forma, as informações que apresentamos foram baseadas em entrevistas e visitas aos abatedouros das atuais empresas, complementados com dados das antigas empresas Piratini e Cooagri e em entrevistas com trabalhadores dessas indústrias.

O processo de abate

O processo de abate dos frangos tem início com o transporte e descarregamento das aves que chegam até o abatedouro, acondicionadas em caixas especiais, que, após o descarregamento, são lavadas e esterilizadas para o próximo carregamento.

Por processos totalmente mecanizados, através de nórias esterilizadas, é iniciada a Pendura: os trabalhadores tiram as aves das caixas e as penduram pelos pés em uma espécie de pingente gigante preso a nórias rolantes, para seguir até o compartimento em que sofrem uma descarga elétrica, ficando “anestesiadas” e são encaminhadas para o túnel de sangria, onde são abatidas (por funcionários) com um corte no pescoço. Considerando que as nórias ficam em constante movimento, tal atividade faz com que os trabalhadores tenham que realizar movimentos repetitivos na seção em que atuam.

Objetivando melhoria na qualidade do frango e, conseqüentemente, na sua competitividade, algumas empresas no Brasil têm buscado implementar novas tecnologias para melhorar a produtividade. A Perdigão, por exemplo, tem adotado o sistema de atordoamento do frango com esfera modificada de CO₂, onde não se tem incidência de hemorragia ou fraturas (ESPÍNDOLA, 2002).

Terminada esta etapa, sem contato com objetos, o movimento da nória leva os frangos até a sala de Escaldagem e Depenagem, onde entram por alguns segundos em uma câmara com água a uma temperatura de 60° C, que facilita a depenagem. Posteriormente, as cabeças dos frangos são banhadas em uma temperatura de 80° C para evitar a contaminação. Em seguida, inicia-se um processo de depenação automático em duas fases

para retirarem as penas mais finas, mas ficam ainda dois funcionários para fazer o acabamento.

Continuando o movimento, as nórias passam os frangos por um banho de água fria. Inicia-se posteriormente um processo automático de limpeza dos pés dos frangos, que passam em uma máquina que retira a pele amarela dos pés. As aves, por sua vez são desenganchadas automaticamente das nórias caindo na seção de limpeza e evisceração. As nórias voltam para o exterior reiniciando o processo.

Os frangos que caíram naquela seção são dependurados em outras nórias por trabalhadores.

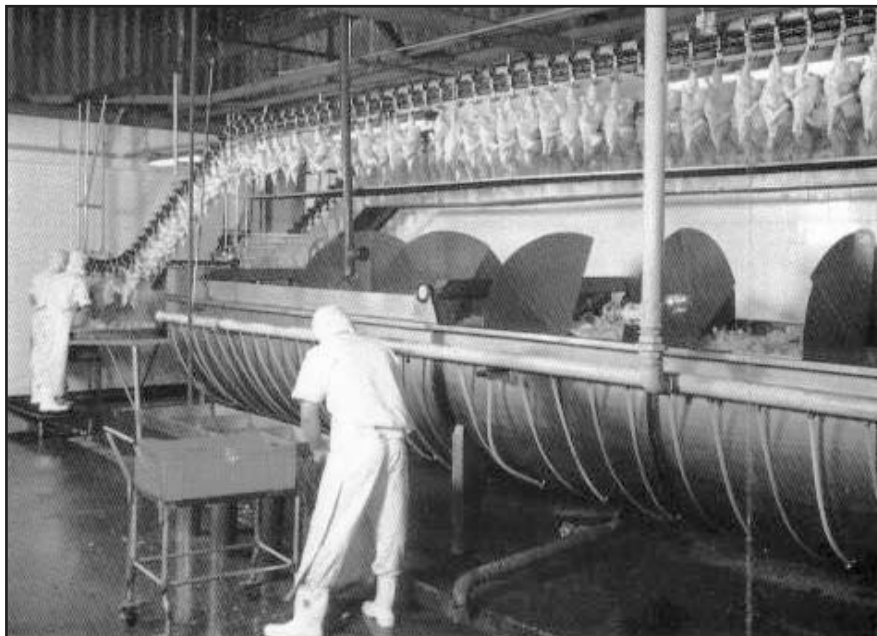
Na segunda nória inicia-se o processo de limpeza e evisceração feitos por funcionários para retirada das vísceras do animal e separação do coração, moela e demais miúdos. Nessa fase tem-se também o controle de qualidade das carcaças, através de técnicos do Sistema de Inspeção Federal.

Se uma carcaça for condenada pelo sistema de controle de qualidade, as partes que não apresentarem doenças ou outros problemas, são, segundo a Piratini, eventualmente reaproveitados, vendidos separadamente, como coxas, peito, asa, coração. Esse fato também era semelhante na COOAGRI, quando da época de nossa visita ao abatedouro, em agosto de 1995.

Em relação à Avipal, o setor de evisceração, que na época da Coaagri era mecanizado, passou a ser manual devido aos acidentes de trabalho que estavam ocorrendo nesse setor. Esse caso demonstra, que o processo de introdução de novas tecnologias não tem sido algo progressivo com o acirramento da concorrência entre empresas.

O coração, fígado e moela, conhecidos como miúdos, são separados e lavados em água gelada, seguindo por um tubo de aço para outra sala. Após a evisceração e controle de qualidade, os frangos inteiros e os miúdos passam por chillers de lavagem e resfriamento (Foto 1), para perderem calor, pois chegam nesse tanque a uma temperatura de 40° C. Esse processo é utilizado para que ocorra um congelamento uniforme de toda a carcaça.

Foto 1– Piratini: chillers de lavagem e resfriamento e shuts para miúdos



Fotografia: Encarte Piratini Alimentos Ltda. [s.d.]

Posteriormente são dependuradas em uma última nória e seguem para a Embalagem. Os miúdos são embalados a vácuo em pequenos pacotes e são colocadas no interior das carcaças e posteriormente as aves são embaladas e acondicionadas nas caixas de comercialização, deixando o produto pronto para seguir até as câmaras de congelamento a uma temperatura em torno de -40°C . Na sala de estocagem, a Avipal atualmente estoca apenas os cortes de frango e não o inteiro. O carregamento é feito por trabalhadores, com auxílio de um carregador. Todo esse processo leva em torno de 50 minutos. A Coagri dispunha, em 1993, de uma câmara fria para estocagem de 800 toneladas de frango, além de dois túneis capazes de congelar 1.200 quilos de frango por hora cada um.

O transporte também é realizado com controle de temperatura e pesagem. Os funcionários são uniformizados, com máscaras, toucas e luvas, calhas de transporte em inox, caixas de papelão produzidas para o transporte, contando com a presença do SIF (Serviço de Inspeção Federal, ligado ao Ministério da Agricultura), que, teoricamente, acompanha todo o trabalho de inspeção sanitária até autorizar a comercialização dos produtos para o consumidor final.

Todos os subprodutos do frango são reaproveitados (penas, sangue, vísceras etc.), por processos mecanizados, seguem até digestores onde são reciclados por cozimento e moagem e se transformam em outros produtos como farinha, utilizada na fabricação de outros produtos como vários tipos de rações e óleo.

A empresa realiza também o controle dos efluentes. Toda água utilizada durante o processo (cerca de 30 litros por ave) é tratada e filtrada, antes de ser lançada em lagoas construídas especificamente para esse fim.

O processo de industrialização¹³⁶

Em Mato Grosso do Sul, a única empresa a trabalhar com industrialização da carne é a Seara Alimentos, na unidade de Dourados. Nessa unidade, a empresa possui frigorífico de suínos e de industrializados, onde processa carne suína, bovina e de aves. Possui ao todo 1.750 empregados. No setor de industrialização trabalham 1.100 pessoas, sendo 70% homens, na faixa dos 18 aos 50 anos.

Na indústria há vários setores para a fabricação de seus produtos: o setor de formados e empanados, o setor de hambúrgueres, de salsichas, a sala de curados, de almôndegas, entre outros. Cada setor possui máquinas específicas para a fabricação de cada produto, e são, em sua maioria, importadas. Os emulsificadores e as misturadeiras são da empresa americana, Wolf King; as embutideiras, da Hi-Tec, empresa japonesa; o sistema de cozimento da All Kar, americana; o sistema de tingimento, de Dourados. As embaladeiras, as máquinas de frituras e as de congelamento não nos foi informado a origem das empresas. As máquinas embutideiras fazem qualquer tipo de embutido, como lingüiça calabresa, lingüiça fresca, toscana, salame, paio, necessitando para isso, apenas alguns ajustes. Essa característica dá-nos um indicativo de que há, nessa indústria, certa flexibilização na produção.

Produzem vários outros tipos de produtos como: defumados (270 toneladas/mês) lingüiças curadas (1.150 ton/mês), salsicharia (2.200 ton/mês), mortadelas (600 ton/mês), formados, ou seja, hambúrgueres, qui-

136 Dados obtidos através de visita à indústria, em 01/08/03. Em 2001, quando realizamos entrevista com o gerente de produção da Seara, não era permitida a visita ao abatedouro. Tentamos novamente na data anteriormente mencionada, quando, então, conseguimos fazer a visita através de um programa da empresa denominado de “Seara portas abertas”. Como o técnico responsável não pôde nos acompanhar na visita, sendo o acompanhamento feito por uma pessoa não diretamente envolvida com a área, este teve dificuldade em explicar o funcionamento do processo de industrialização. Não foi permitido também, tirarmos nenhuma foto. As informações obtidas foram fornecidas posteriormente à visita, numa entrevista com o assistente de produção.

bes, almôndegas (740 ton/mês), empanados (370 ton/mês), salame (50 ton/mês).

A carne de frango é obtida de recortes de coxa, peitos e, de pescoço e dorso (mecanicamente separadas), que são partes pouco utilizadas para venda. Essa carne vem do abatedouro de aves de Sidrolândia (em torno de 5.200 ton/mês) e também de outras unidades da empresa (3.780 toneladas para um período de 21 dias aproximadamente), pois aquela unidade de Mato Grosso do Sul não é suficiente para atender a demanda da indústria de Dourados.

A carne de suíno vem dos fornecedores da própria empresa, sejam eles integrados ou não, e é obtida do frigorífico de Dourados e também de outras unidades da Seara. Já a carne bovina é comprada do Pará, pois, segundo o assistente de produção, o preço da carne bovina naquele Estado é bem menor que no Mato Grosso do Sul, o que permite à empresa um custo de produção mais baixo.

O sistema de controle da produção é feito em sintonia com o setor de vendas. Mensalmente essa indústria recebe da área de vendas um programa de pedidos que é feito de acordo com a projeção mensal de venda e da capacidade de produção da empresa. O assistente de produção não soube precisar os dados, mas parte da produção já tem destino certo, como as grandes redes de supermercado, como Makro, Pão-de-açúcar, Assai, Bom Preço e Atacadão. A Seara trabalha com pouco estoque. Sua capacidade de estocagem é de 4.000 toneladas, entre industrializados e suínos, sendo que o período estocado não ultrapassa 30% da data de vencimento do produto.

A empresa exporta seus produtos industrializados para vários estados brasileiros, sendo que a maior parte é destinada para São Paulo (60%), onde se encontra maior mercado consumidor. O restante vai para abastecer os mercados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e todo o Nordeste.

A territorialização das relações de classe na indústria abatedora de aves

As indústrias abatedoras de aves necessitam de vários trabalhadores para a execução das suas atividades. A Avipal, por exemplo, na unidade de Dourados, possui 803 trabalhadores, incluindo os da fábrica de ração e do incubatório. Já a Seara, em Sidrolândia, possuía 1.050 trabalhadores, também incluindo os da fábrica de rações. Segundo o vice-presidente do Sindicato das Indústrias em Alimentação em Dourados, Moisés da Sil-

va¹³⁷, são, em sua maioria, jovens, na faixa dos dezoito aos trinta e cinco anos, com certo predomínio da mão-de-obra feminina.

Conforme já tem sido destacado por vários autores, como Santos (2003), um dos atrativos das grandes empresas, principalmente das multinacionais em relação aos países mais pobres, como é o caso do Brasil, está no baixo custo da mão-de-obra, reforçado também pelo baixo nível de organização dos trabalhadores em determinados setores e/ou regiões do país. O Mato Grosso do Sul, especialmente, apresenta um custo de vida mais baixo ainda (ou melhor, de reprodução da força de trabalho), comparativamente a outros estados brasileiros¹³⁸, o que certamente também contribui para o deslocamento dessas indústrias para esse Estado, embora não seja esse um fator abertamente assumido pelas empresas.

Apesar de as empresas apresentarem certo rigor no quesito higiene no interior das unidades produtivas (uso de máscaras, luvas, roupas apropriadas), o seu ritmo de produção no estilo fordista com suas características produtivas, se não for mecanicamente obedecido, oferece graves riscos de acidentes de trabalho e mesmo sendo tecnicamente obedecido, apresenta considerável nível de insalubridade. Nas câmaras de refrigeração e congelamento (- 40° C), mesmo com o uso de agasalhos, os trabalhadores enfrentam temperaturas baixas para um trabalho rotineiro. Segundo informações obtidas junto ao Sindicato, as doenças ocupacionais (LER – Lesão por Esforço Repetitivo, tendinite, bursite, problemas na coluna) são muito comuns entre os trabalhadores do setor alimentício, principalmente nas grandes indústrias. Os acidentes de trabalho, por sua vez, embora menos frequentes, quando acontecem costumam ser graves.

No Quadro 09 especificamos os acidentes de trabalho encontrados nos Comunicados de Acidentes de Trabalho (CAT) fornecidos pelo Sindicato¹³⁹. Cabe esclarecer, contudo, que esses números estão subestimados, pois, conforme declaração do vice-presidente, muitos trabalhadores, por medo de represália, não chegam a comunicar ao sindicato a ocorrência de tais problemas, o que, muitas vezes, é negligenciado pela própria empresa.

137 Entrevista realizada em 23/09/2002. A base territorial do sindicato cobre os municípios de Dourados, Caarapó, Itaporã, Fátima do Sul, Maracaju, Deodápolis, Rio Brilhante, Glória de Dourados, Vicentina, Douradina e Jateí.

138 Recentemente, Dourados foi destaque na revista *Veja* como uma das melhores cidades do país em termos de qualidade de vida e um fator que se destaca é o baixo custo da cesta básica e da mão-de-obra. Apesar de não dispormos de um estudo sistemático a respeito, esse indicativo se reforça através da simples observação em nossas passagens por outros estados brasileiros (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Rondônia, Goiás).

139 Não podemos afirmar se realmente nos foram mostradas todas as fichas, pois, também havia preocupação por parte do próprio presidente do sindicato, em nos ceder esses dados.

Quadro 9 - Comunicação de acidentes de trabalho nas indústrias em alimentação na região de Dourados - 2002*

EMPRESA A

Emitente	Acidente	Local do acidente	Idade	Sexo	Local da residência	Salário	Função	Data	Diagnóstico provável (dado pelo médico)	Agente causador alegado
Empregador	Lesão do dedo quando cortava coxa de frango	Sala de corte	23	M	Urbano	R\$ 1,09 p/h	Servente industrial	28/11/00	Lesão cortante no dedo da mão esquerda	Faca
Empregador	Dor e deficiência funcional na musculatura de ambos os membros superiores	Fábrica de rações	39	F	Urbano	R\$ 204,60	Servente industrial	27/03/01	Cervico braquialgia	---
Empregador	Fortes dores no ombro esquerdo	Embalagem	24	M	Urbano	R\$ 228,80	Servente industrial	20/08/01	Tendinite calcificante de ombro	Mov. repetitivos
Empregador	Corte no dedo ao enroscá-lo nas canecas de descarga da carroceria	Carregamento	35	M	Urbano	R\$ 356,00	Operador de secador	11/07/02	Ferimento no dedo	Canecas de descarga
Empregador	Retorno de vapor do digestor ao abrir a tampa do silo	Digestor	32	M	Rural	R\$ 1,17 p/h	Operador de prensa	27/07/02	Queimadura na face, pescoço, antebraço, fratura do calcanhar	Vapor/ queda
Empregador	Pisou em tábua com prego	Barracão	43	M	Urbano	R\$ 292,57	Pedreiro	08/05/02	Perfuração no pé	Prego
Empregador	O operador ligou o motor antes da ordem dada, ferindo o dedo mínimo direito	Descarga do secador	44	M	Urbano	R\$ 448,00	Eletricista industrial	26/03/02	Fratura no dedo + ferida comunico contusão (?)	Falha de comunicação
Empregador	Ao abastecer o secador, caiu um pedaço de lenha sobre o dedo	Secador	47	M	Urbano	R\$ 1,14 p/h	---	11/02/02	Ferimento no dedo indicador	lenha
Empregador	A manivela de prensa escapou da trava ferindo o olho direito	Oficina mecânica	32	M	Urbano	R\$ 456,80	Mecânico	20/06/02	(a letra do médico estava ilegível)	Manivela de prensa

TOTAL DE ACIDENTES COM CAT = 09

EMPRESA B

Emitente	Acidente	Local do acidente	Idade	Sexo	Local da residência	Salário	Função	Data	Diag. provável (dado pelo médico)	Agente causador alegado
Empregador	Movimento no braço	Corte de suínos	29	M	Urbano	R\$ 257,68	Processador de alimentos	31/01/99	---	Movi. repetitivos

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias em Alimentação – Regional Dourados. *Até setembro/2002.

Podemos observar no referido quadro que a maior parte dos acidentes foi com trabalhadores do sexo masculino, uma vez que esses são os mais expostos aos serviços pesados. No ano de 2002, entre fevereiro e julho foram registrados seis acidentes de trabalho na primeira empresa, ou seja, o equivalente a um acidente por mês. A faixa salarial do quadro variava de R\$ 204,60 a R\$ 456,80, ou seja, no caso de uma multinacional,

esses valores são extremamente baixos comparados aos salários pagos nos países desenvolvidos.

De janeiro a setembro de 2002, o sindicato havia recebido 30 Comunicados de Acidentes de Trabalho (CAT) no total de trabalhadores das indústrias ligadas ao Sindicato, sendo que seis eram de uma única empresa abatedora de aves. Os acidentes mais comuns são lesões, inclusive com perda de algum membro (dedos, mão, pés etc.), fraturas, queimaduras, e podem ser descritos pelo próprio vice-presidente do sindicato, Moisés da Silva:

Olha, os acidentes são variados. Às vezes o trabalhador perde a ponta dos dedos no setor que trabalha com faca. O trabalhador lesiona os nervos dos dedos, corta os dedos, os tendões machucam, aí a empresa demora a atendê-lo, o médico da empresa não encaminha ele diretamente para um médico especialista para fazer religamento daquele tendão, ele fica com problema depois não consegue mover 100% dos dedos. Perde até 100% da flexibilidade do dedo ou da mão, ou do braço, então são vários setores. (Entrevista realizada em 23/09/02).

Esse tipo de acidente de trabalho, a que Moisés da Silva refere-se, tem feito com que a Avipal mude o sistema de cortes de aves, que antes era automático, para corte manual, justamente para diminuir os acidentes de trabalho, conforme declarações de próprio funcionário da empresa.

Segundo Moisés, apesar de não haver grande número de registros por LER/DORT (Distúrbio Osteomolecular Relacionado ao Trabalho), esse índice é elevado nas empresas abatedoras de aves.

Diante desses problemas, as ações do referido sindicato, ligado à Força Sindical, têm sido no sentido de buscar com as empresas, negociar uma melhor organização do trabalho, como orientar que o trabalhador não permaneça muito tempo na mesma função, entrar na justiça, em caso de registro de ocorrência. São características do chamado sindicalismo de empresa, em que o sindicato trabalha em parceria com a empresa para “melhorar” a relação desta com o trabalhador. Na questão da rotatividade no trabalho, observamos que numa determinada empresa por nós visitada, essa rotatividade nas funções havia sido implementada, sendo que os trabalhadores permaneciam por duas horas em cada função. Em outra empresa, os trabalhadores paravam três vezes ao dia para fazer exercícios.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Carne e Alimentação em Sidrolândia (Sindaves), ligado à CUT (Central Única dos Trabalhadores), por sua vez, denunciou as condições de trabalho a que os trabalhadores deste setor estavam submetidos. Essa notícia foi veiculada em jornal eletrônico, em que o presidente do Sindicato, Sérgio Irineu Bolzan, denunciava que pelo menos 50% dos trabalhadores do frigorífico de

aves da Seara Alimentos estava com LER/DORT. A matéria informava também que, a cada dez funcionários demitidos, dez estavam com LER e que os mais atingidos eram os trabalhadores do setor de desossagem e limpeza de frango:

O ritmo forte de trabalho, com a desossagem diária de até 140 mil frangos, associado à alta umidade do ar, baixa temperatura e utilização de luz fluorescente (que emite radiação), possibilitam o surgimento da doença. De acordo com informações do Sindaves, atualmente cerca de 50 funcionários da empresa estão afastados ou em tratamento. (Dourados News, 01/08/02. In: www.douradosnews.com.br)

Esse Sindicato, fundado em 1994, ficou desativado por um período, ressurgindo em 2001, organizado por trabalhadores da Seara Alimentos, num contexto em que começaram a ter problemas com acidentes de trabalho. Atualmente contam com 850 associados, sendo que os da Seara, encontram-se na faixa etária dos 19 aos 35 anos, predominando os do sexo feminino.

Segundo Claudinei Reginaldo dos Santos¹⁴⁰, que já havia feito uma cirurgia devido ao LER, o nível de rotatividade de trabalhadores na indústria é muito alto, em torno de oito meses a um ano, seja porque os trabalhadores não agüentam o ritmo de trabalho na empresa, seja devido a problemas de saúde que começam a ter. Obtivemos, também, a declaração de que, quando do início da implantação do abatedouro de aves no município, na época Agroeliane, um trabalhador havia morrido, quando caiu numa máquina de triturar ossos. Como trabalhava sozinho naquela seção, os outros trabalhadores só perceberam o ocorrido depois que o funcionário já estava morto, quando começou a aparecer carne de frango com excesso de sangue.

Conforme pudemos observar, a realização do processo de abate de aves não se encontra caracterizado apenas pelos signos do moderno. Nesse sentido, é necessário relativizarmos a afirmação de estudiosos de que as empresas vêm adotando constantes inovações tecnológicas no processo produtivo e introduzindo sistemas de controle de qualidade, como características de uma maior flexibilização na produção e do novo padrão de concorrência entre as empresas.

Vimos que no sistema de cortes, houve inclusive abandono de um sistema automático para a introdução de um sistema manual, no caso da Avipal, com vistas a reduzir o número de acidentes de trabalho, o que indica, não a introdução de “novas tecnologias”, mas sim, de “velhas tecnologias”. Da mesma forma, devemos relativizar também os chamados

140 Delegado representativo do Sindaves. Entrevista realizada em 11/07/03.

sistemas de controle de qualidade total (TCQ – Total Quality Control), que não são tão totais assim, pois esses, nem sempre se aplicam às condições de trabalho do trabalhador. Segundo informações obtidas no sindicato, há empresas que evitam fazer o CAT para conseguir ou manter o certificado de controle de qualidade (os chamados ISO 9000, 9001, 9002, 14 000 etc.), quesito importante para exportação de frango.

Verificamos que, nas empresas voltadas para a exportação, existe essa preocupação maior no sistema de controle de qualidade devido às exigências sanitárias impostas pelo mercado externo, seja para atender aos interesses do consumidor final, seja por medidas protecionistas do seu próprio mercado. Em determinada unidade industrial, observamos que na passarela, que liga a entrada da empresa à indústria propriamente dita, havia várias faixas com mensagens apelativas aos trabalhadores, a respeito de índices de produtividade alcançados pela empresa, cuidados com acidentes de trabalho entre outros. Em uma das faixas, havia o desenho de uma criança que dizia: *“Papai e mamãe, por favor, não se acidente, eu preciso de você”*. Uma outra mensagem, dizia mais ou menos o seguinte: *“Estamos há 100 dias sem acidentes de trabalho. Nossa meta é de 200 dias”*. São argumentos, por meio dos quais é possível verificar que se procura colocar a responsabilidade do acidente de trabalho ao próprio trabalhador, à sua negligência, reduzindo, dessa forma, o acidente a uma questão apenas aparente, o que contribui para fazer o trabalhador acreditar nisso.

Esse tem sido mais um dos mecanismos de que o capital industrial tem se utilizado para fetichizar ainda mais, as relações do trabalhador com a empresa, buscando subjugar não somente o trabalho, mas também a sua subjetividade. Como outro exemplo, podemos citar o concurso *Garoto e Garota Seara*, realizado em 2002, ou então, uma propaganda encontrada no jornal da Avipal, que dizia:

Queremos identificar talentos. Colaboradores que cresceram dentro da empresa a partir da sua força e dedicação no trabalho, obtendo o reconhecimento da equipe. Se você conhece algum colega que possua uma história de superação, entre em contato com a gente. Dê a sua indicação a quem você acha que merece destaque! (Jornal Avipal, ano I, nº 1, 2003).

A essas estratégias das empresas, Alves (2000) denomina de *captura da subjetividade operária*. Trata-se de uma ofensiva do capital na produção, onde debilita o trabalho não apenas objetivamente, mas também subjetivamente, ou seja, atinge não somente a questão do emprego e do salário, mas também, a sua consciência de classe:

Desse modo, uma característica central do toyotismo é a vigência da “manipulação” do consentimento operário, objetivada em um conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, que permitem “superar” os limites postos pelo taylorismo-fordismo. É um novo tipo de ofensiva do capital na produção que reconstitui as práticas tayloristas e fordistas na perspectiva do que poderíamos denominar uma captura da subjetividade operária pela produção do capital. (ALVES, 2000, p. 38).

Nesse contexto, o sindicalismo também vem sofrendo alterações a partir dos anos de 1980, culminando no que se denomina de crise do sindicalismo, acentuada nos anos de 1990. As estratégias sindicais com caráter de contestação social vão sendo deixadas de lado, perdendo a dimensão de antagonismo que, em tese, contribui para impulsionar a consciência de classe. Por outro lado, vem ganhando espaço um sindicalismo mais propositivo e defensivo, que contribui para reforçar ainda mais a fragmentação de classe.

Sob essa perspectiva, concordamos também com a avaliação de Thomaz Jr. (s.d., p. 2-3):

(...) o trabalho, mesmo estando enraizado no mesmo processo que o capital, na produção propriamente dita, encontra-se, pois, fragmentado a partir da divisão social e técnica.

Desdobrando-se, então, das relações de produção, o trabalho, já fragmentado em diferentes categorias/corporações sindicais, (...) se distancia da sua identidade operária (alienada), não se reconhecendo como proletário, mas como cortador de cana, condutor/motorista, químico etc., ou seja, fracionado enquanto categoria e personalizado nas corporações sindicais.(...)

Enquanto o capital se espalha pelo território, (...) ultrapassando/subvertendo os limites territoriais impostos pelo Estado (a fronteira do município), o trabalho, (já na forma de identidade corporativa, portanto enquanto sindicatos), tem sua abrangência territorial delimitada pelas fronteiras municipais, conforme as determinações legais prescritas no artigo 8º, inciso II da Constituição Federal: “é vedada a criação de mais de uma organização profissional ou econômica, na mesma base territorial que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município”.

Em Mato Grosso do Sul, como em todo o restante do Brasil, as atuações dos sindicatos seguem limites territoriais definidos.

No Mapa 13, delimitamos os limites territoriais de atuação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentos em Mato Grosso do Sul naquelas áreas onde temos as indústrias abatedoras de aves. Nele podemos visualizar como se encontra territorializada a organização sindical desses trabalhadores. As áreas que se encontram sob a mesma legenda fazem parte da mesma base territorial.

Os trabalhadores do abatedouro de Aparecida do Taboado fazem parte da mesma base territorial que Paranaíba, onde se encontra a sede.

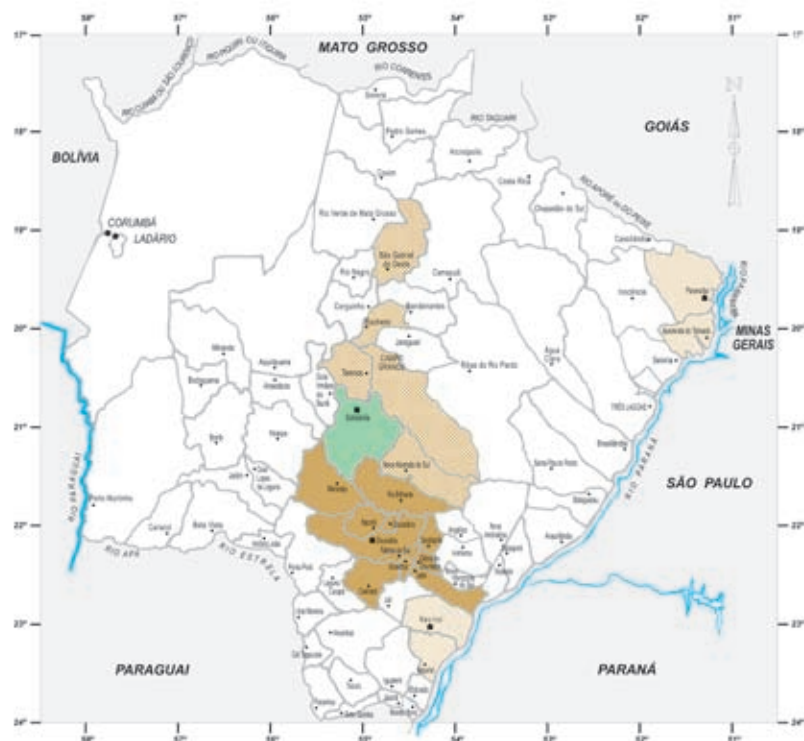
Os trabalhadores da Frango Vit ligam-se ao sindicato de Campo Grande, mas a base territorial se estende a outros municípios, quais sejam, Nova Alvorada do Sul, Terenos, Rochedo e São Gabriel D'Oeste.

Já os trabalhadores da Avipal e do grupo Doux fazem parte do mesmo sindicato, cuja sede é em Dourados. Os trabalhadores do abatedouro Frandelle, por sua vez, têm sua sede em Naviraí.

Todos esses sindicatos são regidos pelos princípios da Força Sindical. A própria Federação dos Trabalhadores das Indústrias em Alimentação é ligada a essa central sindical. Somente no município de Sidrolândia, os trabalhadores são filiados à CUT (Central Única dos Trabalhadores).

As mediações que têm configurado essa relação capital x trabalho x sindicatos, nas indústrias de alimentos, mereceriam estudo mais aprofundado, mas deixamos para pesquisas futuras, por não se constituírem em objeto de estudo desse trabalho.

**MAPA 13 - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO
TERRITORIALIZAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS**



LEGENDA:

- Força Sindical
- Força Sindical
- Força Sindical
- Força Sindical
- Central Única dos Trabalhadores
- Sede Sindical

Fonte: Pesquisa de Campo.
Desenho: Pinotti R., 2003.
Org.: Mizusaki, 2003.
Escala: 1 : 5.500.000

4

O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA AVICULTURA EM MATO GROSSO DO SUL

A estrutura produtiva no campo em Mato Grosso do Sul apresenta especificidades próprias, que, apresentam relação com o movimento mais geral do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Portanto, ao territorializar-se, exprime também a dinâmica da economia capitalista no território, não devendo, dessa forma, ser ignorada enquanto elemento constitutivo da estrutura produtiva, que contempla relações não só importantes, mas que estão inseridas nesse modo de produção.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva, ocorrida na indústria de carne de frangos, teve seu reflexo também no campo, com suas próprias particularidades, sendo a avicultura em escala industrial o setor mais diretamente afetado. Compreender essas mudanças é um processo complexo, pois implica considerarmos uma série de elementos que interferem e sofrem a interferência do conjunto das relações a ela articuladas.

A estrutura produtiva da avicultura em escala industrial congrega um conjunto de atividades direta e indiretamente relacionadas. Das atividades diretas encontram-se os chamados sistemas de integração, que congregam a produção de pintos de um dia e a criação de frangos que serão entregues à empresa integradora para abate. Das atividades indiretamente interligadas estão as matérias-primas para a produção de ração (milho e soja), que tem peso importante no deslocamento da indústria de carne de frangos, bem como na formação do preço final de sua carne. Devemos incluir, também, na análise, o conjunto da unidade produtiva que, conforme veremos, tem papel fundamental na manutenção dessa unidade de produção. Abordaremos, no presente capítulo, os principais aspectos dessas relações em Mato Grosso do Sul, bem como as principais mudanças ocorridas nesse setor.

A estrutura produtiva na avicultura

Do ponto de vista das características histórico-geográficas, no Mato Grosso do Sul essas relações têm se manifestado em um contexto maior de industrialização do país (industrialização tardia) e têm sido marcadas pela presença do Estado e de multinacionais. O Estado de Mato Grosso do Sul, então, insere-se nessa forma de crescimento, cuja estrutura produtiva tem se territorializado e rearticulado, de forma a atender a interesses de países e grupos econômicos dominantes, desde a exploração das suas primeiras atividades econômicas, com a erva-mate e a pecuária, até os dias atuais.

É esse aspecto histórico-geográfico particular que tem conferido ao Centro-Oeste, de um modo geral, e ao Estado de Mato Grosso do Sul, em particular, uma estrutura fundiária muito concentrada, como se sabe, diferentemente do Sul do país onde se concentra a produção de aves. Enquanto que só o Estado de Santa Catarina, por exemplo, possui 203.347 estabelecimentos para uma área de 6.612.846 ha, o Estado de Mato Grosso do Sul possui apenas 49.423 estabelecimentos para uma área de 30.942.773, ou seja, para uma área mais de 300% superior, Mato Grosso do Sul possui uma quantidade 311% inferior de estabelecimentos (Tabela 23). A estrutura fundiária indica, então, que as condições de produção são diferenciadas entre esses estados, como produto histórico do processo de ocupação desses espaços. Se compararmos a estrutura fundiária dos demais estados dessas regiões, veremos que a situação é semelhante.

Tabela 22 – Brasil
Número de estabelecimentos nos estados das regiões Sul e Centro-Oeste (1995-96)

Região Grupos de área (ha)	SUL			CENTRO-OESTE			
	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
-10 ha	150.679	72.462	154.620	9.170	9.801	12.526	930
10 a – 100 ha	244.905	122.036	188.305	17.753	37.076	55.073	1.269
100 a – 500 ha	25.949	7.314	22.821	10.842	19.423	32.068	384
500 a – 2.000	7.012	1.269	3.640	7.956	7.959	10.085	62
2.000 e mais	838	156	421	3.527	4.490	2.012	14
Sem declaração	575	110	68	175	14	27	---
Total estab.	429.958	203.347	369.875	49.423	78.763	111.791	2.459
Área total	21.800.886	6.404.039,1	15.946.632	30.942.773	49.849.664	27.472.648	244.930

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

Verifica-se, por meio da Tabela 22, uma relação inversamente proporcional na estrutura fundiária dessas regiões, caracterizada por suas diferentes formas de inserção na divisão territorial do trabalho.

No Sul do país, na estratégia de ocupação da região priorizou-se a pequena propriedade com a colonização de imigrantes estrangeiros (que certamente não se deu sem conflitos). No Centro-Oeste, a ocupação inicial teve o caráter de exploração econômica por meio de produtos nativos, como o ouro na região de Cuiabá, Estado de Mato Grosso do Sul e a erva-mate e a pecuária no atual Estado de Mato Grosso do Sul. Em razão do monopólio dessas atividades, pessoas influentes conseguiam obter concessões de exploração e/ou o monopólio de extensas áreas.

Essa primeira fase de ocupação, que foi marcada por conflitos entre índios, fazendeiros e trabalhadores e, inclusive, entre os próprios fazendeiros, permitiu a configuração da classe dos proprietários de terra e de trabalhadores rurais, territorializados em imensos latifúndios. Por se tratar de uma área que representava, na época, pouco interesse do governo federal, a organização da sociedade local foi marcada por um clima de violência e insegurança, que se refletia inclusive nas instituições públicas. Segundo Corrêa (1995), o coronelismo e o banditismo foram características que marcaram o Mato Grosso na República Velha.

Mesmo com uma estrutura fundiária concentrada, as empresas abatedoras de aves surgiram no Estado acompanhando a expansão da soja e do milho na região. Todavia, tiveram como preocupação localizarem-se próximas a antigas áreas de colonização públicas e privadas, que concentravam maior número de propriedades inferiores a 100 ha e com mão-de-obra familiar. Nesse sentido, o modelo de integração adotado, em princípio, foi semelhante ao modelo das empresas do Sul do país, conforme já abordado no Capítulo 2.

Além da mão-de-obra familiar para criação do frango, as maiores empresas possuem, atualmente, os matrizeiros¹⁴¹, que são os galpões que produzem os ovos destinados a gerarem os pintos de um dia para serem criados nas granjas.

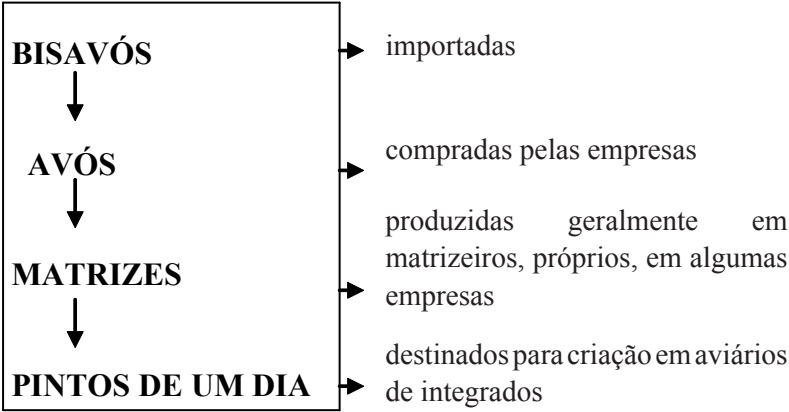
A seguir, passaremos a analisar essas fases de criação do frango, bem como, as mudanças recentes ocorridas no processo produtivo.

O sistema de produção de frangos

Os frangos industriais são gerados a partir de aves (as avós) geneticamente melhoradas. São essas avós, importadas, que geram as matrizes, nos matrizeiros, geralmente da própria empresa avícola. Estas, por sua

141 A Doux Frangosul e a Seara.

vez, geram os pintos de um dia que serão criados pelos avicultores. Esse ciclo de produção obedece a seguinte sequência:



Esse controle genético é monopolizado por algumas empresas, sendo que, em 1991, apresentava a seguinte configuração (Quadro 10):

Quadro 10 - Exemplos de controle genético das avós na avicultura (1991)

PAÍS	Linhagem (aves de postura)	Linhagem (aves de corte)
Canadá	Shaver	
Estados Unidos	Hy Line, Isa Babcock	Ross, Arbor Acres, Indian River, Cobb, Hubbard, Pilch e Peterson
França	Isa Brown	Isa Vedette
Alemanha	Lohmann	---
Japão	Gotto	---
Holanda	Hisex White e Hisex Brown	Euribird/Hybro
Escócia	---	Ross

Fonte: Espíndola (1996).

Como se pode observar, a maior parte das linhagens para aves de corte encontra-se nos Estados Unidos. Segundo Espíndola (1996), o Brasil remete por ano de US\$ 13 a 15 milhões a esse país, além do Canadá, França, Alemanha, Japão, Holanda e Escócia, para importação de avós. Para se ter uma idéia desse monopólio, somente a linhagem Hubbard Peterson, que é norte-americana, detinha 45% do mercado brasileiro e a Ross, de origem escocesa, de 12 a 15%, em 1991. Mesmo com a iniciativa brasileira, a partir dos anos de 1960, de investir em pesquisas de melhoramento genético e cruzamento de linhagens, quando da instalação de

filiais americanas produtoras de linhagens puras no país¹⁴². Essa iniciativa teve um recuo nos anos de 1990, com a abertura comercial, pois, com as facilidades para a importação das avós, governo e empresas começaram a reduzir investimentos em pesquisa e melhoramento genético¹⁴³, até então realizado por empresas (Granja Guanabara), universidades (Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, Viçosa/MG, Santa Maria/RS) e pela Embrapa (Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves) (ESPÍN-DOLA, 2002).

O matrizeiro

O processo de criação de matrizes e de postura de ovos que gerarão os pintinhos de um dia ocorre dentro de granjas de matrizes, sob cuidados da empresa integradora. Em Mato Grosso do Sul, apenas a Doux e a Seara possuem matrizeiros.

Na Seara são 22 galpões, localizados em Sidrolândia, sendo que quatro deles são destinados à produção de matrizes e o restante à produção de ovos que serão destinados à incubação. Ficam em uma área de 250 ha, cuidados por funcionários da própria empresa. As matrizes são da linhagem Ross, cujas avós são importadas pela Agrocerec por São Paulo.

A Doux Frangosul possui nove aviários matrizeiros¹⁴⁴. Desses, três são para recria, medindo 1.608 m², localizados em Laguna Carapã. Nesses, as avós, importadas, geram as matrizes e, após 22 semanas, essas vão para outros seis matrizeiros de produção, sendo um localizado em Rio Brilhante, com nove galpões e capacidade total para alojar 75 mil aves, e os outros, em Dourados. Um desses possui oito barracões e capacidade para 60 mil aves. O restante, para 7.800 aves. Esses menores são desenvolvidos em forma de parceria com avicultores, de propriedade pequena, em torno de 30 ha. Os demais são próprios da empresa. Embora na época da Frangosul já houvesse matrizeiros, esse sistema de parceria só foi implantado com a entrada do Grupo Doux na atividade, que trabalha com a linhagem Ross e Cobb.

142 Ainda nos anos de 1960, o governo proibiu a importação de matrizes de corte, o que fez com que as empresas passassem a importar as avós e a produzir as matrizes no país. (ALIMANDRO, PINAZZA & WEDEKIN (orgs.), 2001).

143 Segundo Espindola (2002) a interiorização da produção de avós teve início nos anos de 1960 com a instalação de filiais americanas e a proibição, pelo governo brasileiro, de importação de matrizes, através de decreto nº 55.981 de 22/04/1965. A partir de então, houve incentivo por parte do governo brasileiro em pesquisas sobre melhoramento genético, visando a maior adequação das linhagens à produção nacional. Esses investimentos, todavia, não foram suficientes para alcançar o padrão internacional, cujas linhagens puras, continuavam sendo adquiridas de fora.

144 Informações obtidas com Gerson Lazare, veterinário da empresa, em 15/08/03. Não foi permitida a visita aos matrizeiros.

É nesses matrizeiros que os ovos serão gerados para irem para a incubadora. O incubatório localiza-se no Km 03, da MS-379, ligando Dourados ao distrito de Panambi, com capacidade de 578 mil ovos férteis por semana e com 65 empregados envolvidos.

O incubatório

Segundo José Aparecido da Silva Costa, supervisor de incubatório da Avipal¹⁴⁵ (unidade de Dourados), cada matriz produz 180 ovos no seu ciclo de vida, que dura em torno de 40 a 46 semanas. A média de produção de ovos da Avipal é de 4 milhões de ovos/semana.

O incubatório é o lugar onde os ovos produzidos pelas matrizes passarão por um processo de incubação artificial até o nascimento, quando então, são destinados às granjas. Em Mato Grosso do Sul, apenas as empresas de maior porte (Avipal, Doux-Frangosul, Seara e Frango Vit) dispõem desse processo. A Avipal possui seis incubatórios, sendo quatro no Sul do país, um em Dourados e outro em Feira de Santana, na Bahia.

Segundo o supervisor de incubatório, o sistema de incubação funciona segundo certa lógica. Quando os ovos chegam ao incubatório, vão primeiramente para a sala de ovos, onde ficam em carros de incubação, com capacidade de 4.800 ovos cada, a uma temperatura de 18° C a 23° C e umidade acima de 50%, aí permanecendo, no máximo, durante seis dias.

Desta sala, são transportados e levados para a incubadora, onde permanecem por 19 dias a uma temperatura de 37,3° C. É interessante observar que esse período de incubação corresponde ao mesmo período que leva uma galinha caipira, ou seja, o capital conseguiu transformá-lo em processo artificial, mas não reduziu o tempo necessário que a ave leva para nascer.

Na Avipal são, ao todo, 30 incubatórios, com capacidade de 115.200 ovos cada. Nessa incubadora, os ovos ficam em bandejas giratórias que se movimentam a cada uma hora, para que todas as partes dos ovos recebam a mesma temperatura. O sistema de controle é todo informatizado. Após esse período de incubação, os ovos são transportados para o nascedouro, onde permanecem por dois dias, até nascerem.

Quando nascem, os pintainhos vão para a sala de sexagem, onde os funcionários da empresa (na Avipal eram doze trabalhadores) separaram o sexo da ave, o que é feito através da observação do empenamento da asa, sendo que o macho apresenta empenamento mais uniforme. Após a

145 Entrevista realizada em 26/06/03.

sexagem são levados para a sala de vacinação¹⁴⁶ automática, com injeção subcutânea na proximidade do pescoço da ave, contra doenças como gumboro e marec, além de passarem por um spray contra bronquite.

Durante todo o processo de incubação, que dura de 496 a 521 horas (ou 20,7 a 21,7 dias), o ambiente passa por rigoroso processo de higienização para evitar contaminação nos ovos, sendo que o nível de aproveitamento desses ovos gira em torno de 80%. A partir do décimo quarto dia, o supervisor consegue saber qual será a margem de aproveitamento dos ovos, sendo que a margem de erro é de 1 a 1,5%.

A Avipal, unidade de Dourados tem capacidade de incubar 126 mil ovos/dia, sendo que a quantia produzida de pintos pode diminuir a cada semana, pois tem que estar em sintonia com a demanda de mercado e o nível de mortalidade de frangos que acontece nos aviários. Diariamente, são encaminhadas essas mesmas quantias de pintos para os aviários. Os ovos dessa empresa vêm das unidades do Rio Grande do Sul e chegam em dois caminhões *trucks* - o que equivale a um milhão de ovos - quatro vezes por semana. O controle de pedido de ovos é feito semanalmente, por sistema *on-line*, quando o supervisor recebe do programador a quantidade demandada para a semana.

A unidade de Dourados não dispõe de matrizeiros, o que encarece seu custo de produção devido aos gastos com frete para trazer de Porto Alegre-RS, pois se gasta em torno de R\$ 12,34 para cada mil ovos transportados. Mesmo assim, a economia que se faz com a produção na avicultura propriamente dita, acaba compensando para a empresa. Segundo o supervisor, Dourados tem um dos melhores índices zootécnicos do Brasil, que seria a conversão alimentar, ou seja, o frango obtém um maior ganho de peso, com menor consumo de ração e menor índice de mortalidade.

Esse sistema de controle da produção de ovos assemelha-se muito ao *just-in-time*, no qual se produz de acordo com a demanda, ou seja, não “sobram” ovos, pintinhos ou frangos nesse sistema de produção.

O sistema de criação do frango: a avicultura

O sistema de criação do frango, conforme já apontado anteriormente, consiste na entrega de pintos de um dia para avicultores integrados à empresa integradora, que cuidam do frango até atingir a idade de abate, normalmente em torno de 42 a 45 dias.

146 O nome das vacinas eram MD – Lio Vac + Bursine 2 TC e Mass, da empresa Fort Dodge.

Nesse modelo, os avicultores realizam um contrato com a empresa, denominada por esta de parceria¹⁴⁷, onde é feita uma série de exigências. De um modo geral, os compromissos assumidos no contrato entre avicultores e empresa são semelhantes: o avicultor entra na condição de fiel depositário dos produtos da empresa, como ração e pintos, além de arcar com a infra-estrutura e custos de manutenção nos cuidados do frango. Assim, para entrarem na atividade, precisam construir um barracão adequado às normas da empresa (na época da Cooagri era de 12 X 104 m, com um custo médio de US\$ 35.000,00 e capacidade média de 12 a 13 mil frangos, em 1995); possuir uma propriedade e responsabilizar-se por cuidar das aves de corte, durante a sua fase de desenvolvimento, respondendo pelos prejuízos que vierem a ocorrer; responsabilizar-se em custear a cama do aviário, consumo de energia, água, gás, manutenções, seguros, vacinas, medicamentos, desinfetantes, incidências tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, e todos os materiais spendidos na parceria (MIZUSAKI, 1996).

A empresa, por sua vez, responsabilizava-se por fornecer os pintos de um dia, ração, assistência técnica, vender os medicamentos, desinfetantes, vitaminas e remunerar o integrado. Alguns detalhes, como prazo para pagamento, variam de acordo com a empresa. No contrato de parceria da Cooagri, a Cooperativa responsabilizava-se em remunerar os avicultores no prazo máximo de 8 dias após o abate do lote. No caso da Frandelle, o prazo para pagamento era de 15 dias, devendo ainda, o avicultor vender a cama do aviário para a empresa, a preço de mercado. Já a Seara não estabelecia, em seu contrato, o prazo para pagamento; exigia um nível de produtividade, sob pena de ter o contrato rescindido; em caso de o barracão de aves ser financiado, o repasse do pagamento é feito diretamente no Banco do Brasil, onde já fica retida a parcela referente ao financiamento; nesse caso, a Seara também se obriga a manter a parceria enquanto perdurar o financiamento; a empresa entra como avalista do financiamento no Banco do Brasil, mas é feito um contrato paralelo com o avicultor, de promessa de cessão de posse da propriedade, em caso de

147 Em nossa dissertação de mestrado, já questionamos o caráter desse sistema de parceria (MIZUSAKI, 1996). Reforçamos ainda, que, na parceria, segundo o Código Civil brasileiro (art. 1.410): “Dá-se parceria agrícola, quando uma pessoa cede um prédio a outra, para ser por esta cultivado, repartindo-se os frutos entre as duas, na proporção que estipularem”. Primeiramente, cabe destacar que repartir os frutos implica pagamento em produto e não em dinheiro. Uma outra questão a ressaltar é que na parceria, a terra cedida é cultivada não pelo proprietário, mas pelo parceiro, o que não acontece na avicultura. Nessa atividade, além de “ceder” a terra, essa é desenvolvida pelo próprio proprietário, sendo que os riscos ficam sob sua inteira responsabilidade. O sistema de remuneração, por sua vez, é determinado apenas pela empresa, através de um sistema que nenhum avicultor entende exatamente como funciona, ou seja, as regras não ficam muito claras. Não conseguimos obter, em nenhuma empresa, essa tabela de remuneração.

inadimplência com o Banco. Não tivemos acesso a contratos de outras empresas.

Esse modelo de integração é semelhante ao adotado pelas empresas do Sul do país, como o sistema de remuneração por produtividade, baseado no fator de eficiência (na COOAGRI, conhecido como FEEP e na Sadia IEE), integração baseada na mão-de-obra familiar; incentivo à diversificação; número de frangos alojados (12 mil); contrato de parceria, que apesar de ser apenas verbal no caso da Sadia, e formal na COOAGRI, implicam regras semelhantes:

Segundo informações fornecidas pela COOAGRI, para desenvolver a avicultura, foi traçado inicialmente um perfil considerado “ideal” para esta atividade, que seria: ter mão-de-obra familiar; ser cooperado; morar na propriedade; ter acesso à energia elétrica e água. Esta discussão teve início por volta de 1987, quando foi feita uma lista com mais ou menos 200 produtores interessados. Foram selecionados 70, que preenchiam esses requisitos. (MIZUSAKI, 1996, p. 109).

No Mato Grosso do Sul, a localização das indústrias abatedoras de aves reflete, dessa forma, relação com uma estrutura fundiária menos concentrada, junto a antigas áreas de colonização ou assentamentos.

O abatedouro da COOAGRI foi, assim, conforme já demonstrado em nossa dissertação (MIZUSAKI, 1996), estrategicamente localizado no município de Dourados, para atender à demanda dos cooperados, considerados “pequenos produtores familiares”, que se concentravam na região. A herança fundiária estruturada (e reestruturada) a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados; da Colônia Municipal (onde atualmente localiza-se o município de Itaporã) e de outras colônias particulares, criava as condições, segundo a Cooperativa, para a implantação da avicultura em escala industrial. Na época, uma outra indústria da Cooperativa, a fábrica de processamento de milho (para fabricação de quirela, canjica, canjiquinha, fubá mimoso, germem de trigo, fubá italiano e glits) foi instalada no município de Maracaju (a 120 km de Dourados), para atender aos cooperados considerados grandes produtores, que se concentravam nesta região.

Também no caso da antiga empresa Piratini Alimentos S/A, encontramos as mesmas estratégias de integração:

Então em 87 nós começamos a pesquisar, a viajar em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, onde se tem avicultura mais moderna do Brasil, (...) A idéia é distribuir [os barracões] entre pequenos produtores um pouco longe do outro. Se tem um problema, o problema é localizado, se dá uma doença dá naquele lugar, não dá no outro como eu citei, numa fazenda só. O problema da mão-de-obra, o capricho do cara cuidar, ele vai cuidar porque é impor-

tante pra ele, é mais importante a mão-de-obra familiar, normalmente o filho do cara cuida, o parente ou empregado cuida, mas ele tá em cima. (entrevista realizada com o presidente da empresa, [s.d.]. In: Lomba, Valente & Silva (1994, p. 1-2, anexo VI))

Observe-se que a referência do presidente dessa empresa para o sistema de integração era o Sul, principalmente as grandes empresas de lá. Ao justificar a escolha pelo “pequeno produtor”, destaca os problemas sanitários de se trabalhar em uma grande propriedade e as vantagens em se utilizar a mão-de-obra familiar. No município de Caarapó, onde se instalou a Piratini Alimentos, foram criadas colônias particulares (glebas Carapozinho, Engenho Velho, Conchita-Cuê, Saydju, Cristalina, Café Porã, Liberal e São Lourenço) no período de 1950 e 1965 - loteadas por Jeremias Lunardelli e Ariosto da Riva – que contribuíram para a presença de pequenas propriedades na região¹⁴⁸. Os barracões de aves eram manuais, medindo de 12 x 100 metros ou 12 x 50, com estrutura de madeira e cobertura de eternit ou telha de barro. A capacidade de alojamento era de 13 mil frangos, como na Cooagri.

Também na Frango Vit, a localização desse abatedouro no distrito industrial do município de Campo Grande reflete a proximidade com localidades que possuem pequenas propriedades, como no município de Terenos. A presença de colônias, como as Colônias Nova e Velha e o assentamento rural de Campo Verde, confere ao município uma estrutura fundiária com predomínio de pequenas propriedades. Nesse município, onde se concentram os integrados àquela empresa, os avicultores possuíam, em sua maioria, até 1997, estabelecimentos inferiores a 50 ha. Predominavam barracões manuais e semi-automáticos (COSTA, 1998).

O abatedouro Frandelle, de Itaquiraí, também tem como prioridade a mão-de-obra familiar, utilizando-se do trabalho de moradores do assentamento rural localizado no mesmo município.

O antigo abatedouro de aves Agroeliane, situado em Sidrolândia, também teve sua localização influenciada pela existência de uma estrutura fundiária menos concentrada, com a presença de mão-de-obra familiar (REIS, 1996). Os barracões mediam inicialmente de 100 X 12 metros, com capacidade para alojar 13 mil frangos. É nesse município que se concentra o maior número de avicultores.

Com tal estratégia, o capital avícola expandiu-se no Estado com a perspectiva de priorizar a agricultura familiar, conforme declarações obtidas na época junto às empresas, como a COOAGRI, a Piratini, a Agroeliane e a Frango Vit.

148 Apesar de os minifúndios ocuparem apenas 3,8% da área rural, representavam 42% dos imóveis (LOMBA, VALENTE & SILVA, 1994).

Com base nas informações sobre o sistema de integração dessas empresas, podemos observar que existia, de um modo geral, uma característica comum entre elas, em relação às situações sociais encontradas, em especial no que diz respeito ao perfil do avicultor, à capacidade produtiva dos barracões de aves, que eram manuais, semi-automáticos ou automáticos e à capacidade para alojar, de 12 a 13 mil frangos.

Todavia, após a entrada das empresas de maior porte no Estado, verificamos que houve um processo de reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul, acentuando a entrada de novas categorias de produtores, introduzindo assim, novas relações de trabalho e de produção na atividade avícola. Contudo, esse processo não deve ser analisado como movimento unilateral e linear, mas sim, contraditório, conforme demonstraremos a seguir.

Esse processo de reestruturação produtiva que vem ocorrendo nas indústrias de frangos não é restrito ao Mato Grosso do Sul, pois ao que tudo indica, parece ser uma tendência de algumas empresas de maior porte estabelecer um novo padrão de produção na avicultura.

Lamentavelmente, a reestruturação produtiva na avicultura não tem recebido muito a atenção de estudiosos, obstaculizando o estabelecimento de uma análise comparativa dessas mudanças em outras regiões do país, na medida em que se tratam de estudos pouco aprofundados, o que dificulta dimensionarmos o real impacto dessas mudanças nas unidades produtivas até então existentes. Para exemplificar, podemos citar o fato de que em Concórdia/SC, a introdução efetiva de aviários climatizados poderia provocar, segundo a Embrapa Suínos e Aves, a saída de 30 a 40% dos atuais produtores integrados, devido ao elevado custo em investimento (ARANA, 2001, p. 66). Entretanto, nas breves citações que pudemos encontrar, já podemos verificar que o processo trata de uma tendência, em certas indústrias.

Ao que indicam os trabalhos de Espíndola (1996 e 2002a e b) e Azevedo (1993), essas mudanças também vêm ocorrendo no Sul do país. O primeiro autor afirma, inclusive, que algumas empresas já vêm investindo na produção própria de frangos em algumas de suas filiais (ESPÍNDOLA, 1996). Cita como exemplos a Sadia, que vem investindo no município de Campo Verde (MT); o Grupo Chapecó, que possui 140 aviários próprios em Santa Catarina; a Frangosul, no Rio Grande do Sul; a Perdigão, que construiu uma granja com capacidade para 360 mil aves (são doze núcleos com cinco aviários cada e área de 96.600 m²); o Grupo Macedo-Koerich de Santa Catarina, que abate 100% da produção própria em São José; cita também a Varig Agropecuária, com projetos em Santarém, no Pará; a Boricupu, no Maranhão. Baseado em

entrevistas realizadas, o autor explica que as razões para o avanço desse processo dever-se-iam basicamente a três fatores: excesso de oferta de animais nos grupos Perdigão, Sadia e Chapecó, que foram obrigados a investir na criação de granjas-matrizes e no melhoramento genético dos plantéis; o alto custo de manutenção do sistema de integração, que exige capital de giro elevado para financiamento e compra da matéria-prima; mudanças ocorridas na produção de aves e suínos em nível mundial, obrigando as empresas a aumentarem sua produtividade (ESPÍNDOLA, 1996, p. 126-7).

Como outro indicativo de mudança no sistema de integração em outras regiões esse autor cita o Projeto XXI da Sadia, no oeste catarinense. Esse projeto foi criado em 1988, com vistas a realizar experimentos com produtores rurais de área mínima de 20 ha, visando a transformar o integrado em empresário. O proprietário dessa empresa deveria fabricar suas próprias rações, ter um computador ligado à produção, produzir todo o insumo necessário, utilizando trabalho assalariado e familiar. A implantação desse novo modelo já teria sido esboçado nos anos de 1970, logo quando essas empresas catarinenses começaram a buscar empreendimentos ligados ao campo e também “... *a partir do momento em que muitos médicos, advogados e demais capitais urbanos passaram a direcionar investimentos para as áreas rurais.*” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 112). A respeito da representatividade desse tipo de mão-de-obra na Sadia, esse autor comenta:

... atualmente, três são as fontes de fornecimento de animais para as unidades produtivas: sistema de integração, cerca de 70% da matéria-prima; empresas rurais, cerca de 20% e fazendas agropastoris próprias com 10%. (ESPÍNDOLA, 1996, p. 136)

É necessário destacar que esse autor teve como propósito, em seus trabalhos, analisar as estratégias empresariais das agroindústrias catarinenses, e, nesse viés teórico, as relações de trabalho na avicultura não foram analisadas com profundidade, o que nos leva a relativizar essas informações. Uma das observações a serem feitas é em relação à forma como Espíndola classificou esses produtores. O autor não esclarece se os 70% do sistema de integração são exclusivamente de produtores familiares e quais os critérios utilizados para tal argumentação, uma vez que o trabalho não indica a fonte desses dados. Por outro lado, o que o autor denomina de empresários rurais, podem ser tanto advogados, médicos, quanto produtores rurais com mão-de-obra familiar, o que entendemos, apresentam conteúdos sociais diferenciados para serem enquadrados na mesma categoria de produtores.

Um outro exemplo de um novo modelo de integração é o Projeto Buriti, da Perdigão, implementado em Rio Verde, Estado de Goiás, a partir de 1998. Nesse modelo, a empresa vem buscando integrar produtores considerados médios e grandes¹⁴⁹, com maior capacidade para obtenção de recursos. Além dessa, suas principais características são: barracões climatizados com capacidade para 25 mil aves; padronização da base técnica; uso predominante da mão-de-obra assalariada nos aviários; localização das indústrias abatedoras em função da presença desse novo perfil de avicultores; incentivos fiscais e matéria-prima abundante (milho e soja). (FERNANDES FILHO & QUEIROZ, [s.d.]).

O abatedouro de aves da região de Palotina/PR, inaugurado em outubro de 1997 pela Cooperativa Agrícola Vale do Piriqui (Coopervale), denominada Frigorífico C-Vale, também apresenta características diferenciadas. A empresa possui matrizeiro, incubadora de ovos, fábrica de ração, e 118 aviários, sendo 76,3% deles climatizados, com capacidade para alojar 25 mil frangos. Algumas unidades funcionam em sistema de parceria. Estavam em construção mais 150 aviários para ficarem com 225 integrados¹⁵⁰.

Uma breve observação sobre essas novas mudanças também já foi feita por Helfand & Rezende (1998) quando, ao apontarem uma das causas para o deslocamento da indústria de carnes para o Centro-Oeste, colocam a possibilidade de construção de mega-abatedouros com grandes criadores de animais, como forma de reduzir custos de logística. Citam também, como exemplo, o caso de Rio Verde, para evidenciar essa nova tendência. Afirmam que os pequenos agricultores do Sul agora são vistos como obstáculos ao crescimento e às estratégias de redução de custos dessas indústrias.

As causas dessas mudanças têm sido atribuídas ao novo padrão de concorrência que tem se desenhado no país, já a partir do final dos anos de 1980 e se efetivado no governo de Fernando Henrique Cardoso, de liberalização econômica. Ao se acentuar a competitividade entre as megaempresas, estas passaram a se voltar para redução de custos:

Ao mesmo tempo em que procuram adotar novos processos produtivos industriais e novas formas de comercialização mais eficientes, procuram ter acesso a matéria-prima (ave viva) mais barata, ter acesso a insumos a serem utilizados na produção de aves a custo menor (milho e soja), ter menor custo

149 Como os estudos sobre a avicultura não costumam ser analisados na perspectiva das relações de classe, não foi possível identificarmos, exatamente, a que tipos de categorias de produtores os autores faziam referência. Optamos, dessa forma, por reproduzir os conceitos de médio e grande produtor utilizado por esses autores.

150 Gazeta Mercantil. Balanço Anual 1999, p. 14. A matéria não prestava maiores esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema de parceria.

para colocar o produto no mercado. Assim, a integradora busca o aumento de competitividade via redução de custos de transação; via redução no custo de produção de aves; via redução do custo de logística, entre outros. (FERNANDES FILHO & QUEIROZ, [s.d.], p. 6).

Os motivos levantados por esses autores também vêm ao encontro das idéias de Helfand & Rezende (1998), ou seja, a questão da redução dos custos tem sido considerada um fator determinante nesse processo.

Algumas observações pudemos retirar desses estudos. Todos os autores levantados, além de não aprofundarem a questão (até por não ser esse o objeto de seu estudo), citaram como exemplo projetos localizados, que foram implementados já com o propósito de se introduzir um novo modelo de integração, que os distinguiria do modelo já implementado no Sul do país. Porém, o que temos observado na avicultura em Mato Grosso do Sul nos indica que, aí, as transformações ocorridas na avicultura diante dessa nova conjuntura econômica, colocam o Estado em uma área de interface entre os antigos modelos do Sul e os que vêm sendo implementados recentemente, principalmente mais ao norte do país, nos Estados de Goiás e de Mato Grosso, bem como, os novos modelos implementados no Sul.

Em Mato Grosso do Sul, conforme já visto anteriormente, o modelo de integração adotado inicialmente foi o do Sul do país, onde se priorizava a produção familiar. Contudo, a partir de meados dos anos de 1990, especialmente após a vinda das empresas de maior porte para o Estado, já inseridas nesse novo padrão de concorrência, agora mundializado, ocorreram mudanças nas relações de trabalho e de produção entre empresa integradora e integrado, provocando uma reestruturação produtiva a partir das condições territoriais pré-existentes.

Essas transformações ocorreram em duas frentes. A primeira caracterizou-se por mudanças no interior dos aviários já existentes, através da introdução de maior quantidade de equipamentos no barracão, como comedouros, bebedouros, ventiladores; substituição de aquecedores a gás por aquecedores à lenha; melhoria no sistema de forração do galpão, através da introdução de bandôs; forração do teto com lona, auxiliando num melhor controle da temperatura e permitindo um maior alojamento de frangos por barracão e, conseqüentemente, aumentando a sua produtividade. Se anteriormente a capacidade média de alojamento de um barracão era de 12 a 13 mil frangos, essa capacidade passou para 16 a 22 mil, dependendo da quantidade e do tipo de equipamentos.

Essas mudanças foram sendo introduzidas aos poucos, após a compra das empresas anteriores. Para a adequação da nova estrutura, uma vez que não possuíam recursos para tal, os avicultores normalmente tinham que realizar outro financiamento no banco. As inovações, segundo

alguns avicultores, constituíam uma exigência da própria empresa, sob pena de não se ter o alojamento de pintos no próximo lote.

Uma outra mudança ocorreu em relação ao tipo de aviário. Quando a avicultura em escala industrial se expandiu no Estado, os aviários eram manuais, semi-automáticos e automáticos. Com a disseminação de novas técnicas de produção de aves, foram introduzidos, novos tipos de aviários, que têm sido classificados de acordo com o seu padrão tecnológico. Existem atualmente três tipos de aviários no Estado. Os **convencionais** são de tamanho variado, normalmente de 100 m de comprimento por 12 m de largura. O sistema de alimentação e tratamento é manual ou automático; as campânulas de gás para aquecimento são manuais; os bebedouros são do tipo *nippe* ou pendulares; o sistema de refrigeração é feito através de ventiladores; o nebulizador é manual; os silos internos de madeira; a capacidade de alojar frangos é de até 10,8 aves por m². Os **semi-climatizados** possuem geralmente 125 m por 12 m de largura e capacidade de 14,5 aves por m². O sistema de climatização do ambiente é mais sofisticado que o convencional devido à total cobertura com lona do teto e das laterais do aviário. O sistema de nebulização é acionado manualmente e o de ventilação se dá através do uso de ventiladores. Geralmente o sistema de alimentação é automático, bem como o silo de carga e descarga; o aquecimento a gás ou à lenha. Por fim, temos os **climatizados**, com 125 m de comprimento por 12 de largura e capacidade para 17 aves por m². A estrutura do aviário é de concreto e totalmente fechada por cortinas especiais que evitam absorção de calor. O sistema de climatização do ambiente é feito da seguinte maneira: o ar entra por uma das laterais do aviário, onde se encontram placas, denominadas de *ped cooler*, que fazem com que o ar entre úmido dentro do aviário. O ar interior é constantemente renovado, pois é sugado para fora através de exaustores, que substituem os ventiladores. A temperatura é controlada através de um painel de controle, que pode ser automático ou manual. Normalmente o sistema de alimentação é automático. Segundo informações fornecidas por alguns avicultores, nesse tipo de aviário o ambiente interno é totalmente controlável, por isso não sofre a interferência das condições climáticas.

Além da introdução de mudança técnica no interior dos aviários existentes, houve também um aumento do número de aviários e integrados, evidenciando que as empresas estão com uma política de investimento em produtividade. Essa política de expansão obedeceu a características diferenciadas entre as empresas, e mesmo no interior de cada empresa, não ocorreu de maneira uniforme.

No caso da Avipal que, na época da aquisição da Cooagri estava mais voltada para o mercado interno, o mecanismo de expansão se deu por meio da introdução de mudanças no interior dos aviários e do aumento do número de integrados. No primeiro caso (Quadro 11), houve o aumento do tamanho do barracão (que era de 100 x 12 m) para 125 x 12 metros, significando uma ampliação de 300 metros. Houve, também, a introdução de um maior número de bebedouros, comedouros, ventiladores, que, juntamente com o aumento do barracão, permitiu acrescentar entre 23 e 33% a capacidade de alojamento dos frangos, e assim, a produtividade do barracão. Segundo o gerente administrativo da Avipal¹⁵¹, até meados de 2003, 60% dos aviários integrados à empresa eram automáticos (com bebedouros tipo *nippe*, de 15 a 20% e pendular) e o restante era manual.

Quadro 11 – AVIPAL:
exemplo de inovações ocorridas em aviário semi-automático

Equipamentos	1995 - Cooagri		1998 - Avipal	
	Quantidade	Capacidade de alojamento	Quantidade	Capacidade de alojamento
Bebedouros	150	12 a 13.000 frangos	225	16.000 frangos
Comedouro tubular manual	150 pratos		250 pratos	
Nebulizador	99 aspersores		O mesmo	
Ventiladores	10		16	
Cortinas	Apenas nas laterais		+ bandô, forração no teto	
Aquecedor	a gás		a lenha	

Fonte: Entrevista com avicultores, 2003.

A introdução do aquecedor central à lenha, de modelos variados, possibilitou a redução de custos de manutenção, na medida em que substituiu o consumo do gás. Segundo informações obtidas de um avicultor, enquanto o aquecimento a gás acrescentava um gasto de R\$ 700,00/lote no inverno, com o aquecedor à lenha gastava-se R\$ 150,00/lote.

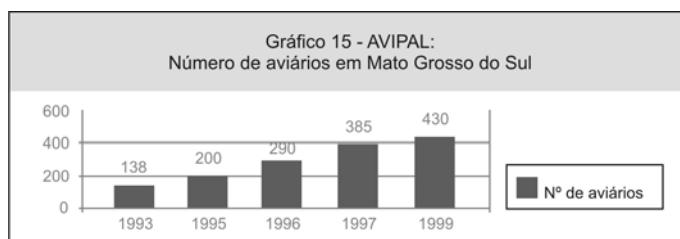
Segundo Adilson Gomes Júnior¹⁵², zootecnista do Banco do Brasil, da agência de Dourados, aproximadamente 80% dos aviários da Avipal e da Frangosul já eram semi-climatizados, sendo o restante convencional.

Em relação ao número de barracões, entre 1995 e 1999 houve um aumento de 211% do número de barracões na Avipal (Gráfico 15). Porém, o preço elevado do barracão e a carência de recursos públicos face à demanda têm levado as empresas a se colocarem como avalistas, inclusive, financiando com recursos próprios os barracões. No caso da Avipal, a empresa tem aberto a possibilidade de construção de barracões com tama-

151 Informação obtida em entrevista realizada em 26/06/03.

152 Entrevista realizada em 14/07/03.

no menor, para aumento futuro¹⁵³ e em novembro de 1996, por exemplo, anunciou a injeção de R\$ 8,7 milhões na construção de barracões¹⁵⁴.



Fonte: Diário do Povo (27/11/96; 28/08/97; 23/06/99); Mizusaki (1996).

Na Doux Frangosul, à semelhança do que ocorreu na Avipal, também verificamos o aumento de produtividade dos aviários em razão da introdução de maior número de equipamentos, como bebedouros e comedouros, mudança no sistema de aquecimento e forração. A capacidade de alojamento também aumentou na mesma proporção, passando de 12 para 16 mil frangos. No Quadro 12, observamos que as mudanças começaram a ocorrer aproximadamente no mesmo período, entre 1997 e 1998, quando a empresa ainda pertencia à Frangosul.

Quadro 12 – Doux Frangosul:
exemplo de inovações ocorridas em aviário semi-automático

Equipamentos	1995		1998	
	Quantidade	Capacidade de alojamento	Quantidade	Capacidade de alojamento
Bebedouros	120 pratos	12.000 frangos	180 pratos	16.000 frangos
Comedouros	2 linhas		3 linhas	
Ventiladores	08		12	
Cortinas	nas laterais		+ bandô	
Aquecedor	a gás		a lenha	

Fonte: Entrevista com avicultores, 2003.

Nesse novo padrão de concorrência, as empresas de menor porte também incorporaram essas mudanças. Na Frango Vit (Quadro 13) as inovações, da mesma forma, se deram no interior dos galpões, sendo que nesse caso, a capacidade de alojamento variava entre 16 e 22 mil frangos. São galpões de tamanho em torno de 120 x 10 metros.

153 Ver: Diário do Povo, 29/07/96; 27/11/96; 18/10/96; 16/04/97; 28/08/97.

154 Diário do Povo, 27/11/96.

Quadro 13 – Frango Vít: exemplo de inovações em aviário

Equipamentos	1995		1998	
	Quantidade	Capacidade de alojamento	Quantidade	Capacidade de alojamento
Bebedouros	130 (manual)	12.000 frangos	3 linhas (autom.)	15.000 frangos
Ventiladores	9		16	
Cortinas	Nas laterais		+ bando, forro no teto, cortina dupla nas laterais	
Aquecedor	a gás		A lenha	

Fonte: Entrevista com avicultor, 12/07/03.

Na Frango Ouro, o tamanho do barracão também é de, aproximadamente, 10 x 120 metros, com capacidade inicial de alojar 13 mil frangos. A cama do aviário é trocada a cada lote, sendo tomados todos os cuidados sanitários para o desenvolvimento da atividade. A maioria das propriedades, segundo informações do técnico da empresa, é constituída por pequenas áreas, variando de 04 a 10 ha, o que poderia parecer um indício de que predomina a mão-de-obra familiar na atividade, ou então poderia se generalizar denominando seus integrantes de “pequenos produtores”. As inovações também foram introduzidas nesses aviários, sendo que inicialmente, segundo um avicultor entrevistado, sua capacidade foi aumentada para 16 mil aves e, posteriormente, para 25 mil (Quadro 14). Na época da realização das entrevistas (janeiro/2002), os aquecedores à lenha estavam começando a ser implantados.

Quadro 14 – Frango Ouro: exemplo de inovações em aviários

Equipamentos	1995		1998	
	Quantidade	Capacidade de alojamento	Quantidade	Capacidade de alojamento
Bebedouros	120	12.000 frangos	240	25.000 frangos
Comedouro	2 linhas		3 linhas	
Nebulizador	3 linhas		5 linhas	
Ventiladores	8		24	
Cortinas	Nas laterais		+ forro no teto e cobertura total nas laterais	
Aquecedor	a gás		a gás*	
Capacidade do silo	12 toneladas		15 toneladas	

Fonte: Entrevista com avicultores, janeiro/2002.

* Já estava pensando em implantar aquecedor à lenha.

Pudemos verificar essas mudanças também no sistema de integração da Frandelle, de Itaquiraí. A partir de dezembro de 2002, os aviários tiveram sua capacidade ampliada de 10 para 15 mil aves.

Na Seara Alimentos, verificamos que ocorreram os dois tipos de inovação, anteriormente mencionados, no sistema de criação de aves. Além de introduzir a mudança no interior dos aviários existentes, conforme ilustra a Quadro 15, a Empresa tem buscado também, a introdução de um novo modelo de barracões, climatizados e semi-climatizados, com

maior capacidade de alojamento e também, com maior número de aviários por propriedade. Os aviários climatizados, construídos com a finalidade já citada, foram introduzidos recentemente.

Quadro 15 – Seara Alimentos:
exemplo de mudanças no interior dos aviários manuais para semi-climatizados

Equipamentos	1996 - Ceval		1998	
	Quantidade	Capacidade de alojamento	Quantidade	Capacidade de alojamento
Bebedouros	120	13 mil frangos	4 linhas	22 mil frangos
Comedouro	320		3 linhas	
Ventiladores	9		18	
Cortinas	Nas laterais		Forração no teto e laterais	
Aquecedor	a gás		a lenha	

Fonte: Entrevista com avicultores, 11/07/03.

Dessa forma, tem se verificado o aumento da produtividade dos barracões através da melhoria do sistema de controle da temperatura e abastecimento do frango, bem como da climatização do ambiente no interior do aviário. Em junho de 1999, segundo o presidente da Associação dos Avicultores de Dourados, Alberto Alves dos Santos, havia 1.068 aviários no Estado, sendo que desse total, 30% já teriam capacidade para abater 25 mil aves por lote¹⁵⁵.

A introdução de aviários aquecidos à lenha e também a demanda das indústrias estavam provocando novas rearticulações no Estado, pois alguns avicultores já começavam a plantar eucalipto para abastecer seus aviários e/ou a indústria abatedora. A Seara estava fornecendo mudas de eucalipto, com promessa de compra dos avicultores que as plantassem.

Em Aparecida do Taboado, encontramos um outro tipo de aviário, que se encontrava em fase de experimentação em uma propriedade integrada à Frango Ouro (Quadro 16). Esse barracão tinha estruturas e vigas de concreto, telhado de zinco forrado com isopor e papel alumínio, para um melhor controle da temperatura interna. Possuía três divisórias internas de ferro e madeira, para evitar adensamento do frango. A capacidade de alojamento era de 30.200 cabeças.

155 Conforme entrevista dada ao *Jornal O Progresso* (25/06/99). Embora os dados não confirmem com os obtidos no IAGRO, conforme Tabela 27, dão-nos um indicativo do impacto dessas mudanças na avicultura em Mato Grosso do Sul.

Quadro 16 – Frango Ouro:
aviário em fase de experiência

Equipamentos	2001	
	Quantidade	Capacidade de alojamento
Bebedouros tipo nipple	6 linhas	30.200 frangos
Comedouro	3 linhas, com 120 comedouros/linha	
Nebulizador	5 linhas	
Ventiladores	26	
Cortinas	De lona, convencionais, + forro de isopor e papel alumínio	

Fonte: Pesquisa de campo, setembro/2002..

Um dos mecanismos de divulgação dessa nova tecnologia no sul do Estado se deu em 1997, através da empresa Avemarau que, juntamente com técnicos da Frangosul, divulgou aos produtores o novo sistema de automação dos barracões de aves, que, segundo a empresa, aumentaria em 25% a capacidade de produção. Assim comentava a matéria divulgada na época:

Segundo o empresário do ramo, Rozauro Guerreiro dos Anjos, o mercado internacional já está utilizando esse sistema. No Brasil, a Sadia é uma das empresas que mais está investindo. Pelo menos 80% dos aviários já estão automatizados. Em Dourados, a tecnologia está chegando agora. (...) A possibilidade de poder aumentar em até 25% a produção em um mesmo alojamento e ainda obter maior lucratividade em curto espaço de tempo, animou os avicultores de Dourados, que se interessaram em investir no sistema, que elimina praticamente a zero a mão-de-obra humana.

Na palestra feita aos produtores, os técnicos mostraram como produzir mais e melhor no mesmo local, podendo alojar maiores densidades por m² através de controle preciso de condições ambientais, minimizando as situações estressantes, proporcionando o conforto adequado para o desenvolvimento seguro e saudável da criação¹⁵⁶.

Por meio da Tabela 23, que demonstramos a seguir, podemos ter uma idéia de como se encontra atualmente o sistema de produção dos barracões; o período em que tais mudanças começaram a se intensificar e em quais empresas tem ocorrido maior investimento tecnológico.

156 Jornal O Progresso, 30/07/97.

Tabela 23 – Estado de Mato Grosso do Sul
Aviários do sistema de integração

Números de aviários

Empresas	Convencionais		Semi-climatizados		Climatizados	
	1998	2002*	1998	2002*	1998	2002*
Frango Ouro	0	0	23	33	0	0
Frاندelle	20	23	0	1	0	0
Doux Frangosul	191	212	0	0	0	0
Avipal	409	443	22	14	1	0
Seara	169	152	37	132	14	49
Frango Vit	129	174	21	0	0	0
Total	918	1004	103	255	15	49
Empresas	Números de avicultores		Média aviários por propriedade			
	1998	2002*	1998	2002*		
Frango Ouro	18	18	1,3	1,8		
Frاندelle	20	18	1,0	1,3		
Doux Frangosul	139	145	1,4	1,5		
Avipal	316	322	1,3	1,4		
Seara	133	149	1,7	2,2		
Frango Vit	84	112	1,8	1,6		
Total	710	764	1,5	1,7		

Fonte: Iagro.

*Até maio/2002.

Podemos dizer que todas as empresas têm introduzido o aumento de produtividade nos aviários já existentes, mas a incorporação do novo padrão tecnológico tem ocorrido de forma diferenciada entre as diferentes empresas e entre os diferentes avicultores.

Ressaltamos que os dados da Avipal e da Frangosul, referentes ao ano de 2002, sinalizam para uma divergência de informações com os considerados pelo zootecnista do Banco do Brasil, agência de Dourados. Para ele, atualmente 80% dos aviários da Avipal são semi-climatizados (1º semestre/2003), índice que também se estende para a atual Doux Frangosul. Já os dados do Iagro, indicam que até maio de 2002 não havia nenhum aviário semi-climatizado integrado à Doux, sendo que na Avipal, os 22 aviários existentes em 1998, foram reduzidos para 14 em 2002, o que consideramos pouco provável, pois nos últimos cinco anos, houve apenas seis desativações de aviários nessas empresas, segundo o zootecnista (Tabela 23). Essa divergência de informações parece indicar que foram utilizados critérios diferentes para a classificação desses aviários.

Em termos de número de barracões por propriedade, a Doux tem caminhado de forma semelhante à Avipal, girando em torno de 1,4 e 1,5 aviários.

A Frango Vit, que chegou a introduzir aviários semi-climatizados e a ter um índice elevado de aviários por propriedade, ou seja, de 1,8 em 1998 (sendo o maior do Estado), tem dado preferência aos aviários convencionais, reduzindo também a média de aviários por propriedade, baixando esse índice para 1,6, em 2002. Tal situação é um indicativo de

que barracões têm sido desativados no período considerado. No município de Terenos, especificamente, esse índice era de 2,3 em julho de 1997, ou seja, havia 96 aviários para 41 avicultores¹⁵⁷.

No caso da Seara, onde o processo se deu com maior intensidade, foi significativa a mudança ocorrida entre 1998 e 2002. Em 1998, os aviários convencionais representavam 76,8% do total de 220 aviários, sendo que os semi-climatizados, 16,8%, e os climatizados, 6,4%. Já em 2002, além de o total de aviários ter aumentado em 51,4%, é possível observar que houve uma redução de 10% do número de aviários convencionais, que provavelmente foram transformados em semi-climatizados ou climatizados, ou ainda, pode ter significado a saída desse tipo de avicultor da empresa. Dessa forma, em 2002 os convencionais passaram a representar 45,6% do total de 333 barracões, os semi-climatizados, 39,6%, e os climatizados, 14,7%. O número médio de aviários por propriedade, que em 1998, era de 1,7 passou para 2,2 em 2002, sendo o maior índice em Mato Grosso do Sul. Esses dados nos dão algumas indicações das estratégias da empresa em relação ao sistema de integração. Primeiramente, com base nesses dados podemos observar que a Seara vem adotando a estratégia de colocar um maior número de barracões por propriedade, em vez de integrar maior número de avicultores.

Na Tabela 24, temos dados sobre a estrutura geral de produção da avicultura em Mato Grosso do Sul. Podemos observar que, em 1998, a Seara era a empresa que possuía melhor estrutura de produção, com matrizeiros no próprio estado (22 galpões), melhor conversão alimentar, maior peso médio por abate, maior assistência técnica, proporcionalmente ao número de aviários. Esse fato se explica pelos padrões de exigência necessários para a continuidade nos sistemas de controle de qualidade como o ISO 9002, importantes para empresas voltadas à exportação. Todavia, a maior quantidade de alojamento e abate de frangos pode ser encontrada na Avipal.

157 Embora esses dados incluíssem avicultores da Ceval, a participação da Frango Vit no total de galpões era de 71 barracões (COSTA, 1998).

Tabela 24 – Estado de Mato Grosso do Sul
Estrutura de produção de aves – 1998

Índices	Empresas						Total
	Frango Ouro	Frandelle	Frango Sul	Avipal	Seara	Frango Vit	
Nº de pintos alojados/mês	234.556	35.000	1.600.000	3.240.000	1.568.770	919.533	7.597.859
Nº de galpões de matrizes	0	0	0	0	22	0	22
Nº de matrizes	0	0	0	0	165.860	0	165.860
Peso médio do abate	2,357	2,1	2,15	2,228	2,45	2,175	2,24
Idade média ao abate	46,69	45	45,5	45,33	48,7	45,7	46,15
Conversão alimentar média	1,98	2,05	2,049	1,94	2,08	2,04	2,02
Total ração produzida/mês/ton.	1.085	147	7.400	16.500	12.532	4.300	41.964
Capacidade abate/cab/dia	12.000	2.000	76.000	122.000	75.000	35.000	322.000
Capacidade abate/mês	288.000	40.000	1.550.000	3.050.000	1.650.000	770.000	7.348.000
Fator de Eficiência Produção/ano	244	220	212	238,41	227,4	221	227,14
Nº de técnicos em agropecuária	2	1	6	8	8	2	27
Nº de médicos veterinários credenciados	1	1	2	2	3	1	10
Nº aviários	23	20	191	432	220	150	1.036
Nº avicultores integrados	18	20	139	316	133	84	710

Fonte: IAGRO

Progresso técnico e relações de trabalho na avicultura

Destacamos, no item anterior, como as transformações técnicas de produção permitiram aumentar a produtividade na avicultura sul-mato-grossense¹⁵⁸. Todavia, as mudanças no padrão técnico de produção não são neutras, ou seja, elas não podem ser analisadas descoladas do conjunto das relações, que no modo de produção capitalista, sustentam e produzem a técnica. Não podemos, igualmente, excluir a ciência, que desenvolve não somente a técnica, mas também a biotecnologia¹⁵⁹. No modo capitalista de produção, as técnicas são técnicas capitalistas de produção. No contexto da divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade, elas permitem, também, aumentar a dominação do capital sobre o trabalho e, conseqüentemente, a extração da mais-valia, tanto absoluta quanto relativa. No campo, especificamente, contribuem para diminuir as barreiras impostas pela propriedade da terra, que se ergue diante do capital

158 Inovações técnicas nessa área têm avançado significativamente. Para citarmos mais um exemplo, houve, recentemente, o lançamento de um pulverizador com motor elétrico e bomba diafragma, denominado de Road Spray, da Coopers do Brasil, utilizado na vacinação contra bronquite infecciosa e outras doenças que afetam a avicultura. Esse aparelho permite pulverizar 15 mil aves em quinze minutos, sendo quatro vezes mais rápido que o manual.

159 Vide a polêmica discussão gerada em torno dos transgênicos.

para cobrar-lhe um tributo, a renda da terra. As técnicas de produção são mediadas, portanto, pelas relações de classe, e é sob relações desiguais de trabalho e de produção que a técnica contribui para aumentar a produção da riqueza social, sendo, por conseguinte, a sua apropriação também desigual.

Verificaremos que as mudanças técnicas ocorridas no sistema de produção na avicultura criaram a possibilidade de se alterarem não somente a capacidade produtiva, mas também as relações de trabalho.

Inicialmente, a avicultura em escala industrial introduziu as relações de trabalho para dentro de um aviário, com medidas variáveis, mas normalmente de 12 por 100 metros, ritmado pelo tempo de reprodução do frango produzido em escala industrial, pelas máquinas (sistema de alimentação do frango: comedouros, bebedouros, campânulas de gás, ventiladores, nebulizadores, sistema computadorizado no caso de aviários climatizados etc.). Introduziu, também, novas relações de produção fora do aviário – com a família, com outros avicultores, com o grande capital e seus representantes, com os técnicos e veterinários que prestam a assistência técnica, com os apanhadores de frango.

Na sua relação com a atividade, o avicultor passou a vivenciar um trabalho que, embora seja considerado “leve” pelos avicultores, tem exigido deles, dedicação integral, seja durante os finais de semana, seja durante a madrugada, pois, se essa atividade não for bem administrada, qualquer mudança de tempo pode ocasionar a morte de dezenas de frangos, devido à sua fragilidade e sensibilidade que são a mudanças bruscas de temperatura. Dessa forma, não é o tempo da primeira natureza quem dita o ritmo de trabalho, mas o do frango reproduzido conforme o ritmo imposto pela biotecnologia.

A característica dessa atividade tem alterado também a relação com a família, pois “sempre tem que ficar alguém em casa”, para que não haja descuido com os frangos. Assim, o passeio com a família nos finais de semana fica prejudicado, o que só se torna possível entre a entrega de um lote e o recebimento de outro. Teoricamente, esse intervalo deveria ser de quinze dias, que é o período durante o qual o avicultor tem que esterilizar o barracão e os equipamentos e às vezes, trocar a cama do aviário. Mas, esse espaço de tempo, bem como a troca de cama do aviário, tem variado de empresa para empresa.

Entre os outros avicultores, a relação tem se dado em nível da união em torno de uma atividade econômica semelhante. Essa união, fortalecida pelas associações de avicultores existentes em todos os locais pesquisados, garante a viabilização dos interesses desses trabalhadores.

Estão organizados normalmente por bairro ou município e não por empresa. Vêm experimentando relações diferenciadas no tratamento de seus interesses, seja por haver diferentes categorias de avicultores, seja por vivenciarem experiências diferenciadas, mas também, porque passaram a se relacionar com representantes do capital industrial, sejam eles gerentes de produção, técnicos ou veterinários.

Na maioria das vezes, o papel dessas associações tem sido de resolver problemas imediatos que envolvam uma melhor racionalização do processo produtivo, como, por exemplo, reivindicar melhorias das estradas, representar os avicultores junto ao Banco do Brasil, ao poder público (local, estadual), à empresa. Em abril de 1998, as associações de avicultores integrados à Avipal, (Aviglória, Avita, Avifavi, entre outros produtores) realizaram uma ameaça de paralisação da atividade, por estarem insatisfeitos com o preço pago pelo frango, que estava deixando produtores endividados¹⁶⁰.

A união dos avicultores na associação levou-os a organizar dados sobre custo de produção, necessidades para viabilização da produção como reivindicar um novo cálculo para a empresa, experimentando, assim, novas relações de produção. Assim, lamentavam que o custo de produção realizado pelas associações, em torno de R\$ 1.400,00, estaria representando na época, 75% da remuneração média paga para o produtor, e que, possuindo também, na sua maioria, dívida com o banco, estariam ficando inviabilizados economicamente. (Jornal O Progresso, 03/04/98, Força Rural, p. 4). Reivindicavam, ainda, a manutenção do alojamento de 6,5 lotes por ano, padronização no número de aves alojadas (controlado pelas empresas de acordo com a demanda do mercado). Uma outra preocupação foi manifestada com o reequipamento dos aviários, o que endividaria ainda mais os produtores¹⁶¹.

Em fevereiro de 2001, uma paralisação foi realizada por avicultores integrados à Doux Frangosul, os quais reivindicavam melhoria na remuneração do frango e a transferência para a empresa, dos gastos com a chamada pega do frango e medicamentos das aves. Na relação com o poder público, os avicultores têm reivindicado isenção de ICMS nas contas de energia e gás, financiamentos para renovação dos aviários, renegociação das dívidas. Essas reivindicações foram apresentadas em seminário estadual sobre avicultura de corte, realizado por iniciativa da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, quando demonstraram consciência de

160 Esclarecemos que houve dificuldade na obtenção de informações relativas às manifestações dos avicultores que, por medo de represália da empresa, ficavam receosos em prestar informações.

161 Conforme notificação enviada à Avipal, em 07/05/01, pelos avicultores dos municípios de Dourados, Douradina, Itaporã, Laguna Carapã, Glória de Dourados, Fátima do Sul e Vicentina, definida em assembléia realizada em Fátima do Sul, em 30/04/01.

que a renda da terra estava sendo apropriada por outros setores da sociedade (Jornal O progresso, 25/06/99, Força Rural).

Dessa forma, podemos observar que, a sociabilidade dos avicultores camponeses vem sendo transformada, com o estreitamento das relações cidade-campo, com o processo de urbanização e acentuada com a avicultura. Marcada anteriormente por relações principalmente com a chamada primeira natureza, acentua-se cada vez mais com outros homens, com o capital, com a máquina, com ritmos de trabalho cada vez mais intensos. Nesse processo, as relações de trabalho na avicultura em Mato Grosso do Sul vêm alterando-se, criando novos personagens, muitas vezes de difícil caracterização e, territorializando-se de forma diferenciada pelo Estado.

O estranhamento gerado com todo esse novo processo de trabalho tem se aprofundado com o avanço do grande capital, a partir de meados dos anos de 1990, acentuado pela competitividade entre as empresas que, ao transferirem “inovações e estratégias empresariais” em todo o processo produtivo, têm criado mecanismos diferenciados de extração de mais-valia e renda.

Vimos que uma dessas “estratégias empresariais” tem sido a de ampliar a capacidade de alojamento dos frangos através do aumento do tamanho do barracão e de adaptações tecnológicas (aumento do número de ventiladores, nebulizadores, ou barracões climatizados). Outra, tem sido de tornar maior o número de aviários, que chegam a seis barracões em uma só propriedade. Essas estratégias de competitividade, entretanto, têm variado de empresa para empresa.

No caso da Seara, verificamos que essa empresa tem investido no aumento da capacidade de alojamento dos frangos (em torno de 21 mil, nos aviários semi-climatizados e 24 mil, nos climatizados) e no aumento do número de barracões por propriedade, estimulando o uso de tecnologias mais avançadas, como os aviários semi-climatizados e climatizados.

Para analisarmos como as mudanças técnicas ocorridas no sistema de produção na avicultura podem afetar as relações de trabalho, é necessário compreendermos, primeiramente, as características técnicas de produção impostas pelo capital industrial em cada um dos tipos de aviários existentes.

Ressalvamos inicialmente que o frango industrial, conforme já abordado anteriormente, é gerado a partir de aves geneticamente modificadas, o que permite aumentar a sua produtividade. No entanto, a forma como é produzido esse tipo de frango, torna-o extremamente sensível a agentes externos, como doenças, devido à sua baixa resistência, o que pode causar a sua morte se não lhes forem dispensados os cuidados necessários na sua criação. Num breve descuido, dezenas, centenas e até milhares de frangos podem morrer em um aviário, reduzindo o rendimen-

to do avicultor e podendo provocar o descontrole da produção na empresa. Nesse sentido, as técnicas de produção interferem significativamente no rendimento dos aviários. Contudo, o importante a destacar é que, por trás dessas técnicas, encontram-se relações de trabalho, contraditoriamente necessárias à manutenção da atividade. É o que observaremos, analisando o sistema de produção de cada um dos tipos de aviário.

Os aviários convencionais

O barracão manual ou automático, de 12 x 104 metros e capacidade para 12 mil frangos, apresenta uma estrutura simples para criação de frangos. No detalhe da Foto 2, pode-se observar que o galpão é construído em estrutura de madeira com cobertura de eternit, sendo também equipado com nebulizador, ventilador, aquecedor a gás (campânula), comedouro (manual ou automático), bebedouro manual, além de telhas, lonas plásticas, caixa d'água etc. O sistema de cortinado encontra-se apenas nas laterais.

Foto 2 – Aviário manual



Foto: Mizusaki, 24/02/2001.

Nos aviários convencionais, os manuais são os que exigem maior dedicação do avicultor. Segundo um avicultor, para obter condições ideais de produtividade nesse tipo de barracão, uma pessoa deve cuidar apenas

de um aviário. Os cuidados variam conforme o período de crescimento do frango que dura em torno de 43 dias (de pintos de um dia até o abate). Na primeira fase, a dedicação deve ser integral, pois essa fase requer muita atenção em relação à temperatura, água, alimentação e higiene. O controle da temperatura é necessário por ele exigir dos pintainhos um processo de adaptação ao clima, que deve ser mantido a uma temperatura em torno de 32,2° C, com aquecimento feito por campânulas a gás. Nessa fase, os pintainhos são acomodados em círculos com divisórias de madeira. Para cada fase são utilizadas rações específicas. Na fase inicial devem ser colocadas nos comedouros várias vezes ao dia (em uma média em torno de 250 comedouros). Segundo um avicultor, o tempo de trabalho despendido nessa fase é integral. Na fase inicial, os bebedouros necessitam ficar sempre limpos, devendo ser lavados, no mínimo, três vezes ao dia para não contaminar a água. Os comedouros devem estar sempre cheios, para não faltar ração para os pintos. Na segunda semana, a temperatura do aviário precisa ser programada para 29,4° C e na terceira e quarta para 26,7° C, quando os pintos já estão adaptados, podendo, a partir de então, ficar na temperatura ambiente, desde que ela não sofra grandes alterações.

À medida que os pintainhos vão crescendo, os círculos vão aumentando de tamanho até ficarem totalmente soltos no barracão. Na fase final, quando o frango já está com muito peso, ele exigirá novamente maior atenção do avicultor devido à elevada ingestão de produtos químicos na alimentação, o que pode provocar altos índices de mortalidade. O avicultor precisa estar sempre circulando no aviário para evitar que se amontoem e para estimulá-los a comer e beber. O frango fica tão sensível que a simples falta de água pode levá-lo ao nervosismo e à “depressão”, conforme denominados pelos avicultores.

As cortinas, aquecedores, ventiladores e nebulizadores servem como mecanismo de controle da temperatura interna do barracão em relação às mudanças climáticas. Como qualquer oscilação na temperatura pode provocar a morte de vários frangos, esse controle exige atenção constante do avicultor. No verão, com o calor, os ventiladores precisam ser ligados para manter fresco o aviário, ou então, o nebulizador, no caso de calor intenso.

As cortinas de proteção devem ficar constantemente rebaixadas nesta estação para manter o ambiente bem ventilado, a não ser em caso de ocorrerem chuvas, com ventos muito fortes, quando devem ser reerguidas, para que os frangos não se molhem. No inverno, a preocupação está em não deixar que os frangos se amontoem por causa do frio. Quando baixa a temperatura, são ligados os aquecedores a gás, que chegam a duplicar seu consumo no inverno. É importante lembrar também que esses cuidados

(erguer ou abaixar a cortina para protegê-los das condições climáticas; transitar no meio do aviário; cuidar da temperatura etc.) costumam ser realizados assim que se constata o problema, como por exemplo, mudança do tempo. Isso faz com que os avicultores sejam, às vezes, obrigados a levantar de madrugada para realizar esses cuidados, ou seja, é necessária atenção em tempo integral, embora não seja uma atividade que requeira grande esforço físico. A cama do aviário também precisa ser removida diariamente para que não se formem placas superficiais compactas, constituídas de fibras e fezes. Se expostas a um período prolongado, essas placas podem provocar necroses cutâneas e calos de peito.

Uma vez completado o seu período de desenvolvimento, é necessária a retirada dos frangos, que deve ser realizada à noite, enquanto o frango dorme, pois, assim, é possível retirá-los sem assustá-los (o susto pode provocar a morte por parada cardíaca). Nessa atividade são necessários os apanhadores de frangos (MIZUSAKI, 1996). Para se fazer a “pega do frango”, conforme é conhecida, aparecem aqui outras modalidades de trabalho, pelo fato de ser uma atividade que exige muita mão-de-obra.

Em Mato Grosso do Sul encontramos a terceirização, a contratação de diaristas e uma outra modalidade, encontrada em Terenos e levantada por Costa (1998), conhecida como “troca de dias”. A primeira se dá através de contrato com determinada empresa, utilizada por alguns avicultores para evitar problemas trabalhistas, inclusive em caso de acidente de trabalho¹⁶². Ocorre também, nesse caso, de o contrato ser apenas verbal. Na contratação de diaristas, é o próprio avicultor quem contrata trabalhadores, às vezes até vizinhos, para ajudarem a apanhar os frangos. A troca de dias é o indicativo da ajuda mútua, prática comum entre os camponeses, como forma de não ter que dispendir dinheiro nesse setor. Depois de completada a “pega”, é preciso desinfetar o barracão, retirar as sobras do silo, pois, tratando-se de ração balanceada, que varia de acordo com a idade das aves, não é possível misturar tipos diferentes. É necessário também fazer a manutenção dos equipamentos, pois sempre há alguma coisa para consertar.

A troca da cama deve ocorrer periodicamente, a cada um, dois ou três lotes, variando de empresa para empresa. Os riscos dessa não-observação estão na possibilidade de o frango adquirir doenças ou intoxicação devido à produção de amônia com a fermentação da matéria orgânica. Esse problema pode causar danos, inclusive à saúde dos próprios avicultores.

162 Ver contrato no anexo H.

Os aviários semi-climatizados

A estrutura dos aviários semi-climatizados tem variação, dependendo do ano de construção. Alguns foram readaptados de aviários convencionais, sendo que o sistema de vedação nem sempre apresenta a mesma eficiência que naqueles que foram construídos já com essa finalidade. Na Foto 3 temos a ilustração de um aviário que foi implantado recentemente.

Foto 3 – Aviário semi-climatizado

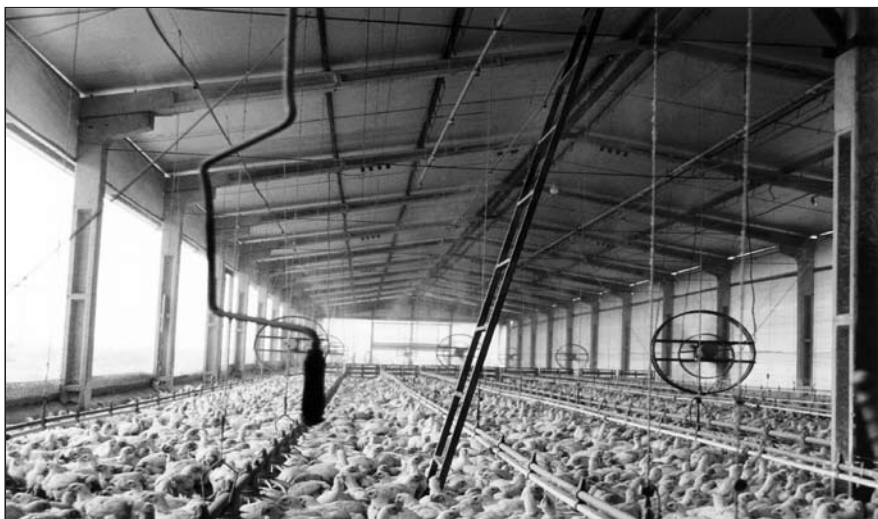


Foto: Mizusaki, 14/10/02.

Com esse sistema de climatização, o ambiente interno do aviário fica quase que totalmente livre do ambiente externo se as cortinas estiverem levantadas permitindo, assim, um melhor controle da temperatura (que pode ser manual ou automático). Esse fato tem contribuído para aumentar o alojamento de frangos em até 22 mil aves, bem como, reduzir a mortalidade. Esse tipo de aviário tem sido o mais utilizado entre os avicultores pelo fato de proporcionar maior produtividade em relação ao aviário convencional, mas sem os elevados custos de um aviário climatizado.

Os aviários climatizados

Os aviários climatizados (Fotos 4 e 5) são dotados de capacidade de comportar maior densidade de aves por barracão, comparativamente aos demais, pois chega a alojar 25 mil aves.

Foto 4 – Parte externa de aviário climatizado



Foto: Mizusaki, 14/10/02.

Nesse caso, a capacidade de controle da temperatura interna do aviário é ainda maior, pois o ar que entra independe do sistema de manejo das cortinas. Com placas de *cooler*, o aviário possui um sistema de refrigeração que injeta ar úmido para dentro do aviário, sendo que o ar de dentro é colocado para fora através de exaustores, dispensando assim, o ventilador. Na Foto 4 podemos observar, nas laterais do aviário, as placas de *ped cooler* (que aparece na foto na cor marrom escura). Na Foto 5, podemos verificar, ao fundo, os exaustores, que puxam o ar para fora. O sistema de controle da temperatura normalmente é automatizado, ou seja, a temperatura interna é dada de acordo com sua programação. Essa característica do aviário tem tornado o ambiente interno independente das condições externas de temperatura.

Foto 5 – Interior de um aviário climatizado

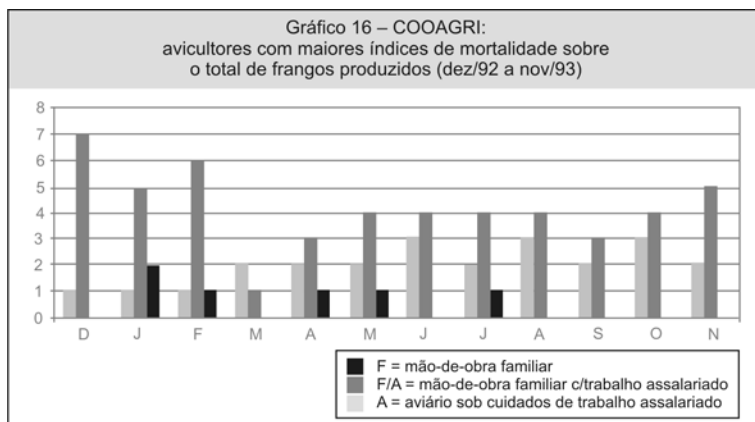


Foto: Mizusaki, 14/10/02.

Sistema de produção e relações de trabalho na avicultura

Após essa breve descrição dos sistemas de produção na avicultura, poderíamos nos perguntar: o que essas técnicas de produção têm a ver com as relações de trabalho?

Em nossa dissertação de mestrado (MIZUSAKI, 1996), demonstramos a relação existente entre o tipo de mão-de-obra utilizada na avicultura e os rendimentos obtidos pelos avicultores. Nesse contexto, as propriedades com trabalho assalariado apresentavam uma tendência a obterem maiores índices de mortalidade no aviário que as propriedades onde os frangos ficavam sob cuidado do trabalho familiar. As características da unidade de produção camponesa já foram destacadas, na época, como importantes para a manutenção dessa forma de sujeição da renda da terra ao capital. Os dados sobre os índices de mortalidade foram obtidos através da análise dos relatórios mensais da Cooagri, durante o período de um ano (dezembro/92 a novembro/93) e o tipo de mão-de-obra, obtido com ajuda dos técnicos da cooperativa. Durante esse período, fizemos um levantamento dos 10 avicultores que apresentaram os maiores índices de mortalidade, demonstrados no Gráfico 16.



Fonte: COOAGRI, 1994 apud Mizusaki (1996).

Quadro 17 – Temperatura média no período de Dez/92 a Nov/93

Mês	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	TM
T	25,8	25,9	23,8	24,7	23,3	19,6	17,4	16,8	18,4	21,5	24	25,2	22,2

Fonte: UEPAE/ EMBRAPA, Dourados, 1995

Os índices de mortalidade dos frangos, dentre os dez mais elevados durante o período, oscilaram entre um mínimo de 5,21% do total produzido a um máximo de 24,31%, totalizando uma média de 9,5%¹⁶³. Esse índice pode ser considerado muito elevado, se comparado aos padrões atuais de 1 a 5%. Uma questão relevante é o predomínio de maior mortalidade de frangos entre os aviários onde havia o trabalho assalariado. No verão, com o excesso de calor e chuvas, o sistema de manejo se torna mais rigoroso, como ligar o ventilador e o sistema de nebulização, levantar e abaixar as cortinas, mesmo que de madrugada, quando necessário. É interessante observar que, nesse período, o índice de mortalidade é bem maior nas propriedades com trabalho assalariado. Já no inverno, com temperaturas mais amenas, ocorre o inverso, ou seja, reduz-se o índice de mortalidade de frangos presente no trabalho assalariado e aumenta a participação da mão-de-obra familiar. Contudo, o índice de mortalidade detectado neste último é inferior ao do trabalho assalariado. Essa lógica inversa do campesinato, de aumentar o índice de mortalidade no inverno, sugere que, conforme avaliação de Chayanov (1974) a respeito do balanço que o camponês faz entre trabalho e consumo, no inverno, pelo rigor da temperatura, se dispensem menos cuidados com o aviário do que no

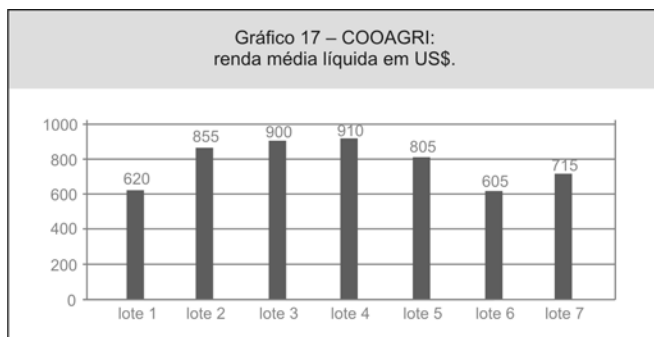
¹⁶³ Para a obtenção desse índice, somamos primeiramente as médias de cada mês e dividimos pelo número de meses considerado.

verão, lógica essa que não segue nas propriedades com trabalho assalariado.

Outro dado observado na época foi a relativa influência das condições de temperatura durante o ano, em relação aos rendimentos dos avicultores (Gráfico 17). As informações foram obtidas por Shiki (1994), por meio de entrevistas junto a 20 avicultores.

Com a introdução dos aviários climatizados e semi-climatizados, podemos observar que essa dependência da avicultura em relação às condições climáticas acaba sendo, de certa forma, eliminada, principalmente em relação aos aviários climatizados.

A questão relevante desse processo, que podemos destacar, é o fato de que a introdução dessas novas técnicas de produção, conforme anteriormente mencionado, não são neutras. Elas estão relacionadas às transformações gerais ocorridas no processo produtivo, decorrentes das características da inserção dos capitais individuais no modo de produção capitalista. Na avicultura, essas técnicas foram introduzidas num contexto em que se acirra a concorrência entre grandes empresas monopolistas no mercado mundial, fazendo com que aumentassem, dessa forma, as possibilidades de se introduzirem as relações capitalistas na avicultura, devido aos maiores ganhos que o avicultor passa a obter com a atividade.



Fonte: Shiki, 1994 apud Mizusaki (1996).

Conforme pudemos observar no sistema de produção de um galpão convencional, a atividade requer cuidados que exigem uma lógica de trabalho que extrapole a relação custo – benefício. Caminhar várias vezes ao dia entre os frangos para que sejam estimulados a comer, acordar de madrugada para levantar as cortinas, limpar os comedouros várias vezes ao dia, tem algumas implicações. A questão do manejo é sempre levantada como sendo fundamental para que o avicultor tenha algum rendimento na atividade. Além da necessidade de se trabalhar sob uma outra lógica,

o excesso de trabalho não permite que o avicultor tenha mais que dois aviários (em caso de trabalho familiar), não somente pela sobrecarga, mas também pela indisponibilidade de recursos para tal.

O conjunto de inovações técnicas que passa a ocorrer na avicultura aumenta as possibilidades de implantação das relações de trabalho capitalistas. A introdução do comedouro automático e bebedouro tipo *nippe* permite que um trabalhador cuide de até três barracões de aves (embora aleguem que o ideal seja dois aviários), reduzindo assim, aquele excesso de zelo, característico de um barracão manual. A melhoria no sistema de controle do ambiente interno dos barracões, não somente permitiu aumentar o alojamento de aves por barracão, e assim, sua rentabilidade, mas também contribuiu para reduzir a dependência das condições climáticas, que antes exigia maior zelo do avicultor. Esse tipo de aviário tem permitido também o aumento do número de aviários por propriedade.

A partir dessas mudanças, ficaram criadas as condições técnicas para que a avicultura passasse a se tornar mais atrativa para produtores capitalistas, que só entram numa atividade na perspectiva do lucro.

Esse processo tem sido mais evidente na Seara Alimentos que, dentre todas as empresas, é a que vem remunerando melhor os avicultores. Em conversa informal com um avicultor, obtivemos a informação de que a Seara está com projeto para expandir mais 200 aviários climatizados, só aguardando a liberação de recursos do FCO. Os dados indicam também, que, sendo recente a introdução desses novos aviários e, devido ao seu elevado custo de implantação (em torno de R\$ 230.000,00 por barracão em junho/2003), podemos considerar que esse novo tipo de avicultor integrado é um tipo de produtor em condições socioeconômicas capazes de implantar esse novo modelo de avicultura. É o capital recriando novas relações de trabalho na avicultura.

Visitamos uma propriedade, por exemplo, cujo avicultor camponês integrado da Seara, tinha dois barracões de 12 x 102 metros e capacidade para alojar até 14 mil frangos. A partir de meados dos anos 90 (o entrevistado não sabia informar a data) esse avicultor vendeu a propriedade para um pequeno capitalista. Os aviários foram aumentados para 12 x 125 metros e transformados em semi-climatizados, alojando vinte e um mil frangos. Depois foram construídos mais quatro aviários climatizados, que têm alojado 24 mil frangos cada um. Todos esses seis barracões estavam instalados em uma propriedade de 8,5 ha. Essas inovações no plano tecnológico têm permitido dobrar a capacidade de frangos por barracão e também reduzir o trabalho necessário para os cuidados. Ao dobrar a produtividade de um aviário através do investimento em trabalho morto, o capital produziu novas relações de trabalho.

No processo de trabalho, a introdução dessas novas tecnologias tem permitido a produção cada vez maior de uma mais-valia relativa, em detrimento do trabalho necessário, reduzindo, em certa medida, a importância desse último. Dizemos relativamente, porque embora a automatização do aviário permita criar mais frangos proporcionalmente ao número de trabalhadores, o trabalho na avicultura continua sendo importante e necessário.

Em nível de Brasil, segundo a Revista Aves & Ovos (Ano XVI, 2000/2001, especial, p. 31), os aviários tradicionais representavam ainda 90% do total. Em Mato Grosso do Sul, a introdução de aviários climatizados e semi-climatizados parece ocorrer num ritmo mais intenso. Se em 1998 representavam 11,4%, em abril de 2002 já representavam 23,2%, significando um crescimento de 157,6% no período considerado¹⁶⁴.

Essa mudança de estratégia pode ser verificada em algumas empresas, principalmente na Seara Alimentos. As declarações de Cláudio Bauke, superintendente da Seara, quando esta pertencia à Ceval, indica já, nesse período, que o discurso da mão-de-obra familiar sofre uma mudança de enfoque:

Para a Ceval, entretanto, tal fato é desejável mas não fundamental. Segundo Cláudio Bauke, superintendente da Ceval em Sidrolândia-MS, um grande proprietário poderá conduzir a criação de aves como uma empresa. Além disso possui mais recursos, podendo investir em novas tecnologias. Como a solução para competir no mercado futuro é produtividade, para ele, isso diz respeito, principalmente à qualidade dos equipamentos e não apenas ao carinho do cuidado com os frangos. (COSTA, 1998, p. 161, grifo nosso).

Essa avaliação indica uma reorientação na política da empresa em relação ao sistema de integração, no qual se verifica a relação que se estabelece entre concorrência da empresa no mercado, equipamentos e tipo de mão-de-obra, que agora, pode dispensar o “carinho do cuidado com os frangos”, já que um grande proprietário pode desenvolver a avicultura como uma empresa.

O abatedouro de aves Frango Ouro Ltda., por sua vez, que surgiu em meados dos anos de 1990, iniciou o sistema de integração com uma característica já diferenciada. Os elementos diferenciadores foram encontrados não apenas nos aspectos técnicos do sistema, mas também nos mecanismos utilizados pela empresa para integrar seus avicultores. Nela, a estratégia de integração foi baseada nas relações pessoais/políticas, para que fossem evitados problemas na relação avicultor/empresa,

164 Considerando-se os dados do Iagro.

buscando aquele perfil de avicultor com perspectiva empresarial. O próprio diretor geral declara que:

Aqui os nossos integrados são quase todos doutores. (...) São integrados que têm uma consciência diferente, é o empregado que trabalha na granja. (...) Eu jamais poria um aviário meu em assentamento. (...) Quando nós nos reunimos com os companheiros do frigorífico, nos reunimos bastante, os aviários que dão problemas são os dos assentamentos. (...) Para fazer esse trabalho que nós fazemos aqui, com alta densidade, que têm resultados bons, você não faz com sem terras, que não têm formação empresarial, que não têm formação de empreendedor. (entrevista realizada em 16/07/01).

Assim, verifica-se que, embora sendo uma empresa de médio para pequeno porte, já iniciou o sistema de integração, buscando integrar o avicultor com formação empresarial, e, portanto, o capitalista. Os avicultores foram escolhidos, tendo como critério, não o tipo de mão-de-obra, mas de acordo com sua “capacidade empresarial”, independentemente do trabalho que exercia. Essa política da empresa acabou definindo o perfil desse avicultor, extremamente diversificado, do ponto de vista do tipo de trabalho exercido. Encontramos avicultores que eram também bioquímicos, industrial, agrônomo, dentista, zootecnista, dono de comércio atacadista, assalariado urbano etc. totalizando 20 integrados. Eram, em sua maioria, advindos de classes intermediárias, mas que unificavam a figura de trabalhadores e pequenos capitalistas.

No caso da Frango Vit, verificamos que a estratégia da empresa ainda continua sendo a mão-de-obra familiar. Nas palavras de Helena Koguish, gerente de produção da empresa: *“A gente procura trabalhar com mão-de-obra familiar. Trazer de volta a mão-de-obra familiar e deixar o homem no campo (...) o melhor que seria pra nós, é o produtor que cuida do seu próprio negócio.”* (Entrevista realizada em 28/01/02). Essa estratégia da empresa coincide com o fato de que, em abril de 2002, conforme Tabela 23, não havia nenhum aviário climatizado na empresa.

Na Avipal e na Doux Frangosul, embora ainda se verifique maior presença de pequenos capitalistas na avicultura que em relação à Frango Vit, as empresas não têm introduzido aviários climatizados na avicultura, optando apenas pela readaptação dos aviários existentes.

Diante do exposto, podemos verificar que a dinâmica da avicultura em escala industrial em Mato Grosso do Sul, tem estreita relação com o novo padrão de concorrência estabelecido no país a partir do contexto de liberalização e desregulamentação econômica, iniciado já no final dos anos de 1980.

Nesse conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais, a lógica da acumulação tem sido ditada pelos grandes capitais financeiros.

ros, através, principalmente, das instituições monetárias internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIS (Banco de Compensações Internacionais). Nesse contexto, os grandes grupos industriais têm alterado também, suas estratégias de investimento, pois, inseridos numa economia sob o comando da esfera financeira, tendem a alinhar-se mundialmente à volatilidade da economia, que reduz cada vez mais o tempo de “*valorização do capital industrial*” (CHESNAIS, 1998, p. 18). Dessa forma, o aumento de produtividade do capital passa a ser uma preocupação desse segmento.

Essa nova configuração das relações comerciais vem se estabelecendo dentro de uma hierarquia entre países, tendo os Estados Unidos no seu topo. Através do FMI e também da OMC (Organização Mundial do Comércio, anteriormente GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio¹⁶⁵), vêm conseguindo ditar as regras comerciais e financeiras internacionais, impondo, inclusive, aquelas políticas de liberalização e desregulamentação nos países de economia subordinada.

No âmbito das mudanças nas relações comerciais implementadas no setor agropecuário brasileiro¹⁶⁶, instaurou-se uma abertura comercial, através da redução de tarifas externas (em torno de 10%) e do controle quantitativo dos produtos para exportação. No mercado interno, houve a extinção das políticas de preços públicos (mínimos e máximos) e do mercado de estoques públicos, tornando o mercado interno muito dependente dos preços internacionais de *commodities* e também da política cambial, juntamente com o seu regulador, o Banco Central (DELGADO, 1999).

Todo esse processo tem tornado o país extremamente sensível à dinâmica do mercado mundial, afetando dessa forma, o padrão de concorrência do capital industrial.

No caso da Seara, unidade de Sidrolândia-MS, que está voltada principalmente à exportação de seus produtos, para a União Européia e

165 O GATT foi assinado inicialmente por 23 países em 1947, visando a normalização do comércio internacional. Tem funcionado sob a forma de rodadas periódicas de negociações entre os países envolvidos. Foi na Rodada Uruguai do GATT (da qual participaram 117 países), que se procurou estabelecer algumas regras comerciais entre os países no que diz respeito à agricultura. Com início em setembro de 1986, o acordo foi ratificado em abril de 1994, sendo considerada a mais longa rodada de negociações, devido ao conflito de interesses entre os países ricos (principais praticantes do protecionismo) e os países do grupo de Cairns (dentre os quais, o Brasil, Argentina, Austrália, Canadá). A necessidade de regras comerciais foi impulsionada no contexto da década de 80, quando se manifesta a crise do capitalismo mundial, provocando uma retração geral na demanda por produtos, queda nos preços das *commodities* (30 a 40%) e também, verdadeiras “guerras” comerciais entre países ricos, como os EUA e a União Européia (JANK, 1997).

166 No âmbito das relações comerciais, a desregulamentação no Brasil “... teve início com a Resolução Conex n° 155, de maio de 1989, que eliminou barreiras não-tarifárias nas importações agrícolas, liberou as exportações (...). Outro passo importante ocorreu com a Resolução n° 657. Com essa reforma, que definiu as regras de venda dos estoques públicos, as interferências de manipulação de estoques para controles de preços foram enquadradas e restritas”. (LOPES, 1997, p. 206)

o Japão, por exemplo, a empresa vem adotando sistemas de controle de qualidade em todo o processo produtivo (ISO 9002), provocando rearranjos na estrutura produtiva regional. Na avicultura, esse processo veio acompanhado de um conjunto de mudanças que afetaram o conjunto das relações de trabalho e produção na atividade.

Em relação ao aumento de produtividade, vimos que, embora a média da empresa seja de dois a quatro barracões por propriedade, recentemente temos encontrado propriedades com seis, treze, e até vinte aviários. Em decorrência desse aumento de galpões, a empresa tem incentivado um maior controle sanitário na propriedade com vistas a garantir a sua rastreabilidade, ou seja, o consumidor tem como saber sobre as condições de produção da carne, desde a sua origem.

O funcionamento do controle sanitário se dá através de uma série de itens (denominados de check list) que, se adotados, significarão uma melhor remuneração aos avicultores, em um percentual que chega a 20% a mais do seu rendimento bruto. São exigências como: a) implantar o sistema de compostagem para os frangos mortos¹⁶⁷; b) construir um banheiro e comprar roupas adequadas para a entrada de visitantes, que devem tomar banho e usar essas roupas para entrarem na propriedade; c) não permitir a entrada de estranhos; d) controle de doenças d) colocar um sistema de desinfecção de veículos na entrada da propriedade¹⁶⁸.

Nas propriedades pesquisadas, os três primeiros itens eram mais comuns de serem encontrados, sendo que o último, foi visto em propriedades com número mais elevado de galpões, como o do avicultor que possuía 13 galpões na propriedade. Todos esses avicultores entrevistados eram pequenos capitalistas, refletindo a orientação da Seara, de investir na integração de avicultores que tratem a atividade como uma empresa. O único avicultor entrevistado, integrado da Seara, que não havia ainda adotado essas mudanças na propriedade, era de perfil diferenciado dos demais. Trava-se de um camponês, que alegou não ter ainda condições financeiras de implantar tais mudanças nos aviários. Possuía dois aviários convencionais, com capacidade de 14 a 15 mil frangos. Segundo o avicultor, a empresa não exigia muito dele por serem um dos avicultores mais antigos e a obter os melhores índices de produtividade dentre os integrados da Seara.

167 Segundo um veterinário da empresa, esse sistema já integrava 85% dos aviários integrados à Seara e pretendiam estender para 100% até o final do ano (informação concedida por telefone, em 24/07/03).

168 Em julho de 2003, quando fizemos uma visita a alguns aviários, a maioria deles possuía uma placa na entrada da propriedade, proibindo a entrada de estranhos, o que não foi verificado em momento anterior, quando estivemos entrevistando avicultores, em 2002. Para entrar na propriedade era necessário tomar banho e usar as roupas fornecidas pelo avicultor. O sistema de desinfecção era mais comum em propriedades com maior número de aviários.

Apesar de o capital ter recriado novas formas de produção na avicultura, reforçamos a idéia de que esse processo não deve ser visto como sendo progressivo e linear. Isso significa afirmar que o fato de o capital industrial ter desenvolvido e introduzido essas novas técnicas de produção na avicultura, não significa necessariamente, que essas técnicas se expandirão de forma progressiva, linear e homogênea no campo, introduzindo por completo o trabalho assalariado e dispensando o campesinato dessa atividade. Essa linha de raciocínio reforçaria a idéia de que, ao se implantar o empresário rural na avicultura com técnicas modernas de produção, o capital, finalmente, teria rompido totalmente a barreira colocada pela renda da terra, o que refutamos.

Ao discordarmos dessa forma de abordagem, que prima por uma perspectiva de análise em que se tem um movimento unilateral do capital industrial para o campo, estamos reforçando uma outra corrente teórica, que analisa o desenvolvimento do capitalismo no campo como sendo um movimento desigual e combinado na sua acepção clássica, resgatada por José de Souza Martins. Em outros termos, é necessário considerarmos o desenvolvimento que contemple os descompassos e tempos desiguais existentes entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social:

Nessa perspectiva, os tempos desiguais envolvidos no processo social não estavam separados em espaços diferentes, o que, feito pela mentalidade economicista, destruiu a problemática da desigualdade do desenvolvimento no mundo capitalista, substituindo-a pela concepção de desenvolvimento igual. Assim, como fizeram os marxistas estruturalistas, o problema histórico do tempo foi transformado no problema econômico e político da articulação de relações historicamente desiguais no espaço. As contradições do desenvolvimento capitalista aparecem, nessas análises, reduzidas à contradição entre o capital e o trabalho (assalariado). As formas sociais que não se ajustam a esse modelo são agrupadas num “outro” modo de produção, classificado como pré-capitalista ou, até mesmo, feudal. (MARTINS, 1993, p. 108-9).

Como evidência desse movimento contraditório que se observa no campo, basta considerarmos que, em todas as propriedades visitadas, verificamos que a avicultura assume um caráter de complementaridade para o avicultor. Tanto no caso do avicultor camponês como no caso do avicultor capitalista, a avicultura não constitui uma única atividade desenvolvida por eles. É dessa lógica que se alimenta o capital industrial avícola. Por constituir-se em uma atividade que sofre diretamente as oscilações do mercado, como excesso de oferta ou aumento nos custos de produção com a alta no preço do milho, caracterizando uma atividade instável, evidentemente que os custos produtivos são sempre

repassados para o avicultor, através do mecanismo de sujeição da renda da terra. Nesse sentido, o fato de o avicultor desenvolver outra atividade é o mecanismo que permitirá à empresa apropriar-se de toda a renda obtida na avicultura, quando for necessário. Se considerarmos que o trabalho familiar ainda apresenta expressividade na atividade, podemos então, ter uma idéia da importância e do papel da renda da terra e dessa categoria de produtores na avicultura.

Consideramos que as transformações técnicas, sociais e econômicas que vêm ocorrendo na avicultura em Mato Grosso do Sul, têm contribuído para acentuar o processo de diferenciação social, internamente ao universo camponês, não necessariamente no sentido leninista, mas considerando-se a diversidade e a autonomia dos sujeitos e das relações presentes na avicultura, assunto que trataremos no próximo capítulo.

5

DIFERENCIAÇÃO E MOBILIDADE SÓCIO-TERRITORIAL NA AVICULTURA EM MATO GROSSO DO SUL

Primeiras considerações

O estudo sobre as relações de trabalho na avicultura tem recebido pouca atenção entre aqueles que estudam essa atividade produtiva. Em muitos casos, o que se tem verificado é que o campo e seus sujeitos sociais entram apenas como “vantagens comparativas” no universo de números e cálculos, que se busca encontrar para entender a competitividade das empresas industriais atuantes no setor, estas, vistas como únicos sujeitos da história. Sob essa perspectiva, as leis do mercado vão sendo analisadas unilateralmente, como se o único agente na sociedade capitalista fosse o capital, fazendo desaparecer, sob esse prisma, as suas próprias contradições, como geradoras do movimento que o sustenta e transforma.

No presente capítulo, nosso propósito é demonstrar que a relação capital x trabalho é uma relação contraditória e que, o campo, diferentemente da cidade, possui especificidades próprias, decorrentes da diferença fundamental entre terra e capital, como bem analisa Martins (1995), e que, por sua vez, produz relações, também específicas. A partir desse entendimento é que nos propomos a analisar a dinâmica das relações de trabalho presentes na atividade avícola em Mato Grosso do Sul, considerando, inicialmente, a identificação de classes e categorias de produtores e os elementos que geram o movimento dessas relações.

Nossa perspectiva de análise é a da luta de classes, que se faz presente nessas articulações territoriais de produção e reprodução do capital. Dessa forma, faremos inicialmente, algumas considerações a respeito desses conceitos que nortearão nosso trabalho, ou seja, o de classe social, o de diferenciação, o de relações de trabalho e o de mobilidade sócio-territorial.

Não entraremos no polêmico debate sobre tais conceitos, como o de classes sociais, o que, por si só, demandaria teses. Nesse sentido, nossa intenção é elucidar o caminho por nós seguido, que acreditamos ser esclarecedor para aquele que se propõe a ler o trabalho.

Consideramos que o conceito marxista de classes sociais, produto da divisão social do trabalho entre aqueles que detêm ou não os meios de produção, não tem como preocupação privilegiar apenas o aspecto econômico, conforme acreditam alguns estudiosos, mas também, a categoria trabalho, condição essencial para a reprodução da existência dos homens (MARX & ENGELS, 1987). Nesse sentido, todas as relações (sociais, econômicas, políticas, culturais), bem como, a representação que os sujeitos fazem delas, são mediadas pela categoria trabalho. Na sociedade capitalista, onde estabelece sua análise, o trabalho é mediado por relações entre detentores ou não dos meios de produção, ocasião na qual o capital tem exercido, não unicamente, papel importante na reprodução do espaço social. Dessa forma, as relações estabelecidas entre essas classes objetivamente dadas têm papel relevante no processo de produção e apropriação da riqueza e, conseqüentemente, no processo de produção e reprodução ampliada do capital.

No presente trabalho, propomo-nos a abordar determinada dimensão da realidade social, a partir do conceito marxista de classes sociais, por considerarmos que, diante do nosso objeto de estudo, esse aspecto tem se mostrado importante para a análise da relação *capital x trabalho* no campo. Entendemos ser necessário partir de um suporte teórico para a compreensão da realidade, mesmo que esta venha trazer a necessidade de negá-lo ou reconstruí-lo, no movimento que perpassa o processo de conhecimento.

Discutir o conceito de classe social em Marx é basear-se em algumas passagens sobre suas obras, uma vez que o manuscrito que se propõe a discutir o conceito encontra-se inacabado¹⁶⁹. Nessas passagens, de onde extraímos informações sobre o entendimento que Marx faz do conceito, é possível observarmos que ele considera a classe social como objetivamente dada, como produto da divisão social do trabalho. A partir desse princípio, ele aponta três grandes classes sociais na sociedade capitalista:

Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que têm por fonte de receita, respectivamente, salário, lucro e renda fundiária, em suma, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção. (MARX, 1974, p. 1.012).

169 No capítulo LII, d'O capital, volume 6, livro 3.

Embora considere essas três grandes classes, verificamos que ele reconhece também a existência de outras, como a classe dos camponeses:

Bonarparte representa uma classe, e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos (Parzellen) camponeses (MARX, 1988, p. 114. Grifo do autor).

N’*O capital*, Marx considera que, para a constituição de uma classe, é necessária a identidade de suas rendas e fontes de renda, o que a insere num grande grupo social, ou classe. Por outro lado, n’*O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, considera que, para o campesinato se constituir realmente numa classe, é necessário que haja relacionamento e organização, que oponha seus interesses aos de outra classe:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. (...) Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas, na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (Idem, ibidem, p. 114-115).

A partir dessa perspectiva, é possível observarmos que existe, no conceito marxista de classes sociais, uma articulação contraditória na noção que pressupõe uma classe social dada objetivamente pelo processo de divisão social do trabalho e outra, que é definida subjetivamente, através do processo de organização política, de mobilização que a articule, opondo-a a outra classe. Seria o que Marx¹⁷⁰ denomina de “classe em si” e “classe para si”, respectivamente (SADER, 1988).

Quanto à contradição presente nesse conceito, entendemos que “*Não se trata de escolher entre as duas noções, mas de articulá-las enquanto dois momentos indissolúveis.*” (SADER, 1988, p. 49). Nesse aspecto, concordamos com Eder Sader, quando argumenta que o processo de reprodução do capital compreende “*...o movimento no qual e pelo qual a objetividade se apresenta*” (OLIVEIRA, F., 1987, p. 12 apud SADER, 1988), e dessa forma, qualquer aspecto da realidade social pode ser considerado, quando necessário, para a compreensão de determinada realidade social. Sader, por exemplo, inclui em seu estudo sobre movimentos sociais, as representações simbólicas, que aca-

170 Marx, K. *Misère de la philosophie*. Paris: Costes, 1950.

bam incidindo também sobre a esfera da produção. Compreendemos, então, que é possível fazer uma análise das classes sociais, ou seja, numa perspectiva marxista, sem a rigidez criticada por Bourdieu (2000)¹⁷¹ em relação a essa forma de abordagem, pois, a reprodução do capital é uma realidade em movimento que não exclui as representações que os indivíduos fazem/produzem no e do espaço, por considerar a existência da objetividade das classes. Trata-se, dessa forma, de darmos contemporaneidade e movimento às estruturas que a divisão social do trabalho tem conferido atualmente à reprodução das relações sociais.

Concordamos nesse sentido também com Oliveira, A.U. (1996), quando ressalta que a análise de obras clássicas não pode ser prescindida da compreensão histórica da humanidade. Ao analisar a obra de Engels¹⁷², por exemplo, sobre a questão do campesinato, Oliveira avalia que ela deve ser inserida num contexto do debate que se travava, entre os socialistas, a respeito do futuro do campesinato. Embora reconhecendo a sua importância nos países europeus, Engels entendia que os camponeses estavam condenados ao desaparecimento, ressaltando, contudo, que não cabia a nós apressar esse processo. Oliveira entende que, apesar dessas avaliações – circunscritas ao contexto do século XIX – no século XX, todas as revoluções sociais foram, parciais ou totalmente, caracterizadas por revoluções camponesas, o que significa que o campesinato, além de não ter desaparecido, tem se constituído historicamente numa “classe incômoda”. É por isso que esse autor destaca a importância de se compreender o papel da propriedade da terra nas sociedades capitalistas da atualidade:

O caminho parece estar na capacidade de entender os novos mecanismos que o capital criou para sujeitar a renda da terra aos seus desígnios, sem, necessariamente, ter que se apropriar da propriedade da terra. Mecanismos que passaram a permitir que ele (o capital) se desenvolvesse sem, necessariamente, levar à extinção da classe camponesa (OLIVEIRA, A. U., 1996, p. 160).

Atentando para essas considerações, partimos, então, do princípio de que as classes sociais são grandes grupos sociais, objetivamente constituídos e opostos, decorrentes da divisão social do trabalho e gerados no processo de realização contraditória do modo de produção. No caso da sociedade capitalista, esse processo de realização está fundamentado na propriedade privada e, portanto, na contradição dela decorrente do

171 Bourdieu (2000, p. 133), ao propor uma teoria do espaço social, sugere algumas rupturas com a teoria marxista, pois esta tenderia a privilegiar as substâncias, o economismo, o objectivismo, o que reduziria o campo de análise social.

172 Engels, F. O problema camponês na França e na Alemanha. In: Marx, K. & Engels, F. **Textos** 1. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

processo de produção e apropriação da riqueza (lucro, renda, antivalor), gerando classes sociais objetivamente antagônicas: capitalistas, assalariados, proprietários de terra e camponeses. Entendemos que o princípio que norteia a existência das classes sociais é o fato de que, na sociedade capitalista, a reprodução da existência dos homens e o processo de trabalho dela decorrente são caracterizados pela propriedade privada dos meios de produção, fato que objetivamente gera classes e conflitos sociais. Se as classes sociais constituem um dado real no processo de reprodução da existência dos homens e se a propriedade privada é o princípio básico da sociedade capitalista, esse fundamento deve, então, ser considerado ao analisarmos uma determinada realidade social, pois, do contrário, estamos nos negando a considerar a propriedade privada enquanto um produto social, o que de certa forma torna a análise descolada das determinações históricas. Conseqüentemente, a produção e reprodução do espaço social, enquanto expressão material da relação sociedade x natureza, também expressam essa relação contraditória, o que nos leva a considerar o estudo sobre classes sociais importante também para o conhecimento geográfico.

A compreensão das classes sociais na sociedade atual tem gerado polêmica, pois é muito mais complexa que a sociedade industrial do século XIX, analisada por Marx, na qual a contradição entre capital e trabalho tinha limites mais definidos. Tal fato tem levado muitos estudiosos a buscarem outros conceitos explicativos para as categorias sociais então emergentes, negando assim, o caráter de classe da sociedade atual.

De fato, na atualidade, as relações, bem como seus sujeitos sociais, ficaram mais complexas, o que tornou difícil “enxergar” classes sociais tão distintas como as expostas por Marx, fazendo com que esse conceito fosse em parte abandonado. Entendemos que a emergência da sociedade pós-industrial tem modificado significativamente o conflito de classes, tornando-o mais fluido, produto do nível de relações sociais que se instaura diante desse novo padrão de sociedade (EDER, 2002). Na era da informática, do progresso técnico e da velocidade dos meios de comunicação, essas novas relações perpassam cada aspecto da vida social, colocando a contradição num outro estágio de desenvolvimento, que compara mais indivíduos que classes sociais. Nesse processo, a luta de classes pode, às vezes, ser transformada na luta entre indivíduos, na medida em que se fragmentam cada vez mais os trabalhadores, de um lado, e no outro, na proporção que vai ganhando expressão o capital volátil. Compreendemos que há necessidade de avaliarmos essas mudanças ocorridas nas relações de classe, mas acreditamos também que o conceito se mantém atual e necessário, sob pena de naturalizarmos as relações

de trabalho e propriedade que ainda sustentam e mantêm esse modo de produção.

A discussão sobre o processo de diferenciação do campesinato tem como matriz teórica os debates travados entre as principais obras de Lênin e Chayanov. Em seu livro, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Lênin (1980) formula a teoria sobre a diferenciação social do campesinato, que analisa a partir da formação do mercado interno na Rússia após a reforma de 1861. Contrapondo as idéias do populismo e fundamentando-se nas teses de Marx, acreditava na dissolução do campesinato, devido à formação do mercado interno, o que criaria duas classes antagônicas, o capitalista e o operário. Faz, também, a distinção desse operário do antigo campesinato, que vai se diferenciando aos poucos do camponês. Assim, refere-se a “... *formação de uma classe de empresários rurais e industriais, de um lado, e, de outro, de uma classe de operários assalariados e industriais*” (LÊNIN, 1980, p. 369).

Chayanov (1974), por outro lado, em sua obra *La organización de la unidad económica campesina*, buscou contrapor as idéias de Lênin na discussão sobre quais seriam as formas mais adequadas para a passagem para o socialismo¹⁷³, tornando-se expressão dos ideais populistas. Utiliza como elementos para análise, o tamanho da propriedade, sua relação na família (entre os que trabalham e não trabalham), e a combinação desses meios de produção. Destaca que, como o objetivo do camponês consiste na satisfação de suas necessidades, essa relação é mediada pela auto-exploração do trabalho. O que norteia então sua teoria é o balanço entre consumo familiar e exploração da força de trabalho, o que o leva a propor o conceito de diferenciação demográfica. Embora tenhamos que considerar que esse autor se encontrava no contexto histórico da existência das comunas (*mir*), é importante a contribuição que ele dá quando rompe, no contexto histórico da época, com os referenciais teóricos (pre)dominantes.

Para Shanin (1983), essas duas correntes teóricas utilizavam-se de métodos de análise monistas, ou seja, buscavam um determinante único para a explicação da dinâmica social camponesa na Rússia, no período pós-revolucionário. Enquanto um grupo buscava determinantes biológicos para explicação do problema, o outro, determinantes econômicos. Ao romper essa polarização no debate, Shanin buscou compreender o campesinato russo a partir de considerações sobre espaço, tempo, estrutura política e cultural, levantando a necessidade de se introduzirem elementos não-econômicos na economia, quando verifica, na sociedade russa,

173 O contexto político em que Chayanov realizou seus estudos e suas obras insere-se no período de implantação das políticas econômicas do socialismo, que em relação ao campo, implicava coletivização forçada.

a persistência de padrões tradicionais no mundo rural. Fala assim, em diferenciação socioeconômica, compreendendo através desse viés que, apesar da predominância do mundo econômico, os camponeses mantêm uma certa autonomia.

Entendemos que para o nosso objeto de estudo, a consideração das classes sociais é importante não somente pelos motivos já expostos anteriormente, mas também porque nos permitirá compreender como vem ocorrendo o processo de produção e apropriação da riqueza pelo capital, pois se constitui esse num dos momentos da produção¹⁷⁴. Igualmente importante é a possibilidade de compreensão da relação entre capital e trabalho no campo, a partir da perspectiva da luta de classes e não de outras abordagens que negam essa realidade ou que a analisam sob outro viés teórico, através de conceitos, muitas vezes, imprecisos. Do mesmo modo, o processo de diferenciação daí decorrente tem sido empiricamente evidente. No entanto, o que se busca nesse trabalho é evidenciar o caráter dessa diferenciação, seus condicionantes e características específicas, o que nos remeteu ao conceito de diferenciação socioeconômica proposto por Shanin (1983). Um dos aspectos que tornam a diferenciação multidirecional, conforme propõe esse autor, é a possibilidade e ao mesmo tempo, necessidade, de mobilidade no espaço. Sendo o espaço transformado em território capitalista, mediado, portanto, pela propriedade privada da terra e pelo Estado, e assim, por relações de poder, essa mobilidade é também mobilidade sócio-territorial, que cria, recria e transforma as relações de trabalho. Essa mobilidade é também mobilidade social, pois, sendo variadas as determinações da diferenciação produz-se, ainda, uma mobilidade entre classes sociais distintas. Ao se evidenciar essa multiplicidade de determinações, o enfoque leninista, de compreender a diferenciação social, exclusivamente a partir do viés econômico e, enquanto movimento progressivo e linear, mostrou-se inadequado teoricamente.

Estranhamente, ao se estudar o campo e as relações dele decorrentes, são poucos os estudiosos que se preocupam em buscar/atribuir rigor teórico aos conceitos utilizados para identificar os atores sociais presentes no campo. Pelo fato de já se partir aprioristicamente do princípio de que o campo está urbanizado, de que o campo já está totalmente subordinado à indústria, de que o campo tem atualmente um papel secundário nas ditas cadeias produtivas, clusters ou complexo(s) agroindustrial(is), dá-se a impressão de que, para os atores sociais que não apresentam expressão econômica na sociedade capitalista, “qualquer conceito serve”, já que não vale a pena “perder tempo” estudando-os. Assim, o *campesinato*

174 Esse tema será melhor analisado no próximo capítulo.

vai se transformando, conceitualmente, em agricultor familiar¹⁷⁵, (pequeno) empresário rural ou pequeno produtor¹⁷⁶; o proprietário de terra, em fazendeiro, grande produtor ou (grande) empresário rural; o trabalhador assalariado, em empregado, peão e, os trabalhadores rurais sem terra, transformados em excluídos (isso para não citar os termos utilizados pela própria mídia e por determinados setores da sociedade).

Por trás desses caminhos teóricos, observa-se a compreensão da realidade sob o determinismo economicista, seja ele do liberalismo clássico seja do marxismo leninismo, que, acreditando ser o econômico (no caso, a economia capitalista) o único aspecto a determinar as relações sociais vêem os atores sociais do campo do ponto de vista do seu papel econômico da sociedade. Daí o camponês se transformar em agricultor familiar ou pequeno produtor. Nesse caso, além de reduzir toda uma categoria social apenas à sua capacidade produtiva, pressupõe-se, ainda, a idéia de que seu integrante pode vir a se tornar um médio ou grande produtor, ou então, um excluído¹⁷⁷. Não pretendemos entrar aqui nas discussões teóricas desses conceitos, o que já tem sido abordado por outros autores. Além daqueles clássicos anteriormente mencionados, citamos Moura (1986), Santos, J.V.T. (1978), Fernandes (2002), Oliveira, A.U. (1986a, 1991a e b, 1996, 1999, 2001, entre outros) .

Exemplificaremos apenas o conceito de “pequeno produtor” ou “pequeno proprietário”, “grande produtor” ou “grande proprietário”, muito utilizados por estudiosos, mas que a nosso ver, revelam não somente a sua imprecisão, como também, o descaso com essas classes e categorias sociais, tão presentes no campo. Primeiro, pela relatividade do próprio conceito, que as tornam categorias muito restritas a uma determinada realidade, pois, um pequeno proprietário no Brasil, pode ser considerado grande na Europa. Igualmente a de pequeno produtor, pois, no nosso caso em estudo, por exemplo, o indivíduo que possui 10 ha, mas produz 25 mil aves a cada sessenta dias pode ser um “grande produtor” se comparado a um latifundiário, que produza apenas aves para consumo próprio. Normalmente, o que se observa é a utilização da expressão “pequeno produtor”, para se fazer referência ao proprietário de uma área pequena comparado à estrutura fundiária brasileira (inferior a 100 ha), o que, entendemos, mascara as relações sociais que compõem esses números. Nesse particular, Martins (1995, p. 168-169) é esclarecedor:

175 Segundo Fernandes (2002), o conceito de agricultura familiar foi introduzido no Brasil por Abramovay (1992) e apropriado por organizações governamentais e não governamentais, o que tem contribuído para descaracterizar o campesinato enquanto classe social.

176 Silva, J.G. (1999), Müller (1989) entre muitos outros.

177 Segundo Melazzo (2002), o conceito de exclusão social não foi formulado na academia, mas pela mídia, na Europa nos anos de 1980. Da mídia, transfere-se para o discurso político, e só posteriormente vai para a academia.

O processo de concentração ou de divisão da propriedade da terra não é a mesma coisa que o processo do capital, embora seja determinado por ele na sociedade capitalista. A propriedade fundiária não se concentra nem se divide sem a mediação do capital. Por todas essas razões, a terra não é no capitalismo unicamente um instrumento de produção. Se me limito a ver na chamada estrutura fundiária, na distribuição da terra em propriedades grandes, médias e pequenas, apenas quantidades, mais concentração fundiária, menos concentração, estou vendo o supérfluo, não estou vendo o essencial. Não estou vendo que por trás de diferentes tamanhos de propriedade, de diferentes quantidades, existem situações e relações de qualidades diferentes. A propriedade da terra no capitalismo não é, como parece, apenas um dado, um número, um tamanho. A propriedade da terra é uma relação social. (...) É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflito, movimento, transformação.

Há dimensões ocultas nessas relações. Essa é uma característica das relações sociais no capitalismo; as coisas aparecem como sendo o que não são, com a aparência contrária à verdadeira essência. (grifo nosso)

É a partir dessa compreensão, ou seja, de que a propriedade da terra é uma relação social, que buscamos extrapolar a análise para além da variável tamanho da propriedade. É nesse sentido que partimos da análise da luta de classes. Reforçamos que elas são entendidas como sendo as três classes sociais principais destacadas por Marx. Há, ainda, o campesinato, que tem demonstrado, historicamente, seu potencial de configuração de classe política, como já afirmou Shanin (1983). Seguindo essa mesma orientação teórica, e especificamente em relação à realidade brasileira, Oliveira, A.U. (2001, p. 189) avalia que:

... teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas. (...) Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social.

É justamente por desconsiderar o campesinato como classe social, que as políticas públicas destinadas a essa categoria de produtores tendem ao fracasso (do ponto de vista de uma política pública que objetive justiça social), pois, quando existem, reduzem-nos à simples condição de agricultores familiares, ou seja, reduzem uma classe social, que possui todo um modo de vida, de relação de trabalho e produção específicos, à sua capacidade produtiva e o que é pior, sob a lógica capitalista. Basta observarmos que os órgãos financiadores os classificam apenas conforme

seus rendimentos, ou seja, conforme sua “capacidade” de produção, típica da lógica do modo capitalista de produzir. Isso não quer dizer, porém, que contraditoriamente alguns camponeses nesse sistema não possam vir a acumular dinheiro e se tornarem pequenos capitalistas. Aliás, historicamente tem sido conferido a essa classe o papel de produtores de alimentos a um custo mais baixo, o que faz com que o próprio capital às vezes recrie essa classe. Consideramos necessário ter claro que essas políticas, para o conjunto da classe, contribuem para acentuar a diferenciação socioeconômica (inserindo-se aqui as desigualdades sociais), transferindo o foco da luta de classes para uma espécie de luta de indivíduos ou de grupos de indivíduos, tornando cada vez mais difusa a luta de classes.

Por todas essas questões levantadas, concordamos com Margarida Maria Moura, quando, ao fazer uma discussão entre utilizar o conceito de camponês ou de pequeno produtor (e podemos inserir aqui também o de agricultor familiar), afirma:

Optar por um dos conceitos não é tão simples quanto possa parecer à primeira vista. Camponês e campesinato são conceitos de grande vitalidade, de grande força histórica, tanto teórica quanto empiricamente, o mesmo ocorrendo com o conceito de burguesia. Campesinato e burguesia são termos repletos de conteúdos culturais, tanto no plano social como no político. Assim, como não se pode declinar do conceito de burguesia para falar tão-somente em capitalistas, não é possível preterir o conceito de camponês para falar apenas em pequeno produtor (MOURA, 1986, p. 13-4).

A partir dessas orientações teóricas, abordaremos o contexto em que emergem as relações de trabalho estabelecidas atualmente na avicultura no Estado de Mato Grosso do Sul, expondo, identificando e analisando a situação social em questão.

Os fatores de diferenciação socioeconômica na avicultura

Embora o modelo de integração da avicultura em Mato Grosso do Sul tivesse sido baseado no modelo do Sul do país, já no início desse processo houve dificuldades em integrar o trabalho familiar camponês, não devido à ausência desse tipo de produtor mas, principalmente, pelo elevado custo do investimento necessário para construção do barracão, que inibia esse sujeito social em assumir uma dívida que, muitas vezes, ultrapassava o valor do imóvel. Para tentar contornar essas dificuldades, as empresas abatedoras têm avalizado as dívidas assumidas por esses produtores junto ao banco, mas mesmo assim, não têm atraído o número desejado de produtores familiares, fazendo com que o sistema de integração seja aberto a produtores com perfil diferente do familiar. Foi nesse

contexto que entraram na atividade outras categorias de avicultores como o comerciante, o profissional liberal, o funcionário público, o trabalhador assalariado urbano etc.

Veio favorecer esse processo, a queda no preço das terras no Brasil, desencadeada a partir do Plano Real, com a estabilização e a abertura econômica. Nesse período, foi possível constatar o deslocamento para o campo de trabalhadores urbanos, considerados de classe média, através da aquisição de propriedades rurais no Estado. Verificamos que, nesse período, muitos desses novos proprietários rurais, principalmente aposentados, entraram na avicultura, tendo como perspectiva a obtenção de mais uma alternativa de renda.

Na Tabela 25, verificamos a evolução do preço das terras nos anos de 1990, em estados produtores de frango de corte.

Tabela 25 – Brasil:
preço de terras de lavouras (US\$/ha)*

Estados	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
São Paulo	1.685	2.023	6.036	4.153	2.864	2.594	2.307	1.607	1.703
Paraná	1.793	2.663	5.298	2.619	2.494	2.361	2.100	1.509	1.528
Mato Grosso do Sul	1.433	1.434	3.115	1.547	1.197	1.041	933	667	733
Goiás	760	1.268	2.953	1.213	955	790	845	660	781
Bahia	398	715	1.229	989	647	548	557	375	333

Fonte: Agrianual, 2002.

* Preços em dólar oficial deflacionados para dezembro de 2000.

Obs.: Dados referentes ao segundo semestre de cada ano.

Podemos observar, em primeiro lugar nessa tabela, que o preço das terras nos estados pertencentes ao Centro-Oeste e ao Nordeste é bem inferior aos do Paraná e de São Paulo. No Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente, o impacto da queda no preço da terra entre os anos de 1994 e 1995 foi de 50%. A partir de então, veio apresentando queda constante, até 1999, ano em que apresentou menor índice. Se em 1994, o hectare de terra custava, em média, US\$ 3.115,00, em 1999 caiu para US\$ 667,00.

Nesse contexto, verificamos que se acentuou a entrada no campo de uma nova categoria de avicultores considerados de “classe média” ou pequenos capitalistas da cidade, que, ao longo do tempo, conseguiram acumular algum dinheiro e se deslocaram para o campo. É o caso de um veterinário aposentado integrado à Seara, que adquiriu a propriedade em Sidrolândia em março de 2001, com a intenção de produzir na avicultura. Um outro caso, foi o do dono de uma padaria em Xanxerê, Estado de Santa Catarina, que adquiriu, no mesmo ano, uma propriedade também em Sidrolândia. Entrou na avicultura com interesse de morar futuramente nesse município. Podemos citar também o caso de um vendedor ambulante, procedente de São José do Rio Preto - SP, que entrou na avicultura em

1997, quando se mudou para Itaporã e adquiriu uma propriedade de 7,3 ha, de um ex-avicultor.

Um outro fator a atrair outras categorias profissionais para se tornarem produtores na avicultura, tais como pecuaristas e produtores de soja, foi a possibilidade de integração dessas atividades com a avicultura, pois utilizava-se a cama do aviário para confinamento (na alimentação do gado) e como adubo para soja.

Diante de tais problemas, observamos primeiramente que o perfil do avicultor em Mato Grosso do Sul, que nasceu com características diferenciadas daqueles do Sul do país - onde predominou o modelo baseado no trabalho camponês – acentuou-se no período de liberalização econômica dos anos 90.

No caso da Cooagri, em que a integração ficava limitada aos cooperados, esse problema foi inicialmente maior do que em outras empresas. Embora as propriedades avícolas integradas à Cooagri fossem pequenas (71% inferiores a 100 ha) e médias (19,6% entre 100 e 500 ha)¹⁷⁸, apenas 53,5% delas eram constituídas por mão-de-obra familiar em 1993, enquanto que, 11,6% empregavam além desse sistema, também a mão-de-obra assalariada. No restante das propriedades, cujos proprietários eram de perfil socioeconômico diversificado, os aviários eram cuidados por trabalhadores assalariados. Já na época do levantamento de dados para nossa dissertação de mestrado (MIZUSAKI, 1996), verificamos que, além da presença do camponês como proprietário dos aviários, o perfil dos demais proprietários era bem diversificado. Contemplava não somente a mão-de-obra familiar camponesa (que era a maioria), mas também proprietários de terra, profissionais liberais (agrônomo, médico, dentista), funcionários públicos (gerente de banco estatal, fiscal de renda, funcionário da EMPAER), pequenos e médios comerciantes e industriais (açougueiros, proprietário de restaurante, de gráfica, de lojas de autopeças, de posto de gasolina, de indústria de alumínio, de sapataria). Segundo informações fornecidas, na época, pela COOAGRI, apesar de ter sido traçado um perfil ideal de produtor (familiar) para atividade, como no início não havia o crédito do FCO para a atividade, o valor do investimento provocou muita desistência. Isto fez com que a Cooperativa se abrisse para outros produtores cooperados. Verifica-se, então que, inicialmente, não foi a falta de mão-de-obra familiar camponesa o obstáculo à utilização do perfil inicial de trabalhador definido, mas sim, a impossibilidade de que eles assumissem um alto valor de financiamento (na época em torno de US\$ 35.000,00), mesmo que fosse feito pela própria empresa, para serem pagos em quilos de frango.

178 Os 9,4% restantes foram questões sem resposta (MIZUSAKI, 1996).

Da mesma forma, na Piratini Alimentos, conforme Lomba, Valente e Silva (1994), o perfil dos avicultores era diferenciado, embora predominasse a mão-de-obra familiar. Em Caarapó, de 20 avicultores entrevistados entre 41 integrados, 84,22% eram de mão-de-obra familiar, sendo que destes, 36,84% também empregavam trabalho assalariado. Os 15,78% restantes eram profissionais liberais, proprietários de terra e funcionários públicos. O sistema de integração tinha o contrato de parceria feito nos mesmos moldes que a Cooagri. Já para o financiamento do barracão de aves, quando o valor do imóvel era inferior ao do financiamento, a própria empresa se tornava avalista no banco. Por outro lado, cabe destacar, também, que em 1991, profissionais liberais adquiriram propriedades entre 7 e 8 ha, exclusivamente para ingressarem na avicultura. Observam, contudo, os autores citados, que por se tratar de uma empresa regional, o fator “amizade” teve influência na entrada de grandes produtores no sistema de integração. O argumento apresentado era de que sua entrada ajudaria a “alavancar” a atividade na região. Os barracões eram manuais, medindo de 12 X 100 metros ou 12 X 50, com estrutura de madeira e cobertura de telha ou “eternit”. A capacidade de alojamento por aviário era de 13 mil frangos, igual, portanto, à da Cooagri.

A Frango Vit, por sua vez, não teve maiores problemas para integrar o produtor camponês uma vez que a maioria dos integrados era do município de Terenos, mais precisamente das Colônias Nova e Velha, onde se concentra um número considerável desse tipo de produtor. Dos 41 avicultores localizados em Terenos¹⁷⁹, em julho de 1997, 39 possuíam estabelecimentos inferiores a 50 ha, ou 95,1%, sendo que os dois restantes tinham estabelecimentos de 300 e 1.500 ha. Nessa empresa predominavam barracões manuais e uns poucos semi-automáticos até aquela data. Inclusive, nas maiores propriedades integradas à Frango Vit, os barracões eram convencionais. Essa preferência pela mão-de-obra familiar já havia sido manifestada pelo gerente de produção naquela época da Frango Vit, Henrique Cella (COSTA, 1998). Segundo Costa, 85% dos avicultores de Terenos empregavam mão-de-obra familiar e os 15% restantes, trabalhadores assalariados permanentes. O autor chega a tal conclusão, ao analisar a relação de trabalho na avicultura, quando identifica as seguintes categorias de produtores: a) familiar, com *troca de dias*¹⁸⁰ na pega de frangos (2%); b) familiar, com *troca de dias* e assalariados temporários na pega de frangos (27%); c) familiar, com assalariados temporários na pega de

179 Aqui incluídos também os integrados da Seara, mas com pouca representatividade.

180 Embora o autor não faça menção explicativa, esclarecemos que a *troca de dias* é uma prática de ajuda mútua, comum entre os camponeses. Na avicultura, isso acontece da seguinte maneira: o camponês ajuda o seu vizinho na pega de frango, pois essa atividade demanda muita mão-de-obra; depois ele fica devendo esses dias trabalhados, pagando-o quando ele também for realizar a pega de frango.

frangos (56%); e d) assalariado permanente, com temporários na pega de frangos (15%). Algumas observações, contudo, são feitas pelo autor em relação às especificidades desse tipo de mão-de-obra, mas, pelo fato de não analisar a atividade na perspectiva de classe e devido a problemas na redação, o texto acabou ficando confuso, de difícil compreensão:

Com relação a utilização de mão de obra (sic) assalariada permanente na propriedade os dados anteriores camuflam a verdade. Na realidade, considerou-se assalariada aquela mão de obra que recebe em dinheiro pelo seu trabalho. Não se levou em conta a família que trabalha por um salário e participação nos rendimentos do aviário (sic), pois neste caso entendeu-se que caracterizaria um trabalho familiar para empresa e mista para o proprietário. Assim entendido, a junção dessas formas de assalariamento elevaria seu percentual participativo de quase 15% para aproximadamente 31%, ou seja, praticamente dobraria sua produção.” (COSTA, 1998, p. 205. Grifo nosso).

As possibilidades de compreensão se agravam quando o texto destaca que, do total desses avicultores, 17% residem em Campo Grande e não têm na avicultura sua atividade principal, sem especificar, contudo, com quais outras atividades se ocupam os avicultores.

A citação anterior, devido à falta de clareza, pode nos levar a entendê-la sob dois enfoques. Primeiro, trata-se de uma relação de parceria, quando a família trabalha na propriedade de um avicultor, recebendo uma porcentagem na participação dos rendimentos, e, portanto, renda. Nesse caso, o que teríamos seriam formas de recriação do campesinato na avicultura, o que reforçaria o caráter do trabalho familiar. Segundo, o autor pode estar fazendo referência ao trabalhador que é contratado por um salário, mais a porcentagem, sendo que o restante da família, por morar também na propriedade, acaba ajudando o chefe da casa, no caso, o granjeiro contratado para cuidar do aviário. Nesse caso, o que teríamos é a superexploração do trabalho assalariado, mas mesmo assim, não nos autorizaria a afirmar, sem maiores conhecimentos, que se trata de relação de trabalho capitalista. Não ficou também adequadamente esclarecido no texto, qual a posição do autor diante dessa situação, pois, ao mesmo tempo em que afirma que o trabalho assalariado representa 15%, ele entende que se camufla a verdade! Diante dos dados que ele expõe, entendemos, assim, que o campesinato, enquanto classe social, pode significar inclusive mais que 85%, pois, mesmo nas propriedades com trabalho assalariado permanente, podemos encontrar situações em que esse campesinato entra apenas como complemento de mão-de-obra familiar.

Em relação a esses dados, gostaríamos de destacar a importância da troca de dias. Essa forma de organização do trabalho na “pega do frango”, que representava 29% dos avicultores das Colônias Nova e Ve-

lha, constitui-se em um dos mecanismos de recriação do campesinato, na medida em que permite ao avicultor reduzir custos de produção na atividade. Essa atividade normalmente é feita de madrugada, quando os frangos dormem, o que facilita o trabalho, que chega a custar R\$ 250,00 por aviário. A troca de dias envolve, assim, uma relação não-monetária (daí denominar-se troca de dias), sendo que não existe um contrato escrito definido, mas sim a obrigação moral de cumprir esse acordo, o que é feito sem problemas, pois, os camponeses, costumam ser “homens de palavra”. Contudo, numa visita a um aviário, em julho de 2003, ficamos sabendo que essa forma de organização da produção não acontecia mais nas referidas colônias, segundo a avicultora entrevistada, pelo fato de o excesso de trabalho, com sua rotina a cada sessenta dias, estar atrapalhando o trabalho da própria unidade produtiva. Esse fato ressalta uma das características da organização familiar, conforme avalia Chayanov (1974), que é o balanço que fazem entre trabalho e consumo.

Na Agroeliane, a maior parte dos aviários concentra-se no próprio município de Sidrolândia e, segundo Reis (1996), o objetivo era incentivar a produção em “pequenas propriedades”, que já se encontrava presente na região. Além disso, destaca, a autora, a presença de mão-de-obra familiar ociosa, entre mulheres e crianças, nas médias propriedades produtoras de soja. Também nessa empresa, a autora identifica outras categorias de produtores além do familiar, tais como o arrendatário de terras e grandes propriedades capitalistas¹⁸¹. Os barracões mediam 12 m x 100 m e tinham capacidade para alojar 13.000 frangos.

Para se compreender o processo de diferenciação socioeconômica ocorrido entre os avicultores integrados em Mato Grosso do Sul, é preciso levar em consideração que essa diferenciação é produto de uma combinação de múltiplas determinações, que se articulam contraditoriamente. É, pois, essa contradição que gera o movimento e produz a territorialização desses processos. Essas determinações podem ser de ordem histórica, geográfica, econômica, política, social, cultural, enfim, de fatores constitutivos da realidade social, que, sob diferentes combinações, produzem a diferenciação social. Compreendemos, dessa forma, que o econômico não se constitui no único fator a promover a diferenciação social. E, por serem várias as determinações, um pesquisador não consegue apreendê-las na sua totalidade. Aliás, ele também se constitui em um ser social, ou seja, possui as limitações do saber/olhar individual (mesmo que contraditoriamente este seja também, coletivo), situadas socialmente em um determinado tempo e espaço. Assim, esse trabalho contém aqueles fatores que entendemos mais relevantes.

181 Nessa pesquisa, de iniciação científica, não foi possível obtermos maiores informações sobre o perfil do avicultor devido à falta de dados.

Avaliando a característica do sistema de integração, com seus elevados níveis de investimento, podemos verificar que ele constitui um fator de diferenciação, sob vários aspectos. Primeiramente, o capital industrial avícola, ao necessitar de certa padronização na produção, cria também toda uma estrutura de produção que seja capaz de produzir o frango em escala industrial. A estrutura técnica tem um custo de produção elevado, que, de antemão, exclui o acesso de muitos a ela. Produz também o estranhamento de alguns camponeses que, avaliando suas possibilidades frente à atividade, recusam-se a entrar na integração, ou seja, recusam a subordinação. Embora inicialmente as empresas utilizassem o discurso da integração do trabalho familiar, criando possibilidades para a recriação do camponês proprietário, excluindo os não-proprietários, acabam subordinando aquele camponês (proprietário) que já possui certo poder aquisitivo. Isso acontece porque, para assumir os elevados financiamentos, os critérios utilizados pelo banco, para liberação de recursos, se dão em função da sua capacidade de pagamento, limitando o acesso àqueles que não dispõem de condições para fazer o financiamento.

Essa situação produziu, já no início da atividade, a subordinação de diferentes categorias de avicultores (camponeses, capitalistas, profissionais liberais, funcionários públicos etc.), que, justamente por estarem subordinados à empresa integradora, passaram a ser afetados pela dinâmica político-econômica, específica dessa atividade, o que de certa forma, os coloca em uma situação diferenciada daqueles que não são integrados.

Um outro aspecto deve ser destacado com relação ao desenvolvimento da atividade. A quantidade e o tipo de aviário, que possui cada integrado podem interferir na sua rentabilidade, bem como nas características do financiamento realizado para construção do barracão de aves. Os avicultores mais antigos já pagaram o financiamento. Alguns tiveram suas dívidas securitizadas, outros pagam à empresa em quilos de frango, enfim, são situações diferenciadas para o mesmo sistema de integração. Há, também, a diferença entre empresas, sendo que algumas pagam melhor do que outras e/ou estão mais bem estruturadas no mercado, o que não quer dizer que exista uma relação direta entre tamanho de empresa e remuneração do avicultor. Encontramos, também, situações em que o próprio avicultor se cansou ou se cansa da atividade, introduzindo a parceria na avicultura, ou abandonando a atividade.

É necessário destacar aqui, também, as diferenças históricas e geográficas que marcaram o processo de colonização da região Sul do país em relação ao Mato Grosso do Sul, de forma que, apesar de o sul deste Estado apresentar uma estrutura fundiária menos concentrada que o res-

tante, passou por rápidas e sucessivas mudanças decorrentes da expansão do modo industrial de produzir, redefinindo essa fração do território capitalista. Apesar das implantações localizadas de colonizações públicas e privadas, nos anos de 1940 e 1950, constituídas de pequenas propriedades (que permitiu a criação do campesinato), contraditoriamente ao grande latifúndio já presente no Estado, a estrutura produtiva de Mato Grosso do Sul passou por grandes redefinições territoriais a partir dos anos de 1970, com a expansão do binômio trigo/soja. Essa característica de ocupação fez com que a presença do campesinato no estado fosse bastante inferior ao do Sul do país, fazendo com que o capital avícola abrisse a integração para outras categorias de produtores. Veio contribuir também, para esse fato, a entrada de médios produtores na avicultura, que se integravam visando a utilizar a cama do aviário para adubo ou para alimentação do gado.

Associado a esses fatores internos à empresa e ao Estado, um outro fator de diferenciação foi a conjuntura brasileira nos anos de 1990, decorrente da liberalização econômica, que acirrou a concorrência entre empresas. Multinacionais entraram no setor, provocando uma onda de fusões e aquisições de empresas nacionais, levando à reestruturações daquelas que buscam subsistir no mercado. Dentre as várias mudanças implementadas, o campo foi duramente afetado. De fato, a crise agrícola tem se manifestado intensamente nos últimos anos, principalmente após a implantação do Plano Real.

No Brasil, a recessão dos segmentos urbano-industriais, que já vinha desde o início da década anterior, coincide nos anos 90 com uma crise agrícola sem similar no pós-guerra, fruto da queda da demanda interna por alimentos e matérias-primas de origem agrícola, altos níveis de endividamento dos pequenos e médios produtores (sic) e desestímulo ao setor exportador em função da abertura indiscriminada das importações, inclusive de produtos subsidiados nos países de origem, e da defasagem cambial da nova moeda brasileira, o real (SILVA, J.G., 1999, p. 36).

No caso da avicultura, o acirramento da concorrência levou as empresas a buscarem o que os economistas denominam de “economias de escala”, reduzindo custos e aumentando a produtividade da carne de frango. Um dos mecanismos que tradicionalmente têm sido utilizados pelo capital para aumentar o lucro é investir em pesquisa no desenvolvimento genético para redução do tempo de reprodução do frango¹⁸². Todavia, esse

182 Em 1940 levava 105 dias.

mecanismo tem apresentado limitações, já que o tempo de reprodução do frango tem estagnado, desde os anos de 1980, entre 42 e 45 dias¹⁸³.

Recentemente, uma frente de atuação decorrente desses limites naturais tem sido a monopolização de novos territórios, ou seja, a necessidade de expansão horizontal resultante da introdução de novos aviários e de acompanhamento das áreas produtoras de grãos, especificamente milho e soja, componentes básicos da ração, já que a sua importação, com o esgotamento da fronteira agrícola em sua área de origem, encarece o custo de produção. Assim, as rendas diferencial I e II têm se constituído em fatores que ainda influenciam a localização espacial desse tipo de empresa. Entendemos que tais fatores condicionaram o deslocamento de empresas avícolas do Sul para o Centro-Oeste, em especial, para o Mato Grosso do Sul, transformando as relações de trabalho anteriormente existentes.

Uma outra frente tem sido possível através do desenvolvimento tecnológico, que congrega a estrutura do aviário, através, inicialmente, da fabricação de aviários automatizados e posteriormente semi-climatizados e climatizados, não somente permitindo a introdução de um maior número de frangos dentro de um mesmo espaço mas, principalmente, transformando e reduzindo o trabalho necessário para cuidar de um aviário, promovendo profundas conseqüências para as relações de trabalho na avicultura. A principal delas refere-se ao fato de que, nesses aviários, é possível que apenas um trabalhador cuide de dois a três aviários ao mesmo tempo. Isso não ocorre com muita facilidade no trato em aviários manuais e semi-automáticos, pois estes demandam muito mais trabalho e dedicação, já que necessitam de limpeza e abastecimento manuais dos comedouros e bebedouros¹⁸⁴, maior atenção no controle da temperatura interna do aviário, exigindo, inclusive, circulação no interior para que os frangos não se concentrem em determinado espaço. Já os aviários climatizados e semi-climatizados, conjugados com a automação dos comedouros e bebedouros, demandam menos trabalho, pois os bebedouros não necessitam ser lavados diariamente e nem os comedouros precisam ser abastecidos, pois são automáticos. Além disso, o sistema de climatização permite um maior alojamento de frangos por metro quadrado, aumentando os rendimentos. Esses fatores têm facilitado a introdução de trabalho assalariado na avicultura, bem como, da parceria entre o avicultor

183 Apesar de já existir a clonagem de seres vivos (em Israel conseguiram produzir um frango sem pena), o que, se aplicada poderia significar a fabricação de seres vivos, encontra-se em fase de testes, o que não permite que seja utilizado ainda como mais um exemplo de superação das barreiras naturais.

184 Esse processo tem que ser feito todos os dias, sendo que para um barracão de 10 x 102 metros e capacidade para 12 mil frangos, necessita em torno de 220 comedouros e 120 bebedouros, que precisam ser limpos todos os dias (maiores detalhes ver capítulo 4).

(dono do aviário) e o granjeiro (trabalhador que realmente cuida do aviário). O investimento necessário para a construção de um desses aviários, entretanto, é muito mais elevado do que na dos manuais, girando acima de R\$ 100 mil cada barracão, o que estimula a entrada de avicultores dotados de maior poder aquisitivo e de um perfil diferenciado, acentuando, assim, a diferenciação social.

Reforçamos, então, que o processo de diferenciação, tanto na avicultura como no restante do campo em Mato Grosso do Sul, não tem ocorrido de forma linear e progressiva, o que nos leva a questionar as afirmações de que o campesinato está se transformando em um empresário familiar ou que está em vias de extinção¹⁸⁵. É a partir dessa perspectiva que consideramos importante ressaltar que a diferenciação social deve ser compreendida como multidirecional e cíclica, conforme proposto por Shanin (1983).

No próximo item deste capítulo, descrevemos as diversas situações sociais que encontramos na avicultura em Mato Grosso do Sul, para que assim, possamos evidenciar as transformações ocorridas nessa atividade, decorrentes dos fatores de diferenciação anteriormente mencionados.

Diferenciação e mobilidade sócio-territorial

Para demonstrarmos a manifestação dessas relações no Estado, explicitamos a seguir as mudanças ocorridas na atividade no período estudado, para, posteriormente, resgatarmos os outros elementos constitutivos e interligados, que configuram o processo de mudança nas relações de trabalho.

As mudanças que começavam a aparecer já no início da atividade, nos anos de 1990, pareciam indicar, conforme já apontado no item anterior, o surgimento de avicultores que, aparentemente, não podem ser enquadrados no sentido clássico das classes sociais principais indicadas por Marx.

Para explicitarmos o que temos afirmado, entrevistamos avicultores integrados de cada uma das empresas abatedoras de aves em Mato Grosso do Sul, num total de 47 avicultores. Nas entrevistas, tivemos como preocupação resgatar aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos, que pudessem nos revelar o perfil desses avicultores. Os sujeitos da entrevista foram escolhidos aleatoriamente, dentre os municípios onde havia maior concentração de avicultores de cada empresa abatedora, por acreditarmos ser o local onde melhor se territorializam as tendências das

185 Nesse sentido, chamamos a atenção para o perigo das generalizações de pesquisas sobre a atividade avícola, que não dedicam muita atenção para a pesquisa de campo, ignorando a realidade concreta dos avicultores.

relações desencadeadas com a atividade. Esses municípios foram: Aparecida do Taboado (Frango Ouro), cinco avicultores; Terenos (Frango Vit), sete avicultores; Sidrolândia (Seara Alimentos), onze avicultores; Dourados e Itaporã (Avipal), quinze avicultores; Caarapó (Doux-Frangosul), oito avicultores e Itaquiraí (Frاندelle), dois avicultores.

As entrevistas foram realizadas em três etapas: a primeira, em julho de 2001, a segunda, em janeiro-março de 2002 e a terceira, em setembro de 2002. Entre junho e julho de 2003, à medida que avançávamos na análise sobre a questão, voltamos a sentir a necessidade de retornar a campo, para obter mais algumas informações. Em alguns casos, foi possível entrevistarmos o dono do aviário e o granjeiro, mas a maioria das entrevistas ficou limitada, ou ao granjeiro, ou ao dono do aviário. Houve casos, também, em que o dono não quis dar entrevistas, sendo possível somente colher algumas informações básicas sobre a propriedade. Mesmo incompletos, os dados coletados também foram aproveitados. Apoiando-nos nas entrevistas com os avicultores, buscamos nelas, a compreensão das *relações de trabalho*¹⁸⁶ encontradas na atividade, do *modo de vida* dos entrevistados, dos *significados da representação* que fazem da atividade¹⁸⁷, de suas relações entre os avicultores, destes com a empresa e com o aviário. Apresentamos aqui, algumas destas entrevistas.

Resgatando o perfil social do avicultor

Iniciamos com o abatedouro Frango Ouro, localizado em Aparecida do Taboado. No Quadro 18, reunimos dados que indicam o perfil social e profissional do avicultor, e que foram obtidos junto ao técnico agrícola da empresa. O item “ano de ingresso” não foi informado por ele, sendo completado apenas entre os avicultores entrevistados.

Os dados dessa tabela representam a totalidade dos avicultores da empresa. Com base nela e também nas entrevistas realizadas, verificamos que os avicultores integrados do Frango Ouro não têm na avicultura sua única atividade.

Como se pode ver, a maioria dos integrados é constituída de pequenos capitalistas ou profissionais liberais que se tornaram capitalistas no campo. É expressiva a presença de profissionais liberais, que representam 30% dos avicultores. Temos também capitalistas, como o proprietário de uma olaria, que é também vereador (5%); o proprietário de um mercado

186 Conceito norteado pelos estudos de: Marx (1974, 1985) Martins (1995), Oliveira (1986, 1991), Santos, J.V.T. (1978).

187 Esses significados foram considerados a partir da avaliação de Martins (2000). Para esse autor, a sociabilidade, a interação entre sujeitos na relação social, é precedida de uma (re)construção imaginária, social, dotada de significados que permitem articular um momento fragmentário ao conjunto do grupo.

atacadista (5%); e também um assalariado, que deixou a família do sogro administrando o aviário (com empregado) e mora em Campinas-SP, onde trabalha em uma financeira (5%); avicultores camponeses, que vivem exclusivamente da atividade agropecuária (30%) e um veterinário, que também é proprietário de terra e desenvolve a pecuária, além de ser capitalista da indústria, pois é proprietário do abatedouro (5%). Foi possível obter informações de 16 avicultores, ou seja, de 80% do total.

Os profissionais liberais constituem a sua maioria, representando 30% do total. Todavia, somados aos representantes do capital comercial e industrial (15%) e ao assalariado urbano (5%), representam no campo, pelo menos 50% dos capitalistas da avicultura¹⁸⁸. O trabalho familiar representava 25% do total de integrados.

Quadro 18 - Estado de Mato Grosso do Sul
Perfil socioeconômico dos avicultores integrados à frango ouro

Avicultor	ATIVIDADE PRINCIPAL	ANO*	TIPO AVIÁRIO	Nº AVIÁRIOS	Área (ha)**	Mão-de-obra
A1	Dono de olaria/vereador	1994	idem	1	Predomina de 04 a 10 ha, com exceção uma propriedade, de mais de 500 ha	A
A2	Agropecuária	2001	idem	2		F/A
A3	Bioquímico	1995	idem	2		A
A4	Assalariado urbano (trabalha numa financeira)	2001	idem	1		A
A5	---		Semi-automát.	2		---
A6	Engº Agrônomo		idem	3 + 1 constr.		A
A7	---		idem	1		---
A8	Zootecnista		idem	2		A
A9	Dono de mercado atacadista		idem	1		A
A10	---		idem	1		---
A11	Dentista		idem	1		A
A12	Veterinário, proprietário de terra		idem	4		A
A13	Agropecuária		idem	1		F + 1 empregado serv. gerais
A14	Agropecuária		idem	1		F
A15	Zootecnista		idem	1		A
A16	---		idem	1		---
A17	Agropecuária		idem	1		F
A18	Médico		idem	2		A
A19	Agropecuária		idem	1		F + A
A20	Agropecuária		idem	2		---
TOTAL	20			32		

Fonte: Técnico agrícola da Frango Ouro, 28/01/02.

* Ano de ingresso na avicultura

** área aproximada

F/A = Propriedade com mão-de-obra familiar que emprega também trabalho assalariado

Esse quadro nos chama a atenção para os cuidados com as generalizações. Se fôssemos restringir a análise ao tamanho da propriedade, esses avicultores seriam todos (à exceção do proprietário do abatedouro, que possui a propriedade de 500 ha) erroneamente incluídos na categoria

188 Do total, 25% não puderam ser identificados.

de pequenos proprietários ou pequenos produtores, pois a maioria das propriedades varia de 04 a 10 ha. No entanto, o que se verifica são sujeitos e situações sociais extremamente diferenciadas.

Esse processo, para Ariovaldo Umbelino de Oliveira¹⁸⁹, é compreendido da seguinte maneira:

... estamos aqui diante do processo de produção do capital através da atividade dos profissionais liberais que acumulam dinheiro e, na avicultura, aplicam esse dinheiro que acumularam, tornando-o capital. Assim, o capital foi produzido nas profissões liberais e seus proprietários tornaram-se, na avicultura, capitalistas, colocando seu, agora capital, para se reproduzir ampliadamente através do trabalho assalariado.

Um outro aspecto importante que pudemos detectar, especificamente nesse sistema de integração, através da entrevista com o técnico agrícola, foi a presença expressiva, nos aviários pertencentes aos capitalistas, de granjeiros (aquele que realmente cuida do aviário), que antes tiveram experiência com trabalho urbano. Segundo esse mesmo técnico, aproximadamente 60% desses atuais granjeiros, eram trabalhadores provenientes da cidade de Aparecida do Taboado. Para o técnico, essa mudança tem ocorrido nos últimos quatro anos, devido à dificuldade de estarem os trabalhadores rurais, adaptando-se à avicultura:

(...) tem um problema sério porque ... o serviço de pecuária não exigia tanta mão-de-obra, o aviário puxa um pouco mais, então, teve um certo problema em cima disso aí. A maioria do pessoal não se adaptou no serviço. A adaptação maior veio do pessoal da cidade, que estava com a vida meio corrida já e ... aderiu bem. (...) Por exemplo, eu tive um caso, um último caso, bem recente: a pessoa ficou saturada, trabalhando muito, aí ela chegou na gente, para poder conversar com o integrado e ver se ...estava com medo até de conversar com o proprietário e o proprietário pensava que ele não queria mais. Ele pediu para poder ser afastado e poder descansar um pouco, mas não que ele não quisesse mais trabalhar, era apenas para descanso físico e mental, pois é uma atividade que não é um serviço pesado mas é bem preso (entrevista realizada em 28/01/02).

Essa aparente situação de inadaptabilidade do trabalhador do campo em relação ao da cidade nas atividades avícolas, pode apontar, também, para outras questões menos aparentes e revelam em certa medida, as contradições do emprego do trabalho assalariado na avicultura. Esses aviários são, em sua grande maioria, semi-automáticos, o que exige muita dedicação, conforme abordado no capítulo anterior. No trabalho familiar, o excesso de afazeres que torna o trabalhador preso à atividade,

189 Texto inédito, escrito exclusivamente para esta tese (junho, 2003).

acaba sendo diluído com a ajuda da família, o que já não acontece no trabalho assalariado, cujos afazeres concentram-se, em tese, no trabalhador contratado. Todavia, mesmo nessa situação, encontramos casos em que, morando toda a família na propriedade, algum membro acaba ajudando, principalmente nos horários de maior trabalho, como na situação abaixo descrita:

P: Só você dá conta aqui de cuidar dos aviários (dois)?

R: Só eu. Eu e a minha esposa, né!

P: A sua esposa também cuida do aviário?

R: É, ela me ajuda de manhã cedo, a lavar o comedouro, né. Mas o resto é eu. (Entrevista realizada em 28/01/02)

Quando a ajuda familiar não acontece, o chamado desgaste físico e mental pode ocorrer, ou então, a própria rejeição desse trabalhador rural às condições impostas pelo sistema de integração. Sendo a pecuária predominante na região¹⁹⁰, muitos acabam optando por trabalhar nesse tipo de atividade, mesmo que o salário na avicultura ofereça ganhos considerados “bons” para a realidade do município. Essa outra possibilidade de trabalho tem afastado os trabalhadores rurais e atraído os trabalhadores urbanos:

R: Hoje na cidade, no comércio, não tem o salário compatível a esse da granja, que são dois salários rurais mais comissão. Hoje na cidade você não encontra. Essas firmas, o que pagam aí é apenas um salário mais a cesta básica, né, que tão pagando aí. Então hoje, se você achar um salário na cidade por mais de trezentos é ... só se for um serviço mais superior, né, bancário, essas coisas, mas na cidade o que corre é isso aí, duzentos e cinquenta, trezentos reais. E aqui oferecia mais, né, vim pra cá.

A característica desse sistema de integração, no qual predominam pequenos capitalistas integrados, estabelece assim uma outra relação entre integrador e integrado, o que se reforça por estar inserida a integração em um contexto de cidade pequena e, também, por haver poucos integrados. Conforme declarações de um integrado:

Olha, eu sempre gostei de mexer com aves. Eu tinha uma chácara e criava galinhas poedeiras e ... resolvi mexer com a avicultura, após o convite do Albenar. O Albenar é muito amigo meu e ... e ele é uma pessoa idônea, uma pessoa séria e a gente não tinha conhecimento algum de avicultura e ...

190 Na microrregião de Paranaíba, que envolve os municípios de Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba e Selvíria, 80,9% das terras são utilizadas para pastagens (segundo dados do Censo Agropecuário/IBGE, 1995/96) e apenas 1,6% utilizadas para lavoura (temporária, permanente e em descanso), influenciada pela estrutura fundiária, extremamente concentrada. As matas e florestas representam 13,5% e as terras produtivas mas não utilizadas, 1,1% (o restante estava sem declaração)

entramos juntos nessa, mas muito mais pela pessoa que ele é, pela formação que ele tem, pela confiança que deposito nele. É por isso eu resolvi entrar. (Entrevista realizada em 20/07/01. Grifo nosso)

O avicultor menciona aqui, os laços de amizade que unem integrador e integrado. Vemos que a proximidade é facilitada por dois fatores: trata-se de cidade pequena e há uma ligação política entre eles, pois esse avicultor é também vereador do município, eleito pelo PFL (Partido da Frente Liberal), sendo o irmão de Albenar (dono do abatedouro), o vice-prefeito.

Esses laços de amizade têm influenciado, inclusive, a característica da associação de avicultores da região, que, fundada por esse avicultor em 1994, a Avibems (Associação dos Avicultores do Bolsão do Estado de Mato Grosso do Sul) tem atuado para resolver problemas de custos de produção (energia, aquisição de equipamentos, venda da cama de frango), mas nenhum mencionado, que envolva a própria empresa. No momento da entrevista, a Avibems estava paralisada. Para esse avicultor, a solução para superar as dificuldades é buscada na tentativa de construir mais um barracão e não prevê a saída do sistema de integração ou a reivindicação por melhores preços. Quando questionado sobre a continuidade na atividade, responde:

Olha, eu não tenho como falar se eu pretendo ou não. Tenho que continuar, porque tá financiado e ... hoje é difícil você sair. Pretendo ampliar. Depende de financiamento, depende ... hoje um aviário tá em torno de cem mil reais, então tem que tê, é ... financiamento, né, principalmente do FCO, eu tenho que ampliar de qualquer jeito porque daquele jeito eu não posso continuar, é humanamente impossível.

Nesse sistema de integração, encontramos também uma das estratégias recentes de recriação do campesinato, denunciando a não-linearidade desse processo. Trata-se do avicultor que no Quadro 18 pode ser identificado como A2. O avicultor A2 é natural de Valparaíso, Estado de São Paulo. De origem camponesa, trabalhou muito tempo com seus pais, como rendeiro. Após algum tempo, a família adquiriu 24 ha de terra em Pereira Barreto, a qual vieram a perder, posteriormente, por não conseguir saldar suas dívidas no banco. Em 1971, A2 veio para Aparecida do Taboado, onde residiu por trinta anos, e trabalhou como assalariado, em mercearia, e também como caminhoneiro. Em 1990, foi trabalhar como dekassegui em Narakém, Japão, em uma fábrica de madeiras para casa, denominada de Kakimoto House, que utilizava o *pinus*, madeira que era importada do Brasil e do Canadá. Retornou definitivamente ao Brasil em 2000, quando então, adquiriu a propriedade de 5,5 ha, com dinheiro obtido do trabalho no Japão. Entrou na avicultura em 2001 com

recurso próprio, como alternativa ao trabalho assalariado, pois, segundo suas declarações, não queria mais ser empregado. Construiu dois aviários semi-automáticos: um medindo 10 x 120 metros e com capacidade para 25.250 frangos e outro, de 10x135 metros e capacidade para 30.300 frangos. Para cuidar dos aviários, contava inicialmente com um empregado (para quem pagava um salário mais porcentagem, que dava em torno de R\$ 360,00/mês), que cuidava do barracão menor. Para cuidar do barracão maior, esse avicultor contava com a ajuda da própria família. No entanto, acabou dispensando, recentemente, o empregado por ter diminuído o rendimento do aviário. Atualmente, somente utilizam mão-de-obra familiar. Esse exemplo é elucidativo para compreendermos um exemplo de mobilidade sócio-territorial na avicultura.

A trajetória da família foi marcada, primeiramente, pela expulsão do campo, o que os levou ao assalariamento por trinta anos. Inseridos (parte da família) no contexto de internacionalização do mercado de trabalho, ao fazer parte da leva de migrantes descendentes de japoneses que foram assalariar-se temporariamente no Japão, retornam ao país após um período de auto-exploração (no sentido de que se priva conscientemente do acesso ao lazer, à família etc.), com dólares guardados. Ao retornar, devido à taxa de câmbio conseguem converter à moeda nacional, traduzindo-se em significativa quantia em dinheiro comparada à realidade do país, o que lhes permite, de certa forma, escolher a atividade que passarão a desenvolver. Ao adquirir uma propriedade, o chefe da família, entra na avicultura porque quer deixar de ser empregado, recriando-se novamente como camponês, certamente num outro patamar, num outro nível de sociabilidade, mas mantendo a unidade básica da família na relação com a terra.

Esse processo de recriação do campesinato deve ser analisado não como estratégia da empresa integradora, que já declarou o perfil desejado de integrado; nem por estratégia da empresa japonesa, onde trabalhou no Japão, que somente estava interessada em apropriar-se do trabalho precário, mas sim, por estratégia da própria família, que não queria mais continuar como assalariada, o que se tornou possível graças às economias juntadas no Japão.

Esse exemplo de recriação do campesinato é uma evidência de que essa categoria de produtores não pode ser compreendida simplesmente a partir de uma visão urbana e/ou burguesa de que existe apenas um movimento unilateral do capital industrial, dominando e transformando as relações de trabalho e produção no campo. Existe uma relativa autonomia dessa categoria de produtores, cuja lógica não está pautada pela lógica do mercado, mesmo que não esteja alheio a ela.

O avicultor A4 é um outro caso interessante. A4 tem 39 anos, é procedente também do campo, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Veio para Campinas – SP já adulto, onde mora há vinte anos trabalhando em uma financeira. Adquiriu a propriedade de 24 ha em novembro de 1999, escolhida pela proximidade com parentes que havia no município. A administração da atividade na propriedade ficou a cargo da família de seu sogro, que é aposentado.

Nessa propriedade, o trabalho assalariado é contratado especialmente para cuidar da avicultura, e o funcionário recebe R\$ 200,00 por mês mais cesta básica e 5% da produtividade obtida a cada lote do frango. A sogra do proprietário é apenas a administradora (o esposo é doente) da propriedade e, que se dispôs a mudar para o campo para descansar, fugir da vida da cidade grande, pois “*Campinas tá muito apertado*”. O filho desse casal, todavia, pretende cuidar do aviário assim que terminar seus estudos (ensino médio), podendo vir a se tornar um administrador da propriedade. A4 entrou na avicultura¹⁹¹ em 1999, quando construiu dois barracões de 10 x 130 m. Um dos barracões ainda se encontra financiado e o avicultor pretende aumentar esse número, investindo em mais um barracão, assim que terminar de pagar o financiamento (com previsão para mais dois anos). Nesse exemplo, temos o caso de um trabalhador assalariado urbano (com altos salários), que veio a se tornar também um pequeno capitalista.

Ao todo foram entrevistados cinco avicultores do total de integrados à empresa Frango Ouro. Desses, quatro eram pequenos capitalistas, que adquiriram a propriedade recentemente. Nos três exemplos mencionados, o avicultor A2 adquiriu a propriedade em 2000. O avicultor A4, que é um assalariado urbano, adquiriu a propriedade em 1999. Além desses, encontramos também um casal de bancários, proprietários de 97 ha, desde o ano de 2001¹⁹². Havia também um capitalista da indústria, que adquiriu sua propriedade, de 10 ha em 1994. Nessas quatro situações, os avicultores haviam adquirido a propriedade após a implantação do Plano Real, quando se inicia a queda no preço da terra.

Na empresa Frango Vit realizamos sete entrevistas¹⁹³, cujos resultados expomos no Quadro 19. Os dados levantados revelam uma situação social bem diversa da dos integrados do Frango Ouro. Na Frango Vit, encontramos o predomínio do trabalho familiar, mas também sob situa-

191 Primeiramente haviam tentado a pecuária, mas sem sucesso.

192 Essa propriedade foi visitada em nossa segunda ida à região e não consta no quadro 18, que foi elaborado pelo técnico da empresa. A entrevista foi realizada com o granjeiro da propriedade.

193 As entrevistas foram realizadas através de três idas a campo, sendo que na primeira, em 20/07/01, foram entrevistados dois avicultores, B1 e B2. Na segunda, realizada em 30/01/02, entrevistamos quatro avicultores, B3, B4, B5 e B6. Uma última entrevista, B7, realizamos em 12/07/03. No total, representam 7% dos 100 avicultores do sistema de integração.

ções esclarecedoras, do ponto de vista da compreensão das relações de trabalho na avicultura.

O nível de automação dos aviários ainda é baixo, comparativamente a outras empresas. Na Frango Vit, predomina ainda o aviário manual (em torno de 80% dos aviários¹⁹⁴), o que explicaria a presença maior do trabalho familiar na atividade, seja como proprietários do aviário, seja como parceiros ou rendeiros.

Segundo a veterinária da empresa, atualmente os avicultores proprietários que utilizam mão-de-obra familiar representariam aproximadamente 50% do total de avicultores integrados da empresa no Estado. O restante se daria na forma de parceria, que recebe um percentual sobre a produtividade do lote, que varia em cada propriedade, dependendo das negociações estabelecidas entre ele e o integrado. Esse novo perfil, segundo a veterinária, foi alterado recentemente. Embora não soubesse informar com exatidão, ela tinha informações de que, no início da atividade, a avicultura era desenvolvida pelos próprios proprietários, através do trabalho familiar.

Quadro 19 - Estado de Mato Grosso do Sul
Perfil socioeconômico de avicultores integrados à Frango Vit

Avicultor	Atividade principal	Ano*	Tipo de aviário	Nº aviários	Área (ha)	Local de residência	Estado de origem	Nível de instrução	Mão-de-obra	Idade	Local de procedência
B 1	Avicultor	1997	Manual	02	33	R	MS	2º grau completo	F	37	R
B 2	Avicultor (aposentado)	1990	Manual	02	20	R	RS	2º grau completo	F/PC	61	R
B 3	Avicultor	2002	Manual	01	18	R	MS	2º grau completo	AR	30	R
B 4		1997			3,2	R	NE	1º grau incompl.		46	R
B 5	Avicultor	1991	1 Manual e 3 autom.	04	35	R	RS	1º grau incompl.	F/A	55	R
B 6	Avicultor	1994	1 Manual e 3 autom.	04	48 ha	R	MS	2º grau completo	F/A	32	R
B7	Avicultor, pecuária leiteira	1991, 1993, 1994, 1997	3 Manuais e 14	04	30	R	MS	1º grau completo	F	61	R

No que diz respeito à automatização, a empresa tem dado preferência ao aviário que representa um custo menor, ou seja, o manual, o que para ela, facilitaria o acesso da pequena propriedade. Para a veterinária, do ponto de vista do rendimento, não há diferença entre os diferentes tipos de aviários. A diferença está na mão-de-obra, pois a automatização reduz a necessidade de mão-de-obra proporcionalmente ao número de barracões.

194 Segundo informações fornecidas pela veterinária da empresa.

Ressaltamos que essa mudança no perfil do avicultor integrado à Frango Vit que observamos no Estado de Mato Grosso do Sul não se tem dado na mesma intensidade que no Estado do Paraná, onde a empresa tem outro abatedouro de aves.

Enquanto em Mato Grosso do Sul temos 100 avicultores integrados à Frango Vit, sendo apenas 50% com mão-de-obra familiar, ou seja, pelo camponês proprietário, no Paraná são 300 avicultores integrados, com aproximadamente 80% deles trabalhando sob essa condição camponesa. Quando questionada sobre o motivo dessa diferença, a veterinária, que também já trabalhou no abatedouro do Paraná¹⁹⁵, comentou:

R: Por causa do perfil do produtor. Aqui o pessoal tem essa mentalidade de ser um pólo pecuário, não sei. A extensão das propriedades são ... assim ... em relação ao valor são maiores, né, e ... o pessoal daqui tem ... não, mora na cidade e tem propriedade no campo, né, então aí ele deixa o empregado lá e vai todo dia para a cidade. Então geralmente ele tem empregado. Agora, aqui no Paraná, acho até pela ... próprio perfil dos produtores lá são ... eles são de raízes, mesmo, raízes do campo, eles nasceram no campo. Essa diferença eu sei, até por eu trabalhar lá e vir pra cá recentemente, eu vejo que tem essa diferença. Até no sul, né, sul do Paraná, Santa Catarina, ali eu acho que vai ser mais familiar ainda. Aqui eu vejo bastante diferença. Aqui o perfil do produtor é diferente, com certeza. (Entrevista realizada em 28/01/02. Grifo nosso)

Um dos motivos alegados pela entrevistada foi o fato de o avicultor de Mato Grosso do Sul não ter raízes no campo. Sem dúvida, neste Estado onde predomina o latifúndio, os valores dominantes são os valores da classe dominante. A classe camponesa se vê comprimida em meio aos grandes proprietários de terra e aos capitalistas do campo. No entanto, essa é mais uma questão que necessitaria ser mais bem analisada, para uma avaliação consistente. Ao analisarmos o processo de diferenciação na avicultura, apresentamos apenas um aspecto do que poderia nos levar à sua compreensão. Foi com tal intuito que realizamos algumas entrevistas com integrados da Frango Vit, do município de Terenos.

Nas entrevistas realizadas, além do camponês proprietário, encontramos também outras formas não capitalistas de produção na avicultura, como o arrendamento e a parceria, todas com propriedades inferiores a 50 ha, localizados, em sua maioria, no município de Terenos, nas chamadas Colônia Nova e Colônia Velha. Conforme informações fornecidas pela veterinária da empresa, essas outras formas de produção representariam 50% do total dos avicultores. A maioria dos aviários é manual (em

195 Não é nosso propósito, aqui, realizar um estudo comparativo entre o perfil dos avicultores dos diferentes estados.

torno de 80%) ou semi-automática, com capacidade para alojar entre 15 mil frangos (manual) e 20 a 22 mil (semi-automático) e tamanho variável, geralmente 12 x 125 metros.

No caso de um dos entrevistados, verificamos que a parceria foi utilizada por um filho de camponês proprietário, também avicultor, para continuar recriando-se enquanto camponês. É o caso do avicultor B3, de 30 anos. Sua família tem aviários na propriedade que possuem, mas como a família é grande, e havendo necessidade da saída de membros da família para complementar a renda, tentou inicialmente ir para a cidade:

Olha, eu tentei até ir pra cidade, um pouco, mas já vi que lá não é o meu lugar, não! Dai eu ... sei lá, desde pequeno criado no meio do mato aí e na cidade você não fica à vontade. Cê tá numa varanda ou qualquer parte tem gente te olhando, aqui você fica aí! Tranquilo aqui. (Entrevista realizada em 30/01/02).

É possível verificar na sua fala, que o motivo alegado para não querer continuar na cidade não foi o problema do emprego, mas sim, seu desconforto com relação ao modo de vida urbano. O seu lugar é o “meio do mato”, ou seja, a reprodução da sua existência está fundamentada numa relação direta com o universo que constitui sua unidade produtiva, onde pode, então, se sentir à vontade. Como seus irmãos já cuidavam do aviário da família, resolveu trabalhar através do sistema de parceria em outra propriedade, para manter-se no campo. Acabou indo trabalhar com sua própria tia, também avicultora, em 2001, através do sistema de meação. No acordo, a tia fica com 50%, mas paga a dívida, e o granjeiro recebe os outros 50% e paga as despesas do barracão. Além da avicultura, ele arrendou também a terra, onde desenvolve a pecuária. O barracão de aves é manual, de 12 x 104 metros e tem capacidade para alojar 17 mil frangos.

Os motivos que levaram a tia à desistência da avicultura expressam bem o tipo de mão-de-obra necessário para essa atividade em um barracão manual. Quando se separou do marido, dissolveu-se também o trabalho da família na avicultura, pois ela, com filhos pequenos para cuidar e problemas de saúde, não conseguiu tocar a atividade, embora tenha tentado colocar empregados:

Aí ela ... não tinha costume, era sempre o ... marido dela que cuidava disso tudo. Então ela não tem costume. Ela só dava murro em ponta de faca, tirava resultado ruim e ruim e ... não tava dando certo com peão, porque ela não cuida, né! Também tem problema nas costas, não pode cuidar. O nenê dela é novo, também tem uma menina. E com peão não tava dando certo, não parava também. Aí ela injuriou e nós pedimo pra conversá com ela, nós fizemos a proposta, ela aceitou e aí gente mudou.

Assim, a parceria acabou sendo a saída encontrada para dar continuidade à avicultura, que teve início em 1994. Na época da entrevista, B3 estava descontente, pela baixa remuneração, e pretendia sair dentro de uns anos da atividade, mas pretendia continuar no campo, embora ainda não tivesse definido o que fazer. Cabe esclarecer, assim, que o parceiro veio do interior da família camponesa extensa. Verificamos, então, que o campesinato vai cunhando alternativas para o seu desenvolvimento, o que, muitas vezes acaba não sendo percebido quando esses sujeitos sociais são ignorados.

Uma situação diversa sobre mobilidade social e recriação do campesinato pôde ser observada na história de um outro avicultor. Esse avicultor tem 46 anos. Possui dois filhos, que estudam. Um deles faz faculdade de agronomia (escola particular) em Campo Grande, e o outro não foi mencionado. Trata-se de um camponês de origem nordestina, que acabou trabalhando um tempo com comércio (tinha açougue e mercearia) antes de entrar na avicultura, em 1997. Vendeu o que possuía e comprou uma propriedade de 3,2 ha, já com dois barracões de frango quitados. Um dos barracões tinha 9 x 120 metros e outro 9 x 100 metros, manuais e com capacidade para 27 mil frangos, mas alojavam juntos 23 mil. Quando ele começou na avicultura, utilizando-se de mão-de-obra familiar, estabeleceu-se mais uma relação de trabalho camponesa na avicultura, que durou em torno de cinco anos, pois, num contexto em que o preço do frango pago ao avicultor pela empresa, encontrava-se muito baixo (a insatisfação era geral entre os entrevistados), resolveu sair do sistema de integração¹⁹⁶. Questionado sobre as razões da saída, argumentou:

Eu tirei até vinte centavos por frango. Hoje paga doze centavos. Com doze centavos não banca o custo. E pelo patrimônio que você tem empatado, o dinheiro que tá empatado aí, é o capital nosso que está acabando dia-a-dia. Aí faz só pra comer, só pra comer, pagar luz, pagar água, pagar gás, pagar pega, comer, fica nessa agonia. E com o tempo você vai acabar e não vai ter nada, e, além disso, mais velho, arrebitado. (Entrevista realizada em 30/01/02).

Essa declaração revela que esse camponês não está alheio ao caráter explorador das relações mercantis. A insatisfação do avicultor é gerada pelo baixo rendimento obtido na atividade decorrente da avaliação que ele estabelece em função de a avicultura não estar satisfazendo suas necessidades em relação ao dinheiro investido. Resolveu sair da atividade, o que foi facilitado pelo fato de não possuir nenhum financiamento no banco. Essa situação se agravou quando houve a proibição, no Estado, de uso da cama do aviário para confinamento, reduzindo o mercado para o

196 No momento da entrevista, já havia parado de alojar frangos e sua propriedade estava à venda.

produto na região. Segundo esse avicultor, o preço da tonelada da cama de frango caiu de R\$ 80,00 para R\$ 20,00 e mesmo assim, era difícil achar comprador. Quando questionado se continuaria no campo, respondeu: *“Não. Se der jeito eu fico no campo, mas com outra atividade”*.

Podemos constatar, nessa situação, que o avicultor camponês também dispõe de certa autonomia nas suas relações com o sistema de integração, quando a empresa, através do mecanismo da sujeição da renda da terra extrapola o limite aceito pela família, no balanço que estabelece entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974). Um indicativo mencionado é o fato de que, inicialmente, a avicultura proporcionava o acesso do filho à faculdade; depois, garantia só a alimentação da família. Nesse exemplo, verifica-se que as necessidades desse novo camponês têm se transformado na sociedade atual, pois, dentre elas incluía-se a de ter condições de pagar uma faculdade ao filho, no caso, de Agronomia. Todavia, embora a situação social desse camponês possa ser colocada em um nível mais amplo, era um raciocínio que se mantinha fundamentado em uma necessidade da família, pautada em observações cotidianas e não em função da lógica capitalista¹⁹⁷. Foi essa lógica que o levou a sair da avicultura. Tal situação de relativa autonomia do campesinato nos remete, mais uma vez, ao fato de que compreender a unidade familiar de produção implica analisá-la não pela lógica do mercado, unilateralmente, mas sim, a partir da lógica interna dessa unidade familiar de produção e de como ela se insere no mercado.

Essa relativa autonomia é muitas vezes ancorada em um modo de vida que se orienta pelas mediações do sagrado, na sua relação com a sociedade e com a natureza. Nesse exemplo, insatisfeito com a atividade, o avicultor camponês denunciava também as condições de trabalho a que estavam submetidos. O problema maior ocorreu quando houve a disseminação de doenças em determinados aviários. A dificuldade da empresa em atender a uma determinada demanda fazia com que se alojasse maior número de lotes por ano. Com isso, os quinze dias, denominados de vazio sanitário e destinados para limpeza do barracão, eram retirados de alguns lotes, o que acabou provocando a disseminação de doenças em vários aviários de avicultores que estavam integrados a ela, provocando a morte de milhares de frangos em lotes seguidos. Segundo um avicultor, muitos desses frangos foram jogados aleatoriamente no rio, e muitos daqueles que, embora doentes não estivessem mortos, eram mandados para o abate. Eram frangos que, na avaliação desse avicultor, estavam contaminados:

197 A diferença entre a lógica camponesa e a lógica capitalista será abordada no próximo capítulo.

Acho que (a empresa) tá vendendo frango podre em vida, os frango tá podre, porque o que morre dentro do aviário é demais. Então os que tão ficando, tão podre em vida. Daí faltava a Secretaria da Agricultura, o Ministério Público envolvê, pra mandar fazer análise na carne, n/é! Porque a carne deve estar gosmenta, não vale nada. Nós não tem estudo profundo nisso aí, n/é, mais eu crio. Como produtor, eu acho que o povo está comendo carne podre, congelada. Porque não é só o meu, está morrendo geral. Tem aí pra frente que tá morrendo quinhentos, seissentos por dia. Agora eu pergunto: quem é que paga esses frango morto, que perde? A empresa não vai perdê. Quem vai perdê é os coitado do produtor. (...) Estão pondo pena, muita pena dentro da ração, então o que está acontecendo: esses frango doente vai pra lá, entra no sistema e volta de novo na ração. E está apodrecendo tudo! Não é só eu de produtor tem é muito produtor aqui em baixo. Só que eles tem medo de represália, n/é! Eu não tenho medo nenhum! Só tenho medo de represália de Deus! Aqui da terra não tenho medo. Então achei melhor parar. (Entrevista realizada em 30/01/02. Grifo nosso)

Esse discurso vem expressar a revolta desse camponês frente à situação de exploração imposta pela empresa integradora e aos danos que essa condição vinha provocando à natureza e à sociedade. Ao denunciar a empresa, demonstrava não ter medo de sua represália, mas sim, da “represália de Deus”, ou seja, a idéia de que é a Deus que nós devemos prestar nossas contas, por ser Ele o Criador e não aos homens.

O avicultor B6 constitui mais um exemplo desse novo camponês encontrado na avicultura. Tem 32 anos e é natural de Camapuã, Mato Grosso do Sul. Seu pai veio com a família para o município de Terenos após a morte de três dos seus filhos (tinha, na época, dois anos) e comprou uma propriedade de 48 ha, há 30 anos. B6 entrou na avicultura em 1994, porque foi a única alternativa de renda encontrada. Construiu, em sociedade com seu irmão, quatro barracões semi-automáticos de uma vez, de 8,5 x 130 metros e capacidade de alojar 16 mil frangos cada um, todos financiados e securitizados. Dois barracões pertencem a ele e os outros dois a seu irmão, que mora em outra casa, na mesma propriedade. Os cuidados com os aviários são feitos por ele e mais um empregado, que recebe um salário rural mais uma comissão por produtividade a cada lote. Além da avicultura, trabalha com a pecuária leiteira e tem um apartamento em Campo Grande, onde mora uma filha, que faz faculdade. Antes de entrar na avicultura, trabalhava na lavoura, com algodão.

Verificamos que, nessa unidade produtiva, a base do trabalho é familiar, o que garante a reprodução de duas famílias, a do avicultor B6 e a de seu irmão. Os dois aviários pertencentes ao irmão funcionam unicamente com o trabalho familiar, sendo que B6 possui um empregado, como complemento de mão-de-obra: “... eu tenho empregado porque tenho outras atividades também. (...) porque a renda é pouca.” (Entrevista

realizada em 31/01/02). Todavia, apesar de camponês, seu perfil não se assemelha ao do primeiro avicultor por nós entrevistado, o B1. Este revela ainda concepções de um tempo mais lento, de uma sociabilidade caracterizada pelo âmbito da família, do bairro, mesmo que subjugado pelo capital industrial, através da mercadoria, características estas, reveladas em vários momentos da entrevista. O mecanismo que levou esse avicultor a entrar na avicultura, por exemplo, se deu através de informações dadas pelos seus vizinhos. Durante toda a entrevista, era possível notarmos o estranhamento e a desconfiança gerada no nosso contato com os mesmos, o que dificultou inclusive, a obtenção de maiores informações. Já o avicultor B6 – que mantém uma filha fazendo curso superior na capital, Campo Grande, e um apartamento com acesso aos meios de comunicação, inclusive computador – demonstra conhecer e buscar novos mecanismos de reprodução social para os filhos, através dos estudos na capital. Nesse sentido, esse camponês, não apenas possui em sua propriedade meios mais rápidos de comunicação (telefone, rádio, TV, carro de passeio), mas mantém também um empregado e um apartamento em Campo Grande, evidenciando condições econômicas e sociais diferentes das de B1. Entendemos que essas distinções são necessárias para a compreensão das mudanças que vêm ocorrendo nas relações de trabalho, pois evidencia o perfil de um novo campesinato.

Passaremos, agora, à avaliação dos avicultores integrados à Seara Alimentos. Do total dos avicultores, entrevistamos onze (identificados de C1 a C11), cujos aviários estavam localizados no município de Sidrolândia¹⁹⁸. A situação geral encontrada nas propriedades pode ser observada no Quadro 20. Verifica-se, logo de início, que a integração na Seara é bastante distinta da encontrada na Frango Vit. Os dados levantados nas entrevistas revelam a emergência de um novo perfil de avicultor, conforme abordaremos a seguir, destacando algumas das situações encontradas.

O quadro evidencia que, com exceção dos avicultores C4 e C9, todos os outros haviam entrado recentemente na avicultura e tinham como atividade principal funções consideradas urbanas (o que não quer dizer que o seu local de residência seja urbano), sendo comum a presença de profissionais liberais e, portanto, agora de avicultores com nível superior completo. Essa tem sido uma característica comum dos novos avicultores integrados à Seara, cujos barracões, apresentam maior nível de tecnificação em relação ao das outras empresas abatedoras do Estado. O número de aviários desses pequenos capitalistas do campo também é elevado, o que, aliás, os distingue de outra categoria de produtores. Uma outra característica comum a esses novos

198 Os dois primeiros foram entrevistados nos dias 17 e 21 de julho de 2001; do C3 ao C8 no dia 31 de janeiro de 2002, e o restante em 11/07/03. Todos foram escolhidos aleatoriamente.

avicultores é o fato de terem adquirido recentemente a propriedade, entre 1997 e 2001, período em que houve uma queda no preço das terras no país. Também chama a atenção a procedência desses avicultores, que vieram todos de outros estados, principalmente da região Sul do país.

Quadro 20 – Estado de Mato Grosso do Sul
Perfil socioeconômico de avicultores integrados
à Seara Alimentos

Avicultor	Atividade principal	Ano de ingresso	Tipo de aviário	Nº de aviários	Área (ha)	Local de residência	Ano de aquisição	Mão-de-obra	Nível de instrução	Idade	Local de procedência
C 1	Avicultor e técnico agrícola aposentado	1998	Climatizado	02	20	R	1989	F/A	2º grau comp.	50	R/RS
C 2	Engenheiro civil	1997	Climatizado	04	9 + 106	U	1997	A	Superior comp.	32	R/SP
C 3	Avicultor e Motorista de caminhão	1999	Climatizado e semi-climatizado	06	12,5	R	1999	A	2º grau comp.	31	R/PR
C 4	Avicultor	1992	Semi-automático	04	20	R	1983	F/A	Superior comp.	47	R/RS
C 5	Veterinário aposentado	2001	Semi-climatizado	04	31	R	2001	A	Superior comp.	55	R/SP
C 6	Engº agrônomo	2001	Semi-climatizado		15	R		A	Superior comp.	32	---
C 7	Dono de padaria	2001	Semi-climatizado	02		U	2001	PC	---	41	U/RS
C 8	Dentista	2001	Semi-climatizado	04	22	U		PC	Superior comp.		---
C 9	Avicultor e agricultor	1994	manual	02	18,6	R	1983	F	2º grau comp.	---	R/RS
C 10	Avicultor	2000	Semi-climatizado	04	7	U	2000	A	Técnico agrícola		SP
C 11	Avicultor e escritório de projetos agropecuários	2000	Semi-climatizado	04	30	U	2000	A	Superior comp.		

Fonte: Pesquisa de campo, 2001, 2002 e 2003.

R = Rural

U = Urbana

F = avicultura com trabalho familiar

F/A = Familiar, com uso de trabalho assalariado.

A = trabalho assalariado

PC = Parceria

O avicultor C2 constitui-se em um exemplo desse novo perfil de avicultor. Tem 32 anos, é natural do bairro rural Perobinha, no município de Presidente Bernardes-SP, onde o pai tinha uma propriedade de 168 ha e era pecuarista. Formou-se em Engenharia Civil na UNOESTE, de Presidente Prudente – SP e veio para Mato Grosso do Sul atuar na profissão, na região de Dourados. Após trabalhar três anos no setor da construção civil, mudou-se para Sidrolândia, onde comprou uma pequena propriedade de 9 ha e montou uma fábrica de estrutura pré-moldada, em sociedade com o irmão. Entraram na atividade avícola para testar os equipamentos e poder adequar os galpões às necessidades do avicultor. Começaram em 1997, com dois barracões climatizados de 12 x 125 m e com capacidade de alo-

jamento de 24 a 25 mil aves¹⁹⁹. Em 1998 construíram mais um barracão e um outro, em 1999. Na época da entrevista, tinham a intenção de construir mais nove aviários semi-climatizados em outra propriedade que haviam acabado de adquirir com 106 ha, para trabalhar de forma integrada com a pecuária intensiva. Para cuidar daqueles quatro aviários, atualmente têm dois empregados, que recebem um salário rural fixo mais cinco por cento de comissão. Além desses dois funcionários têm também um caseiro, que cuida da parte de jardinagem, limpeza etc. Em função da construção dos quatro barracões, possuem um financiamento equivalente a R\$ 150.000,00 pelo FCO (o equivalente a 60% do custo do barracão) e, apesar de não terem sua dívida securitizada estão conseguindo pagar as prestações do financiamento. Segundo o avicultor entrevistado, os quatro barracões gravavam uma renda bruta de R\$ 24.000,00 a R\$ 25.000,00 a cada lote de frango (60 dias) e uma despesa de R\$ 16.000,00 a R\$ 17.000,00, incluindo as despesas com os funcionários e a prestação do financiamento. Estariam, então, obtendo um rendimento líquido de R\$ 5.000,00 a R\$ 8.000,00 a cada dois meses, mesmo com mão-de-obra assalariada, pois o índice de mortalidade médio dos lotes de frango tem girado em torno de 4%, dentro, pois, da média da empresa. Em 14 de junho de 2003, realizamos uma nova entrevista, agora com o irmão desse avicultor²⁰⁰, um engenheiro agrônomo. Nessa data, já haviam instalado não nove, mas onze aviários naquela propriedade de 106 ha. O rendimento que estavam obtendo agora, somando-se com o rendimento de todos os aviários, que totalizavam quinze, estaria em torno de R\$ 85.000,00 a R\$ 90.000,00 a cada lote, menos uma despesa geral de R\$ 45.000,00, incluindo, aqui, despesas com financiamento, energia, empregado, manutenção, apanha do frango. Na sua avaliação, a atividade estava lhe oferecendo um lucro/renda maior que com o gado (parte de sua propriedade estava arrendada para o desenvolvimento da pecuária, a 10% da arroba do boi, num total de 80 ha).

Nesse exemplo, podemos observar que se encontram unificados em uma só pessoa as figuras do profissional liberal (agora capitalista da indústria), do capitalista da agricultura e do proprietário da terra. A sua integração na avicultura foi possível graças à introdução do aviário climatizado, pois com isso apenas dois empregados dão conta de cuidar de quatro aviários com capacidade de alojar 25 mil aves cada um. Além disso, a integração foi facilitada pelos incentivos da empresa, como o aval do financiamento, sem esquecermos também, o FCO. Conforme as declarações do próprio avicultor estavam conseguindo obter um lucro líquido de R\$ 40.000,00 a R\$ 45.000,00 a cada lote, depois de deduzidas

199 O alojamento sofre variação do inverno para o verão (no verão costuma-se alojar menos frango devido ao calor excessivo).

200 Entrevista realizada em 14/06/03.

as despesas com o capital constante e variável. A acumulação havia lhe permitido adquirir outra propriedade maior, arrendava parte da área para a pecuária, conseguindo se reproduzir de forma ampliada, como proprietário de terra e capitalista da agricultura, obtendo lucro e renda.

Conforme Ariovaldo Umbelino de Oliveira²⁰¹, a opção de se tornar proprietário de terra (proprietário de área maior) e igualmente capitalista da agricultura, está sendo possível porque o Estado, através de políticas públicas, permite que esses setores da sociedade possam se apropriar de parte do fundo público, para fazer parte da acumulação primitiva do capital. Tornam-se assim, beneficiários da lógica geral da reprodução ampliada do capital e da reprodução ampliada da classe burguesa nacional.

Outro exemplo de mobilidade social entre classes é o caso do avicultor C3. Ele tem 31 anos, possui o 2º grau completo (atual ensino médio) e é natural de Marechal Rondon, no Estado do Paraná. Filho de camponeses, seu pai já trabalhava no sistema de integração através da suinocultura. Veio para Sidrolândia em 1996, para trabalhar como motorista de caminhão da Seara. Sua esposa é professora do ensino médio na escola municipal do município de Sidrolândia. Em 1999 entrou na avicultura quando, através da intermediação da Seara, adquiriu uma propriedade de 8,5 ha com seis barracões de um outro avicultor, assumindo o financiamento, que, segundo ele, estaria em torno de R\$ 700.000,00, na época da entrevista.

Apesar de estar pagando a dívida, não chegou a transferi-la para seu nome. O pagamento será feito em doze anos, ou seja, R\$ 7.000,00 por lote. Os seis barracões medem 12 x 125 m²⁰², quatro são climatizados, alojando 24 mil aves e dois, semi-climatizados, alojam 21 mil frangos. Trabalha eventualmente no aviário com mais dois empregados que cuidam dos seis barracões. Os trabalhadores recebem um salário rural mais uma porcentagem, que é definida a cada lote, segundo um cálculo estabelecido pelo próprio avicultor. Ao relatar sobre a porcentagem que cabe aos empregados, é interessante observar que sua racionalidade econômica evidencia que a lógica do custo de produção mais lucro médio é contabilizada como norteadora de sua manutenção na atividade:

(...) é um índice que eu achei, que eu não posso fugir de nove por cento do meu faturamento bruto. Eu não posso fugir, se eu começar a pagar mais que isso aí eu ... eu ... vô trabalhar talvez no vermelho, né, ou ... isso quer dizer a prestação eu faturando bem ela se torna trinta a quarenta por cento. Tem despesa luz, despesa de cama, de manutenção, gás, lenha, tem aquecimento a lenha, ... (Avicultor C3, entrevista realizada em 21/07/01)

201 Texto inédito, escrito exclusivamente para esta tese (junho, 2003).

202 Padronizados recentemente para atender aos barracões climatizados e semi-climatizados, que alojam até 25 mil frangos.

Em 2001, adquiriu mais uma propriedade de 4 ha, evidenciando estar conseguindo acumular com a avicultura e investir em terra. Apesar de considerar a avicultura sua atividade principal, conta, também, com a renda obtida como caminhoneiro e com o salário da sua esposa. A mobilidade social pode ser explicitada no Quadro 21:

Quadro 21 – SEARA ALIMENTOS: mobilidade sócio-territorial de avicultor integrado
EXEMPLO 1

Camponês Proprietário Marechal Rondon/PR		
	Assalariado Sidrolândia/MS	
		Pequeno capitalista Sidrolândia/MS

Fonte: Pesquisa de campo, 2002.

O caso analisado é bastante elucidativo, pois retrata um momento e uma das faces do processo de diferenciação das relações de trabalho na avicultura. O que podemos destacar, primeiramente, na situação relatada, é o fato de que o avicultor anterior, que vendeu a propriedade, foi expropriado ou saiu por conta própria da atividade em 1999. Foi, portanto, um processo de expropriação ou transformação recente, onde, quem adquiriu a propriedade (e “por incentivo da empresa”) é uma pessoa dotada de “visão empresarial”, disposta a pagar a dívida mencionada (e sem, entretanto, transferi-la para o seu nome). Sendo os aviários avalizados pela Seara, o antigo avicultor teria abandonado a atividade em “comum” acordo com a empresa, para vender a propriedade para esse novo avicultor, segundo informações de um avicultor vizinho. Cabe esclarecermos, contudo, que os meandros dessa negociação que culminou na venda da propriedade de outro avicultor, não ficaram suficientemente esclarecidos para fazermos tal afirmação. Parece-nos estranho que alguém venda uma propriedade com aviários e queira, por livre e espontânea vontade, manter uma dívida de R\$ 700.000,00 em seu nome. Outra ocorrência de que tivemos conhecimento e que talvez possa se aplicar a essa situação, é o fato de que, em um determinado contrato ao qual tivemos acesso, um avicultor avalizado pela empresa assinou um contrato particular de promessa de cessão de posse em caso de a empresa ter que pagar o financiamento constante em nome do avicultor. Caso seja a mesma situação daquele avicultor que perdeu a propriedade, esta pode, na realidade, ter sido transferida para o outro avicultor. Argumentando a respeito dessa questão, Oliveira, A.U. (2003)²⁰³ avalia que:

203 Op. cit. p. 290.

... parece que esse processo é comum no campo. A realidade mostra que não o é. Parece também que a empresa Seara é “boazinha”, pois tudo indica acordo verbal para o grande público, mas é bem possível que, através de um “contrato de gaveta”, a Seara entregou o empreendimento ao empregado. Assim, a empresa que é avalista do empréstimo não tem que arcar com o prejuízo no caso da falência do primeiro avicultor. É possível supor que sua formação familiar e sua retidão no trabalho abriu-lhe esta possibilidade. Mas é importante deixar claro que ele terá que provar que é possível tornar-se proprietário de terra e capitalista na avicultura. Toda essa análise é possível, caso não exista “por baixo do pano” sob segredo mútuo, dele e da empresa Seara, outros acordos que só apareceriam no futuro.

Quanto ao “novo” avicultor a entrar nessa atividade (C3), vimos que ele era filho de camponeses. Ao entrar na Seara, transformou-se em assalariado (caminhoneiro da Seara) e depois em pequeno capitalista do campo²⁰⁴, conjugando o rendimento com o da esposa, que é professora. Possui dois empregados para cuidar da atividade, que ele apenas administra. Constituem, dessa forma, pequenos capitalistas do campo, que ali residem, mas que unificam também outra classe e categorias sociais, consideradas urbanas.

O avicultor C4 tem 47 anos e é natural do Rio Grande do Sul. De origem camponesa, morou nesse Estado até os dez anos, quando, em 1973, a família vendeu a pequena propriedade e migrou para o leste de Santa Catarina, adquirindo outra, onde permaneceram por mais de dez anos, migrando posteriormente para o Mato Grosso do Sul. Lembra como motivo da mudança, o Plano Cruzado:

É aquele maldito plano, aquele lá, meu pai vendeu a propriedade do leste de Santa Catarina, veio pra cá. Com tudo o que ele vendeu lá, casa, moradia, ele não conseguiu comprar 20 ha de terras aqui. Aí como eu estava empregado, graças a Deus, eu ajudei ele aqui, minha família, foram devagarzinho estruturando e hoje nós estamos aí. (Entrevista realizada em 30/01/02)

O pai adquiriu, uma propriedade de 20 ha, em Sidrolândia. O entrevistado antes foi para Brasília, onde trabalhou como funcionário público e iniciou o Curso de Administração. Transferiu-se posteriormente para Campo Grande, onde terminou o curso superior. Esse caso também é bastante ilustrativo, pois identificamos aqui mais um exemplo diferenciado de recriação do campesinato. Após trabalhar certo tempo como funcionário público, assalariado, portanto, em 1990, deixou o emprego e mudou-se para o campo, na propriedade do pai, para trabalhar na terra:

204 Seis meses após a entrevista, esse avicultor havia, inclusive, comprado outra propriedade, conforme declaração da esposa, na oportunidade em que retornamos à propriedade, em janeiro de 2002.

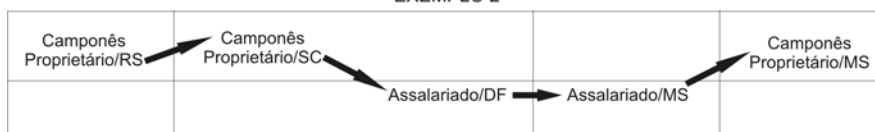
... eu cheguei aqui em 90, eu larguei o emprego e voltei para cá por opção mesmo. Peguei meus direitos e voltei pra terra (...) larguei porque gosto da roça e vim. (entrevista realizada em 30/01/01).

Morando na propriedade, instalou dois aviários semi-automáticos em 1992, e sendo uma parte financiada, e outra, paga com recurso próprio, adquirido com direitos trabalhistas recebidos. Conseguiu a securitização da dívida no ano de 2000 (prorrogada por 12 anos, a juros de 3% ao ano), o que achou importante para a continuidade na avicultura, que considera pouco rentável: “... *eu quebrei no campo, quebrei na avicultura, (...) estou passando uma fase muito crítica, não estou conseguindo tirar lotes bons ...*”. Possui um empregado que recebe R\$ 250,00 por mês, mas conforme suas próprias palavras, não o vê como empregado, por fazer parte da família. Verifica-se que a mão-de-obra entra como complemento de trabalho, já que o proprietário desenvolve outras atividades na propriedade: “*Eu tenho o meu cunhado que me ajuda (...) se eu fosse só cuidar dos aviários a gente cuidava uma pessoa só, mas como eu estou procurando diversificar, então eu tenho que ter um ajudante*”. Posteriormente, quando questionado se o cunhado mora com ele: “*Mora junto. Quando você falou pessoas adultas, eu contei da família, quer dizer, ele como empregado eu não contei.*”.

Nessas passagens, nessa “história de perambulação”, verificamos nesses trabalhadores a busca contínua pela reprodução da condição camponesa, pois, expulsos de um determinado espaço pelo capital, migram para outros espaços reproduzindo sua condição social. Mesmo o avicultor entrevistado que, em um determinado período da vida teve que se transformar em trabalhador urbano, para ajudar a própria família, - “... *aí como estava empregado, graças a Deus, eu ajudei ele aqui, minha família...*” – retorna ao campo, indo morar na propriedade do pai. Atualmente, são três famílias que se reproduzem nesse espaço de 20 ha.

Esquemáticamente, essa situação pode ser representada no Quadro 22:

Quadro 22 – Seara Alimentos: mobilidade sócio-territorial de avicultor integrado
EXEMPLO 2



Fonte: Pesquisa de campo, 2002.

Essa forma de mobilidade territorial, como mecanismo de re-produção da condição camponesa, é bem analisada por José de Souza Martins:

Embora o colono não esteja ainda sofrendo uma expropriação direta, está de fato sendo expropriado das condições de reprodução ampliada da sua condição social de pequeno produtor autônomo. O capital que indiretamente subjugou o seu trabalho através da mercadoria, fecha-lhe o caminho do futuro. Se antes, décadas atrás, o imigrante e colono estava sitiado institucionalmente pela grande lavoura, hoje está sitiado pelo grande capital. Seus filhos e netos retomam o caminho da estrada. Matulas nas costas, como seus antepassados de um século atrás, vão saindo aos grupos do Rio Grande, de Santa Catarina, do Paraná, no rumo da (Amazônia Ocidental), para recomençar num espaço novo as velhas tradições da produção familiar, para restaurar lá longe na terra virgem o modo de vida que fora contaminado pelo capital nas terras já cansadas do Sul. Muitas vezes o próprio capital abre a porteira de acesso à estrada do norte, comprando os pequenos lotes e vendendo na mata distante lotes mais extensos, para mais um século de trabalho familiar autônomo. (In: Santos, J.V.T., 1978, p. XVI).

Sitiado pelo grande capital, o assalariamento também se tornou uma necessidade, permitindo-lhe ajudar o restante da família a permanecer no campo. Essa situação também não significou sua eterna proletarização, pois retornou ao campo assim que foi possível e também, sob uma nova sociabilidade. Esta marcada pela experiência de uma formação acadêmica e de trabalho urbano, colocando-o num outro patamar nas relações internas à unidade de produção familiar, externalizando um saber que extrapola as relações pessoais e de vizinhança, construídas em torno dos costumes e da religiosidade tradicional entre os camponeses.

O avicultor C8 tem 35 anos, é dentista e desenvolve a avicultura em uma propriedade de 22 ha. Entrevistamos o granjeiro trabalhador da propriedade, que nasceu em 1967, e é procedente do campo, do município de Tenente Portela, Estado de Rio Grande do Sul. Com 8 anos, ou seja, no contexto da expansão da frente pioneira do Sul para o Centro-Oeste e para o Norte do país, seu pai vendeu a propriedade que tinha e adquiriu outra no Paraná, trabalhando também com lavoura (fumo, feijão e soja). Quando se casou, foi morar em uma chácara da sogra, onde passou dificuldades por tratar-se de um espaço muito pequeno para reprodução de toda a família. Resolveu migrar para Sidrolândia, em 1993. Trabalhou seis anos como parceiro, na avicultura, em uma propriedade, e em função das dificuldades financeiras na atividade, o próprio proprietário passou a cuidar da avicultura, o que levou o granjeiro a ter que trabalhar em outra propriedade. Nesta, onde já está há dois anos e meio, cuida de quatro aviários, dois manuais de 12 x 102 metros, com capacidade para alojar de 12

a 15 mil frangos e dois semi-climatizados de 12 x 125 metros, alojando entre 21 e 22 mil frangos, estes últimos, introduzidos em 2001. Cuida do aviário, juntamente com a esposa e o irmão, sob o sistema de parceria e recebe 12,5% sobre o total líquido de cada lote, o que, segundo o entrevistado, daria em torno de R\$ 600,00 a R\$ 700,00 a cada pessoa, por lote, e no total dos quatro barracões. Todos os barracões foram financiados pelo FCO, sendo que os dois últimos, semi-climatizados, foram avaliados pela própria empresa e os dois primeiros foram securitizados pelo Banco do Brasil. Além da avicultura, não é desenvolvida nenhuma outra atividade econômica na propriedade, apenas cultura de autoconsumo.

Nessa unidade produtiva, podemos observar a articulação de duas situações sociais distintas: uma é a figura do novo avicultor (C8), o profissional liberal, que, no campo, atua como proprietário de terra, apropriando-se de parte da renda da terra; outra é a figura do camponês, que, expropriado de sua terra de origem, buscou na migração, a luta pela reprodução de sua condição social, pois se recusa a proletarizar-se na cidade. Nas suas palavras:

Na cidade... a gente criado assim, mais aberto, já desde as gurizada que a gente tem, já é difícil. Então tudo lá é mais pequeno e então... o costume da gente é outro. Não se adapta direito. (Entrevista realizada em 31/01/02).

Aqui, o sistema de parceria entre o proprietário do aviário e o granjeiro se constitui em um mecanismo utilizado por este para continuar no campo, recriando sua condição social camponesa sem terra. Nesse sentido, o parceiro não pretende ir para a cidade, pois, nas suas palavras: “*o costume da gente é outro*”. Encontramos aqui uma forma de resistência à proletarização, pois, mesmo alterando-se o perfil do proprietário do aviário, a parceria também tem sido utilizada por esse novo avicultor, em substituição ao trabalho assalariado. E nesse caso, para o parceiro, tem representado uma possibilidade de sua reprodução social.

Passemos, agora, à situação das relações de trabalho na Avipal S/A. Os dados levantados nos indicam outra realidade diferenciada no sistema de integração (Quadro 23).

Quadro 23 – Estado de Mato Grosso do Sul
Perfil do avicultor integrado à AVIPAL S/A
em 2001/02

Avicultor	Atividade remunerada (a)	Ano (b)	Tipo de aviário	Nº Aviários	Área (ha)	Ano de aquisição	Local de residência	Nível de Instrução	Mão-de-obra	Idade	Local de Procedência
D 1	Avicultor	1992	Semi-automático	01	32	Anos 60	R	2º grau completo	A		R/MS
D 2	Avicultura, agricultura e comércio	1998	Semi-automático	01	15	Anos 40-50	Vila Vargas	2º grau completo	PC		R/MS
D 3	Vendedor ambulante e Avicultura	1997	Automático	03	7,3	1997	R	1º grau completo	F		U/SP
D 4	Avicultura, professora, pecuária leit.	1999	Automático	01	1,0		R	2º grau completo	AR	39	R/MS
D 5	Avicultura e Atividades comerciais	1999	Autom. e manual	02	15	1999	R	---	F		U/SP
D 6	Agricultura e Avicultura	1994	Automático	01	17,5	1989	U	2º grau completo	F		R/MS
D 7	Avicultura	2001	Automático	02	3,84	2001	R	1º grau incompleto	PC		R/MS
D 8	Profissional liberal, agricultura, pecuária de corte, avicultura e suinocultura	1994	Automático	03	5+ 20,8+32 + 64		U	Superior completo	AR	43	R/MS
D 9	Agricultura	---	Automático	01			---		PC		
D 10	Agricultura e avicultura	1989	Automático	02	28	+ ou -1989	R	1º grau completo	F		R/MS
D 11	Avicultura, soja, pedreiro	1994	Automático	01	24	1970	R	1º grau incompleto	PC	57	R/SP
D 12	Avicultura, pecuária leiteira	1990	Automático	01	3,5		U	1º grau incompleto	PC	60	R/RS
D 13	Avicultura, professor, pecuária leiteira	1993	Automático	01	2,4		U	Superior completo			R/MS
D14	Avicultura, soja, pedreiro	1993	manuais	03	2,4	1993, 1997	R	2º grau incompleto	Assalariado (era familiar)	42	R/MS
D15	Avicultura	1996	automático	02	17	1996, 1997	R	2º grau completo	Familiar	38	R/MS

Fonte: Pesquisa de campo, 2001, 2002, 2003.

(a) Refere-se às atividades remuneradas na família, sendo que a atividade principal está sublinhada.

(b) Ano de ingresso

R = Rural

U = Urbana

Na Avipal, também predominam os aviários convencionais, o que explica a presença maior do trabalho familiar. Contudo, também encontramos a participação de outras categorias de produtores, sendo comum, nesse caso, o emprego da parceria ou do arrendamento. Também verificamos a presença maior desse novo perfil de avicultor dentre aqueles que entraram mais recentemente na atividade, mas não de forma tão definida como a encontrada entre os integrados da Seara. A maioria dos avicultores entrevistados é procedente do próprio Estado. O número de barracões por propriedade também é baixo, girando em torno de um a dois barracões, sendo mais rara, a presença de três ou mais galpões na propriedade. Nessa situação, também, a Avipal se distingue da Seara. Para compreendermos melhor essa realidade, destacamos alguns exemplos.

O avicultor D1 tem 37 anos e é natural de Dourados-MS. Sua mãe é procedente do município de Santo Anastácio, Estado de São Paulo e o pai, da Rússia²⁰⁵. Vieram para Dourados no início da década 60, atraídos pelo baixo preço da terra, quando adquiriram 9,6 ha.

Cultivavam soja, trigo, feijão e ervilha, e foram, aos poucos, ampliando a propriedade, chegando a 32 ha. Toda a trajetória da família sempre esteve marcada pela atividade no campo. Entraram na avicultura em 1992, mas continuaram paralelamente com a agricultura.

Mesmo após seu casamento, D1 continuou morando na propriedade, em outra casa construída pela sua família. Após o falecimento do pai, houve divisão das atividades e da propriedade entre nove herdeiros, ficando D1 com a avicultura e o restante da família, com a lavoura. O barracão de aves foi financiado pelo abatedouro (antiga COOAGRI), tendo sido pago em quilos de frango a cada lote. Sua dívida foi quitada em 1999. Na época da entrevista, em julho de 2001, havia vendido o aviário e estava procurando trabalho no município de Sinop, Estado de Mato Grosso. Quando questionado sobre o motivo da desistência, alegou dificuldade de conviver com o ritmo de trabalho da avicultura:

P: E mesmo tendo pago o financiamento, não está compensando?

R: Não, não é questão de não compensar, é que eu tenho um outro negócio para fazer e eu não estou achando interessante, que eu sou sozinho. Sempre que eu preciso sair, isso aqui não pode tá se ausentando muito. A mulher, a criança é novinha, a mulher, a gente mora longe da cidade, ela não dirige carro, então tudo o que depende eu tenho que levar ou buscar e pra mim fazer isso aí e cuidar do aviário, isso aqui não é igual roça que pode largar um dia, uma semana, não tem problema. Você vê, assim como tá calor, vem um vento, uma chuva, você tem que estar aqui e eu sabe, já estou com nove anos [de avicultura], já meio cansado de estar mexendo com isso (...). Não é que não dá! Dá sim, se for pra gente viver, igual a gente que é família pequena, dá pra viver, eu não tenho do que reclamar.

Nessa propriedade, o uso da mão-de-obra familiar foi uma característica que norteou as relações de trabalho. Mesmo após seu casamento e o falecimento do pai (antigo chefe da família), o trabalho foi reorganizado de forma a garantir a reprodução da família camponesa. Nessa re-divisão do trabalho, o filho que casou ficou com a avicultura e os demais ficaram com a lavoura, tendo sido construída uma casa para a nova família, com recursos obtidos da própria avicultura. A desistência da atividade ocorreu em um contexto em que a relação entre o trabalho na avicultura e o tempo considerado necessário para a reprodução da organização familiar

205 A família desse avicultor, nós entrevistamos também na época da realização da pesquisa de campo de nossa dissertação de mestrado, há oito anos.

ultrapassou o seu limite, mesmo que, do ponto de vista econômico, conforme alega na entrevista, esteja satisfeito com a atividade, uma vez que o financiamento do barracão já foi pago. Como o trabalho na avicultura não satisfazia mais as suas necessidades, pois estava prejudicando a relação familiar, resolveu abandonar a atividade, evidenciando que suas relações não se norteam somente em função do retorno financeiro. Com a venda da propriedade e a obtenção da renda da terra capitalista, decorrente dos investimentos no imóvel, buscou reconstituir sua condição em outro lugar. A migração para o Mato Grosso representava, então, uma nova possibilidade de recuperação do equilíbrio entre a família e o trabalho.

O avicultor D3 tem 44 anos e é natural de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, cidade na qual trabalhava como vendedor ambulante. Com o propósito de encontrar uma alternativa econômica para sua aposentadoria, entrou na avicultura em 1997, quando veio para o município de Itaporã, no Mato Grosso do Sul. Nesse município adquiriu 7,3 ha de terra, cuja propriedade já possuía três aviários. Não conseguimos obter maiores informações a respeito do avicultor que vendeu a propriedade, mas sabemos tratar-se de camponês, que trabalhava na avicultura contando com de mão-de-obra familiar. O avicultor D3 desenvolvia a atividade por meio do sistema de parceria. Assim, pagava 20% sobre o bruto para que outra pessoa cuidasse dos aviários, e ele mesmo pagava as despesas, fazia a manutenção dos aviários, e ajudava, quando necessário. Além da avicultura, plantava soja e milho na propriedade, e como não possuía maquinário, pagava para o vizinho plantar e colher, através de serviço de empreitada, com acordo verbal. D4 foi também, por alguns anos, feirante, e o interessante é que não vendia produtos agrícolas, mas sim, toalhas de mesa, na feira em Dourados, atividade essa, possibilitada com a experiência acumulada de vendedor ambulante. Atualmente, desenvolve a avicultura como atividade principal e possui, também, 13 cabeças de gado e alguns suínos, para o autoconsumo. Consideramos que essa situação social, bastante complexa, só pode ser compreendida se for inserida no contexto das transformações recentes que vêm ocorrendo no campo em Mato Grosso do Sul. Primeiramente, nessa propriedade ocorreu a saída de um avicultor camponês, por motivos desconhecidos. O novo avicultor a adquirir a propriedade, D3, possui perfil social diferenciado. Aproveitando a queda no preço das terras que tivemos no país e o dinheiro acumulado no período em que foi vendedor ambulante, D4 adquiriu uma propriedade rural. Com isso, acabou se tornando, ao mesmo tempo, um pequeno capitalista, com a produção de soja e, um camponês moderno, com a avicultura, que é a atividade principal. Observamos, contudo, que esse camponês moderno, possui diferenças em relação ao camponês

tradicional, pois se trata de um sujeito social em transformação, em pleno processo de passagem de uma classe a outra, ou seja, possui características sócio-culturais diferenciadas. Trata-se de um novo sujeito social, cujo papel na sociedade capitalista, passa a desafiar os estudiosos da questão.

Os avicultores D4 e D13 são filhos de D12. Podemos identificar neste caso, um outro exemplo de diferenciação social do campesinato na atualidade. A avicultora D12 (a mãe) foi um dos primeiros a entrar no sistema de integração, quando na época, a empresa ainda era a Cooagri. Com 7,5 ha de terra e fundamentada no trabalho familiar, essa unidade de produção era considerada modelo para a Cooagri, para divulgar o sistema de integração. A empresa priorizava esse tipo de mão-de-obra, que servia de “cartão de visita”, para quem viesse à cidade, conhecer o sistema²⁰⁶. Na época, as terras ainda não tinham sido divididas e só havia o barracão semi-automático de D12, que era tocado por toda a família. Os filhos trabalhavam na avicultura e já faziam faculdade em Dourados. Com o tempo, as terras foram divididas (sendo destinados 2,5 ha para cada um); os filhos terminaram a faculdade e começaram a lecionar em Dourados. Um deles mudou-se para Dourados, onde trabalha e continua estudando (curso especialização *latu sensu*), mas mantém, agora, em sua propriedade, um aviário que é cuidado sob o sistema de parceria. Combina dessa forma, as figuras de assalariado urbano e de arrendatário.

A outra irmã, casada (cujo esposo denominamos de D4), chegou a morar no Japão com o esposo, de descendência japonesa, para trabalhar como *dekasseguis*. Quando retornaram do Japão, voltaram para o campo, na propriedade adquirida, sendo que o esposo trabalha na avicultura, e ela leciona em Dourados. O avicultor D4 tem 40 anos, é natural de Guaíra, no Estado do Paraná, tem o segundo grau completo e trabalhou muitos anos na cidade de Dourados, onde possuía uma auto-elétrica. Entrou na avicultura em 1999, na propriedade que a esposa recebeu de herança, deu de entrada 30% do custo do barracão e financiou o restante. Além dessa fonte de renda, o casal conta com o salário da esposa, que é professora, com pós-graduação *latu sensu*, e dá aulas na cidade de Dourados. Quem cuida do aviário é o esposo.

Temos aqui duas situações inversas. O avicultor D4, que era um comerciante, vai para o campo, onde se reproduz sob relações não-capitalistas de produção. A esposa, filha de camponeses, agora se transforma também em trabalhadora urbana, unificando as figuras do camponês e

206 Um exemplo que podemos destacar foi o caso da “Caravana do Lula”, nas eleições presidenciais de 1994, quando Luis Inácio Lula da Silva e sua equipe vieram a Dourados. Na época, a equipe conheceu alguns dos aspectos socioeconômicos de Dourados, dentre eles, o sistema de integração. Na equipe, se encontrava o professor José Graziano da Silva (que sempre acompanhou Lula em suas viagens) e foi apresentada a propriedade desse avicultor, assim como para muitos que se interessavam pelo tema.

do assalariado. Nessa propriedade, vemos a conjugação de duas situações sociais. Uma é a relação de trabalho familiar, camponesa, portanto, na avicultura, recriada após um período de assalariamento no Japão. Outra é a condição de trabalhadora assalariada, como professora. Embora essa situação não possa ser considerada como *trabalho acessório* - como o analisado por José Vicente Tavares do Santos em seu livro *Colonos do Vinho* (1978)²⁰⁷ - pois foi declarada como sendo a principal fonte de renda, vemos que essa família camponesa apresenta um perfil diferente do campesinato tradicional, uma vez que as condições de trabalho da sociedade atual, mais diversificada, permitem a articulação de diferentes formas de organização e recriação do trabalho camponês.

Através desse exemplo de diferenciação interna do campesinato, verificamos que os elementos estruturais que compõem a unidade de produção camponesa sofreram e sofrem alterações no próprio processo de diferenciação. A socialização do camponês, por sua vez, não está dada em função de uma divisão social do trabalho, herdada no interior da unidade produtiva, mas é exterior a ela, combinando com o trabalho assalariado qualificado da esposa. A filha de D4, por sua vez, não foi iniciada no trabalho; dedica-se apenas aos estudos, o que foi reforçado pelas declarações do pai, ao dizer que o que deseja para o futuro da filha é que ela consiga fazer uma faculdade, formar-se. Vemos, assim, que a reprodução do campesinato se faz de uma forma contraditória e complexa.

Também na Avipal, pudemos encontrar situação que evidencia a autonomia relativa do campesinato na avicultura e a influência desta nas relações de trabalho. É o avicultor D6. Nascido na zona rural de Itaporã, seu pai possuía uma pequena propriedade onde plantava café, cultivado com mão-de-obra familiar. Em 1981, quando se casou, saiu da propriedade e foi morar na cidade, continuando a trabalhar no campo, como rendeiro. Em 1989, conseguiu adquirir uma propriedade de 17,5 ha, onde começou a trabalhar, plantando soja e trigo. Sua esposa trabalha como empregada doméstica e ele, na propriedade, para onde se desloca diariamente, com sua moto. Planta, atualmente, milho, e toca a avicultura, num barracão de aves automático, que mede 12 x 104 metros, financiado pelo Banco do Brasil²⁰⁸. Entrou no projeto integrado em 1994 e, embora seja ele próprio a cuidar do aviário, alegou que, quando se cansa da atividade, arrenda para outra pessoa através do sistema de parceria, pagando 17%, sem realizar contrato formal, mas apenas verbal:

207 Santos (op.cit.) identificou nove elementos estruturais que compõem a produção camponesa: a força de trabalho familiar; a ajuda mútua; a parceria; o trabalho acessório; a força de trabalho assalariada; a socialização do camponês; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção; a jornada de trabalho.

208 Em 2002 conseguiu securitizar a dívida, de aproximadamente R\$ 45 mil.

P: O senhor não quis trabalhar com o sistema de parceria como muita gente faz?

R: Não. Fiz pouca vez. Uma vez que enjoa, aí eu ponho um cabra aí, depois eu volto.

P: Quando o senhor trabalhou com a parceria?

R: Ah! Eu não lembro, não. Foi umas duas vezes só, já faz um ano.

P: E ficou quanto tempo?

R: Um ano cada vez. (...)

P: Então o senhor acha que tocar direto é cansativo?

R: Ah! Tem que parar um pouco, né! É muito puxado e é muito longe da família.

P: E o que o senhor fica fazendo neste período?

R: Tem a lavoura, né! (entrevista realizada em 17/09/02)

A fala desse avicultor revela a oposição da lógica camponesa à lógica de mercado. Embora proprietário dos meios de produção, sua lógica não é movida pelo lucro, mas parte, motivada pelas necessidades da família. Nesse exemplo, pela necessidade de ter um convívio maior com a família e pelo desinteresse por esse tipo de trabalho, estabelecendo periodicamente um equilíbrio entre trabalho e consumo. O fato de estabelecer, às vezes, o sistema de parceria revela relativa autonomia em relação ao “sistema de integração”, uma vez que não se sujeita a ela incondicionalmente. Uma outra questão está no fato de que “enjoar da avicultura” é resistir à aceitação tácita do ritmo de trabalho, que, está subordinado ao tempo de trabalho imposto pelo capital industrial na atividade. Ao se cansar, resolve trabalhar com a lavoura, cuja jornada de trabalho segue limites naturais, combinando períodos de pouco trabalho, com períodos de trabalho mais intensos.

Na Doux Frangosul também encontramos uma situação social diversificada, mas semelhante à encontrada na Avipal, à exceção do fato de que naquela, foi encontrado um maior número de barracões manuais, o que também explica uma presença maior do trabalho familiar e da parceria. Um outro aspecto que mais uma vez chama atenção é o fato de que as propriedades pesquisadas também foram adquiridas recentemente, evidenciando, obviamente, que para alguém entrar na terra, adquirindo-a, outros tiveram que sair dela, ou seja, evidencia uma intensa mobilidade sócio-territorial, por motivos que mereceriam maior aprofundamento, mas que, infelizmente, deixaremos para pesquisas futuras.

No Quadro 24 expomos a situação da Doux:

Quadro 24 – Estado de Mato Grosso do Sul
Perfil socioeconômico de avicultores integrados
à Doux Frangosul

Avicultor	Atividade remunerada(a)	Ano (b)	Tipo de aviário	Nº Aviários	Área (ha)	Ano de aquisição	Estado de origem	Nível de Instrução	Mão-de-obra	Idade	Local de Procedência
E 1	<u>Pecuária leiteira, avicultura, aposentadoria, aluguel</u>	2000	Automático	01	16,8	1994	MS	2º grau completo	F	44	RMS
E 2	Avicultura	1999	Manual	02	204		MG	1º grau incompleto	AR	40	R/MG
E 3	<u>Dekasegui, avicultura</u>	2002	Manual	01	2	2002	MS	1º grau incompleto	A	36	R/MS
E 4	<u>Caminhoneiro, avicultura</u>	2000	Manual	01	5	2000	SP	1º grau incompleto	F	51	R/SP
E 5	<u>Agricultura, avicultura</u>	1991	Manual	02	48	1991	SP	2º grau completo	F	39	R/SP
E 6	<u>Agricultura, avicultura</u>	1993	Manual e automático	03	40,8	1993	MS	1º grau incompleto	AR	39	RMS
E 7	<u>avicultura</u>	1995	Manual e automático	02	7,2		MS	1º grau incompleto	PC	28	R/MS
E8	<u>Avicultura, sericultura, mestre de</u>	1990	Manual e automático	02	Mes-ma E7		MS		F		R/MS

Fonte: Pesquisa de campo, setembro/2002.

(a) atividades remuneradas na família, sendo que a atividade principal está sublinhada.

F = mão-de-obra familiar

A = mão-de-obra assalariada

Desse quadro, exporemos apenas uma situação que mais nos chamou a atenção, a de mobilidade social entre classes. Trata-se do avicultor E1. Esse avicultor tem 44 anos, possui o segundo grau completo, é natural de Dourados e filho de camponeses. No entanto, trabalhou boa parte de sua vida nessa cidade, como funcionário público e também atuando como marreteiro, na compra e venda de carros. Ao aposentar-se, comprou 16,8 ha de terra no município de Dourados, no ano de 1994, pelo preço de R\$ 54 mil, ou seja, R\$ 3.214,00/ha. Entrou na avicultura em 2000, tendo financiado R\$ 44 mil, sendo metade no Banco do Brasil e outra metade pela própria empresa. Construiu um barracão automático de 12 x 102 metros, com capacidade para alojar 19 mil frangos. Trabalha na propriedade com auxílio de mais um empregado, contratado para serviços gerais. Além da avicultura tem 40 cabeças de gado, com as quais desenvolve a pecuária leiteira, através de ordenhadeira mecânica, produzindo 80 litros de leite por dia. O leite é vendido para a fábrica de queijos Santa Helena, de Dourados. Possui também, na propriedade, culturas para consumo próprio, como horta e pomar. Além dessas fontes de renda, recebe também a aposentadoria e a renda de duas casas alugadas em Dourados. Paga três seguros sobre a atividade: um de R\$ 23,00/mês para o banco, outro para a empresa e outro do aviário, de R\$ 300,00/ano. Tem dois filhos, um é militar e faz faculdade e a outra cursa o ensino médio. Apesar de a avicultura ser tocada pelo chefe da família com o auxílio do empregado, pretende, futuramente, colocar mais um empregado para cuidar do aviário, quando

a filha tiver que se mudar para área urbana para frequentar um curso superior. Vemos nesse exemplo que esse avicultor, de origem camponesa, antes já teve que sair do campo, para trabalhar como assalariado na cidade. Ao trabalhar também com a especulação de compra e venda de carros, conseguiu acumular dinheiro, o que lhe permitiu adquirir um pedaço de terra em 1994, tornando-se um pequeno proprietário de terra, um camponês. Vive também da renda obtida com o aluguel de duas casas, e, portanto, de parte da renda da terra urbana, aposentadoria, mais a renda obtida na propriedade com a atividade leiteira e a avicultura.

Que sujeitos são esses? Buscando uma compreensão

A análise das relações de trabalho na avicultura em Mato Grosso do Sul permite-nos fazer algumas observações gerais sobre a implantação dessa atividade no Estado. Observamos que, de um modo geral, as estratégias utilizadas pelas empresas para definir o sistema de integração, principalmente em relação ao tipo de mão-de-obra têm variado de empresa para empresa. Algumas, declaradamente, assumem preferir aquele avicultor com perfil empresarial, como o caso da empresa Frango Ouro, cujo diretor afirma que seus integrados são todos doutores e a Seara, que vêm integrando também um avicultor com maior nível de capitalização. Outras, como a Frango Vit ainda declaram dar preferência à mão-de-obra familiar. Tais diferenças, certamente têm feito com que em cada empresa predomine o tipo de avicultor por ela priorizado. Contudo, os exemplos levantados no item anterior demonstram que a realidade social é muito mais contraditória e dinâmica que a visão unilateral analisada somente sob a perspectiva das estratégias empresariais.

A inserção desse estado na economia nacional/mundial, caracterizada a partir dos anos de 1960/70 pela expansão do modo industrial de produzir no campo, tem articulado a estrutura produtiva local à dinâmica da economia, agora mundializada. A materialidade desse processo nessa fração do território capitalista tem provocado arranjos e rearranjos na estrutura produtiva na medida em que novos interesses vão sendo ditados pelo mercado. Contudo, embora essa dinâmica local esteja articulada com as transformações mais gerais, esse processo não é homogêneo, tanto do ponto de vista das relações que a configuram, como da sua manifestação no espaço, ou seja, a sua territorialização não segue exclusivamente a lógica do capital, embora sendo essa voraz e, cada vez mais, veloz. Essa não unilateralidade e não homogeneidade faz com que atuem e se materializem no campo, diferentes tempos e diferentes formações sociais, mesmo que sob uma mesma parcela do território capitalista.

Com essa forma de expansão do modo industrial de produzir, mediada também pela propriedade privada da terra, torna também, muito fluida e complexa a mobilidade social, pois as diferentes classes, sejam elas formadas pelos trabalhadores assalariados ou camponeses, apesar de inseridos em um processo que sujeita a renda da terra, são constituídos de sujeitos sociais, que, expulsos de um lugar, ou migrando por conta própria, recriam-se novamente em outros, e muitas vezes, sob uma nova condição social.

No Mapa 14 demonstramos cinco situações de diferenciação e mobilidade sócio-territorial de avicultores cujo trabalho indica não estarem totalmente subordinados ao capital industrial avícola, evidenciando a relativa autonomia desses sujeitos sociais. Embora já analisados anteriormente, vale a pena retomá-los, mesmo que brevemente.

O avicultor A2 ilustra bem uma das formas de resistência do campesinato à expropriação. Filho de camponês renteiro, o pai chegou a comprar uma propriedade em Pereira Barreto, vindo a perdê-la posteriormente para o banco. Mudou-se para Aparecida do Taboado, onde trabalhou como assalariado durante trinta anos.

Quando teve oportunidade, A2 foi para o Japão, trabalhar como dekasegui, o que lhe permitiu tornar-se novamente um camponês, quando retorna para Aparecida do Taboado. O avicultor A4 era um camponês que, ao migrar para Campinas-SP, conseguiu acumular algum dinheiro através de trabalho assalariado, adquirindo uma propriedade de 20 ha em Aparecida do Taboado, onde desenvolve a avicultura de forma capitalista. Continua morando em Campinas, onde mantém o trabalho assalariado. Temos nessa situação, um processo de acumulação primitiva do capital, o que tem permitido a unificação das figuras do assalariado urbano e do pequeno capitalista do campo. O avicultor C4, por sua vez, é um camponês, que no contexto de sucessivas crises econômicas foi sendo expropriado, do Sul para Santa Catarina, indo parar em Terenos. Assalariou-se durante algum tempo em Brasília-DF e em Campo Grande-MS, e o recurso obtido com o trabalho assalariado contribuiu para que os pais pudessem se manter no campo. Depois de cursar faculdade, resolveu voltar ao campo por vontade própria, porque queria trabalhar na terra. Entrou na avicultura, que era tocada com mão-de-obra familiar, juntamente com um cunhado, para ter uma alternativa de renda. O avicultor D1, que a vida toda foi camponês proprietário, resolveu vender a propriedade, por estar se sentindo muito “preso” à avicultura. Na entrevista, disse que iria para Sinop-MT, mas não sabemos que atividade desenvolveria lá. O avicultor D3, era um vendedor ambulante, residente em São José do Rio Preto-SP, e em

1997 adquiriu uma propriedade de 7,3 ha em Itaporã-MS, onde começou a trabalhar na avicultura, juntamente com um parceiro.

Podemos compreender, nessas situações, que a territorialização do capital industrial avícola em Mato Grosso do Sul com seu processo de *monopolização do território* produz também contradições, pois, ao mesmo tempo em que sujeita a renda da terra na avicultura, não sujeita o trabalho familiar camponês, que dessa forma, vai se recriando nesse modo de produção, chegando assim ao século XXI. É o caso de camponeses que, expropriados, assalariam-se, para novamente voltar ao campo, recriando sua condição social, mesmo que para isso, tenham que articular suas estratégias de reprodução às formas contemporâneas de organização social, produzidas pela sociedade pós-industrial, que precariza e internacionaliza o mercado de trabalho, como o caso dos avicultores camponeses, ex-dekaseguis.

Nas palavras de Castro Oliveira, B. (2001, p. 262):

É como se os camponeses continuamente tivessem de enfrentar a tragédia das mudanças, vendo tudo se fechando ao seu redor, tendo de descobrir o caminho para passar para o outro lado e reconstruir a vida. Essa travessia, experimentada por tantos grupos camponeses na história brasileira, se traduz na busca, num caminho que está quase sempre no horizonte, onde terra e céu se encontram, e muitas vezes não se separam, nos olhos daqueles que vêm e que crêem.

Caracterizando-se como sujeitos sociais, e inseridos numa realidade social em movimento contínuo, transformam-se e, às vezes, articulam-se a essas mudanças, mas sempre, mantendo a unidade básica de produção familiar, fundamentada sob uma lógica, que os opõe à lógica burguesa.

É nesse contexto, que a expansão do binômio trigo/soja em Mato Grosso do Sul e, posteriormente, a introdução de outras atividades decorrentes da expansão vertical das atividades produtivas, como a avicultura e suinocultura, tem provocado um intenso processo de diferenciação e mobilidade sócio-territorial no campo. Nesse processo, há aqueles que resistem à sujeição, aqueles que se articulam a ela para continuarem se recriando, aqueles que são expropriados e aqueles que se transformam em camponeses ricos ou pequenos capitalistas, acentuando a fragmentação de classe na atividade. Tudo isso, porque trata-se de sujeitos sociais e não simplesmente pequenos proprietários ou resquícios em vias de extinção.

**MAPA 14 - DIFERENCIAÇÃO E MOBILIDADE SÓCIO-TERRITORIAL
NA AVICULTURA EM MATO GROSSO DO SUL**



Fonte: Pesquisa de campo
Org.: Mizusaki, 2003
Desenho: Pinotti, R., 2003
Escala aproximada: 1 : 29.200.000

LEGENDA:

- Camponês proprietário
- Assalariado
- Camponês renteiro
- .-.-.- Pequeno capitalista
- Autônomo
- Avicultor A2
- Avicultor A4
- Avicultor C4
- Avicultor D1
- Avicultor D3

Encontramos, também, na avicultura em escala industrial em Mato Grosso do Sul, um processo de acumulação primitiva do capital mediada pela ação do Estado, que através de políticas públicas cria as condições para que setores da sociedade se apropriem de parte do fundo público e dessa forma, se constituam em outra classe social. No caso dos profissionais liberais, essa profissão abre essa possibilidade de acumulação de dinheiro (produção do capital para estes exemplos) que é investido na compra da propriedade privada da terra (assim se tornam proprietários de terra) e na avicultura, que os torna capitalistas da agricultura, através do financiamento no banco pelo FCO. É esse processo dialético de criação de novos integrantes das classes sociais que aparece de forma clara na avicultura de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, A. U., 2003). Para esse autor, essa realidade mostra que estamos diante do processo de formação contínua das classes sociais, no caso, da burguesia, dos proprietários de terra e dos camponeses.

Creemos que esse fato reforça a tese de que o desenvolvimento do capitalismo deve ser entendido como sendo desigual e combinado e que, é a partir dessa relação contraditória que podemos compreender a questão agrária. Concordamos nesse sentido com Castro Oliveira, B. (2001, p. 264), quando afirma:

A interpretação sobre as sociedades e as culturas não deve ser feita apenas a partir das determinações gerais impostas pelo processo histórico no sentido de formas sucessórias, tomando como base os elementos determinantes de uma forma mais elaborada que se coloca como grau mais elevado desse desenvolvimento, mas considerar as descontinuidades decorrentes desse processo, que se contrapõe à linearidade e à homogeneidade do desenvolvimento. Os grupos sociais, as práticas e o próprio conhecimento aparecem como elementos dinâmicos e complexos a fim de exprimir o caráter contraditório e heterogêneo do movimento da história.

A luta pela terra que o campesinato tem deflagrado é uma luta pela sua recriação. Recriação, porque se dá mediante processos não-lineares dentro de sua reconstituição histórica, ou seja, atravessa descontinuidades. Esta é uma categoria social constitutiva de várias sociedades, e a “estranha classe” constitutiva do capitalismo. Traz em si um tempo próprio de existência, dado pelas lógicas internas variadas à lógica social mais ampla. É como se o campesinato vivesse dentro de um processo constante de morte e ressurreição e, nesse movimento, conseguisse descrever a sua trajetória de sujeito histórico.

Nessa perspectiva, a análise das relações de trabalho na avicultura em Mato Grosso do Sul é sintomática, pois expressa a multiplicidade de determinações não só capazes de produzir e reproduzir as categorias sociais, mas revelam também as determinações capazes de produzir uma mobilidade entre classes sociais distintas.

Essas determinações não podem ser compreendidas se forem descoladas do tempo e do espaço da atualidade, que se mostram cada vez mais acelerados, mundializados, e que ao mesmo tempo, entrecruzam-se com diferentes tempos e espaços, produzindo assim relações sociais cada vez mais diversas e por sua vez, tão dinâmicas quanto o próprio capitalismo.

É nesse contexto da sociedade atual, cuja inserção brasileira ocorreu de forma tardia e subordinada, que devemos compreender o processo de diferenciação social.

A expansão do progresso técnico e científico em Mato Grosso do Sul, e em especial no campo, tem imposto e, ao mesmo tempo possibilitado aos sujeitos sociais, a combinação de variadas formas de reprodução da sua existência social, unificando, às vezes, figuras tão opostas, como a do assalariado e do pequeno capitalista. Nos dias atuais, com o desenvolvimento dos meios de transporte, de comunicação, vemos trabalhadores e capitalistas da cidade atuando também no campo, assim como o contrário, ou seja, trabalhadores rurais, camponeses e proprietários de terra, que atuam também na cidade. No entanto, é essa unidade contraditória, pois ao mesmo tempo em que foi imposta ao campo acentuando a diferenciação social, tem também recriado, agora em um outro contexto, relações de trabalho não capitalistas, provocando a lógica liberalizante e determinista de analistas que os vêem como atraso ou resquício feudal.

Esse novo campesinato provoca na realidade a todos, emergindo como mais uma questão importante a ser decifrada, nesse emaranhado de relações que envolvem a dinâmica do capitalismo no campo. Assim, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, cidade e campo encontram-se unificados dialeticamente. Um é parte integrante do outro. Um não pode mais ser compreendido sem o outro (OLIVEIRA, A.U., 1992).

Do ponto de vista da organização do trabalho, esse processo tem sérias conseqüências para os avicultores, na medida em que se traduz em uma maior dificuldade de articulação, inclusive para resolver questões de interesse geral como reivindicar uma maior remuneração no pagamento do quilo do frango. Assim, mesmo havendo diferenças de remuneração entre empresas, é sintomática a avaliação que alguns fazem das mesmas.

Um pequeno capitalista, por exemplo, fazia a seguinte análise: *“Muito bom. É uma empresa grande, realmente, e ela é justa”* (entrevista realizada em 31/01/02). Observa-se na avaliação desse avicultor - que antes de ir para o campo era um assalariado urbano - a sua concepção estava marcada pelo contato com relações mais fetichizadas, geradas pela separação entre o saber e o fazer. Nesse sentido, o *estranhamento* com a nova atividade permanece, na medida em que vê com naturalidade o

sistema de integração, e sabe que é a empresa quem dita as regras e assimila as inovações tecnológicas. Esse é o perfil de avicultor a que algumas empresas vêm dando preferência agora em Mato Grosso do Sul, como a Seara e a Frango Ouro.

Por outro lado, temos também aquele camponês que mediado por um modo de vida mítico, manifestava formas de contestação à exploração submetida pela empresa integradora, como o avicultor B4, integrado à Frango Vit, que denunciava a empresa, não por medo de represália dessa, mas “da represália de Deus”. Revoltado com a atividade, estava deixando a avicultura no momento da entrevista.

Como se constata pelo exposto, a territorialização do capital industrial na avicultura em Mato Grosso do Sul apresenta, várias faces.

O sentido dessa modernização, da articulação de diferentes classes sociais pelo capital industrial, abordaremos a seguir, no próximo capítulo.

6

A PRODUÇÃO E A APROPRIAÇÃO DA RIQUEZA NA AVICULTURA

No capítulo anterior, vimos que as mudanças recentes que vêm ocorrendo no campo sul-mato-grossense têm provocado alterações nas relações de trabalho resultando na transformação e na recriação de novas classes sociais, de novos personagens.

Do ponto de vista do processo de trabalho e de produção da mais-valia, essas alterações têm também outros significados que merecem ser abordados. Trata-se de articular o papel desses novos atores sociais ao processo de produção e apropriação do valor e da renda da terra, uma vez que expressam o conflito de classes dos setores envolvidos.

Os agentes sociais de produção que se encontram por trás dos elementos constitutivos do processo de produção e circulação dos produtos agropecuários, envolvem assim, os trabalhadores, o capital agrário, o capital comercial, industrial e financeiro, os proprietários de terras²⁰⁹, o Estado, os camponeses etc. Além disso, existem também outras situações externas envolvidas, como a concorrência de produtos estrangeiros e intercapitais, a capacidade de pagamento dos consumidores etc.

Entendemos, então, que analisar a relação *agricultura e indústria* significa compreender como se dá o processo de produção e apropriação da riqueza social, considerando-se que a terra possui suas próprias especificidades, já que, como meio de produção, é um bem natural e finito, distinguindo-se, portanto, da indústria. Essas relações não podem também ser descoladas do contexto socioeconômico no qual se encontram inseridas, uma vez que os sistemas produtivos locais inter-relacionam-se com as transformações técnico-produtivas ocorridas em nível mais geral. Compreender essa relação a partir de uma abordagem geográfica tem

209 Quando nos referirmos a *proprietários de terra*, estamos utilizando o termo no sentido marxista, compreendendo-os enquanto classe social. Ao utilizarmos o termo *proprietários da terra*, estamos fazendo referência a todas as categorias de produtores que possuem a propriedade privada da terra.

sido um desafio ainda maior para os geógrafos, devido ao estágio atual das pesquisas sobre os conceitos explicativos nessa área.

Em meio a esse processo na Geografia, têm se destacado os trabalhos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira devido à iniciativa e à coerência teórica desse autor em abordar o campo a partir de suas próprias especificidades. Dentre as várias questões já abordadas em suas obras, destacamos aquelas que nos interessam mais diretamente neste trabalho.

Partindo do pressuposto de que terra não é capital e que o lucro e a renda da terra são produzidos e apropriados por classes sociais distintas, Oliveira propõe e esclarece conceitualmente algumas questões que consideramos importantes para abordarmos a relação *agricultura e indústria* e, o que é mais importante, a partir de conceitos da Geografia.

Oliveira, A.U. (1981), ao analisar as formas de apropriação da renda da terra, entende que essa renda pode ser apropriada pelo proprietário de terra e/ou pelo capital. Neste último caso existem duas formas de apropriação da renda da terra. Uma delas ocorre quando a produção subordina a circulação, ou seja, quando o preço do produto agrícola é ditado na produção:

Repete-se, nesse caso, o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, onde a circulação está completamente submetida à produção, pois cada vez mais a mercadoria sai da produção com o preço de venda ao consumidor estipulado, conseqüentemente o custo de mercadoria para o comerciante também. (OLIVEIRA, A.U. ,1981, p. 20)

Cita como exemplo a agroindústria sucro-alcooleira, em especial a paulista, que, mediada pela ação do Estado, tem conseguido subordinar totalmente a circulação à produção. Quando tal situação acontece, temos a *territorialização do capital*.

A outra forma de apropriação da renda da terra se dá quando a circulação subordina a produção, ou seja, quando o preço dos produtos agrícolas é ditado na circulação:

Esta tem sido a prática do capital comercial e industrial, sujeitar a agricultura aos seus ditames. Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas.

Esta forma de atuação tem sido gradativamente incorporada pelos grandes capitais (principalmente multinacionais) que pouco a pouco vai espremendo toda sorte de representantes do capital comercial (intermediários, maquinistas, atravessadores, atacadistas, etc.), confinando-os a setores menos rentáveis na atual conjuntura, inflacionando estes setores de concorrentes o que apenas contribui para arruiná-los ainda mais.

Estamos, a cada dia mais, assistindo ao processo provocado pela absorção por parte das grandes empresas capitalistas dos rendimentos do trabalho agrícola através da criação de mecanismos praticamente compulsórios de comercialização das safras. (...) Essa transferência de renda, ou esta sujeição da renda da terra ao capital, tem sido uma das pedras de toque do atual sistema ... (idem, ibidem, p. 23)

Essa forma de apropriação da renda da terra pelo capital, na qual se subordina a produção à circulação, tem ocorrido em setores que, embora rentáveis, não o são suficientes para justificar a sua implantação no campo, ou seja, o capital monopolista não se territorializa (como acontece com as agroindústrias sucro-alcooleiras, que imobilizam capital para aquisição da terra). Cita, como exemplo, a atuação do capital industrial em atividades como a suinocultura, avicultura, sericicultura, pecuária de corte, fibras têxteis, oleaginosas, citricultura, viticultura, fumageira, hortifruticultura etc. e de grupos atacadistas, CEASAS e cooperativas. Nessa situação, para esse autor, temos o processo de *monopolização do território pelo capital*²¹⁰, conforme já abordado no capítulo 2.

Ainda como decorrência de tais pressupostos, outra questão que consideramos importante destacar em Oliveira refere-se à distinção que ele estabelece entre indústria e agroindústria. O autor considera agroindústria quando proprietário de terra e proprietário de indústria estão unificados em uma só pessoa, auferindo em sua propriedade, o lucro e a renda. Já na segunda situação, quando o proprietário da indústria se apropria da renda da terra subordinando a produção à circulação, estando, portanto, separadas as figuras do proprietário da terra e da indústria, o que se tem é o capital industrial, que se apropria do lucro de sua indústria e da renda da terra. Entretanto, a apropriação da renda da terra não se dá através de sua produção, mas da sujeição dela ao capital. Nessa situação não temos uma agroindústria, porque não é o proprietário da indústria quem produz e possui a propriedade da terra e, dessa forma, a capacidade de auferir renda. Assim, o que temos nesse caso é a relação agricultura e indústria.

Partimos, então, do pressuposto teórico de que a análise de uma atividade produtiva no campo tem um caráter diferenciado daquele da indústria, devido à especificidade da terra como meio de produção.

Nessa perspectiva, dividimos este capítulo em duas partes. Na primeira, definimos conceitualmente os elementos que nortearam nossa análise, quais sejam: valor, preço e renda da terra, justificando a importância desses conceitos nesta abordagem. Na segunda, enfocamos o

210 Recentemente, o conflito entre o capital industrial e grupos atacadistas tem se acentuado, devido à concentração que vem ocorrendo em ambos os setores formando grandes empresas monopolistas.

caráter da renda da terra na avicultura e a constituição dos mecanismos de formação do valor, do preço e de produção e apropriação da renda fundiária. Nesse processo, evidenciamos a oposição dos interesses de classe presentes entre os agentes sociais envolvidos.

Observações a respeito de valor, preço e renda da terra

Consideramos necessária a análise dos momentos da produção, bem como a sua articulação com valor, preço e renda da terra, devido a três motivos. O primeiro, e já mencionado anteriormente, refere-se à carência de estudos que estabeleçam essa articulação, deixando uma lacuna teórica para quem se propõe a estabelecer uma abordagem marxista em atividades produtivas no campo. As formas de renda da terra, para ficarmos em exemplos da Geografia, costumam ser ensinadas nos cursos de graduação em Geografia, às vezes, tomadas isoladamente, sem a sua devida articulação com a dinâmica das atividades produtivas. Tal fato tem se refletido nas pesquisas em Geografia Agrária, pois, apesar de não possuímos um estudo sistemático a respeito, a breve observação dos temas das pesquisas nas apresentações de trabalhos em eventos da área, como os ENG's (Encontros Nacionais de Geografia) evidenciam o exposto. Tal carência parcial também pode ser verificada em outras áreas, como na Economia e na Sociologia, quando elas se propõem a estudar as relações (econômicas, políticas e sociais) nessas atividades produtivas. O segundo, e talvez decorrente desse primeiro, devido às confusões que costumam ocorrer entre valor e preço, consideradas como se tivessem o mesmo significado, e também entre capital e renda da terra, considerados como sinônimos. O terceiro e último motivo, deve-se à importância, do ponto de vista econômico, político, social e geográfico, em estarmos demonstrando empiricamente como e em que setores ocorre o processo de produção e apropriação da mais-valia e da renda da terra, que se tem manifestado de forma diferenciada, nos diversos setores econômicos da sociedade.

Michels (2000), por exemplo, embora não com essa finalidade e através de outro viés teórico, procurou demonstrar²¹¹ que na pecuária em Mato Grosso do Sul é o setor varejista, representado pelas grandes redes de supermercado, que tem papel determinante na formação de preços. Ressaltamos, todavia, que nessa atividade, dominada por grandes proprietários de terra, essa classe de produtores dispõe de mecanismos

211 Ressalvamos que, para esse autor, valor e preço tiveram o mesmo significado.

políticos para garantir a apropriação da renda da terra²¹², o que já não acontece na avicultura.

Conforme já destacou Marx, nem sempre é possível determinar o quantitativo de renda produzida e apropriada devido à complexidade das relações que se articulam no processo de realização da mercadoria. Contudo, é possível não somente identificá-la como também demonstrar os meandros que se interpõem nesse processo. Acreditamos serem essas proposições levantadas, as contradições básicas geradoras do movimento que produz a relação capital x trabalho no campo.

Para alcançarmos os objetivos propostos, esclarecemos inicialmente o entendimento que fazemos dos conceitos trabalhados.

Primeiramente, faremos a distinção entre valor e preço.

Partimos da premissa marxista de que toda mercadoria, independente de seu valor de uso, tem também um valor nela oculto, uma relação social, que é a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção dessa mercadoria, conforme já abordado na introdução deste trabalho.

Assim, as mercadorias são mensuráveis por intermédio do trabalho, e o dinheiro é a sua expressão monetária. Todavia, embora o preço seja uma forma monetária de expressar a grandeza de valor de uma mercadoria, através da relação de troca com o dinheiro, não significa necessariamente, que o dinheiro seja expressão exata de sua grandeza de valor. Como diz Marx (1985a, p. 92-93):

O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria. (...) Mas se o preço como expoente da grandeza de valor da mercadoria é expoente de sua relação de troca com dinheiro, não se segue, ao contrário, que o expoente de sua relação de troca com dinheiro seja necessariamente o expoente de sua grandeza de valor. (...) A forma preço, porém, não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre a grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias. Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo consciência, honra etc., podem ser postas à venda por dinheiro pelos seus possuidores e assim parecer, por meio de seu preço, a forma mercadoria. Por isso, uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter um valor. (...) Por outro lado, a forma imaginária de preço, como, por exemplo, o preço da terra não cultivada, que não tem valor, pois nela não está objetivado trabalho humano, pode encerrar uma relação real de valor ou uma relação derivada dela.

212 Ver por exemplo: Jornal O Progresso. Produtores rurais querem mais prazo. 23/11/2001.

Em sua obra, Marx distingue, então, a diferença entre valor e preço. O preço, enquanto expressão monetária de uma mercadoria, admite o que se denomina “incongruência quantitativa”, que entendemos ser a atuação de outros determinantes, no processo de realização da mercadoria. Essa forma de realização na sociedade capitalista, segundo a teoria de Marx, ficou classicamente conhecida na fórmula $D - M - D'$, ou seja, o dinheiro (D) que, ao entrar no processo de realização, transforma-se em mercadoria (M), para depois se transformar em capital, reproduzindo-se de forma ampliada (D').

Recentemente, Francisco de Oliveira (1998) veio contribuir e, ao mesmo tempo, complicar ainda mais essa já difícil abordagem da teoria do valor em Marx. Ao analisar o papel do fundo público na sociedade capitalista, ele aponta elementos novos na teoria do valor, como fonte de reprodução do capital e da força de trabalho. Esse autor considera que o fundo público, ao contribuir para agilizar a circulação de capital através de títulos públicos, incentivos e subsídios, tem também a sua importância na formação da taxa média de lucro do setor oligopolista, uma vez que relativiza o papel do capital constante e do capital variável, dando lugar à relação do capital, em particular, com o fundo público. Dessa forma, o fundo público se comportaria como um anticapital, já que não possui valor. Nas suas palavras:

... o capital se move agora numa relação em que o preço da força de trabalho é indiferente do ponto de vista das inovações técnicas e o parâmetro pelo qual se mede a valorização é agora um mix, em que o fundo público não entra como valor. A contradição, pois, é que se assiste a uma elevação de rentabilidade, ou das taxas de retorno dos capitais, gerando a enorme solvabilidade e liquidez dos setores privados, enquanto o próprio fundo público dá visíveis mostras de exaustão como padrão privilegiado da forma de expansão capitalista desde os fins da II Guerra Mundial. (OLIVEIRA, F., 1998, p. 31)

Essa importância dada ao fundo público na reprodução ampliada do capital tem levado o autor a afirmar, em evento recentemente realizado na Universidade de São Paulo²¹³, que a apropriação e o controle do fundo público tem se tornado uma questão importante da luta de classes. Na avaliação desse autor, aquela equação de Marx, referente ao circuito do capital dinheiro, $D-M-D'$, se transformaria em anti- $D-D-M-D'$. Já do ponto de vista da composição do produto, a equação $C+V+M$ ²¹⁴ se transformaria então $-C+C+V(-V)+M$. Consideramos que o importante a destacar, em relação à questão do fundo público, é o fato de que, ao in-

213 Conforme matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, no primeiro trimestre de 2003.

214 Sendo: C = Capital Constante V = Capital Variável M = Mais Valia.

terferir na rentabilidade do capital e indiretamente na formação da taxa média de lucro, o fundo público, que também é extração de parte da mais-valia social, não pode mais ser desconsiderado na teoria do valor. Ao se tornar mais complexa a esfera das condições de circulação do capital, fica difícil, também, a avaliação da composição do capital, que deixa de ser capital social total para se tornar capital em geral. Essa importância crescente que vem sendo dada ao fundo público tem também suas explicações devido à tendência decrescente da taxa de lucro, que mundialmente começou a manifestar sua crise a partir dos anos de 1970. Esse processo tem provocado uma reorganização do capital, culminando num conjunto de transformações políticas, econômicas, sociais e ideológicas, que ficou conhecido como neoliberalismo. No âmbito do processo produtivo, além de uma reestruturação produtiva, acentuam-se os conflitos entre as classes sociais para se apropriarem da parte da mais-valia social que é destinada ao Estado. Por outro lado, tem se verificado, também, o deslocamento de parte dessa mesma mais-valia para o setor financeiro, que vem representando atualmente no país, o setor mais lucrativo²¹⁵.

Outro aspecto pouco considerado, ao se analisar a questão do valor, do preço e da renda da terra, diz respeito ao fato de que, no modo capitalista de produção, o capital também cria e recria relações não capitalistas como a unidade de produção camponesa. E que esta, como parte contraditória nesse contexto, possui uma lógica diferente da lógica capitalista. Sendo assim, não pode ser analisada sob as mesmas consequências sociais, econômicas e políticas, sob pena de não compreendermos essa “estranha classe”.

A lógica contraditória, que cria e recria o trabalho familiar camponês, é mediada pela propriedade privada da terra. Nesse sentido, é preciso compreender, antes de tudo, que nessa modalidade de relação de trabalho, a unidade familiar é, também, unidade de produção e por isso, a lógica que rege essa unidade produtiva não está fundamentada na lógica capitalista. Na relação capitalista, a produção se expressa na lógica D-M-D', na qual, o dinheiro compra mercadorias para produzir mais dinheiro, ou seja, para se reproduzir ampliadamente. Isso significa que, para entrar em uma atividade, o capitalista realiza o cálculo: custo de produção (capital constante+ capital variável) + lucro médio + renda (no caso de ser também proprietário de terra). Sem a possibilidade do lucro, o capitalista não entra em nenhuma atividade. Essa é a lógica capitalista, mesmo que, em situações concorrenciais, o capi-

215 Diante dessa complexidade de questões, que se colocam atualmente para os estudiosos e cuja análise foge aos objetivos do nosso trabalho, esclarecemos que elas não serão então por nós abordadas. Em relação ao papel do fundo público na formação da taxa de lucro, no presente trabalho, a sua existência somente será considerada, na produção e apropriação da riqueza na avicultura, particularmente, no que se refere aos financiamentos obtidos pelo setor.

talista possa conjunturalmente estar tendo prejuízo. Já na atividade produtiva camponesa, pelas suas características reprodutivas, ela articula-se no circuito da reprodução ampliada do capital, como produtora de mercadorias, com a histórica missão de produzir alimentos a um custo mais baixo. A circulação da produção camponesa é expressa na produção mercantil simples, através da fórmula M-D-M, segundo a qual a venda de uma mercadoria, que tem como resultado o dinheiro, serve para adquirir outra mercadoria. É importante destacar que, na economia camponesa, a renda não pressupõe salário. Nesse sentido, enquanto na lógica capitalista a viabilidade de um empreendimento é feita, considerando-se a renda bruta (RB) menos gastos em material (GM), menos salário (GS), cujo lucro líquido (LL) deve ser maior do que zero, na lógica camponesa, o cálculo é feito em função da dedução do GM de RB, não se incluindo aí o salário. (MOURA, 1986).

A partir dessas questões, entendemos que:

... as categorias preço, capital, salário, juro e renda determinam-se mutuamente e são funcionalmente interdependentes. Assim, a retirada de uma delas desagrega o sistema, como ocorre, por exemplo, quando é retirada deste contexto a categoria salário. Um cálculo econômico em que essa categoria esteja ausente coloca-nos diante de uma economia não-capitalista, a denominada economia familiar. Esta, possuindo os itens renda bruta e gastos em material, não pressupõe salário porque são os próprios empreendedores da produção que atuam como seus trabalhadores (MOURA, 1986, p. 58-9).

Essa é uma das contradições do modo capitalista de produção. O campesinato não pode ser compreendido como relação de trabalho capitalista, pois a sua lógica reprodutiva difere da lógica do capital. É essa lógica que o caracteriza enquanto classe, opondo-se aos interesses dos proprietários de terra, e, quando, expulsos, a ela retornam através de movimentos sociais organizados, objetivando territorializar a *terra de trabalho*, em oposição à *terra de negócio*. Por outro lado, é o próprio capital que também a cria e recria, para sujeitar a sua renda, quando a propriedade privada se ergue como um obstáculo ao seu desenvolvimento.

A questão da renda camponesa já foi levantada desde o século XIX, por Marx (1974, p. 923-4) :

Para o pequeno camponês cultivar sua terra ou comprar terra para cultivar, não é necessário, como nas condições normais da produção capitalista, que o preço de mercado seja bastante alto para proporcionar o lucro médio, e isto é mais válido ainda para um suplemento, na forma de renda, acima desse lucro médio. Não é mister portanto que o preço de mercado atinja o valor ou o preço de produção do produto. (...) Parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dada de graça

à sociedade e não contribui para regular os preços de produção, nem para formar o valor em geral. Esse preço mais baixo portanto resulta da pobreza dos produtores e não da produtividade do trabalho.

Na condição de camponês não inclui o salário em seu cálculo econômico, sendo capaz de trabalhar apenas por um rendimento que satisfaça as necessidades básicas da família. Dessa forma, a renda da terra acaba, muitas vezes, sendo dada de graça à sociedade, conforme já destacou Marx. É essa lógica camponesa que permite o rebaixamento do preço dos alimentos, garantindo assim, para o capital industrial, a reprodução da força de trabalho a um custo mais baixo²¹⁶. É, também, o motivo que nos leva a acreditar que, embora não se trate de uma relação de trabalho capitalista, é uma relação que deve ser vista como, contraditoriamente, parte integrante do capitalismo, pois o próprio capital cria e recria o camponês.

A renda da terra também é outro fator importante que merece esclarecimentos. Primeiramente, compreendemos que os preços dos produtos agrícolas, na lógica capitalista, são dados em função do preço de produção (custo + lucro médio), acrescido da renda da terra. Na sociedade capitalista, a renda da terra é, portanto, sobra acima do lucro médio:

... no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente). Por isso, erra-se quando então se procura explicar a renda fundiária, aí componente particular e específico da mais-valia, recorrendo simplesmente às condições gerais da mais-valia e do lucro. (MARX, 1974, l. 3, v.6, p. 728, grifo nosso).

Sendo a renda capitalista da terra, sobra acima do lucro médio, as formas de renda mais comuns encontradas na sociedade capitalista são a renda absoluta, renda diferencial (I e II) e renda de monopólio²¹⁷.

Outro aspecto importante a ser destacado em relação à abordagem sobre renda da terra é a necessária distinção entre terra²¹⁸ e capital. Como já destacou Martins (1995), terra e capital não podem ser considerados como sinônimos. No modo capitalista de produção, o objetivo de quem detém o capital é a obtenção do lucro, que se dá, através da apropriação da mais-valia, ou seja, através da apropriação do valor contido nas mercadorias, fruto do trabalho acumulado dos trabalhadores. Como diria esse

216 Tal fato não quer dizer que um camponês não possa vir a acumular renda e se tornar um camponês rico ou um pequeno capitalista.

217 Tendo já sido bastante estudadas por vários autores, entre os quais destacamos Marx (1974, livro 3, v. 6); Kautsky (1980) e Oliveira (1986 a e b), não nos deteremos aqui em explicar cada uma delas.

218 “Para ser precisos, observaremos que nosso conceito de terra abrange também águas, etc., que, como acessório dela, tenham proprietário.” (MARX, livro 3, vol. 6, p. 707).

autor, ao explicar a teoria do valor em Marx – só o trabalho cria valor. É com o objetivo de apropriar-se da mais-valia, de obter o lucro, que o capital se implanta em uma determinada atividade. Nenhum capitalista investirá capitalisticamente, pensando em obter prejuízo. É em função desse princípio básico, que ocorre então, a separação do trabalhador dos seus meios de produção, ou seja, para que ele venda a força de trabalho ao capitalista, os meios de produção tornam-se mercadoria, para que só então possam ser apropriados privadamente. E só poderá se apropriar, aquele que puder comprar os meios de produção. Quem não puder, tem que vender sua força de trabalho. É a partir desse princípio que podemos compreender, então, o caráter privado da propriedade da terra, que, enquanto meio de produção, também se tornou mercadoria. Analisar, entretanto, as contradições produzidas na relação dos homens com a terra, no processo de reprodução de sua existência, e tendo como característica, um modo capitalista de produzir, tem as suas especificidades, que as distinguem de uma indústria, como já salientou Marx e foi indicado na citação anterior.

Como nos lembra Martins, a terra, apesar de ser um meio de produção, não é produto do trabalho humano, é um bem natural e sendo assim, não pode operar como se fosse capital. Segundo esse autor, a terra não produz capital, mas sim, renda. Avalia, então, que:

A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização de trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha a terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é.

A terra não pode ser confundida com o capital; não pode ser analisada em suas consequências sociais, econômicas e políticas como se fosse capital igual àquele representado pelos outros meios de produção. Nesse sentido, ocorre em relação à terra o mesmo que ocorre com o trabalho. Este também não é produto do próprio trabalho, não contém valor. (MARTINS, 1995, p. 159-160).

Assim, reafirmamos com esse autor, que a terra não pode ser analisada com as mesmas consequências sociais, econômicas e políticas, como se fosse capital. A propriedade da terra contém uma relação social que envolve um conjunto de interesses antagônicos, de classes sociais distintas.

A par dessas contradições entre terra e capital, Martins explica que a terra atua como um obstáculo à expansão do capital. Isso porque, a terra, através de seu proprietário, se ergue diante do capital para cobrar uma

renda pela sua exploração. Sendo uma mercadoria, ela possui um preço, podendo então, estabelecer relações comerciais com essa mercadoria, que pode ser comprada, alugada, vendida, arrendada. Para o capitalista, o pagamento dessa renda representa uma irracionalidade porque, além desse pagamento, o capitalista terá que investir na propriedade para que esta possa operar como capital e daí, obter o lucro. Então,

... está na verdade, convertendo uma parte do seu capital em renda; está imobilizando improdutivamente esta parte do capital, unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura. (idem, ibidem, p. 161)

Proprietário de terra e capitalista possuem, dessa forma, interesses antagônicos. Isso não quer dizer, entretanto, que não possam aparecer unificados em uma só pessoa, conforme já abordado anteriormente, ou seja, o capitalista pode comprar uma propriedade, pagando uma renda, e explorá-la capitalisticamente, passando a ter, então, a possibilidade de obter o lucro e a renda, que é paga pelo conjunto da sociedade. Se o capitalista não quiser, consegue obter o lucro simplesmente arrendando um conjunto de propriedades, explorando-as através de relações capitalistas e pagando a renda ao proprietário. Sendo assim, o capital consegue obter lucro com as atividades do campo sem precisar tornar-se proprietário da terra. É dessa forma que o autor afirma que existem contradições entre terra e capital, que aquela, por não operar como se fosse capital, deve ter a sua abordagem diferenciada da que se realiza ao analisarmos o capital industrial. A terra permite a quem dela se apropria, várias formas de ganhos. Um proprietário, por exemplo, não precisa colocar a terra no processo produtivo para que ela possa “valorizar-se”. Basta realizarem trabalho fora dela, como o asfaltamento de uma estrada próxima à propriedade, para que o preço dessa terra aumente.

Com essas múltiplas formas de acumulação, o capital, ao se desenvolver no campo, pode também, lançar mão de relações não capitalistas. Apesar de contraditória, Martins afirma que é uma relação de dentro do capitalismo. Nesse caso, estamos diante da transferência de renda da terra, produzida pelos camponeses, para os proprietários da terra e capitalistas da agricultura ou através da produção para os capitalistas da circulação. Essas rendas podem ser em trabalho, em produto e em dinheiro.

Partindo desse pressuposto teórico, o capital industrial pode se apropriar da terra e explorá-la através de relações capitalistas e ainda implantar uma indústria na propriedade, ou seja, proprietário de terra, capitalista da indústria e capitalista da agricultura podem aparecer unifi-

cados em uma só pessoa. O capital pode, também, expandir-se no campo sem apropriar-se da terra, sujeitando a renda da terra.

No caso da avicultura, veremos que, para compreendermos a articulação de todos esses elementos, não podemos analisar isoladamente o aspecto da formação de preços ou das estruturas de mercado, como o fazem alguns economistas, pois nela, atuam não apenas agentes econômicos dominantes e diretamente envolvidos, mas também as outras dimensões constitutivas do território capitalista, que denominamos articulações territoriais de produção. Abordaremos então, como esses elementos se articulam na avicultura em escala industrial, em Mato Grosso do Sul.

O caráter da renda da terra na avicultura

Observamos que, na avicultura e em outras atividades semelhantes, o caráter da terra como meio de produção e da renda que ela possa gerar deve ser analisado considerando-se suas próprias especificidades, pois apresenta características diferenciadas comparativamente a outros produtos agrícolas. A relação estabelecida entre o proprietário do aviário e a indústria é muito complexa, fato que tem gerado estudos de diferentes correntes teóricas e sob diversas formas de interpretação.

Considerando-se que nossa preocupação teórica, ao estudar o papel da teoria do valor e da renda da terra na avicultura, é verificar quem produz e se apropria da riqueza social produzida, buscamos compreender como esses elementos se (re)articulam na atividade avícola.

Conforme já exposto no item anterior, partimos do princípio de que terra e capital são meios de produção diferenciados e, por isso, não podem ser analisados sob as mesmas conseqüências sociais, econômicas e políticas (MARTINS, op. cit.). Todavia, na avicultura, esses dois meios de produção aparecem interligados, sendo predominante o modo industrial de produzir, o que dificulta a sua compreensão provocando, muitas vezes, confusão na sua análise, na medida em que a terra entra como suporte articulado, conforme demonstraremos neste capítulo.

Um exemplo de como concepções teóricas diferentes podem nos levar a resultados diferentes é a situação que descreveremos a seguir. Sabemos que na avicultura, no âmbito específico das técnicas de produção, ou instrumentos de trabalho, o processo de produção encontra-se quase que dominado pelo capital industrial. Tal fato tem levado estudiosos a considerarem a atividade como se “fosse uma verdadeira fábrica”, como analisou Silva, J.G. (1981, p. 28-9):

Diferentemente do que ocorre na maioria dos ramos industriais, dificilmente se consegue isolar por completo a ação das forças da Natureza na agricul-

tura, limitando-se muitas vezes o capital a discipliná-las ou simplesmente a ajustá-las de acordo com seus interesses. É verdade que, em alguns ramos de atividade agropecuária, como por exemplo na avicultura, na pecuária confinada e mesmo em alguns cultivos (como de cogumelos e flores) chega-se mesmo a prescindir do próprio solo, assemelhando-se em praticamente tudo esses empreendimentos a verdadeiras fábricas, no sentido literal do termo. Todavia, essas são exceções que apenas confirmam uma regra geral: as forças da Natureza, até os nossos dias, afetam profundamente o desenvolvimento da produção agrícola, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos. (grifo nosso)

Segundo esse autor, poderíamos compreender que, na avicultura, o capital conseguiu eliminar o obstáculo colocado pela renda da terra, já que a sua produção assemelha-se a uma verdadeira fábrica. De certa forma, um barracão de aves, que mede em torno de 12 x 102 metros, ou seja, um espaço de terra muito limitado, tem capacidade para alojar, um aviário climatizado, de 24 a 32 mil aves, conforme temos verificado no Estado de Mato Grosso do Sul. Além desse fato, o que temos verificado, também, no processo de reestruturação produtiva já abordado no capítulo 4, é o aumento do número de aviários por propriedade, evidenciando que as inovações no plano tecnológico têm permitido aumentar a produtividade vertical e horizontal na unidade produtiva.

Analisando por essa perspectiva, o que se produz na avicultura e é destinado ao avicultor e à indústria é resultado, principalmente, do capital imobilizado na construção dos barracões (trabalho morto, portanto), de pintos geneticamente melhorados pela biotecnologia e do trabalho contido do avicultor ou do granjeiro. A terra entraria, nesse caso, como elemento de pouca importância na produção de aves. A introdução de novas tecnologias de produção estaria permitindo a produção cada vez maior de uma mais-valia, principalmente a relativa, fazendo com que haja um processo de agregação de valor através do trabalho do avicultor ou granjeiro e de transferência de valor, decorrente do capital investido no aviário.

Marx denomina esse processo de dualidade do trabalho, pois, à medida que acrescenta novo valor a uma mercadoria (gera, agrega valor), conserva ou transfere valor antigo, sendo, portanto, dois resultados diferentes que um trabalhador alcança ao mesmo tempo. Assim,

... no processo de trabalho só se transfere valor do meio de produção ao produto, na medida em que o meio de produção, juntamente com seu valor de uso independente, também perca seu valor de troca. Ele cede ao produto apenas o valor que perde como meio de produção. (MARX, 1985, livro I, vol. 1, p. 167)

Diante dessas considerações e observando o processo de trabalho na avicultura – o tempo de trabalho que se leva para criar o frango, o sobre-trabalho nele contido, o elevado investimento de capital para construção dos aviários (trabalho morto) – e também o trabalho agregado no processo de abate e processamento industrial do frango, poderíamos entender, num primeiro momento, que, na avicultura, o capital tem eliminado o obstáculo colocado pela renda da terra. Essa hegemonia fez com que Silva, J.G. (1981, p. 21) entendesse que a propriedade da terra não participa mais da atividade como obstáculo:

A verdadeira questão é se o capital submete a propriedade da terra e passa a comandar diretamente o processo produtivo ou não. Ou seja, não é mais a terra que possibilita a seu proprietário apossar-se do excedente gerado pelo trabalhador. É o capital, engajado na terra, que subtrai diretamente do trabalhador o seu tempo de trabalho excedente e não mais os frutos do seu trabalho materializado na forma de produtos.

Essa mais-valia extorquida do processo produtivo irá para as mãos dos capitalistas se não houver uma classe de proprietários fundiários que a título de “permitirem” a utilização da terra, reivindicuem uma parte da mesma (grifo nosso).

A respeito dessa forma de abordagem, temos algumas considerações a fazer. Entendemos que o caminho para se compreender essa questão não é somente o fato de saber se o capital tem ou não submetido a propriedade da terra, assumindo esse fato como consumado, sem sua efetiva demonstração e passando a comandar diretamente o processo produtivo ou não, como no caso da avicultura. Uma outra questão que se põe é compreendermos *como* o capital submete a propriedade da terra e qual a especificidade da atividade agropecuária que se pretende avaliar.

O fato de o modo industrial de produzir avançar suas bases na agricultura não transforma automaticamente a terra em capital, como esse autor parece indicar. Trata-se de uma relação entre terra e capital e agricultura e indústria, na qual a presença de produtos de origem industrial aumenta e, com eles, a presença de produtos agropecuários. É preciso deixar claro que não estamos diante de um processo produtivo em que se autonomizou totalmente o processo exclusivamente industrial. Um aviário não pode ser construído em qualquer lugar, independentemente, como aconteceu com a atividade industrial. Portanto, estamos diante de uma atividade agropecuária que incorporou o modo industrial de produzir e por isso adquire características novas e imprime interpretações igualmente novas (OLIVEIRA, A.U. 2003²¹⁹).

219 Texto inédito, produzido especificamente para esse trabalho.

Para compreendermos o processo de produção e apropriação da riqueza na avicultura em escala industrial, não devemos nos restringir apenas ao circuito produtivo diretamente ligado à avicultura como o que acontece, por exemplo, nos desdobramentos teóricos que se têm quando se elege o CAI (Complexo Agroindustrial) como unidade de análise. Nessa forma de abordagem, privilegiam-se as relações econômicas da indústria com a agricultura e desta com a chamada agroindústria em cada atividade produtiva a ela diretamente interligada. Diante disso, atribui-se papel pouco relevante à agricultura devido à sua perda de autonomia, assumindo-se que ela está totalmente subordinada à indústria. A questão está no a priori teórico.

Destacaremos, aqui, o que consideramos como especificidades relevantes no estudo da avicultura. Primeiramente, ressaltamos que por se tratar de uma atividade altamente integrada (integração tanto vertical quanto horizontal), o comportamento econômico da avicultura tem uma relação com a produção de milho e soja e, ao mesmo tempo, possui um caráter distinto dessas e de outras atividades agrícolas. Enquanto que, nestas, as terras vão sendo incorporadas ao processo produtivo à medida que o (pior) solo seja capaz de gerar um excedente (renda) acima do preço de produção e/ou simplesmente, expandir-se para áreas de outras atividades, na avicultura, a fertilidade do solo não tem se constituído em fator diretamente envolvido, uma vez que no desenvolvimento da avicultura, não é a terra que constitui meio de produção fundamental, mas sim a localização e o galpão de aves, decorrentes do capital nela investido. Além disso, é necessário que ocorra uma distância entre um galpão e outro e que sejam plantadas barreiras verdes entre eles, ou seja, é preciso assumir a atividade como agrária. Nesse sentido, o que define o deslocamento da avicultura de uma região para outra, não é o esgotamento de terras para o desenvolvimento dessa atividade, mas sim, a procura ininterrupta de novas áreas destinadas à soja e, principalmente, ao milho. Não se pode, dessa forma, isolar a atividade como se a produção do milho e do farelo de soja pudesse, em tese, estar completamente separada do aviário. O que se assiste no Sul do Brasil e no Centro-Oeste é o aumento dessa relação, somado com o aproveitamento da cama. Assim, não se trata de uma produção fabril, pois, se assim o fosse, o frango poderia ser produzido na cidade. No caso do milho e da soja, é a disposição desses produtores de plantar (e, portanto, de sua capacidade de auferir renda), expandindo suas áreas, que leva ao deslocamento territorial da avicultura. Acreditamos que os proprietários de terra – na figura dos produtores de milho, principalmente, e dos agentes envolvidos nesse setor – têm influência na formação de preços dos frangos. A renda diferencial I decorrente da

localização constitui, assim, fator presente na avicultura, e pode também aparecer no momento da compra ou venda do imóvel.

Diante da idéia de que o capital tem eliminado totalmente a barreira da renda da terra na avicultura, formulamos a seguinte pergunta: se a avicultura em escala industrial atua como uma verdadeira fábrica, por que, então, o capital industrial não se implanta na avicultura, isto é, não se territorializa, como o faz na agroindústria da cana? Entendemos que é a partir de questionamentos como esse que podemos procurar compreender o papel da renda da terra na avicultura.

Sabe-se que, normalmente, essa atividade funciona através do que denominam sistema de integração²²⁰, no qual avicultor e empresa realizam um contrato de parceria (seja ele verbal ou escrito), assumindo, o primeiro, uma série de obrigações para com a empresa e previamente determinadas por essa. É a partir desse sistema de integração e, portanto, das relações sociais de produção que dela decorrem, que podemos compreender o caráter da renda da terra na avicultura. Antes de qualquer coisa, é preciso considerar que, essa atividade, embora o barracão de aves ocupe um espaço de terra muito limitado, é realizada em pequenas e médias propriedades, onde o avicultor normalmente desenvolve outras atividades além da avicultura (sejam elas voltadas para o mercado e/ou de autoconsumo). Muitos, inclusive, têm atividades urbanas, e não dependem exclusivamente da avicultura para sobreviver.

Ao se estabelecer um contrato de parceria com a empresa e, ao se realizar o financiamento no banco, criam-se liames de dependência não somente da atividade avícola, mas do avicultor e de toda sua unidade produtiva, com o capital industrial e financeiro, configurando o que Martins (1995) denomina *sujeição da renda da terra ao capital*.

Na avicultura, a decisão de entrar ou sair da atividade não se dá em função, exclusivamente, da decisão individual de poder ou não auferir renda numa determinada conjuntura econômica. Isso ocorre não somente devido ao contrato de parceria, mas também porque o número de avicultores e aviários a serem integrados é definido previamente pela indústria de carne de frangos, de acordo com sua capacidade de abate e das condições econômicas de mercado. A empresa controla, inclusive, o estoque geral de frangos decidindo sobre a quantidade de pintos a serem alojados em cada aviário. Uma outra questão é o fato de que, muitas vezes, principalmente no caso do trabalhador familiar camponês, a lógica que leva o avicultor a se integrar não é a da possibilidade de auferir lucro e/ou renda, uma vez que para ele, a terra não é vista como *terra de negócio*. A lógica,

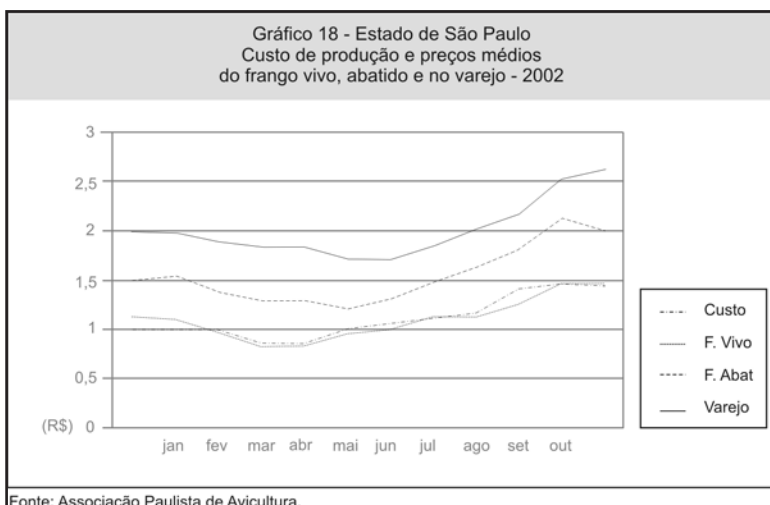
220 A respeito dessa modalidade de parceria ver Mizusaki (1996).

para ele, é a da satisfação das suas necessidades, ou seja, terra para ele é *terra de trabalho* (MARTINS, 1991).

É necessário considerar também que, enquanto se tiver a vigência do contrato de parceria e do financiamento no banco, a capacidade do proprietário de auferir renda da terra fica subordinada ao capital industrial e ao financeiro, que se apropriam de parte da renda da terra produzida pelo camponês ou de parte do lucro e da renda capitalista da terra, se ele for um capitalista da avicultura. Esse montante pode ser maior ou menor, dependendo da conjuntura econômica, mas mantendo essa forma de sujeição como mecanismo de transferir para o campo, o ônus dos riscos econômicos que essa atividade gera (riscos com doenças, conjuntura econômica, custos com mão-de-obra etc.). Assim, a capacidade que toda a unidade produtiva tem de gerar renda – fazendo com que, muitas vezes, o avicultor tenha que “tirar dinheiro”, ou seja, transferir renda, de outra atividade para “cobrir” as despesas com a avicultura ou com a sua própria manutenção – é um dos fatores que fazem com que a atividade seja desenvolvida através do sistema de integração. Dizia um avicultor entrevistado²²¹, por exemplo, que o dinheiro obtido com a venda do leite ajudava a cobrir as despesas com supermercado. É toda a propriedade e as relações sociais de produção nela contidas que precisam ser monopolizadas pelo capital e não somente o barracão de aves.

Nesse sentido, no Gráfico 18, podemos verificar como se comporta o preço do frango entre os segmentos envolvidos. Podemos observar nesses dados, que o capital industrial e o ligado ao setor varejista têm mantido durante o ano, uma margem de lucro no preço do frango, oscilando proporcionalmente ao preço pago ao produtor pelo frango vivo. O preço do frango vivo, por sua vez, não tem acompanhado o custo de produção. Nos períodos de queda do preço do frango no mercado, verifica-se que esse ônus foi transferido ao produtor, na medida em que o preço do frango vivo também foi reduzido, apesar de se manter e até mesmo elevar o custo de produção do frango, evidenciando dois fatos importantes. O primeiro é que, na avicultura, o preço do produto pago ao produtor não é dado de acordo com a relação custo de produção + lucro médio + renda. O segundo é a evidência de que essa renda foi transferida para a circulação, denunciando a segunda forma de apropriação da renda, destacada por Oliveira, A.U. (1992).

221 Entrevista realizada em 24/09/02.



Fonte: Associação Paulista de Avicultura.

Compreendemos, assim, que a renda da terra na avicultura não pode ser desprezada se considerarmos a atividade enquanto relação social de produção, ou seja, existem dimensões ocultas que não podem ser ignoradas e, para compreendê-las, é necessário nos despirmos de (pré) conceitos concebidos unilateralmente em uma área específica e/ou em função e a partir exclusivamente de uma visão de mundo que surge da cidade e da indústria para o campo. Se, *aprioristicamente*, considerarmos que o campo já está urbanizado, que o capital industrial já domina totalmente o campo, não conseguiremos enxergar as relações sociais de produção. As atividades produtivas contemplam verdadeiras articulações territoriais de produção, que extrapolam as relações aparentes ditadas pela indústria. A relação agricultura e indústria é contraditória.

A partir desses pressupostos, para considerarmos o processo de apropriação da riqueza produzida na avicultura é necessário, então, não somente avaliarmos o mecanismo de formação de preços do frango, mas também articular a teoria do valor e da renda da terra, como expressão monetária da mercadoria (no caso, o frango e seus derivados), diante das relações desencadeadas nos momentos da produção (produção imediata, circulação, distribuição e consumo). Compreendemos que esse movimento, que passa necessariamente pela compreensão do processo de produção do frango, não é um processo harmônico, mas marcado por conflitos e contradições entre os agentes sociais nela envolvidos, dentre os quais

destacamos, os avicultores, o capital industrial, comercial e financeiro, o Estado, os produtores de milho.

Vejamos, então, como podemos verificar, na realidade, essa questão.

Temos destacado em capítulos anteriores que a avicultura em Mato Grosso do Sul contempla não somente a figura do camponês e deste em processo de diferenciação, mas também a do pequeno capitalista. Se a lógica que move um capitalista a entrar em uma atividade é a do lucro e a do camponês é a da satisfação das necessidades da família (o que não quer dizer que esteja alheio às condições do mercado), como compreender a sujeição da renda de diferentes categorias de avicultores em um mesmo sistema de integração, sendo que foi afirmado anteriormente que, às vezes, o preço pago pelo frango vivo é menor que o custo de produção?

Primeiramente cabe esclarecer que o gráfico anteriormente demonstrado teve o propósito de indicar o caráter do sistema de integração, ou seja, demonstrar que a atividade, de um modo geral, contém riscos, sendo estes, transferidos para o avicultor, o que ainda tem justificado o predomínio da mão-de-obra familiar nessa atividade. Isso não quer dizer que esses integrados não possam acumular renda sob determinada conjuntura econômica, ou que todos os avicultores estejam tendo prejuízos com a atividade em momentos de crise. Um fator que temos observado na atividade e que se acentuou com a recente introdução de aviários climatizados e semi-climatizados é que essas inovações têm permitido aumentar o rendimento com a atividade, o que só se tornou acessível àqueles com maior poder aquisitivo, ou seja, principalmente aos capitalistas que além de introduzirem esse tipo de aviário, costumam dispor de mais de um barracão na propriedade. Tal fato tem contribuído para a introdução dos capitalistas na avicultura, sem contar, também, com as possibilidades de aumentar a renda diferencial, utilizando-se da cama do aviário como adubo na lavoura ou como alimentação para o gado.

Partindo de tais premissas, avaliaremos a capacidade de uma propriedade avícola em gerar lucro e renda de acordo com a característica da unidade produtiva. Para evidenciarmos tal questão, utilizaremos exemplos de aviários convencionais e climatizados, encontrados nas diferentes categorias sociais.

É necessário destacar, inicialmente, que o preço do frango pago ao produtor é dado pela empresa e determinado em função de um cálculo matematicamente estabelecido, por meio do qual são computados a mortalidade dos frangos, o peso, a idade para abate e o consumo de ração. Esse cálculo é feito geralmente através de uma fórmula, conforme já apontado por Mizusaki (1996), Azevedo (1993) e outros, sendo que o resultado obtido em um determinado lote equivale a um determinado

índice de produtividade, que corresponde à porcentagem de participação do avicultor na produção. Verifica-se, por essa fórmula, que o preço do frango é efetuado através de uma relação que inclui os custos da empresa, minuciosamente calculados. É o que chamam de remuneração por produtividade.

Recentemente, após a entrada do capital monopolista no Estado, algumas dessas empresas acrescentaram uma nova estratégia de remuneração do avicultor. Além de considerar a conversão alimentar do frango em cada aviário, a Doux Frangosul, por exemplo, dividiu os avicultores por região, e estabelece uma média de produtividade em cada lote e em cada região, paga igualmente a todos²²². Esse sistema estava gerando descontentamento por parte de alguns avicultores, pois, na avaliação deles, os “bons produtores” pagavam “pelos ruins”. Em outras palavras, para amenizar o impacto econômico de um baixo rendimento de uma determinada propriedade, a empresa estava se apropriando da renda de outras propriedades, para transferir parte para aquela. Segundo um avicultor, a Avipal também havia adotado esse sistema de remuneração, mas acabou voltando à forma anterior, devido à pressão dos avicultores.

Em nossa dissertação de mestrado²²³, já demonstramos aspectos importantes sobre o caráter da renda da terra e do trabalho familiar na avicultura. Demonstramos que, do valor bruto do quilo do frango pago ao avicultor, a maior parte (na época 70,9%) era destinada à fábrica de ração, seguida da empresa fornecedora de pintos (25,5%). O restante, ou seja, 3,6% era destinado ao avicultor. Evidenciamos, também, a influência do fator mão-de-obra no rendimento dos aviários, onde o trabalho assalariado apresentava maiores índices de mortalidade, além de uma maior dependência das condições climáticas, principalmente do fator temperatura.

Com o processo de reestruturação produtiva e a introdução de aviários climatizados e semi-climatizados, verificamos, contudo, que aumenta a entrada de pequenos capitalistas na integração, principalmente na Seara, onde se verifica a presença maior desse tipo de aviário e na Frango Ouro. Nas entrevistas por nós realizadas, dentre aqueles que possuíam aviários climatizados e semi-climatizados, encontramos apenas um caso de avicultor que se utilizava do trabalho familiar (além de um empregado), mas indicava ser um camponês em processo de diferenciação, conforme já abordado no capítulo anterior. Os restantes dos entrevistados eram todos pequenos capitalistas, sendo que possuíam de dois a seis

222 Devido às dificuldades de obtenção de maiores dados a respeito (as empresas não fornecem e os avicultores tinham dificuldade em explicar), não elucidamos com detalhes essa forma de pagamento.

223 Mizusaki (1996).

aviários na propriedade²²⁴ (alguns estavam querendo introduzir mais), predominando a média de quatro galpões. Então, para o exemplo de um avicultor capitalista, utilizaremos o caso de propriedade com quatro aviários e para o exemplo de um avicultor camponês, utilizaremos o exemplo de um aviário, quantidade mais comum nessa categoria de avicultor. Essa tendência de haver uma ligação entre tipo e quantidade do barracão com a relação de trabalho se deve ao fato de o custo do barracão se elevar, à proporção que aumentam sua quantidade e seu padrão tecnológico, dificultando o acesso àqueles de menor poder aquisitivo. Cabe esclarecer que as informações foram obtidas em entrevistas com avicultores e a análise dos resultados objetiva demonstrar um exemplo de rendimento na avicultura capitalista, e não estabelecer generalizações.

No Exemplo 1, baseamo-nos em dados de nossa dissertação para realizarmos o cálculo do rendimento de um avicultor quando ainda era integrado à Cooagri. Na época, os aviários eram convencionais, com capacidade de alojar 13 mil frangos.

O levantamento das informações foi realizado com base em um barracão de aves; os dados foram obtidos junto ao avicultor e complementados pela cooperativa. A orientação para o levantamento de custos foi baseada nos critérios utilizados pela Revista *Aves & Ovos* da APA (Associação Paulista de Avicultura) e por Rizzi (1984).

224 Havia também avicultores capitalistas que possuíam até quinze aviários, mas em propriedades diferentes.

Exemplo 1

Aviário convencional (agosto/1995)

$$C = c + v + m$$

$$\text{Custo de produção} = c + v$$

$$\text{Sendo, } C = \text{Capital} \quad c = \text{capital constante} \quad \text{capital variável} \quad m = \text{mais valia}$$

DADOS GERAIS (1 lote)

Capacidade de alojamento = 13 000 frangos

Total de quilos produzidos = 25.217 kg

Custo barracão = US\$ 35.000,00

Capital constante:

	R\$
1) Cama do aviário	53,00
2) Energia elétrica	213,00
3) Gás	192,00
4) Depreciação	16,60
5) Manutenção e reparo	8,30
6) Gastos gerais	16,60
Subtotal:	499,50

Capital variável:

7) Salário	330,00
8) FGTS	26,40
9) Funrural	15,60
Subtotal:	372,00
TOTAL GERAL	871,50

Custo de produção = R\$ 871,50/lote

Rendimento do avicultor (R):

Total de quilos produzidos	= 25.217 Kg
Total de quilos recebidos	= 2.875 Kg
Financiamento (-)	= 1.584 Kg
Subtotal	= 1.291 Kg x 0,55 = R\$ 710,05
Cama do aviário	= 375,00
TOTAL	= 1.085,05

Lucro/renda = $C (c + v) - R$ ou R\$ 871,50 (-) R\$ 1.085,05
 Lucro/renda = R\$ 213,55 /lote ou = R\$ 106,78/mês

Indicadores econômicos:

7 ha de terra	= US\$ 6.055,00 x 2% = R\$ 121,10
Financiamento	= US\$ 35.000,00 x 2% = R\$ 700,00
Juros poupança	= 2% ao mês
Preço da terra	= US\$ 865,00 (terra de pastagem, Anualpec, 2001)
Salário mínimo	= R\$ 100,00

A palha de arroz para forrar um barracão foi calculada, considerando-se a troca a cada dois lotes, num custo total da época de R\$ 106,00, o que resultou no valor de R\$ 53,00 referente a um lote. A energia elétrica foi baseada em dados da APA, nos quais se calculou um gasto de 0,35 kwh/ave, que, multiplicado por 13 mil frangos resultou num total de 4.550 kwh que, ao preço de R\$ 0,047 o kwh, tivemos R\$ 213,90. Para o Funrural, foi descontada a taxa de 2,2% sobre o total recebido pelo avicultor constante na nota fiscal (R\$ 710,00 – descontada a prestação), ficando em R\$ 15,60.

O gás foi calculado a um preço médio do botijão de R\$ 8,00, totalizando R\$ 192,00 (24 botijões). Para a jornada de trabalho, consideramos os cálculos feitos por Rizzi (1984) de que seriam gastos em torno de 420 h/mês, ou 14 horas diárias de trabalho. Se considerarmos uma carga horária

ria diária de 8 horas, quatorze horas equivaleriam a 1,8 salários mínimos em um mês (não foram consideradas as horas extras).

Considerando-se que um lote normal era de 55 dias, foram acrescentados mais 1,5 salários mínimos, o que equivalia a R\$ 330,00. Os *gastos gerais* e com *depreciação* foram calculados com base na Revista Aves & Ovos, sendo 2% sobre a soma total dos itens: palha de arroz, energia elétrica, aquecedor, mão-de-obra, encargos sociais, contribuição sobre receita bruta proveniente da comercialização da produção rural. Já os gastos com manutenção e reparo, a uma taxa de 1% sobre esse total.

A cama do aviário era trocada a cada dois lotes, ou três retiradas em um ano, o que equivalia a 90 toneladas durante um ano. Vendida a um preço de R\$ 25,00/tonelada, o avicultor obtinha uma receita de R\$ 750,00 a cada troca, ou R\$ 375,00/lote.

Geralmente, o sistema de remuneração do avicultor não é revelado pela empresa e, também, pouco explicado por ela. Das atuais empresas instaladas, apenas a Frandelle nos forneceu o contrato de parceria. O modelo de contrato de outra empresa foi conseguido por meio de cópia obtida diretamente com o avicultor. Optamos por não revelar o nome, nem da empresa, nem do avicultor, a fim de preservar a identidade deste último. Na Cooagri, por tratar-se de cooperativa, o acesso às informações era menos restrito, o que facilitou na época, a avaliação do rendimento do avicultor. Contudo, o princípio desse sistema parece ser o mesmo das empresas atuais, conforme esclarecemos a seguir. O total de quilos recebidos, constante no exemplo 1, é resultado do índice de produtividade, calculado através de uma fórmula dada pela empresa integradora. Na Cooagri, era o Índice FEED (Fator de Eficiência Europeia), ou,

$$\text{FEED} = \frac{(\text{Peso Médio} \times \text{Viabilidade}) \times 100}{\text{Idade}}$$

Conversão Alimentar

Sendo,

$$\text{Viabilidade} = \frac{\text{Nº de frangos abatidos}}{\text{Nº pintos alojados}}$$

$$\text{Conversão Alimentar (CA)} = \frac{\text{Consumo de ração}}{\text{Peso Total}}$$

Os dados do Exemplo 1 nos revelam aspectos importantes a respeito do caráter do lucro e da renda da terra na avicultura.

Podemos verificar que, nessas condições, a renda obtida equivale a um salário mínimo por mês, o que torna a atividade pouco interessante para ser explorada de forma capitalista pelo proprietário de terra. Quando isso acontece, tal fato tem sido explicado por alguns avicultores pelo interesse dos mesmos na cama do aviário, devido às possibilidades de obtenção de uma renda diferencial decorrente da aplicação do adubo em lavouras de sua propriedade, como milho e soja, e também para alimento do gado. Todavia, se formos considerar apenas o rendimento obtido com a avicultura, veremos que, para o proprietário capitalista, seria mais interessante investir no mercado de capitais do que na avicultura, já que ele não entra na atividade para obter prejuízo, ou seja, a atividade tem que cobrir os custos de produção ($c+v$) e ainda obter lucro médio e/ou renda.

Tal consideração se deve ao fato de que a terra é renda capitalizada e, portanto, a capacidade de uma propriedade de gerar renda é dada em função da relação existente entre o montante de recursos que se utiliza para adquirir a terra, ou do dinheiro nela imobilizado, e o juro que esse dinheiro poderia gerar, se fosse aplicado no mercado de capitais. Atua, então, de forma inversamente proporcional à taxa média de juros desse mercado:

... a terra não gera lucro, como o faz o capital, mas sim renda. Sob o modo capitalista de produção o preço da terra é, portanto, renda capitalizada e não capital. Quando, pois, os capitalistas compram a terra estão convertendo o seu capital-dinheiro em renda capitalizada, renda antecipada, ou seja, estão adquirindo o direito de extrair renda, mesmo naqueles lugares onde aparentemente ela pode não existir. (...) O preço da terra no modo capitalista de produção (para os capitalistas) aparece, portanto, como juro do capital com que compra a terra e, por conseguinte, o direito à renda. (OLIVEIRA, A.U., 1986b, p. 83-4).

Sob essas condições, o proprietário de terra, que tem no monopólio da propriedade a capacidade de auferir renda, prefere não investir na avicultura, pois uma propriedade de 7 ha já ofereceria um juro de R\$ 121,10, ou seja, maior que os R\$ 106,78 oferecidos pela avicultura. Por outro lado, o financiamento de US\$ 35.000,00 realizado para a construção do barracão de aves, que representa capital agregado à terra, se também fosse aplicado no mercado de capitais, a um juro de 2% ao mês, geraria um juro de R\$ 700,00.

Verifica-se nesse exemplo que a renda da terra está sendo toda drenada para o capital industrial e financeiro, configurando o que Martins (1995) designou como sujeição da renda da terra ao capital.

Como uma situação completamente diferente, deve ser analisada a avicultura sob relações camponesas de produção. Conforme já salientou

Martins (op.cit.), terra para o camponês não é *terra de negócio*, mas *terra de trabalho*. Esclarecemos, inicialmente, que nessa categoria social, unidade de produção e unidade familiar combinam-se mutuamente e, justamente por isso, o item salário não entra no cômputo geral de gastos com custos de produção, conforme realiza o capitalista. Dessa forma, aquele rendimento, que para o capitalista seria de R\$ 213,55/lote, para esse avicultor é computado como se ele tivesse ganho o equivalente a R\$ 569,15 uma vez que o item salário (capital variável) não é computado como custo de produção, ou seja,

Rendimento = R - c - funrural, que corresponde a:

Rendimento = R\$ 1.085,05 – R\$ 499,50 – R\$ 15,60 = R\$ 569,95/lote

Trata-se, portanto, de um cálculo econômico distinto da lógica capitalista, pois o camponês não inclui o custo de sua própria mão-de-obra.

Mesmo em relação ao dinheiro aplicado em instalações ou demais mercadorias necessárias à atividade, nem sempre o camponês inclui todas as despesas, como depreciação, por exemplo. É essa diferença entre a unidade de produção capitalista e a unidade de produção camponesa que coloca esta última na categoria de relação de trabalho não capitalista, conforme salienta Moura (1986).

Essa lógica não-capitalista pode ser identificada em uma entrevista realizada em uma pequena propriedade camponesa, por meio da qual fizemos perguntas sobre os seus rendimentos, baseados na avaliação do próprio avicultor²²⁵. Nessa propriedade, trabalhavam dois irmãos em dois aviários semi-automáticos. Inicialmente, quando inquiridos sobre a atividade, mostraram-se satisfeitos:

Pergunta: O que dá para vocês obterem de renda com o aviário?

Resposta: Livre? Dos dois aí vai dar uns *três mil e quinhentos real*.

Todavia, quando questionados a respeito das despesas com o aviário, observamos que esse rendimento “livre”, referia-se ao valor constante na nota do produtor, sendo que ainda precisavam ser descontadas as despesas da propriedade:

P: Bruto?

R: É. Isso aí tem que ... isso fora o financiamento do banco, n/é? Aí tinha que tirar as despesas da ... energia e gás, n/é?

225 Entrevista realizada em 20/07/01. Ressaltamos que a entrevista refere-se a um período diferente do Exemplo 1. Os preços não podem, portanto, ser comparados.

P: E quanto dá a energia e o gás?
 R: Olha, de energia vai dar uma média de ... trez ... duzentos e oitenta por mês.
 P: Kilowats?
 R: Real. Real.
 P: E o butijão?
 R: O butijão? É, vinte butijão, por lote. Vai dá hoje ... quatrocentos e ... quarenta real.
 P: Dos dois barracões?
 R: Dos dois barracão.
 P: Quais gastos vocês têm mais?
 R: Isso aí, é ... manutenção de equipamento que estraga, n/é?
 P: Estraga muito?
 R: Estraga! É motor de ventilador que queima, n/é?
 P: Isso dá uma média de quanto por mês?
 R: Por mês? Aí vai dar ... isso daí pode dar uma média de cem real, n/é, por mês.
 P: E a palha?
 R: Ué, dois barracão dá seissentos reais.

Como se tratava de pessoas simples, para obtermos informações sobre a atividade, tivemos que ir especificando as perguntas nos itens com despesa, sendo que em nenhum momento foi mencionado o gasto com mão-de-obra. Notamos, contudo, que não adiantaria muito ficar insistindo em aprofundar a questão, pois havia nesses avicultores camponeses um certo estranhamento em relação à nossa presença na propriedade. Pelos ares desconfiados, percebemos que não conseguiríamos adentrar naquele universo, simplesmente a partir de um único contato, pois éramos estranhos a eles. Lembramos nessa hora de Martins (1993, p. 35), quando escreveu que ... *“Freqüentemente, no campo, acontece isso. A linguagem do silêncio, do gesto, do olhar, fala muito mais, e muito mais profundamente sobre o outro e eu, do que aquilo que o outro diz usando, na fala, a minha língua, não a língua dele”*.

Essas atitudes constituíam-se em indicativos do modo de vida desses avicultores camponeses, que contemplavam, nas pautas de comunicação social, elementos da sua relação com a família, com a propriedade e com o bairro rural. Inclusive, quando interrogados sobre como ficaram sabendo da existência do sistema de integração, responderam: *“Ah! Porque aqui já tinha aviário, na região. Quando nós entramos já tinha aviário”*. O conhecimento da atividade deu-se, assim, através das relações de vizinhança, evidenciando constituírem estas, variáveis importantes de informação. Optamos assim, por respeitar a linguagem dos gestos e assumir esse fator.

A fala de uma outra avicultora é sintomática para evidenciar o caráter da renda da terra na avicultura. Nessa propriedade, a avicultura estava arrendada a outro camponês, porque ela e o esposo, idosos, já não estavam mais em condições de cuidar do aviário:

P: E tem dado para a senhora pagar o arrendamento, pagar as despesas?

R: Olha tem vez que dá para pagar tudo e sobra um pouquinho, mas eu já vendi muita vaca pra pagar despesa do aviário, a cama do aviário hoje em dia, até que paga a palha, mas não sobra quase nada. Esse lote passado eu peguei R\$ 1.000,00 emprestado no banco pra poder pagar a energia. Por lote de frango a gente gasta mais ou menos R\$ 700,00 de energia. Esse lote passado eu paguei, fora o juro, R\$782,00 de energia.

P: Mas no geral ainda tem dado para sobrar?

R: É, dá, sobrá um pouquinho né.

P: Qual a atividade principal da senhora? É o aviário ou tem outra?

R: Há eu tiro leite, aí nós somos aposentados os dois.

P: Tem leite também?

R: Tem umas vaquinhas de leite, que pro mercado, dá o leite, e as despesas que nós temos, paga com a aposentadoria.

(Entrevista realizada em 24/09/02).

Podemos observar nessa entrevista, a importância do gado leiteiro e da aposentadoria nessa unidade produtiva. Ao contribuírem para cobrir as despesas com o aviário, atuam assim, como fatores importantes para o não-estrangulamento da atividade, transferindo parte dessa renda para o capital industrial, “para pagar despesa do aviário”, e financeiro, quando pega dinheiro emprestado do banco para pagar energia. Assim, tocam a avicultura, sendo que as “vaquinhas” de leite, cobrem os custos do mercado, e as despesas são pagas com a aposentadoria.

Passemos agora para um outro exemplo de rendimento em aviário de unidade de produção camponesa, após o aumento da capacidade de alojamento de frangos (Exemplo 2).

Exemplo 2

Aviário convencional em unidade de produção camponesa (2003)

DADOS GERAIS

Quantidade alojada	= 17.883,33 pintos
Quantidade abatida	= 17.557
Total de quilos produzidos	= 29.101,67 kg
Custo barracão	= US\$ 35.000,00

Despesas com produção:

	R\$
1) Maravalha	156,25
2) Energia elétrica	250,00
3) Aquecedor à lenha	66,67
4) Depreciação	27,95
5) Manutenção e reparo	13,97
6) Gastos gerais	27,95
7) Contribuição s/ receita bruta comerc. rural	69,19
	611,98

TOTAL GERAL

Despesas com a produção = R\$ 611,98

Rendimento do avicultor (R):

Total recebido	= R\$ 3.008,40
Financiamento (-)	= R\$ 704,00
Subtotal	= R\$ 2.304,40
Cama do aviário	= R\$ 937,50
TOTAL	= R\$ 3.241,90

Renda = R\$3.241,90 – R\$ 611,98 = R\$ 2.629,92

Renda = R\$ 2.629,92

Indicadores econômicos:

7 ha de terra	= R\$ 56.000,00
Juros poupança	= 0,92% ao mês
Preço da terra	= R\$ 8.000,00 (terra de pastagem)
Salário mínimo rural	= R\$ 240,00

Para forrar o aviário, esse avicultor usava *maravalha* (aparas ou pequenas lascas de madeira). Segundo ele, eram necessários 2,5 caminhões para forrar um aviário, a um custo de R\$ 625,00, colocados a cada quatro lotes²²⁶. Para um lote, foi considerado o custo de R\$ 156,25. Para o aquecedor à lenha, um caminhão de lenha, ao custo de R\$ 600,00, durava um ano e meio (nove lotes) ou R\$ 66,67/lote. O índice de mortalidade obtido foi de 1,9% e a participação de 10% no total de quilos produzidos, o que equivale, nesse caso, a 2.180 kg. A contribuição sobre a receita bruta da comercialização rural (antigo Funrural) é calculada através do índice de 2,3% sobre essa receita. Em relação à quantidade de pintos alojados, embora a capacidade alegada fosse 16 mil frangos nessa empresa, esse

226 Lembramos que os dados diferem um pouco do Exemplo 1. Naquela época, obtivemos a informação de que a Cooperativa orientava trocar a cama do aviário a cada dois lotes. Nessa entrevista, o avicultor trocava a cada quatro lotes. Essa troca varia muito no sistema de integração, mas geralmente de dois a quatro lotes.

número tem variado conforme as necessidades da empresa e a época do ano.

A depreciação e os gastos gerais, a R\$ 27,95 cada um, foram calculados em 2% sobre o total de gastos (como no exemplo 1), que equivale aqui a R\$ 1.397,47. A manutenção, sobre 1%, ou R\$ 13,97.

Observamos nesse exemplo que a atividade possibilitou uma renda total de R\$ 2.629,92 ou R\$ 1.314,96 por mês. Se o dinheiro equivalente a sete hectares de terra fosse colocado no mercado de capitais, ao preço total de R\$ 56.000,00, renderia um juro de R\$ 515,20 ao mês. (0,92% juros poupança). Isso significa que a atividade avícola, com o aumento da produtividade de um barracão, está oferecendo uma renda superior à que ofereceria se o dinheiro fosse aplicado no mercado de capitais.

Assim, conforme já esclarecemos anteriormente, o preço de produção do frango a ser pago ao avicultor não é dado em torno dos custos de produção do avicultor. O entendimento desse sistema de remuneração é de difícil compreensão, uma vez que as empresas não forneceram informações a respeito e, geralmente, nem o próprio produtor sabe explicar direito quanto e por que recebeu determinada quantia por lote de frango. Nesse exemplo, o avicultor possuía, na realidade, três barracões de aves, e dizia ter recebido R\$ 0,17 no quilo do frango, o que se confirmava na nota do produtor. Todavia, analisando os dados constantes na nota pudemos observar algumas questões divergentes. Do total de três barracões, o avicultor havia entregado 52.672 frangos a um preço total de R\$ 120.557,38 e um peso líquido de 87.305 kg. Se o seu rendimento bruto foi de R\$ 9.025,00, isso deveria equivaler a 53.088,24 quilos, se fôssemos dividir esse valor pelo preço de R\$ 0,17 o quilo, ou 60,81% do total. Isso, certamente, não procede, considerando-se que a ração, os pintos e os medicamentos fornecidos pela empresa costumam equivaler a algo em torno de 91,7% do total do custo de produção, conforme tabela nº 14, do capítulo 3. Por outro lado, se dividirmos o preço total da nota pelo total de quilos entregues à empresa, teremos o preço por quilo de R\$ 1,38, que entendemos ser o preço do quilo do frango vivo. Dividindo esse valor por R\$ 9.025,00, teremos um total de 6.542 quilos, o que equivale a uma participação de 7,5% do total de quilos. Assim, esses mecanismos de cálculo, que não são revelados, constituem-se em instrumentos de dominação e sujeição dessa atividade econômica.

No Exemplo 3, especificamos uma unidade de produção capitalista.

No aviário climatizado, realizamos um cálculo do rendimento referente a quatro aviários, o que é considerado pelos pequenos avicultores capitalistas como o ideal para a atividade. Os resultados econômicos podem variar de empresa para empresa, de avicultor para avicultor, dependendo do índice de produtividade obtido pelos mesmos. O peso dos

frangos também varia, dependendo do sexo do frango em cada lote – pois o macho costuma pesar mais que a fêmea – e do destino do produto, que pode sofrer alterações, dependendo do mercado a ser atendido²²⁷. Utilizamos um índice de mortalidade de 3%, dado pelo avicultor. Esclarecemos também que o capital variável foi calculado através do sistema específico de pagamento do avicultor, que era de um salário mínimo rural (R\$ 240,00 + 4% do rendimento bruto do avicultor, que equivalia a R\$ 1.161,60). O número de empregados contratados para cuidar de um barracão climatizado tem sido uma média de um trabalhador para cada dois aviários, o que nesse caso totalizou R\$ 2.323,20. O FGTS foi calculado a um índice de 8% sobre o valor registrado em carteira, que é de um salário mínimo. Quanto aos diaristas, foram utilizados dois trabalhadores, durante dez dias, para limpeza do barracão no período de vazio sanitário, ou seja, depois de entregue o lote, quando os aviários precisam ser limpos. A diária era de R\$ 15,00 totalizando R\$ 300,00.

Os gastos com o uso da *palha de arroz* também merece esclarecimentos. Segundo um avicultor, são necessários dois caminhões truck cheios de palha de arroz para forrar um aviário, a um preço de R\$ 100,00 cada caminhão (junho/2003). Considerando-se que são quatro barracões, esses totalizariam R\$ 800,00. No entanto, nessa propriedade a cama de frango era trocada a cada quatro lotes, o que reduz o gasto para R\$ 200,00 em cada lote.

227 A Doux Frangosul abatia determinados lotes em 35 dias, quando destinados ao Oriente Médio. A Seara exportava para a União Européia, China e Japão, a um peso médio do frango de 2,8 kg. Segundo um avicultor, a média de peso do frango fêmea da Seara era de 2,35 kg e do macho, 2,6 kg.

Exemplo 3

Aviário climatizado em unidade de produção capitalista (junho/2003)

DADOS GERAIS (4 barracões)

Quantidade alojada = 88.000 frangos
Quantidade abatida = 85.360 frangos
Total de quilos produzidos = 240.000 kg
Custo barracão = R\$ 920.000,00
Área da propriedade = 9 ha

Capital constante:

	R\$
1) Palha de arroz ou maravalha	200,00
2) Energia elétrica	4.800,00
3) Aquecedor à lenha (inverno)	960,00
4) Depreciação	146,16
5) Manutenção e reparo	73,08
6) Gastos gerais	146,16
7) Subtotal:	6.325,40

Capital variável:

8) Salário (2 empregados) 1 SM + 4%	2.323,20
9) FGTS	38,40
10) Contrib. s/ comerc. rural (2,3%)	529,92
11) 2 diaristas (10 dias)	300,00
12) Subtotal:	3.191,52

TOTAL GERAL

9.516,92

Custo de produção = R\$ 9.516,92

Rendimento do avicultor (R):

Total de quilos produzidos	= 240.000 kg
Total recebido	= R\$ 23.040,00
Financiamento (-)	= R\$ 7.200,00
Subtotal	= R\$ 15.840,00
Cama do aviário	= R\$ 3.750,00
TOTAL	= R\$ 19.590,00

Lucro/renda = R - C (c + v) R\$ 19.590,00 – R\$9.516,92
Lucro/renda = R\$ ou = R\$10.073,08

Indicadores econômicos:

Juros poupança = 0,92% (01/06/2003)
Preço da terra = US\$ 2.800,14
(US\$ 1,00 = R\$ 2,8570 dólar câmbio livre – BC/venda)
1 ha de terra = R\$ 8.000,00 (terra de pastagem)

Os *gastos gerais* e com *depreciação* foram calculados com base na Revista Aves & Ovos, sendo 2% sobre a soma total dos itens: *palha de arroz*, *energia elétrica*, *aquecedor*, *mão-de-obra*, *encargos sociais*, *contribuição sobre receita bruta proveniente da comercialização da produção rural* (o que equivale a R\$ 7.308,32). Já o item *manutenção e reparo*, sobre 1% desse total.

O financiamento equivale a R\$ 1.800,00 para cada barracão, sendo que esse valor representa 40% do preço total do barracão, pois, o restante foi construído com recursos próprios. Essa é outra característica dos avicultores capitalistas, ou seja, muitos deles não chegam a financiar 100% dos aviários, como é comum entre os avicultores camponeses.

Já a cama do aviário, que é retirada nessa empresa a cada quatro lotes, produz um total no período de 150 toneladas. Considerando-se o

preço de R\$ 25,00/tonelada dado pelo avicultor, teríamos um preço equivalente a R\$ 3.750,00, que, multiplicado por quatro galpões e dividido por 4 lotes (baseando-se na hipótese de que a cama é trocada a cada 4 lotes), teremos uma quantia equivalente a R\$ 3.750,00. Nesse caso, o período de troca da cama também varia, dependendo muito dos critérios sanitários de cada empresa. Já o preço da cama costuma variar no Estado. Em áreas onde predomina a lavoura, na qual a cama é utilizada, o preço tem sido mais elevado. Já em áreas de pecuária, houve queda no preço da cama quando o governo do Estado proibiu o seu uso como alimento para o gado.

Somando-se as receitas e subtraindo-se as despesas (capital constante e capital variável), o capitalista teve um lucro líquido de R\$ 10.073,38/lote, ou R\$ 5.036,69 por mês.

Verificamos que, nessa situação, o capitalista obteve não somente lucro, mas também renda decorrente da atividade. Se o dinheiro imobilizado na compra da terra (renda capitalizada), equivalente a R\$ 72.000,00, fosse colocado no mercado de capitais, proporcionaria um juro de R\$ 662,40 em um mês. Por outro lado, o dinheiro imobilizado na construção dos barracões (capital-terra) constitui um valor de R\$ 920.000,00. A quantia desembolsada equivale a 60% ou R\$ 552.000,00 que, a um juro de 0,92% ao mês, renderia R\$ 5.078,40, ou seja, uma quantia quase semelhante aos R\$ 5.036,69 do aviário. O restante do valor do aviário, financiado, está sendo pago com recursos do próprio aviário, que, juntamente com o restante desembolsado, representam capital imobilizado na terra, portanto, “valorização” da propriedade.

Um mecanismo utilizado pelos avicultores capitalistas, para se apropriarem da mais-valia, pode ser observado no sistema de remuneração dos granjeiros. Ao registrar em carteira apenas um salário mínimo, pagando o restante por produtividade, deixam de recolher os encargos sociais que iriam para o Estado, apropriando-se também de parte da mais-valia. Se fôssemos calcular esses tributos sobre o valor total recebido pelos granjeiros que, nesse caso, equivaleu a R\$ 2.323,20, teríamos um montante de R\$ 185,86, que o capitalista teria que destinar ao Estado.

A respeito do rendimento de aviários climatizados e semi-climatizados, vale a pena compararmos esse exemplo com um estudo realizado por um economista que analisa a rentabilidade econômica de aviários do município de Sidrolândia (CRISTALDO, 2000). Nas Tabelas 26 e 27, esse autor realiza um estudo comparativo entre aviários climatizados e semi-climatizados, para verificar se o item grau de tecnologia proporciona maior rentabilidade ao avicultor.

Tabela 26 – Comparativo do custo de aviários (R\$)

Custo de Implantação (1 Aviário)		
DISCRIMINAÇÃO	SEMI-CLIMATIZADO	CLIMATIZADO
Benfeitorias	61.895,35	67.493,16
Equipamentos	34.584,69	50.193,79
Total	96.480,04	117.686,95
Custo de Produção (4 Aviários)		
Custo fixo desembolsado	2.671,12	3.092,16
Custo variável desembolsado	2.660,84	2.897,04
Custo fixo não desembolsado	4.647,72	6.447,76
Total	9.979,68	12.436,96

Fonte: Cristaldo (2000).

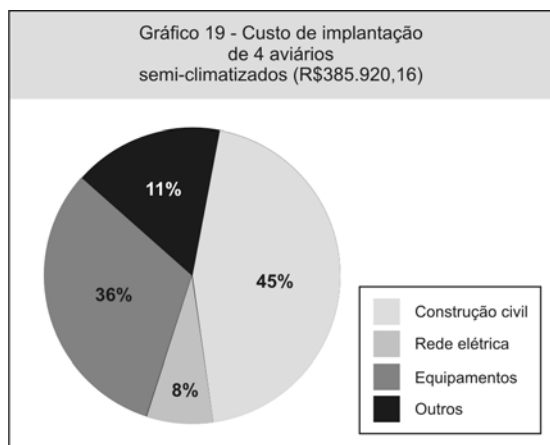
Tabela 27 – Receita do Aviário
1 Lote (4 aviários)

FONTE	SEMI-CLIMATIZADO	CLIMATIZADO
Cama de aviário	3.024,00	3.024,00
Frango	14.700,00	18.528,00
Total	17.724,00	21.552,00

Fonte: Cristaldo (2000).

Cristaldo considerou, na análise, os custos diretos e indiretos de implantação de aviários, depreciação, receita, tomando por base o fluxo de caixa por um período de doze meses, taxa de juros de 8,4% (FCO) e conversão alimentar padrão de 2,02 kg e peso médio de 2,5 kg. Embora o cálculo tenha se dado com base em valores referentes ao período de realização da sua pesquisa (2000), observa-se que os valores não divergem muito no que diz respeito ao lucro/renda do aviário climatizado que, em seu estudo, obteve um valor de R\$ 9.115,04, e nos semi-climatizados, R\$ 7.744,32 (receita do aviário menos custo de produção).

Destacou também em seu trabalho, os setores que têm maior participação nos gastos com a construção desses aviários (Gráfico 19).



Fonte: Cristaldo (2000), adaptado.

Por esses dados, podemos observar que, do total referente aos custos de implantação do aviário, os setores que apresentam maiores índices são o da construção civil, 45%, e equipamentos, 36%, do total de R\$ 385.320,16 gastos na construção do aviário. Esses constituem, assim, os setores a obterem maior lucratividade com a implantação dos aviários.

No processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, um fator que também não pode ser desprezado diz respeito à ação do Estado para produção e apropriação do fundo público, bem como às lutas travadas entre os setores econômicos para a sua apropriação.

Francisco de Oliveira (1998) já destacou a participação do fundo público na composição da taxa média de lucro. Avaliamos, todavia, que devemos considerar, também, como o Estado atua para produzir e se apropriar do fundo público²²⁸, bem como, reconhecer a atuação dos setores econômicos para abocanhar essa fatia da mais-valia social.

No que diz respeito à produção desse fundo, o Estado, na relação de forças que o constitui, determina os impostos e as alíquotas para cada setor da sociedade. Em relação ao ICMS arrecadado decorrente da avicultura, por exemplo, a sua participação tem sido significativa nos municípios onde há número expressivo de avicultores. Para se ter uma idéia da renda apropriada decorrente da avicultura, já em 1993 essa atividade representava 18% do ICMS arrecadado no município de Glória de Dourados e 17% no município de Itaporã²²⁹.

A apropriação dessa renda tem ocorrido das mais variadas formas. Uma delas já foi observada por José de Souza Martins, ao destacar a importância dos incentivos fiscais na expansão do capital na Amazônia:

Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, no modelo brasileiro o empecilho à reprodução do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. (MARTINS, 1994, p. 79-80. Grifo do autor).

Os incentivos fiscais têm sido um desses mecanismos regulados pelo Estado e apropriados pelo capital para promover o desenvolvimento do capitalismo no campo. Na avicultura em Mato Grosso do Sul, o Estado, conforme já abordado em nossa dissertação (MIZUSAKI, 1996), tem atuado em todas as instâncias do poder público: federal (FCO e BNDS); estadual (ICMS) e municipal (referente à cota parte que cabe aos municípios).

228 Não é objetivo do nosso trabalho aprofundar e detalhar cada um dos mecanismos criados pelo Estado para a constituição desse fundo.

229 Jornal da COOAGRI, abril/94.

O FCO, que tem como finalidade financiar o crescimento econômico do Centro-Oeste, via “modernização da agricultura”, tem sido o órgão financiador para aquisição de toda a infra-estrutura do avião e de construção e reforma de abatedouros. Para ampliação dos abatedouros, também o BNDES tem tido papel importante. Diante dessas facilidades creditícias, o capital industrial tem conseguido se expandir no Mato Grosso do Sul. O ICMS estadual refere-se às leis nº. 1.238/91 e nº. 1.798/97, que dá uma redução de até 67% desse imposto para empresas industriais que se instalarem no Estado. Esse incentivo ainda vigora com a Lei Complementar nº. 093, de 05/11/2001. Com essa Lei, o Estado também oferece às indústrias, isenção do diferencial de alíquota incidente sobre máquinas e equipamentos adquiridos em outros estados ou países.

Em 1996, entrou em vigor a Lei Kandir, isentando de ICMS para exportação os produtos primários e semi-elaborados. Essa lei, que visava a estimular a exportação desses produtos para equilibrar a balança comercial, tem beneficiado os grandes proprietários e o setor agroindustrial, exportadores desses produtos. Quando, em 1999, o Ministério da Fazenda considerou a possibilidade de alterar a lei por pressão de governadores, houve outra mobilização por parte de representantes dos produtores rurais, agroindústrias e cooperativas do país - como a ABAG (Associação Brasileira de Agronegócios), ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais); CNA (Confederação Nacional da Agricultura); SRB (Sociedade Rural Brasileira) entre outros – para não terem de pagar mais esse tributo ao Estado.

Sabe-se que quem se apropria das facilidades creditícias no Brasil é o grande capital e a classe dos proprietários de terra. Na Tabela 28, por exemplo, temos informações referentes a cartas-consulta, aprovadas no Mato Grosso do Sul, para obtenção de crédito do FCO. Observa-se que o setor mais beneficiado foi a pecuária (formação/recuperação de pastagens, novilho precoce, melhoramento genético do rebanho bovino, produção de leite, produção de carne bovina), com 167 cartas-consulta aprovadas e 21% do total de recursos. Outros setores que também obtiveram parcela considerável dos recursos para financiamento foram o de infra-estrutura, serviços, produtos minerais e grãos (no caso, grandes produtores de soja e milho).

Tabela 28 - Estado de Mato Grosso do Sul
FCO - Cartas-consulta aprovadas (por finalidade - 2001)*

Formação/recup. Pastagens	58	21395195,48	10,28
Novilho precoce	25	10723045,77	5,15
Melhoram. genético do rebanho bov.	51	11659043,54	5,6
Rede de energia	3	71665008,27	34,44
Armazéns e silos	9	3677720,76	1,77
Hotelaria	5	2572064,3	0,12
Peças e serviços automotores	14	9911811,78	4,76
Empresa de serviços	11	7508365,95	3,61
Produção de algodão	2	410400	0,2
Produção o de grãos	46	6787590,03	3,26
Produção de leite	3	319719,04	0,15
Suínos	9	1814496,01	0,87
Frango de corte	15	3849219,48	1,85
Produção carne bovina	33	7727848,63	3,71
Avestruz	1	264000	0,13
Bubalinos	1	163967,17	0,08
Culturas perenes/outras	1	1749873,95	0,84
Produção de alimentos	5	6711023,89	3,22
Produção de insumos	3	4006657,86	1,93
Construção de armazéns	3	2273679,73	1,09
Couro	1	4000000	1,92
Produtos cerâmicos	1	1691001	0,81
Máquinas e implementos	1	575000	0,28
Produtos minerais	2	9162871	4,4
Vidros	1	1364000	0,66
Produção de madeira	4	3671763,73	1,76
Produtos metálicos	1	3965375,19	1,91
Embalagens	6	2384096,76	1,15
TOTAL	349	208108063,6	100

Fonte: Secretaria de Estado e da Produção/MS
*Até junho.

Se considerarmos também a liberação de recursos do FCO, por categoria de produtor, veremos que os mini e pequenos produtores, conforme classificação do Banco do Brasil, têm sido os menos favorecidos (Tabela 29):

Tabela 29 – Estado de Mato Grosso do Sul
FCO Rural:
valores contratados (em porcentagem - 1998 a 2001)

ANO	Mini produtor		Pequeno produtor		Demais produtores		TOTAL	
	Quantidade	Valor (%)	Quantidade	Valor (%)	Quantidade	Valor (%)	Quantidade	Valor (%)
1998	167	7,3	281	19,4	550	73,3	998	100
1999	129	20,8	127	18,2	267	61,0	523	100
2000	100	4,2	141	15,0	400	80,8	641	100
2001	201	4,7	311	11,0	1.269	84,3	1.781	100

Fonte: Banco do Brasil.

Observamos, nesses dados, que os recursos destinados aos mini e pequenos produtores no período de 1998 e 2001 não ultrapassou os 39% do total de recursos previstos para um determinado ano. Isso porque, tal consideração refere-se apenas ao FCO, ou seja, sem contarmos os outros sistemas de crédito existentes no país.

Por outro lado, em relação ao crédito agrícola, verifica-se que a atuação de determinados setores tem demonstrado que a classe dos proprietários de terra tem conseguido impor mecanismos, de forma a

manipular os laços de sujeição da renda da terra para com o capital financeiro. É o que podemos dizer a respeito da securitização da dívida, conseguida nos últimos anos pela bancada ruralista, demonstrando sua força. Essa pressão foi manifestada, recentemente, no bloqueio de rodovias, na grande mobilização (cerca de 10.000) de produtores em Brasília, que acabou culminando em medidas para a resolução do endividamento agrícola. Segundo a própria CNA²³⁰ (Confederação Nacional da Agricultura), a dívida securitizada correspondeu a R\$ 10,7 bilhões, para ser paga num prazo de 20 anos a juros de 3% ao ano. Embora a securitização faça referência a financiamentos de até R\$ 200 mil, as dívidas acima desse valor têm se enquadrado no PESA (Programa Especial de Saneamento de Ativos).

Reforçamos a idéia da força dessa classe, pois, ainda segundo a CNA, as dívidas dos pequenos produtores, nesse período, correspondiam a apenas 25% do total²³¹. Verifica-se, então, que a classe de proprietários de terra que tem a sua renda sujeita ao capital industrial (através da dependência de insumos agrícolas e da venda às indústrias de processamento, como os produtores de soja) tem, por outro lado, se utilizado de outros mecanismos para burlar as forças que se apropriam da sua renda, como “calotes” em bancos, securitização da dívida, sonegação de ITR etc. Já têm sido divulgadas, em revistas de circulação nacional, informações sobre os maiores “caloteiros” do Brasil²³², entre os quais figuram grandes proprietários de terra. Na Tabela 30, também podemos verificar a proporção de recursos financiados no Banco do Brasil, no ano de 1999.

Tabela 30 – Brasil
Saldo dos empréstimos rurais tomados no Banco do Brasil/1999

Faixa do empréstimo	Valor emprestado (em R\$ milhões)	Valor médio do empréstimo (em R\$)	Nº de devedores	Participação dos devedores no total dos empréstimos (%)	Percentual de devedores
Até 10.000	1.413	2.751	513.658	5,89	73,21
De 10.001 a 50.000	3.849	28.556	134.774	16,03	19,21
De 50.001 a 200.000	4.992	129.849	38.446	20,79	5,48
De 200.001 a 500.000	3.487	331.172	10.530	14,52	1,50
De 500.001 a 1.000.000	1.376	664.097	2.072	5,73	0,30
Acima de 1.000.000	8.892	4.082.736	2.178	37,04	0,30
Total	24.009	34.218	701.858	100	100

Fonte: Folha de São Paulo, 22/08/99.

230 Departamento de Comunicação Social da CNA, 01/11/01.

231 Segundo a Revista Aves & Ovos (1996), 31% do montante do crédito rural está nas mãos de 2,1% dos produtores, enquanto que 58% dos contratos envolvem em torno de 2,63% de pequenos produtores.

232 A esse respeito ver:

CAMINOTO, J.F., PIVETTA, M. Os donos da terra. *Revista Veja*, 14 ago. 1996.

Nesses dados, temos que 92,42% dos devedores no Banco do Brasil participavam de apenas 21,92% do total das dívidas, e encontravam-se na faixa de empréstimo de até R\$ 50.000,00. O restante, ou seja, 7,58% dos devedores, representavam um total de 78,08% das dívidas com o Banco. Esses dados são uma evidência do nível de monopolização dos recursos liberados pelo Banco do Brasil ao campo, e que estão concentrados nas mãos de alguns poucos proprietários de terra.

A alegação maior dos ruralistas para securitização da dívida tem sido o elevado endividamento do setor devido à queda na renda dos produtores, após o Plano Real. De fato, o Valor Bruto da Produção agrícola brasileira caiu de R\$ 37,3 bilhões, em 1994, para R\$ 27,7 bilhões, em 1995, sendo que essa diferença de renda foi transferida para toda a sociedade²³³. Como reflexo da crise na agricultura, tivemos, a partir desse período, uma queda brusca no preço das terras, conforme já visto na Tabela 29. Nesse processo, todavia, entendemos que apenas o valor produzido pelo trabalho dos trabalhadores rurais (assalariados, camponeses proprietários, rendeiros etc.) foi, em parte, transferido gratuitamente para toda a sociedade, pois, considerando-se os dados até então analisados, com os mecanismos utilizados pelos proprietários de terra, a renda da terra também tem sido paga a essa classe por toda sociedade. Assim, vemos que proprietários de terra e capitalistas têm encontrado mecanismos para resolver a questão da apropriação da renda da terra.

Se considerarmos, como Francisco de Oliveira, que o fundo público é uma antimercadoria por não visar lucro, temos, também, que repensar a relação proprietário de terra – renda da terra – e fundo público, pois, se parte da renda do proprietário de terra é subordinada ao capital industrial, ele apropria-se, por sua vez, de parte do fundo público, que não constitui lucro e nem renda, mas que é paga por toda a sociedade.

Foi, então, nesse contexto, de securitização dos Fundos Constitucionais, que esse processo acabou por favorecer, igualmente, outras categorias de produtores beneficiários do FCO, contribuindo também, devido às facilidades de pagamento, para atuar como fator de diferenciação social na avicultura. Os dados têm revelado (Tabelas 32,33 e 34) que os maiores beneficiários do FCO não têm sido o setor da avicultura nem a categoria de pequenos (com renda acima de R\$ 40 mil até R\$ 80 mil) e mini produtores (até R\$ 40 mil), mas a dos médios e grandes.

Diante dessas especificidades observadas no campo sul-mato-grossense, em especial na avicultura, é preciso fazer mais algumas observações.

233 Guia Aves & Ovos, 1996.

Consideramos que o desenvolvimento do capitalismo no campo ao deparar-se com a propriedade privada da terra, produz e permite que sejam produzidas contradições, que se traduzem em um desenvolvimento desigual, mas combinado na sua essência. Nessa perspectiva, o capital também pode criar e recriar relações, capitalistas e não capitalistas, de forma a manter a sua produção e reprodução ampliada.

No caso da avicultura, verificamos como o seu desenvolvimento estabeleceu a monopolização do território, conforme já evidenciado no Mapa 7, do capítulo 2. O trabalho, por sua vez, continua fundamental na avicultura, mesmo recriando-se sob novas formas. Se, do ponto de vista da formação da mais-valia, o trabalho vivo e o trabalho morto assumem papel importante, devido aos elevados investimentos em capital, vimos que o capital não conseguiu eliminar o caráter da renda da terra na avicultura, mas sim, torná-la mais complexa. Nesse processo de produção e apropriação da riqueza, a sujeição da renda da terra ao capital, mediada pela propriedade privada, constitui aspectos fundamentais para o estudo da avicultura.

Ao mesmo tempo em que o capital industrial avícola monopoliza o território, a realização da sua atividade envolve complexas articulações territoriais de produção, que, embora nem todas estejam diretamente relacionadas à atividade, territorializam-se igualmente, como o caso da produção de milho e das outras atividades que integram o conjunto de cada unidade produtiva, e que exercem papel importante na realização da avicultura no Estado.

7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da avicultura em escala industrial em Mato Grosso do Sul é processo recente, pois surge no Estado no final dos anos de 1980. Esse processo inaugurou a passagem da avicultura, do domínio do capital comercial, para o domínio do capital industrial e financeiro, trazendo consigo profundas transformações nas relações de trabalho e produção, decorrentes dessa atividade. Dentre elas, destacamos o processo de monopolização do território pelo capital e a reestruturação produtiva.

Caracterizando-se inicialmente por empresas de capital regional, a chegada do capital monopolista, em um primeiro momento, de origem nacional e, posteriormente, de origem estrangeira, em meados dos anos de 1990, evidencia a estreita articulação da avicultura sul-mato-grossense à economia mundializada.

É diante desse quadro que conseguimos compreender, não somente a origem da avicultura em escala industrial no Estado, mas também o deslocamento do capital industrial monopolista para a região Centro-Oeste, bem como o processo de reestruturação produtiva, ocorrido tanto na indústria como na avicultura.

Do processo de reestruturação produtiva ocorrida na indústria, verifica-se que a passagem para um sistema de produção mais flexível ocorreu nas empresas maiores, e em alguns setores, considerados estratégicos pelas empresas, combinando-se dessa forma, o sistema de produção fordista com a produção flexível. O primeiro manteve-se no processo de abate de frangos, no qual cada setor combina uma série de movimentos repetitivos e em sintonia com o movimento das máquinas. Sob tais condições de trabalho, não são raros os casos de acidentes de trabalho, como mutilação, que costuma ocorrer na sala de cortes; problemas por esforço repetitivo; problemas de saúde decorrentes da entrada e saída nas câma-

ras de congelamento de frangos; fraturas, queimaduras e outros tipos de lesões decorrentes de erros na manipulação de determinados equipamentos.

A produção flexível foi implementada principalmente no setor de industrialização dos frangos, onde ocorre uma maior agregação e transferência de valor. Tal fato se verificou devido às facilidades tecnológicas dos equipamentos em produzir peças adaptáveis, de forma a produzir e lançar produtos mais personalizados. Contudo, verificamos que em relação à carne de frango, as indústrias instaladas no Estado não implantaram o setor de produção de produtos mais industrializados, pois, estes, se encontram principalmente nos maiores centros consumidores.

Na avicultura em escala industrial, a reestruturação produtiva teve outras conseqüências para as relações de trabalho. A introdução desse tipo de avicultura, que em um primeiro momento sujeitou a renda da terra e com ela o trabalho familiar do camponês, sofreu alterações com a introdução de novos sistemas de criação de frangos, agora mais automatizados. Em outras palavras, significou a possibilidade econômica de inserção do pequeno capitalista na avicultura e, conseqüentemente, de introdução de relações capitalistas de trabalho. Essas novas condições de produção permitiram aumentar a produtividade dos aviários; oferecer maior independência das condições climáticas e, também, reduzir o tempo de trabalho necessário para cada aviário.

Esse processo, contudo, não tem se mostrado progressivo e linear, diferenciando-se de empresa para empresa, dependendo das condições de inserção delas no mercado regional/nacional/internacional. Apenas na Seara, verificamos um investimento maior na mudança do perfil do produtor.

Essa reestruturação produtiva ocorrida na avicultura contribuiu para acentuar o processo de diferenciação e mobilidade sócio-territorial, na medida em que avicultores camponeses saíram da atividade, outros entraram, outros se transformaram em pequenos capitalistas, ao mesmo tempo em que outras categorias sociais apareceram na atividade. Estas são consideradas por algumas empresas como de perfil mais empresarial.

Nessa teia de relações, evidenciou-se o caráter da renda da terra na avicultura, o qual mostrou exercer papel relevante. A renda fundiária, mediada pela propriedade da terra é uma das maiores contradições que se verificam no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao mesmo tempo em que atua como barreira à expansão do capital industrial no campo ao cobrar-lhe um tributo, o mecanismo de sujeição da renda da terra criado pelo capital assume formas variadas, complexas, difíceis

de serem identificadas. Neste trabalho pudemos identificar uma dessas formas, que se pôde evidenciar com o apoio da pesquisa de campo, do campo e a partir dele.

Compreender a lógica camponesa mostrou-se importante para desvendarmos o caráter da renda fundiária na avicultura, que não se mostrou articulada e importante somente por conta da renda que a empresa integradora se apropria diretamente da avicultura, mas em função da organização do modo de vida camponês. A característica da unidade familiar camponesa, que é também unidade de produção, fundamenta-se sob uma outra lógica, distinta da lógica capitalista. Naquela, o trabalho não é mediado pela perspectiva do lucro, mas pelas possibilidades de satisfação das necessidades da família. Assim, na terra, a família não trabalha apenas a avicultura, mas planta também milho, soja, tem a sua horta, o seu gado “para os gastos da família” etc., fazendo com que essas outras atividades “ajudem” nos momentos de crise na avicultura. Nesse sentido, verificamos que não é apenas a renda da terra na avicultura, propriamente dita, que fica sujeita ao capital industrial, mas sim, toda a unidade produtiva, o que permite que a empresa transfira para esse setor, os custos produtivos, principalmente em momentos de conjuntura econômica desfavorável para a atividade. Essa é a lógica, que faz com que o capital industrial não se territorialize na avicultura, optando, assim, por *monopolizar o território*.

Essa característica do modo de vida camponês, contraditoriamente, nos aponta para possibilidades de manutenção dessa classe social no sistema de integração. Essa situação denuncia, também, a insuficiência teórica de conceitos como o de CAI ou CAIs, que analisam o campo apenas na perspectiva das relações econômicas que se estabelecem “a montante e a jusante” da agricultura.

A preocupação que nos norteou durante toda a realização deste trabalho foi estudar uma atividade produtiva do campo com estreita relação com a indústria, como no caso da avicultura, através de uma abordagem geográfica e que contemplasse, através de uma perspectiva de análise marxista, as especificidades da terra como meio de produção. Isso significou considerarmos a existência da renda fundiária, além da mais-valia, como integrantes do processo de produção da riqueza social. Significou também, afirmarmos a existência de classes sociais ou frações de classe antagônicas (como as do capital industrial, do capital financeiro, dos trabalhadores assalariados, dos camponeses, dos proprietários de terra, dos pequenos capitalistas) e as articulações territoriais que se estabeleceram entre esses sujeitos sociais naquele processo produtivo, produzindo e reproduzindo relações extremamente complexas, mediadas pelas relações

socioeconômicas atuais. Destacamos também, a importância do fundo público como componente importante a mediar as relações de classe.

O conceito geográfico de *monopolização do território pelo capital* (OLIVEIRA, A.U., 1992), juntamente com o de *articulações territoriais de produção*, mostraram-se importantes para compreendermos essa teia de relações que configuram a relação *agricultura x indústria*, na medida em que nos permitem, através e a partir deles, evidenciar as contradições circunscritas no processo de produção e apropriação da riqueza social no campo, cuja renda da terra, encontra-se sujeita ao capital industrial.

O primeiro conceito nos permite evidenciar que, em atividades onde o capital industrial não se implanta no campo, não é a indústria quem produz a matéria-prima, mas sim, outras classes ou categorias sociais, apropriando-se do seu produto através da sujeição da renda da terra ao capital. O segundo nos leva a compreender o caráter da renda da terra, não a partir de relações exclusivamente econômicas, como propõe o conceito de CAI, ou especificamente em função da atividade diretamente analisada, como a avicultura, ou ainda, a partir de uma visão urbana ou industrial. Se buscarmos compreender a essência das articulações sócio-territoriais de produção a partir (mas não exclusivamente) das relações sociais que se estabelecem no interior das unidades produtivas, ou seja, fazendo o movimento inverso do proposto nas concepções teóricas que privilegiam a indústria, conseguiremos descobrir, conforme vimos no decorrer deste trabalho, que essas articulações extrapolam as relações econômicas e as diretamente ligadas à atividade produtiva.

No campo, a produção de frangos compreende um conjunto articulado de relações de produção que envolve renda da terra, capital, trabalho assalariado, camponato, proprietários de terra, capitalistas e Estado, e também tecnologia, ciência, poder, espaço, tempo, sociedade, natureza, cultura. Configuram-se, assim, complexas articulações territoriais de produção, circulação e consumo, de tal modo que, o território e a renda da terra estão sujeitas ao capital, e também o espaço e o tempo, a sociedade e a natureza sofrem liames de sujeição.

Todavia, a característica contraditória de desenvolvimento do capitalismo no campo, que muitas vezes cria e recria relações não capitalistas, aponta também para uma certa autonomia relativa desses sujeitos sociais, que se recriam na atualidade, mesmo que, às vezes, contrários à lógica dominante. É essa característica do desenvolvimento, que ao mesmo tempo é desigual e combinado, que dá sentido a essas articulações territoriais de produção. Ao mesmo tempo em que lhe dão movimento, essas relações não capitalistas entram em permanente contradição no território capitalista.

Por um lado, temos que o tempo de produção do frango já não é mais o mesmo. O frango em escala industrial não é mais produzido sob o ritmo do tempo lento, aquele da “galinha caipira”, criada solta nos quintais das casas de trabalhadores rurais, camponeses, que também já não são mais os mesmos. A galinha de antigamente, que levava até seis meses para sua reprodução natural, atualmente tem sua linhagem produzida em laboratório, geneticamente melhorada, cuja biotecnologia para a produção de raças puras é controlada por bancos genéticos e dominada por umas poucas empresas no mundo. O sistema de criação do frango segue, assim, um ritmo que é ditado pelo tempo do capital, que necessita de produção em série de frangos e de excesso de zelo. Assim, um breve descuido pode significar a morte de centenas ou milhares de frangos.

Vimos que o avicultor camponês tem se submetido a esse ritmo de trabalho, todavia, aceitando-o dentro de certo limite. Quando entende que a quantidade e a intensidade são muitas, pode optar por introduzir temporariamente a parceria em seu aviário, ou simplesmente sair da atividade. Entrevistamos um avicultor integrado à Avipal, por exemplo, que, mesmo já tendo pago seu financiamento e tendo obtido um rendimento que considerava satisfatório, resolveu sair da atividade, pois, nas condições em que se encontrava, entendia estar muito “preso”. Outro exemplo, pode ser encontrado na situação em que o excesso de exploração por parte de uma determinada empresa levou o avicultor a denunciá-la, reclamando das condições sanitárias e ambientais às quais estavam submetidos. Como afirmava não ter medo de represália da empresa, temia apenas a represália de Deus. Vê-se assim, a articulação de diferentes territorializações, que podem ou não entrar em conflito, mas todos, contraditoriamente, como parte de um mesmo território, o território capitalista.

A natureza, por sua vez, vem apresentando sinais de esgotamento colocando em cheque o próprio caráter de reprodução ampliada do capital. Conforme já lembrou Martins (1995), a terra como meio de produção é um bem natural, finito e se encontra quase que totalmente ocupada na superfície terrestre, dentro desse modelo de propriedade privada, à exceção das áreas de desertos, geleiras e grandes florestas, conforme tem sido divulgado, inclusive pela imprensa²³⁴.

Da mesma forma, tem-se destacado a saturação dos mercados (dentro desse modelo de sociedade capitalista). Essas limitações têm provocado o deslocamento do capital monopolista em busca de novas áreas, como o caso do capital estrangeiro que vem se deslocando para países

234 As florestas geladas do Canadá e da Rússia, os planaltos elevados do Tibete e da Mongólia, a Amazônia, dentre outros, significariam apenas 17% da superfície da Terra. O restante da área do Planeta, 83%, já estaria sendo utilizado para o sustento da humanidade, através da agricultura, mineração ou extrativismo. (Folha de São Paulo, 23/10/02).

subordinados economicamente, em busca de novos mercados e de aproveitamento de seus chamados recursos naturais.

É nesse contexto que podemos compreender o deslocamento do capital monopolista para o Mato Grosso do Sul, ou o seu deslocamento para o setor financeiro, que vem se reproduzindo indistintamente, à margem do processo produtivo. O impacto da monopolização desses novos territórios tem sido o de intensa mobilidade sócio-territorial, recorrente por parte das classes subalternas, como forma de garantir a sua reprodução social. Não deve ser visto, contudo, como um processo linear, progressivo e homogêneo.

O desenvolvimento do capitalismo no campo tem se mostrado, dessa forma, contraditório, (re)produzindo e/ou destruindo diferentes formações territoriais, cada vez mais dinâmicas e complexas, caracterizadas pelas contradições que movem a dinâmica *sociedade – espaço – tempo*. Um território outrora marcado pelo tempo lento, expresso pelo domínio do latifúndio e que agora se acelera cada vez mais, sob o ritmo do tempo do capital industrial, atualmente mundializado, produzindo um território ainda mais conflituoso, onde o local e o mundial inter-relacionam-se e territorializam-se sob diferentes facetas.

As formas de realização do capital no campo diversificaram-se, produzindo formas territoriais com alto nível tecnológico, como a avicultura; atividades não agrícolas, como o turismo; mas também, relações típicas da barbárie, como o trabalho escravo. Numa busca constante de mecanismos para romper as barreiras impostas pela propriedade privada da terra, o capital rearticula-se, provocando profundas transformações no campo sul-mato-grossense. Esse processo não vem descolado das relações sociais que lhe conferem o movimento e por isso necessitam ser consideradas, como mediações do tecido social.

Nessa relação campo/cidade, agricultura/indústria devem ser entendidas como unidade dialética, que se verifica tanto no processo produtivo quanto nas formas de luta. Quando o capital separou o trabalhador dos seus meios de produção, transformou os trabalhadores em trabalhadores individuais. Agora, com a ampliação da divisão social do trabalho, a cooperação no trabalho é uma característica nesse modo de produção. O capital solda, dessa forma, o que ele mesmo separou, agricultura e indústria, cidade e campo. A diferença entre os setores da atividade econômica deve ser entendida nessa perspectiva, como unificados dialeticamente, pois ao mesmo tempo em que não se pode mais separá-los, suas diferenças acentuam-se, “... tornando cada um mais específico, porém, cada vez mais portador da característica geral de ambos.” (OLIVEIRA, A.U.,1991, p. 27)

Isso significa que, por exemplo, ao mesmo tempo em que as lutas pela reforma agrária se aprofundam no campo, elas acontecem também nas cidades. Ao mesmo tempo em que se tem uma industrialização dos produtos agrícolas, estes são produzidos também por trabalhadores das cidades (bóias-frias). Produtores de leite, de mandioca, moram em área considerada urbana; e lutas rurais acontecem nas cidades; as lutas dos latifundiários e grileiros são organizadas nas cidades (União Democrática Ruralista). As músicas mais tocadas no Brasil são as músicas sertanejas e elas são ouvidas pelos moradores das cidades. Compreende-se, então, que:

... com relação aos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, devemos entender que eles têm se desenvolvido no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, por um lado, e a indústria, o comércio, etc., por outro), vai ser soldada pela presença na cidade do trabalhador bóia-fria do campo... (OLIVEIRA, A.U., 1991, p. 26).

Esse processo de reorganização do capital deve ser entendido no contexto da crise vivenciada pelo capitalismo, decorrente da sua tendência decrescente de queda na taxa de lucro. É nesse contexto que podemos compreender a importância que passa a ter o fundo público como ponto de conflito da luta de classes, conforme já destacado por Francisco de Oliveira. A esse respeito, vemos atualmente os diversos setores sociais ligados ao empresariado disputarem, sob várias formas, a sua apropriação ou então buscando/criando formas de não ter de destinar parte do seu lucro ou renda para os tributos da União. A securitização da dívida agrícola é um exemplo disso, considerando-se que a classe dos proprietários de terra tem sido a maior beneficiada com financiamentos públicos e, ao mesmo tempo, considerada também uma das maiores caloteiras do país, conforme já divulgado pela imprensa.

Essa crise começou a se manifestar a partir dos anos de 1970 no plano mundial, com a queda na taxa de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação fordista; a hipertrofia da esfera financeira; a concentração de capitais; a crise do *welfare state*; as privatizações, a desregulamentação e a flexibilização. A resposta dada pelo capital a essa crise foi o processo de reorganização do capital, não somente do ponto de vista do processo produtivo, de um sistema de produção mais flexível, mas também no seu aparato ideológico e político, culminando no advento do que ficou conhecido como neoliberalismo. Essas mudanças ocorreram, assim, em todas

as esferas: econômica, social, política, ideológica, repercutindo no ideário, na subjetividade e nos valores dos indivíduos (ANTUNES, 2000).

Com a desregulamentação econômica ocorrida no Brasil nos anos de 1990, culminando na entrada de capitais estrangeiros, em especial no Mato Grosso do Sul, esse Estado insere-se também nesse novo padrão de acumulação em uma condição subalterna, como parte do espaço de reprodução e territorialização do capital transnacional.

As conseqüências sociais para a classe trabalhadora são nefastas, pois se encontra cada vez mais fragmentada, individualizada, organizada em movimentos sindicais setorializados, em busca apenas de ganhos econômicos pautados dentro desse mesmo modelo de desenvolvimento (THOMAZ JR., 1998). Conforme já lembrou Antunes (2000), a crise do capitalismo é estrutural.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo/ Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.

ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Mato-grossense – contexto, propósitos e contradições*. São Paulo: USP, 2001. Tese (doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 351p.

ALMEIDA, Fernando Galvão de. Reforma do Estado como fator favorável ao processo de integração. In: BRANDÃO, S. P., PEREIRA, L. V. *Mercosul: perspectivas da integração*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. P. 169-226

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *A luta pela terra no Mato Grosso do Sul: diferentes territorialidades*. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2001. Relatório de qualificação (doutorado em Geografia), Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade de São Paulo. 183p.

ALVES, Gilberto Luís. *Mato Grosso e a história: 1870-1929* (ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro) [s.n.t.]

ALVES, Giovani. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

AMIM, Samir. O capitalismo e a renda fundiária (a dominação do capitalismo sobre a agricultura). In: *A questão agrária e o capitalismo*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 9-47.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho* – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000

ARANA, Alba Regina de Azevedo. *Os avicultores integrados no Brasil: estratégias e adaptações - o caso da COPERGUAÇU DESCALVADO* – SP. São Paulo: USP, 2001. Tese (doutorado em Geografia), FFLCH, Universidade de São Paulo. 220p.

ARRUDA, Gilmar. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. Coletânea (série histórica).

AZEVEDO, Alba Regina de. *O pequeno produtor rural de Concórdia – SC: suas relações com a empresa Sadia*. São Paulo: USP, 1993. Dissertação (mestrado em Geografia), FFLCH, Universidade de São Paulo. 193p.

BATISTA, Luiz Carlos. *Processo de formação do espaço agrário do Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/MS: PREG/UFMS, 1995.

BELATO, Dinarte. A subordinação do camponês no interior das cadeias agroalimentares: integração e contratos de produção. In: *Contexto e Educação*. Ijuí: Universidade de Ijuí, 1986. Ano I, nº 1, p. 60-73; nº 2, p. 61-80; nº 3, p. 67-77.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das “classes”. In: *O poder simbólico*. 3ª ed. Tradução de: Le pouvoir symbolique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 133-161. Traduzido por: Fernando Tomaz.

_____. A pluralidade dos tempos. In: *Meditações pascalianas*. Tradução de: *Méditations pascaliennes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 273-278. Traduzido por: Sergio Miceli.

BRAND, Antonio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá*. Porto Alegre: PUCRS, 1993. Dissertação (mestrado em História), IFCH, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BRITO, Alessandra Matos de. *Fatores determinantes do crescimento da avicultura de corte no Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/MS: UCDB, 1994. Monografia (especialização em Economia), Universidade Católica Dom Bosco.

BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura – trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

CABRAL, Paulo Guilherme Francisco. *O papel das políticas públicas para a agricultura no desenvolvimento dos complexos agroindustriais no Centro-Oeste Brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, mimeo.

CALABI, Donatella, INDOVINA, Francesco. *Sobre o uso capitalista do território*. Traduzido por Liliana L. Fernandes e Moacyr Marques. In: Convivio di studi urbani e regionali. [sn.t.]. Anno IV, nº 2, 1973. 17p., mimeo.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. As repercussões da política habitacional e o processo de (re)definição sócioespacial na cidade de Dourados – MS. In: *Revista de Geografia*. Campo Grande: UFMS, 2002. Ano VIII, nº 15, semestral.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 9ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CARMO, Maristela Simões do. Reestruturação do sistema agroalimentar. In: *Reestruturação do sistema agroalimentar no Brasil: a diversificação da demanda e flexibilidade da oferta*. Tese (doutorado em Economia). Campinas: Unicamp, 1994. p. 14-25.

CASTRO, Ana Célia, FONSECA, Maria da Graça D. O potencial do agribusiness na fronteira. In: *Revista de Economia Política*. [S.R.], vol. 14, nº 1 (53), jan/mar, 1994.

_____. *A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste*. Brasília: IPEA, 1995. 220 p. (série IPEA, n. 148)

CASTRO OLIVEIRA, Bernardete. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA, 2001. vol. 15, nº 43, p. 255-265.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Trad. R. M. Rússovich. Buenos Aires: Nueva visión SAIC, 1974. 342p. Original russo.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista – categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 335p. Original francês.

CLEPS JÚNIOR, João, PELEGRINI, Djalma Ferreira. A integração agropecuária entre indústria/médios e grandes produtores: um estudo sobre a Rezende Alimentos. In: Os outros 500 na formação do território brasileiro, 2000. *Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos*. Florianópolis/SC: AGB, 2000. p.216.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: *Território, Globalização e Fragmentação*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1996, P. 251-256.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*. Campo Grande/MS: UFMS, 1995.

COSTA, Armando Dalla. Agroindústrias brasileiras e sua estratégia de ocupação do território nacional. In: *Revista de Geografia*. Rio Claro: AGT, 1998, v. 23, n° 3, p. 39-64

COSTA, Edgar Aparecido da. *A integração da pequena produção familiar de Terenos – MS às agroindústrias abatedouros de frango*. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP, 1998. Dissertação (mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp.

COSTA, Wanderley M. da. O modo industrial de produzir no campo: um aspecto atual da modernização capitalista. In: *Revista Orientação*. São Paulo: FFLCH/USP, 1990. n° 8, p. 63-69.

CRISTALDO, Acelino de Souza. *Análise econômica dos aviários semi-climatizados e climatizados no município de Sidrolândia (MS)*. Campo Grande/MS: UCDB, 2000. Monografia (especialização em Economia), Universidade Católica Dom Bosco.

CRUZ, A. C. , PEROTA, M. L. L. R., MENDES, M. T. R. *Elaboração de referências* (NBR 6023). Rio de Janeiro/Niterói: Intertexto/Interciência, 2000.

DELGADO, Guilherme C. Nova configuração da política agrária nos anos 90 e o processo de globalização. In: *Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999, p. 233-239.

_____. Cesta básica: o que há de novo na regulação dos mercados agrícolas. In: BELIK, W., MALUF, R. S. (orgs.) *Abastecimento e Segurança Alimentar – os limites da liberalização*. Campinas – SP: IE: UNICAMP, 2000. P. 65-75.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes. O papel das formações territoriais no contexto da globalização: notas de caráter geográfico e político sobre o caso brasileiro. *Revista Experimental*. São Paulo: Humanas: FFLCH/USP, 1997. Ano II, n° 2, p. 101-110.

EDER, Klaus. Introdução. In: *A nova política de classes*. Tradução de The new politics of class: social movements and cultural dynamics in advanced societies. Traduzido por Ana Maria Sallum. Bauru/SP: Edusc, 2002.

EGLER, Claudio A. G. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil. In: *Questões atuais de reorganização do território*. CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo C. da C., CORRÊA, Roberto L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. P. 185-222.

ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias do oeste catarinense: o caso Sadia*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. Dissertação (mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, 310p.

_____. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.

_____. As agroindústrias catarinenses. In: Os outros 500 na formação do território brasileiro, 2000. *Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos*. Florianópolis/SC: AGB, 2000. p. 245.

_____. O real, a indústria avícola e as estratégias empresariais. In: *Revista de Geografia*. Campo Grande/MS: UFMS, 2001. Ano VII, nº 14.

_____. *As agroindústrias de carne do Sul do Brasil*. São Paulo: USP, 2002a. Tese (doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 261p.

ETGES, Virgínia Elisabeta. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. São Paulo: USP, 1989. Dissertação (mestrado em Geografia), FFLCH, Universidade de São Paulo. 246p.

FARINA, Elizabeth M. M. Q. Sadia: o desafio de manter a liderança no mercado de frangos. In: *Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial*. São Paulo: PENSA/FIA, [s.d.]

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST – formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A modernidade no campo – breve ensaio*. Presidente Prudente, 1994. mimeo.

_____. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 75, p. 83-129, 1998.

_____. A questão agrária em sua nova configuração sócio-econômica, política e territorial. In: *Redescobrimdo o Brasil – 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999, p. 223-231.

_____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. A questão agrária no limiar do século XXI. In: *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 19-48.

_____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: *XV Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Petrolina/PE: UFPE, 2002.

FERNANDES FILHO, José Flores, QUEIROZ, Antônio Marcos. *Transformações recentes na avicultura de corte brasileira: o caso do modelo de integração*. Uberlândia: UFU, [s.d.]

FERNANDES, Florestan. A história de vida na investigação sociológica: a seleção dos sujeitos e suas implicações. In: *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 251-269.

FIGHERA, Delfina Trinca. Estado e território: suas relações e a globalização. In: *Território, Globalização e Fragmentação*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC: ANPUR, 1996, p. 108-115.

GASQUEZ, José Garcia, VILLA VERDE, Carlos M. Recursos para a agricultura e a orientação de gastos públicos. In: *Texto para Discussão nº 229*. São Paulo: IPEA/USP, 1991.

GAZETA MERCANTIL. *Análise setorial: a indústria da carne*. São Paulo, abr. 1998, v. II.

GOLDENSTEIN, Lea, SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. In: *Fundamentos para o ensino de geografia – seleção de textos*. São Paulo: SE/CENP, 1988, p. 45-69.

GOLDIN, Ian, REZENDE, Gervásio Castro de. *A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 119 p. (IPEA. Série IPEA, 138)

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Paixão da terra*. Rio de Janeiro: Rocco/Socii, 1984.

_____. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil – política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRESSLER, Lori Alice, SWENSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*. Estado: Gressler, 1988.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes, LEME, Heládio José de Campos. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: *Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste*. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1998, p. 25-73.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 1998. p. 21-67, 185-206.

HEES, Dora Rodrigues et. al. Evolução da agricultura na região Centro-Oeste na década de 1970. In: *Revista brasileira de geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Ano 49 nº 1, jan/mar, trimestral.

HELFAND, Steven M., REZENDE, Gervásio Castro de. Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste. In: *Texto para Discussão nº 611*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 1973. 480p.

JANK, Marcos Sawaya. O acordo agrícola do GATT: os subsídios internacionais, o acesso aos mercados e a competitividade do agribusiness brasileiro. In: *Programa de Estudos Sócio-Econômicos do Sistema Agroindustrial*. São Paulo: PENSA/FIA/USP, 1994. Nº 38.

KAGEYAMA, Ângela et. al. *Diferenciação camponesa e mudança tecnologia: o caso dos produtores de feijão em São Paulo*. Campinas/SP: Unicamp/IICA, 1982.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Trad. C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329p. Original alemão.

KLAGSBRUNN, Victor Hugo. Globalização da economia mundial e Mercado de trabalho: a emigração de brasileiros para os Estados Unidos e Japão. In: PATARRA, N. L. (coord.) *Migrações internacionais – herança XX, agenda XXI*. Campinas/SP: FNUAP; São Paulo: Oficina Editorial, 1996. v. 2.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 3ª ed. Barcelona: Gráficas M. Pareja, 1975.

_____. *Espaço e política – o direito à cidade*, II. Barcelona: Península, 1976, p. 05-62.

_____. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini, MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980, p. 219-252.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Trad. e introd. J.P. Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402p. Tradução de: Razvitie kapitalizma V’Rossii: protsess obrazovania vnutrennevo rynka dlia krupnoi promychlennosti.

LOMBA, G.K., VALENTE, M.R.P., SILVA, W. L. da. *O Estado, a Piratini e o produtor: o papel desses agentes na atividade avícola no município de Caarapó-MS*. Dourados: UFMS, 1994. Monografia (bacharelado em Geografia), CEUD, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

LOPES, Mauro de Rezende. Mercados agrícolas e o processo de integração no Mercosul. In: BRANDÃO, A. S. P., PEREIRA, L. V. (orgs.). *Mercosul: perspectivas da integração*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 203-226.

LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Introdução. In: *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB*. São Paulo: USP, 1994. Dissertação (mestrado em Geografia), FFLCH, Universidade de São Paulo.

MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. *As tendências recentes da indústria de alimentos: um estudo a partir das grandes empresas*. Tese (doutorado em Economia). Campinas:Unicamp, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. O Estado: o uso conservador da mediação do moderno. In: *O poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 11-92.

_____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *A sociedade vista do abismo – novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã* (I – Feuerbach). 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987. 139p.

MARX, Karl. *O capital* (crítica da economia política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Traduzido de: *Das Kapital - Kritik der Politischen Ökonomie*. 1ª ed. 1894. Livro 3, vol. 6.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Traduzido de Das kapital – Kritik der politischen ökonomie. 2ª ed. Traduzido por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985a, livro 1, vol. 1 (Os Economistas)

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Traduzido de Das Kapital – Kritik der Politischen Ökonomie. 2ª ed. Traduzido por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985b, livro 1, vol. 2 (Os Economistas)

_____. Classes sociais e contradições de classes. In: IANI, Octavio (org.). *Karl Marx - sociologia*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1988. (coletânea de textos) p. 97-141

MATTEI, Lauro. *A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense*. Texto. Projeto rurbaro: Unicamp/IEA, [s.d.]

MEDEIROS NETO, Maurício. *A expansão da avicultura no Mato Grosso do Sul, uma alternativa de desenvolvimento (1990 –1999)*. Campo Grande/MS: UCDB, 2000. Monografia (especialização em Economia), Universidade Católica Dom Bosco.

MELAZZO, Everaldo. *Planejamento e governabilidade num governo de esquerda*. Dourados/MS: UFMS, 2002. In: Semana de Geografia. Exposição oral.

MICHELS, Ido Luiz. *A bovinocultura de corte brasileira e o mercado externo: regiões sanitárias e a cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. Tese (doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. *A territorialização da avicultura em Mato Grosso do Sul: o caso COOAGRI*. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP, 1996. Dissertação (mestrado em Geografia), UNESP.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. *Dinâmica territorial em Mato Grosso do Sul: o caso da COOAGRI*. In: *Revista de Geografia: UFMS*, 2000. Ano VI, nº 12, p. 63-72.

_____. Estado e estrutura produtiva no Mato Grosso do Sul meridional, Brasil: transformações recentes. In: *Anais do VI Congresso de Geografia de America Latina*. Valladolid/Es: Do Solles multimedia, 2001. CD Room.

MOREIRA, Ruy. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Educ: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e indústria no Brasil. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, 1981. nº 58.

_____. O modo capitalista de pensar e suas “soluções desenvolvimentistas” para os desequilíbrios regionais no Brasil: reflexões iniciais. In: *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo: USP, 1984. Nº 3.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986a.

_____. O que é? Renda da terra absoluta, renda da terra de monopólio, renda da terra pré-capitalista, preço da terra. In *Revista Orientação*. São Paulo: Instituto de Geografia/DG/USP, 1986b. nº 7.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: *Fundamentos para o ensino de geografia – seleção de textos*. São Paulo: SE/CENP, 1988, p. 31-43.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Geografia das lutas no campo*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1991a.

_____ *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991b.

_____ *Agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições*. São Paulo: mimeografado, 1992.

_____ *Agricultura brasileira: as transformações no final do século XX*. São Paulo: mimeografado, 1994.

_____ O marxismo, a questão agrária e os conflitos pela terra no pontal do Paranapanema. In: Coggiola, O. (org.) *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 157-167.

_____ A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no final do século XX. In: *Geografia do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1998, p. 239-287.

_____ A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: *Geografia do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1998, p. 289-325.

_____ Os 150 anos do manifesto e a luta pela terra no Brasil. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Manifesto Comunista – ontem & hoje*. São Paulo: Xamã, 1999, p. 243-255.

_____ A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F.A. (org.) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____ A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA, 2001. vol. 15, nº 43, p. 185-206.

OLIVEIRA, Benícia Couto. *A política de colonização do estado novo em Mato Grosso (1937-1945)*. Assis/SP: UNESP, 1999. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. 243p.

OLIVEIRA, Benícia Couto., JUSTINO, V. O projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontros e desencontros na malha fundiária. In: *Revista de Geografia*. Campo Grande-MS: UFMS, 1997. Nº 5. p. 10-14.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor – capital, força de trabalho e fundo público. In: *Os direitos do antivalor – a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes: 1998. p. 19-48.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. *Agroindústria e reprodução do espaço*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993. Tese (doutorado em Geografia), USP.

OLIVEIRA, Vanderlei M. de. Mudanças na agropecuária do cerrado e o processo e produção avícola integrada na região triângulo mineiro/alto Paranaíba (MG). In: *A agroindústria e produção rural integrada no Triângulo Mineiro/alto Paranaíba (MG): um estudo sobre a avicultura*. Uberlândia/MG: UFU, 2000. Dissertação (mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia.

ORTIZ, Renato. Mundialização, cultura e política. In: *Desafios da globalização*. Dowbor, Ladislau et. Al. (orgs.) Petrópolis: Vozes, 1998.

(‘)

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná*. Tese (doutorado em Geografia). Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP, 2003. 430p.

PEBAYLE, Raymond, KOECHLIM, Jean. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. *Espaço e Conjuntura*. São Paulo: Edusp, 1981.

RAFFESTIN, Claude. Território e poder. In: *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. Tradução de: Pour une géographie du pouvoir. Paris: Litec, 1980. 269p. Tradução por Maria Cecília França.

REIS, Célia Regina Pirolo dos. *O abatedouro de aves de Sidrolândia no espaço organizacional da CEVAL*. Campo Grande/MS: UCDB, 1996. Monografia (pesquisa de iniciação científica em Geografia), Universidade Católica Dom Bosco.

RENK, Arlene & CABRAL Jr. Vilson Antonio. *Campesinidade e migração internacional*. Novas estratégias dos jovens rurais do oeste catarinense. In: *XXIV Encontro Anual da ANPOCS*. Petrópolis/RJ, 24 a 27 de Outubro de 2000. GT 09 - Migrações Internacionais. (mimeo.)

RIZZI, Aldair Tarcísio. *O capital industrial e a subordinação da pequena produção agrícola – o complexo avícola no sudoeste paranaense*. Minas Gerais: UFMG, 1984. Dissertação (mestrado em Economia), Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. *Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1993. Tese (doutorado em Economia), UNICAMP.

ROCHA, Dorothy. *A gestão da educação pública em Mato Grosso do Sul – práticas racionalizadoras e clientelismo*. São Paulo: PUCSP, 1992. Tese (doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992. 158p.

RODRIGUES, Rute Imanishi. *Empresas estrangeiras e fusões e aquisições: os casos dos ramos de autopeças e de alimentação/bebidas em meados dos anos 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Texto para discussão nº 622.

SADER, Eder. *Quando Novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

- SANDRONI, Paulo. A funcionalidade da pequena produção mercantil. In: *Questão agrária e campesinato*. São Paulo: Polis, 1980.
- SANTOS, Ariovaldo Santos. As mudanças no mundo do trabalho e os reflexos na educação. In: *I Seminário sobre Sindicalismo e Educação*. Dourados/MS: exposição oral, 2003.
- SANTOS, Delmira Alves dos, et. al. *Os guarani-kaiowá da aldeia Panambizinho do município de Dourados - MS e a luta pela terra*. Dourados/MS: UFMS, 1998. Monografia (bacharelado em Geografia), UFMS.
- SANTOS, Milton. Categorias tradicionais, categorias atuais. In: *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 45-59.
- _____. A aceleração contemporânea: o tempo mundo e espaço mundo. In: *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1993.
- _____. O Retorno do Território. In: *Território, Globalização e Fragmentação*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 1996, P. 15-20.
- _____. Os atuais círculos de cooperação, consequência dos circuitos espaciais da produção. In: *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 143-165.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: um estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Vicência Deusdete dos. *A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul meridional*. Dourados/MS: UFMS, 2000. Monografia (especialização em Geografia), CEUD/UFMS.

SATELIS, E.V., CORRÊA, J.R.M., SILVA, S.M., PARRA, M.A. Consequências da geada de 1975 para a cafeicultura sul-mato-grossense. In: *Revista de Geografia*. Campo Grande/MS: UFMS, 2001. Ano VI, nº 14, julho-dezembro.

SHANIN, Teodor. *La clase incómoda* – sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo. Madrid: Alianza Editorial, 1983. (cap. 3, 6 e Apendice A).

SHIKI, Shigueo. *Agroindústria y transformación productiva de la pequeña agricultura* – el caso Coaagri. Uberlândia: CEPES, 1994.

SIFFERT FILHO, Nelson, SOUZA E SILVA, Carla. *As grandes empresas nos anos 90: respostas estratégicas a um cenário de mudanças*. In: GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M. M. (orgs.) *A economia brasileira nos anos 90*. 1ª ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

SIFFERT FILHO, Nelson, FAVERET FILHO, Paulo. O sistema agroindustrial de carnes: competitividade e estruturas de governança. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro: BNDES, 1998. nº 10.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981. Cap. 1 e 3.

_____. Introdução. In: *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2ª ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

_____. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp/IEA, 1999.

SILVA, Mario Cesar Tompes da. *Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados*. São Paulo: USP, 1992. Dissertação (mestrado em Geografia) FFLCH, Universidade de São Paulo.

SILVA, Sérgio. Introdução. In: *Valor e renda da terra*. São Paulo: Polis, 1981.

SINGER, Paul. *Aprender economia*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Teorias do valor. In: *Curso de introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. Os grandes grupos brasileiros: desempenho e estratégias na primeira metade dos anos 90. In: *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, p. 3-32, jun/2000.

SORJ, Bernard. *Camponeses e agroindústria – transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

SOUZA, Adáuto de Oliveira. Intervenção estatal, pólos e distritos industriais: o caso de Mato Grosso do Sul. In: *Revista de Geografia*. Campo Grande: UFMS, Ano IV, nº 7, semestral, jan/jun, 1998.

_____. *Mato Grosso do Sul no contexto dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento*. Dourados/MS: UFMS, [s.d.]. Mimeo.

SOUZA, Cláudio Freire de. *Terra e poder em Mato Grosso do Sul: as alianças políticas e os projetos de educação*. Tese (doutorado em educação), Piracicaba-SP, Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), 1997.

SPOSITO, Eliseu S. *Dinâmica econômica, descontinuidade e territorialização*. Presidente Prudente: Mimeografado. [s.d.]

SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.

SPROESSER, Renato Luiz et al. *Estudo da competitividade econômica do estado de Mato Grosso do Sul* – análise das cadeias produtivas da soja, da pecuária de corte, da pecuária leiteira, do frango de corte, da cana-de-açúcar e da extração mineral. Versão preliminar. Campo Grande – MS, 1997. Programa Catena, Departamento de Direito, Economia e Administração/UFMS.

STAKE, Robert E. *Pesquisa qualitativa/naturalista* – problemas epistemológicos. In: Seminário sobre Avaliação em Debate. Rio de Janeiro: PUC, 1982.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária*. Porto Alegre, RS: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

STEIN NETO, Ataulfo Alves. *Reestruturação produtiva, trabalho e questão sindical: algumas reflexões*. Dourados: mimeo, 2002.

TEIXEIRA, Márcio Antônio. *Mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da grande Dourados*. São Paulo: USP, 1989. Tese (doutorado em Geografia) – FFLHC, Universidade de São Paulo.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *A territorialização do monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal*. São Paulo: USP, 1988. Dissertação (mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1988.

_____. Introdução. In: *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana: uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: USP, 1996. Tese (doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria geral de bibliotecas, Editora UNESP. *Normas para Publicações da UNESP*. São Paulo: Editora UNESP, 1994. 4V.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola*. São Paulo: Edusp: Hucitec, 1991.

_____. Agricultura. In: *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VERGOPOULOS, Kostas. As concepções teóricas da renda fundiária. In: *A questão agrária e o capitalismo. A questão agrária e o capitalismo*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 49-72.

WEDEKIN, Ivan, PINAZZA, Luiz Antonio. Os paradoxos do sistema agroalimentar mundial. In: *Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial*. São Paulo: FIA/PENSA, 1991.

WEDEKIN, Ivan. Reestruturação do agribusiness mundial. In: *Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial*. São Paulo: FIA/PENSA, 1993.

WHITAKER, Dulce C. A. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem, 2002. p. 115-120.

YATSUDA, Eni. O caipira e os outros. In: BOSI, Alfredo (org.) *Cultura Brasileira – temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987.

ARTIGOS DE REVISTAS E SITES CONSULTADOS PELA INTERNET

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES E EXPORTADORES DE FRANGO. *Relatório Anual 2000*. Disponível em: <http://www.abef.com.br>. Acesso em 30 out. 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES E EXPORTADORES DE FRANGO. *Perdigão e Sadia criam empresa exportadora para atuar no mercado internacional*. Disponível em: <http://www.abef.com.br>. Acesso em: 30 out. 2001.

A GRANJA DO ANO – 2001/2002. Porto Alegre/RS: Centaurus, 2001. n. 16.

AVES & OVOS. São Paulo/SP: Vox Editora, 1996. Ano XII, nº 4.

_____. São Paulo: Vox Editora, 2000/2001. Ano XVI, Especial.

AVIPAL. *Sobre a empresa*. Disponível em: <http://www.avipal.com.br>. Acesso em 13 jun. 2000.

BRUM, Bruno, WEDEKIN, Ivan. Um ‘agricluster’ acima da média. *Revista Agroanalysis*, vol. 22, nº 5, p. 56-72, junho/julho, 2002.

BUNGE ALIMENTOS S/A. *Comentário do desempenho da companhia no terceiro trimestre/2000*. Disponível em: http://www.ceval.com.br/port/relatorio2000/trimestrais/terceiro/relatorio_01.htm. Acesso em: 25 maio 2001.

_____. *Relatório Anual 2000*. Disponível em: <http://www.bungealimentos.com.br>. Acesso em 29 out. 2001.

CEVAL ALIMENTOS. *Histórico*. Disponível em: <http://www.ceval.com.br>. Acesso em: 12 fev. 2001.

COELHO, Carlos Nayro, BORGES, Marisa. *O Complexo Agro-industrial (CAI) da avicultura*. Artigos de política agrícola. In: <http://www.defesaagropecuaria.gov.br>

DOUX. *O grupo Doux*. Disponível em: <http://www.frangosul.com.br/doux.htm>. Acesso em: 12 jul. 2000.

ESPÍNDOLA, Carlos José. Tecnologia e novas relações de trabalho nas agroindústrias de carne do Sul do Brasil. In: *Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona. 2002b. Vol. 6, nº 119. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-85.htm>. Acesso em 04/07/2003.

PIMENTEL, Marcelo. Raio-x da pecuária sul-matogrossense. *Panorama Rural*, ano II, nº 21, p. 31-41, 2000.

PINAZZA, L.A., ALIMANDRO, R. Exuberância agropecuária. *Revista Agroanálisis*. Vol. 22, nº 4, p. 30-34, 2002.

PINAZZA, Luiz Antonio, ALIMANDRO, Regis, WEDEKIN, Ivan. (orgs.) *Agenda para a competitividade do agribusiness brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV; São Paulo: ABAG, 2001.

REVISTA: AVICULTURA INDUSTRIAL. *Frangos de corte e galinhas de postura*. Nº 6, 2002. [s.n.t.]

REVISTA BRASILEIRA DE AGROPECUÁRIA. *Avicultura: integração ou produção independente?* São Paulo: Escala, 2001. Ano I, nº 13.

REVISTA GLOBO RURAL. *Frigoríficos – na rota dos grãos*. Ano 15, nº 173, p. 62-63, 2000.

SANTOS, Daniela Cristina dos. Granja do futuro. *Panorama rural*. Ano II, nº 13, p. 20-25, 2 000.

SILVA, José Carlos Teixeira da. Carne Fortalecida. *Panorama rural*. Ano II, nº 14, p. 54-55, 2 000.

TOLEDO, Luis Roberto. Criadores apostam na produção do chamado frango alternativo. *Revista Globo Rural*, ano 16, nº 191, p. 46-51, 2001.

TUNG, Nguyen. Controle de mão-de-obra agropecuária. *Panorama rural*, ano I, nº 8, p. 70-72, 1999.

WEDEKIN, Ivan. Questão de hora e lugar. *Revista Agroanalysis*. Vol. 22, nº 5, p. 41-48, junho/julho, 2002.

WEDEKIN, Ivan, SARETTA, Cássia B., BRUM, Bruno R. Gigante pela própria Competência. *Revista Agroanalysis*. Vol. 22, nº 5, p. 14-18, abril/maio, 2002.



TRIUNFAL
GRÁFICA & EDITORA

Diagramação, Impressão e Acabamento

Triunfal Gráfica e Editora

Rua José Vieira da Cunha e Silva, 920/930/940 - Assis/SP
CEP 19800-141 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614
CNPJ 03.002.566/0001-40